

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Universidade de São Paulo
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Catalogação na Publicação

Serviço Técnico de Biblioteca

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Souza, Giancarlo Lopes Morais de

Ensaio projetual integrado às ruínas da fábrica de cimento em Perus
/ Giancarlo Lopes Morais de Souza; orientador Euler Sandeville Jr.
coorientadora Anália Maria Marinho de Carvalho Amorim - São Paulo, 2024.
378.

Trabalho Final de Graduação (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

1. Projeto de Restauro. 2. Patrimônio Industrial. 3. Memória Operária.
4. Patrimônio Arquitetônico. 5. Projeto. 6. Museu. I. Sandeville Jr, Euler,
orient. II. Amorim, Anália Maria Marinho de Carvalho, coorient. III. Título.

Elaborada eletronicamente através do formulário disponível em: <<https://fichacatalografica.fau.usp.br/>>.

Fonte modificada de Times New Roman para Artifakt Element.

Trabalho Final de Graduação, junho de 2024

Ensaio projetual integrado às ruínas da fábrica de cimento em Perus

Autor: Giancarlo Lopes Morais de Souza

Orientador: Prof. Dr. Euler Sandeville Júnior

Coorientadora: Profa. Dra. Anália Maria Marinho de Carvalho Amorim

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luciano Migliaccio (AUH - FAU USP)

Profa. Dra. Beatriz Mugayar Kühl (AUH - FAU USP)

Arquiteto Marcelo Carvalho Ferraz (Brasil Arquitetura)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar as possibilidades de restauração das instalações fabris da antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1926-1987, São Paulo - SP, Brasil) tendo como base o programa de necessidades reivindicado por movimentos sociais e coletivos da região através de lutas históricas e contemporâneas. Para tanto, foi necessário fazer um panorama sobre a fundação de Perus e da Fábrica, entender sua dinâmica produtiva do nível territorial à planta fabril, compreender seu histórico, os conflitos de classe ali estabelecidos, as lutas trabalhistas que dela adviriam, o processo de tombamento após sua desativação e todo o legado de mobilização trabalhista e Queixada que inspiram inúmeras lutas que ocorrem pelo território nos dias de hoje sob as mais diferentes perspectivas. Nesse sentido, o plano de reocupação buscou fazer uma síntese entre a proposta de um Centro de Cultura, Lazer e Memória do Trabalhador com as práticas de formação, estudo e ensino promovidas por iniciativas como a Universidade Livre e Colaborativa. A espacialização desse programa buscou tirar partido da morfologia arquitetônica e espacial de cada edifício do conjunto fabril de modo a acomodar os novos usos de maneira adequada, inventiva e respeitosa para com o patrimônio. Também foram considerados fatores documentais e simbólicos da tipologia de cada instalação de modo a estabelecer um diálogo entre a antiga e a nova ocupação, fazendo emergir, entre outras coisas, discussões em torno da sociologia do trabalho, do impacto ecológico da produção de cimento, da memória ferroviária, mineralógica e operária tendo em vista a articulação museológica do espaço. Para além do tombamento enquanto patrimônio, foi considerada a inserção da fábrica na área demarcada como Parque Luta dos Queixadas e seu importante papel para a formação e articulação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus indicado pelo Plano Diretor Estratégico do município de São Paulo desde 2014. Assim, o parque que adentrará alguns espaços da fábrica e protegerá o Ribeirão Perus a norte poderá vir a ser um importante corredor ecológico que interliga o Parque Anhanguera com outros parques previstos para Perus.

Palavras-chave: Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus; Projeto de restauro; Memória operária; Luta dos Queixadas; Patrimônio industrial.

ABSTRACT

This work aims to investigate the possibilities of restoring the industrial facilities of the former Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1926-1987, São Paulo - SP, Brazil), based on the proposal of new uses advocated by social movements and collectives in the region through historical and contemporary mobilizations. To achieve this, it was necessary to provide an overview of the founding of Perus and the Factory, understand its productive dynamics from the territorial level to the factory floor, comprehend its history, the class conflicts established there, the labor struggles incited by that context, the legal process of protecting the historical heritage after its deactivation, and the entire legacy of labor mobilization by the Queixadas that inspires numerous contemporary territorial movements from various perspectives. In this regard, the reoccupation plan aimed to synthesize the proposal of a Center for Culture, Leisure, and Worker's Memory with educational practices promoted by initiatives such as the Free and Collaborative University. The spatialization of this program sought to examine the architectural and spatial morphology of each building within the industrial complex to accommodate new uses appropriately, inventively, and respectfully towards the heritage. Documental and symbolic factors of each installation's typology were also considered to establish a dialogue between the old and the new occupation, fostering discussions on labor sociology, the ecological impact of cement production, railway, mineralogical, and worker memory, with a view to the museological articulation of the space. Beyond its heritage preservation status, the integration of the factory into the designated area as "Parque Luta dos Queixadas" was considered, recognizing its significant role in the formation and articulation of the Cultural Interest and Landscape Territory of Jaraguá-Perus as indicated by the Strategic Master Plan of the municipality of São Paulo since 2014. Thus, the park, which will incorporate some factory spaces and protect the Ribeirão Perus to the north, could become an important ecological corridor connecting Parque Anhanguera with other parks planned for Perus.

Keywords: Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus; Restoration project; Worker's memory; Luta dos Queixadas; Industrial heritage.

AGRADECIMENTOS

À vó Olga, vó Zefa, vó Fernando e vó Miro, dos quais tenho tanta saudade. À minha mãe Marisa pelo amor, cuidado, e por ouvir meus pensamentos em seu estado mais incipiente. Ao meu pai, tios e primos.

Ao Euler pela cuidadosa orientação de 18 meses neste trabalho e com quem aprendo desde o primeiro ano do curso. Admiro seu compromisso social e como mobiliza o meio acadêmicos para a transformação da realidade concreta e simbólica.

À Anália pela orientação neste e em tantos outros projetos. Sempre me impressiona sua capacidade de transitar maravilhosamente bem entre o técnico e o poético.

Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos da Paisagem (LabCidade, FAUUSP) cujas produções acadêmicas foram fundamentais para a composição deste trabalho.

À Camila Cardoso, ao Raul Costa e ao Seu Nelson Aparecido que me guiaram pela Fábrica. Às pessoas incríveis por trás da Comunidade Cultural Quilombaqué, Agência Queixadas, Ocupação Artística Canhoba, Grupo de Teatro Pandora, Casa do Hip Hop, entre tantos outros coletivos de Perus.

À Rosa Rosa Gomes por me mostrar o acervo do Centro

de Memória Queixada, e a todas as pesquisadoras envolvidas nessa iniciativa tão importante.

À Regina e ao Mário Bortoto, exemplos de gentiliza, conhecimento e militância que tanto me inspiraram neste trabalho. A todos que lutam e lutaram pela Reapropriação da Fábrica de Cimento em Perus.

Ao Luciano Migliaccio e à Renata Martins, professores muito presentes e influentes na minha formação. Sempre me emociona perceber o alargamento de horizontes culturais nessa universidade em virtude do trabalho realizado por vocês em conjunto com os pesquisadores do Abya Yala e Barroco-Açu.

À Beatriz Kühl e ao Marcelo Ferraz, profissionais excelentes que tanto me ensinaram através de suas produções e que, agora, gentilmente dedicam seu tempo para conferir o trabalho que desenvolvi. Que essa correspondência possa ampliar a discussão em torno da fábrica para a qual tenho grandes sonhos.

Aos professores da FAU que tanto se dedicam à produção científica e ao ensino, mesmo diante de contextos bastante desfavoráveis para a universidade pública.

À Rose Moraes e ao Diógenes Miranda, sempre muito

acolhedores, bem-humorados e criativos que me incentivaram a experimentar caminhos complementares da arquitetura.

Aos amigos que conheci tanto no coletivo e grupos de estudo que passei pela FAU nos últimos 7 anos. Um especial agradecimento àqueles que participaram comigo da experiência maravilhosa de imaginar e executar duas ExpoAUDs que tiveram conta do Caramelo e da rotina do edifício.

Aos amigos que conheci trabalhando no Estúdio Paulo Alves e no Estúdio Tupi, onde fui um observador ativo. A eles devo grande parte da minha formação voltada ao desenvolvimento de projeto de arquitetura.

Aos meus amigos de faculdade que fizeram essa passagem ser a melhor experiência da minha vida. Como fui do bairro deixar de ver cada um de vocês pelas ruas, as esquinas e as avenidas caramelos. Nos últimos anos, cada um deles que passava, a FAU encolhia para mim. Me perguntei se algum dia voltaria a vê-la em sua grandeza de antes.

Aos meus amigos de escola e infância que seguem por caminhos tão distintos, mas que são aprovaviva que é alguma das relações independentes das circunstâncias.

SUMÁRIO

Introdução	10
Seção I - A história da fábrica e de seus trabalhadores	14
Cap. 1. Breve história de Perus	16
Cap. 2. A chegada da Fábrica	20
Cap. 3. Linha de produção e a planta fabril	26
Cap. 4. Histórico da Fábrica	42
Cap. 5. A luta dos Queixadas	53
Seção II - As lutas pela transformação da Fábrica e de Perus	60
Cap. 6. O tombamento do complexo cimenteiro	62
Cap. 7. Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador	72
Cap. 8. Projeto do Parque Linear Ribeirão Perus	76
Cap. 9. Universidade Livre e Colaborativa	86
Cap. 10. Território de Interesse da Cultura e da Paisagem	89
Cap. 11. Novas habitações nas adjacências da fábrica	96
Cap. 12. Proposta de um shopping center junto à fábrica	100
Seção III - Uma proposta para a fábrica	104
Cap. 13. Partido projetual	106
Cap. 14. Programa de necessidades	115
Seção IV - Ensaio projetual a partir da proposta	122
Projeto p/ Depósito de calcário externo	136
Projeto p/ Depósito de matéria-prima coberto	152
Projeto p/ Silos de mistura de matéria-prima	172
Projeto p/ Conjunto de moinhos de cru	184
Projeto p/ Salão de fornos de calcinação	198
Projeto p/ Depósito de clínquer	222
Projeto p/ Conjunto de moinhos de cimento	242
Projeto p/ Ensacadoras e Silos de cimento	256
Projeto p/ Subestação elétrica e Sala de compressores	276
Projeto p/ Oficina mecânica	294
Projeto p/ Salão de motores de moinhos	312
Projeto p/ Depósito de gesso	338
Projeto p/ Laboratórios e Depósitos de peças	350
Referências	368
Referências Bibliográficas	370
Referências Iconográficas	374
Sites de referência	377

INTRODUÇÃO

A Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus (São Paulo - SP) desenvolveu sua atividade fabril de 1926 a 1987. Embora não seja a fábrica de cimento pioneira no Brasil, ela foi a primeira a se consolidar no setor, tornando-se uma protagonista no fornecimento desse produto para a construção de São Paulo, e até mesmo de Brasília.

Como muitas fábricas do início do século XX, ela era constituída por uma série de instalações complementares ao espaço de produção, onde trabalhadores moravam, recebiam assistência médica e desenvolviam a maior parte da sua vida pessoal e social. Por conta disso, a história da fábrica confunde-se com a história de seus próprios trabalhadores.

Não é por acaso que um dos maiores legados desse espaço é ter sido palco de uma experiência de mobilização trabalhista das mais extraordinárias que aconteceram no Brasil. A partir da década de 50, após um acirramento dos conflitos de classe no interior da CBCPP, os trabalhadores fortaleceram sua unidade em torno do sindicato e passaram a pautar uma série de reivindicações: das mais básicas como o cumprimento de acordos contratuais até as mais radicais como a cogestão operária da fábrica.

Os Queixadas, como ficariam conhecidos os trabalhadores mobilizados, encontraram em uma tática não violenta de luta e na construção de greves instrumentos poderosos para a conquista de direitos mesmo em face das desigualdades de poder inerentes do sistema capitalista, a ponto de saírem parcialmente vitoriosos de uma greve que durou 7 anos e ocorreu ao longo da primeira década de ditadura militar no Brasil.

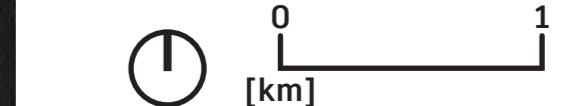
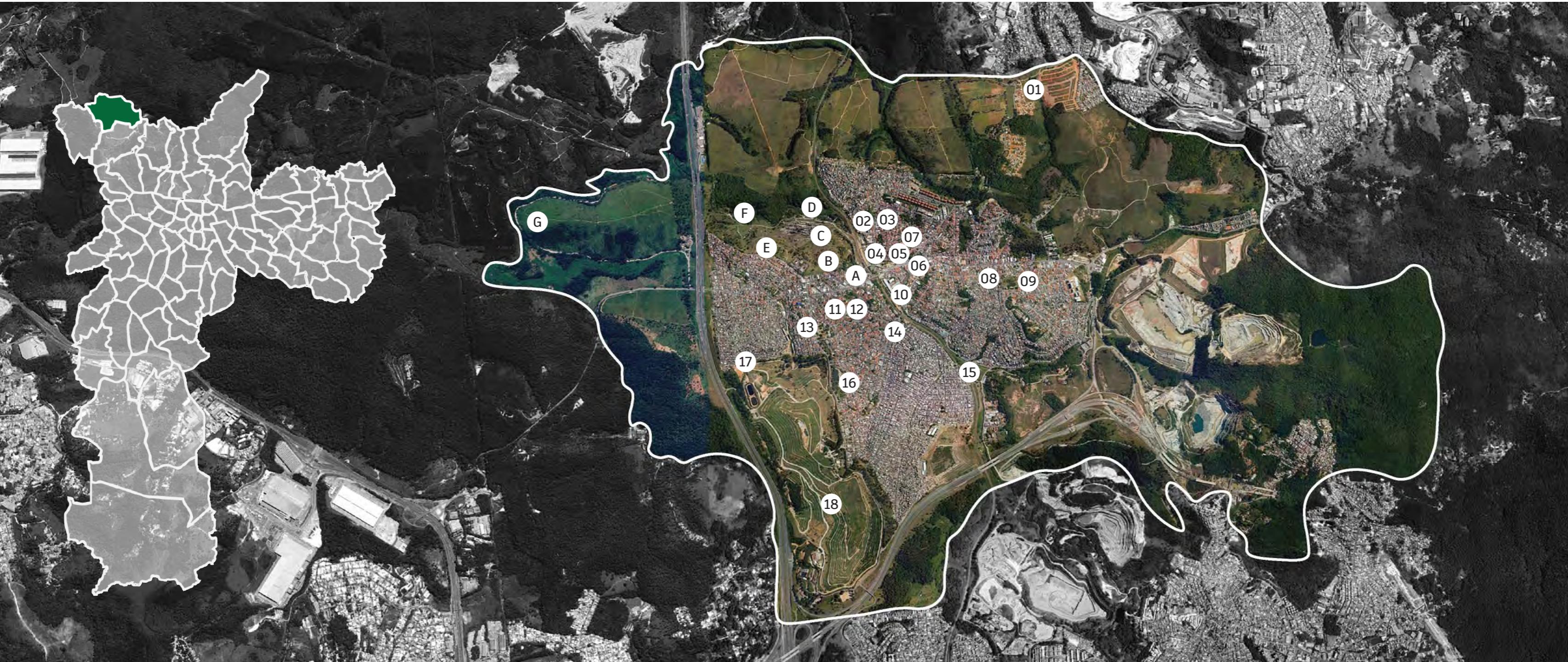
É por conta disso que há pelo menos 40 anos a população local tem lutado pela transformação da fábrica em um centro de cultura dedicado à memória operária e à luta dos Queixadas. Tal programa, que busca refletir sobre a mobilização de classe e as relações de trabalho, é cada vez mais urgente tendo em vista o contexto de avanço da ordem neoliberal que tem desmontado uma série de direitos trabalhistas no mundo todo. No caso do Brasil, o passo mais retrógrado nesse sentido foi dado pela Reforma Trabalhista imposta pelo governo do presidente Michel Temer em 2017. De lá para cá houve uma generalização de serviços informais, fragilização dos vínculos empregatícios e precarização do trabalho.

A vista disso tudo, este trabalho busca dar forma arquitetônica ao Centro de Cultura e Memória do Trabalhador a ser

instalado na própria Fábrica de Perus. Mas para tanto, foram necessários três movimentos básiacos. O primeiro foi um amplo estudo a respeito da história da Perus, da CBCPP e de seus trabalhadores. O segundo foi um levantamento das lutas e processos contemporâneos que agem sobre a fábrica e no seu entorno, de modo a compreender o legado das lutas históricas, como também suas novas implicações no presente. E por fim, foi proposto um programa de restauração da fábrica que busca sintetizar e articular as múltiplas possibilidades articuladas e reivindicadas pela comunidade organizada, o que é tratado nos dois movimentos anteriores.

Com essa base fundamentada e o programa definido, foi então ensaiado um projeto de arquitetura para a Fábrica que não pretende ter um caráter definitivo, mas que a mesma possa dar novo fôlego à luta e fagulha à imaginação.

Locais notáveis em Perus, distrito de São Paulo - SP



SEÇÃO I

A História da Fábrica e de seus Trabalhadores

“Quem não sente ainda grande emoção ao passear por áreas industriais abandonadas, fábricas desocupadas, ou portos onde gruas enferrujam, ou por estações desativadas? Uma emoção estranha, uma vez que não está necessariamente relacionada, como freqüentemente se acredita, à nostalgia de uma outra época. Nossa “boa” consciência, por outro lado, nos coloca em estado de alerta: como podemos sentir saudade de um tempo em que nossos antepassados eram condenados a horas de trabalho intensivo, em condições sanitárias difíceis? O silêncio desses territórios abandonados, dessas construções desmoronadas, nos coloca, contudo, em um estado de alucinação, uma vez que podemos ver os corpos, escutar vozes e gritos, ter a sensação de uma atmosfera de vida comum que a literatura e o cinema nos sugerem o tempo todo. Um estado visionário, retrospectivo, que nos incomoda. Nenhuma sombra de inquietação, apenas a irrupção de imagens de uma infância sempre sonhada, em meio à doçura de seus sofrimentos”.

*Henri Pierre Jeudy no livro *Espelhos da Cidade*, 2005, p. 25*

- [1] MOREIRA e GOULD, 2013.
[2] SIQUEIRA, 2001, p. 14.
[3] Ibidem, p. 22.

- [4] Ibidem, p. 21.
[5] VELLARDI, 2017, p. 21.
[6] AOUN, 2010 apud Ibidem, p. 108.

- [7] SIQUEIRA, 2001, p. 23.
[8] Ibidem, p. 25.

CAPÍTULO 1

BREVE HISTÓRIA DE PERUS

Há muitas histórias acerca da origem do nome Perus, distrito de São Paulo. Mas a hipótese mais popular e repassada oralmente até os dias de hoje aponta que, em meados do século XIX, tropeiros referiam-se assim para a região devido à receptividade de uma moradora local conhecida como Dona Maria 'dos Perus', que os acolhia em sua chácara e cuja alcunha provinha justamente da criação dessa ave no local.¹ Historicamente, a passagem de viajantes por lá era bastante comum devido à estrada até Jundiaí, relativamente movimentada em função da conexão entre a capital e os principais polos agrícolas do café.²

Não por acaso, na década de 1860, a região foi atravessada pela São Paulo Railway (SPR), a estrada de ferro projetada para ligar Jundiaí ao porto de Santos, tendo em vista o fortalecimento da exportação de commodities produzidas no interior paulista. E, nesse processo, a região de Perus recebeu uma estação própria, inaugurada em 1867, que serviu inicialmente como ponto de reabastecimento de água para as locomotivas. Em 1875, além de Peus havia duas outras estações entre São Paulo (atual estação Luz) e Jundiahy: Água Branca e Belém (atual Francisco Morato), conforme mostra o levantamento do historiador Elcio Siqueira, a partir das anotações do engenheiro J. Ewbank da Câmara em *O Caminho de Ferro de São Paulo*.³

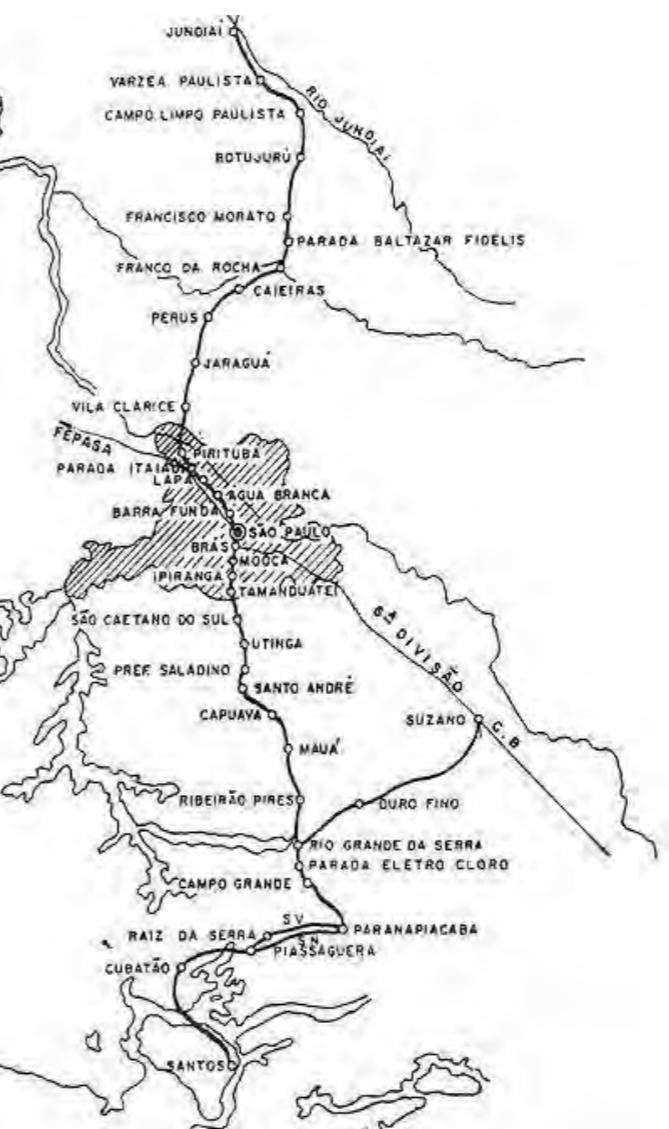


Imagem 1: Mapa da São Paulo Railway Company Limited produzido em 1975. Acervo do historiador Waldir Rueda.

Antes da chegada da estação, a ocupação de Peus era bastante modesta. Cerca de 17 fazendas estavam localizadas na região, segundo consta nos *Registros Paroquiais da Nossa Senhora do Ó* de 1856,⁴ que se referiam a elas com o topônimo "Bairro do Ajuá", devido à planta que crescia na várzea desse córregos e ribeirões.⁵ Entre elas, vale destaca-se a Fazenda Jóia, pertencente à família do Sr. Edwiges Dias e localizada no trecho final do ribeirão Perus, afluente do Rio Jaqueiri.⁶ Em vista desses fatores, entende-se alguns dos motivos que levaram a região a ser referida ora como Ajuá ora como Perus. Mas esse último nome consolida-se justamente em função da estação, que estabelecia a associação mais imediata ao nível territorial.

Na virada para o século XX a região passou por mudanças significativas. A começar pela paisagem que ficou adaptada ao amplo cultivo florestal de eucaliptos e pinheiros destinados à produção de papel pela Companhia Melhoramento, cuja ocupação se estendia do norte de Perus até Caietras e parte da Coronel Proost Rodovalho.⁷ Mas o aumento populacional significativo só começou a acontecer com a construção da Companhia Industrial Estrada de Ferro Perus - Pirapora (CIEPP) entre 1911 e 1914, aprovada pelo governo mediante ajustes na estrada de ferro à rota de romeiros ao santuário de Pirapora do Bom Jesus.⁸

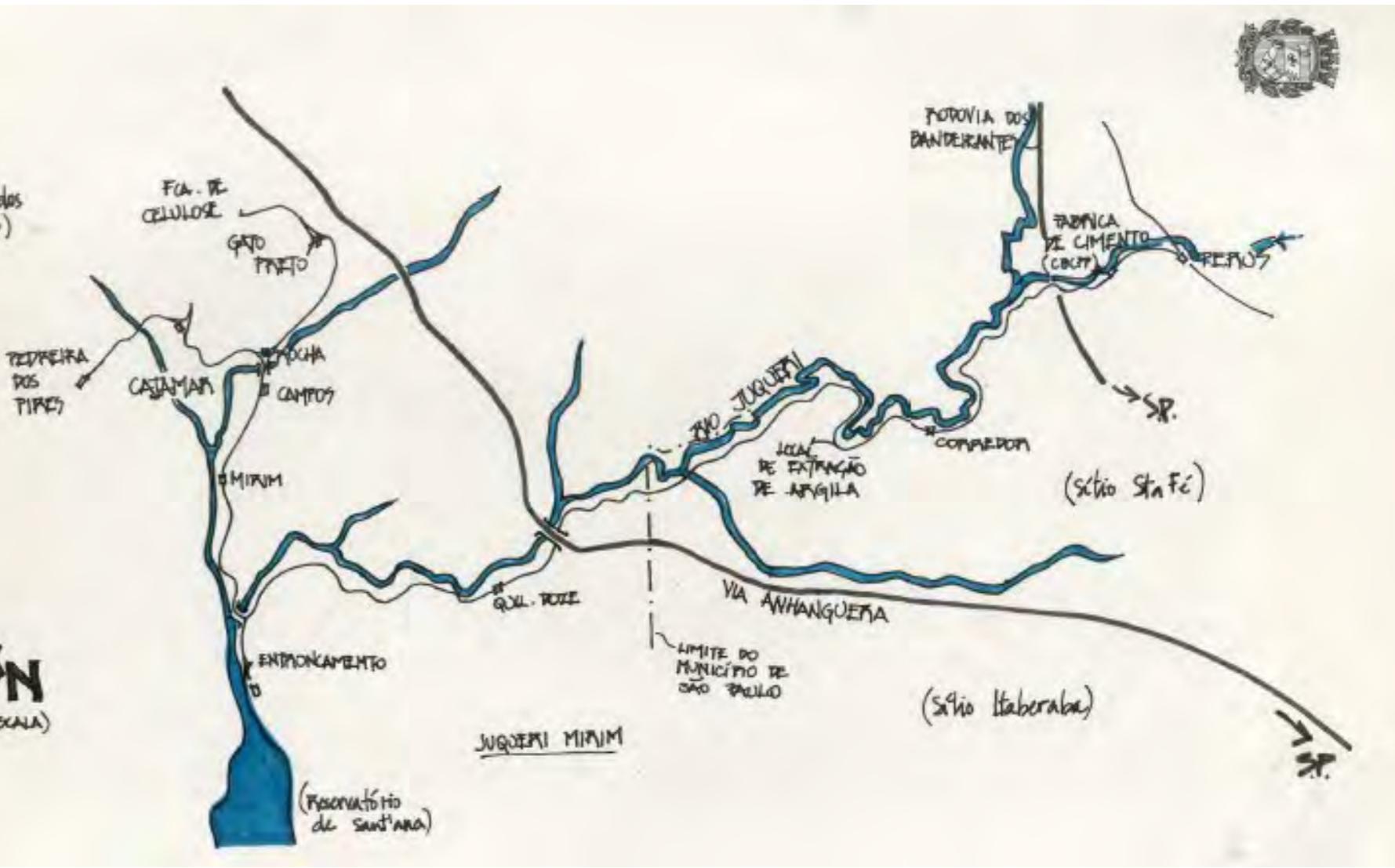
No entanto, tal objetivo, envernizado com retórica religiosa, pode ser considerada uma manobra política envolvendo interesses econômicos, uma vez que a linha iniciada em Perus jamais alcançou o seu destino final, tendo sido desviada para a região de Cajamar (Gato Preto e Água Fria), onde havia potencial de expansão da atividade mineralógica em terras dos próprios signatários do projeto levado ao governo (Sylvio de Campos, Clemente Neidhart e Mário W. Tibiriçá),⁹ que buscavam prosperar na região a exemplo da atuação da empresa Beneduce, ali instalada e produtora de cal desde 1908.¹⁰

O desenho da CIEFPP seguiu um trecho de mais de 15 km do Rio Juqueri e foi concebido com uma bitola estreita de 60 cm, ideal para manobras mais curtas e superação de desniveis, fazendo dela um raro exemplar dessa tipologia no Brasil.¹¹ Com a extração do abundante calcário das pedreiras de Gato Preto em Cajamar pelas empresas ali instaladas, a EFPP passou a transportar a principal matéria prima de fabricação do cimento, cuja demanda era crescente, considerando a rápida urbanização da capital paulista.¹²

Com perspectiva de desenvolvimento e potencial de se tornar um dos sustentáculos do crescimento urbano-industrial

o Paulo, Perus atraiu um grande número de pessoas, sobretudo no entorno da estação, localizada hoje ao centro do distrito: Vila Operária, Vila Perus e Vila Fontão.¹³

mostra o estudo de Ana Vellardi junto à Uni- e Colaborativa, grande parte dos imigrantes Perus vieram de cidades do interior, sobretudo res em busca de emprego ligados à mineração desmo antes da chegada da Fábrica de Cimento erus já reunia algumas atividades desses seto- aso da fábrica de pólvora da família Dias, fábrica arrão da família Bottoni, empresa de extração ilha Di Sandro, incluindo a produção de cal nos s nas proximidades, entre outras atividades.¹⁵



no esquemático da Ferrovia Perus-Pirapora, linha responsável por ligar as pedreiras de Cajamar à Perus e à São Paulo Railway CO. L. apresentação do CONPRES.

CAPÍTULO 2

A CHEGADA DA FÁBRICA

Em vista do sucesso da empreitada envolvendo a extração de calcário e a produção de cal em Cajamar e arredores, o empresário e político Dr. Sylvio de Campos continuou a lançar bases para um empreendimento ainda mais ambicioso: a construção de uma usina cimenteira na região. Para tanto, foi aberto um diálogo com o engenheiro brasileiro Walter Charnley e com industriais canadenses ligados à Drysdale y Pease, empresa especializada no setor e sediada em Montreal, Canadá.

Esse contato encaminhou uma avaliação bastante positiva sobre a qualidade do calcário extraído localmente e apontou favoravelmente para seu uso em uma eventual produção cimenteira.¹⁶ Mas esse parecer não era o bastante para viabilizar o negócio, principalmente em se tratando de uma região relativamente afastada do centro urbano e com um limitado suprimento energético. Por conta disso, o Dr. Campos aproximou-se da São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited, que logo se dispôs a construir uma linha de alta tensão conectada à usina hidrelétrica de Parnaíba.¹⁷ Pretendia-se, assim, fornecer eletricidade suficiente para a alta demanda gerada pelos fornos e moinhos de uma futura indústria. E de fato, esse projeto foi completamente executado em 1925.

Para além dessas articulações em torno da infraestrutura, foi fundamental a medida legislativa de 1923 que conferia, pela primeira vez no Brasil, uma política de incentivos públicos extremamente favoráveis à produção nacional de cimento e importação de maquinários do setor. Conforme levanta o historiador e economista Elcio Siqueira:

“O maquinário requerido ficaria isento de taxas aduaneiras; o transporte de máquinas e matérias-primas contaria com tarifas especiais nas ferrovias federais e na marinha mercante. Somente se beneficiariam os projetos com capacidade mínima para produzir 30.000 toneladas/ano, que utilizassem somente matérias-primas nacionais, empregassem pelo menos 50% de brasileiros e vendessem 30% da produção para órgãos governamentais”.¹⁸

Pavimentado o caminho infraestrutural, em agosto de 1924 é formada a Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A., composta por acionistas brasileiros e canadenses, sendo esses últimos detentores de 70% das ações à época, fazendo dessa Cia. uma subsidiária da Lone Star Cement Company. Para a primeira gestão, foram nomeados como presidente e vice o Dr.

Sylvio de Campos, principal articulador do empreendimento, e o Dr. Arthur Moreira Jambeiro Costa, que detinha algumas pedreiras fornecedoras de calcário. Já o Dr. M. M. Smith (associado à Drysdale y Pease e envolvido na perícia técnica inicial) assumiu o cargo de diretor-gerente, devido sua experiência de 25 anos no setor, tendo atuado, inclusive, na implantação desse tipo de produção em vários países.

Com relação à instalação da nova fábrica, foram indicadas as terras ao sul da Cia. Melhoramentos, onde se localizava a Fazenda Joá, que reunia o Casarão e a Fábrica de Pólvora da família Dias. Era um local estratégico do ponto de vista logístico, uma vez que se encontrava no ponto de encontro da São Paulo Railway com a Estrada de Ferro Peruíbe-Pirapora, facilitando o acesso da fábrica tanto ao mercado consumidor como à fonte de matéria-prima. Além disso, a proximidade com o Rio Grande Perus, facilitava o acesso a recursos hídricos necessários à produção.

Em 24 de abril de 1926, após um mês de construção, a Companhia Brasileira de Cimento Portland S.A. (CBP), localizada em Perus, produziu sua primeira lata de cimento. No ano de inauguração, cerca de 9% da produção foi destinada para

[19] VELLARDI, 2017, p. 95.

[20] ABCP, 1950 e 1953 Apud SIQUEIRA, 2001, p. 37.

[21] Ibidem.

[22] DPH, 1992, p. 14-15 Apud SIQUEIRA, 2001, p. 38-39.

[23] Ibidem, p. 33.

[24] MELLO, 1982, p. 165-166 In: Ibidem, p. 36-37.

obras em Santos da São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited devido ao seu apoio na implantação da Fábrica.¹⁹

Nos anos seguintes, a capacidade produtiva teve um aumento significativo, saltando dos 60 mil iniciais para 200 mil toneladas/ano em 1930.²⁰ Um ano depois, Perus tornou-se responsável por cerca de 60% de toda a produção de cimento no Brasil,²¹ atendendo à alta demanda da capital paulista, corroborando anúncios da época que alegavam o papel central da fábrica na construção de obras fundamentais da cidade como a Biblioteca Mário de Andrade, túneis e viadutos da 9 de julho e trechos da Av. Anhanguera.²²

Apesar dos números expressivos logo no início de sua operação, a CBCPP não foi a pioneira nacional no ramo. Conforme levantamento de Siqueira com base em documentos do DPH, em anos anteriores houve a implantação de algumas indústrias cimenteiras no Brasil, como foi o caso no estado da Paraíba (1892), no Espírito Santo (1912) e outro também em São Paulo (1897).²³ No entanto, todas essas experiências foram precárias e pouco duradouras, o que fez da Fábrica de Perus a primeira a se consolidar no setor, alcançando hegemonia nacional na década de 1930 e 40, e isso se deveu essencialmente a sua “estratégia

de ocupação a longo prazo de uma faixa substancial do mercado brasileiro, cujas expectativas de evolução, naquela altura, não deveriam deixar de ser alentadoras”, conforme observou o economista João Manoel Cardoso de Mello.²⁴

Para além das ocupações em torno da estação, a CBCPP destinou parte do seu terreno para a construção de vilas operárias a fim de acomodar seus funcionários nas imediações da própria fábrica. Foi o caso da Vila Triângulo, Vila Fábrica e Vila Portland, onde operários casados moravam com suas famílias em pequenas casas térreas. Havia também alojamentos menores destinados a trabalhadores ainda solteiros e casarões mais generosos aos funcionários de maior escalão como engenheiros e médicos.

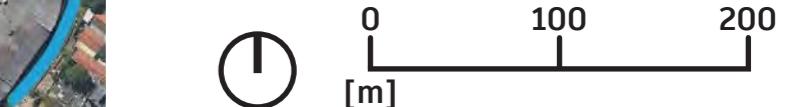


Imagen 3: Manchete de capa do Jornal O Estado de São Paulo anunciando a operação da CBCPP em 25 de junho de 1930.
Arquivo de documentação do CONPRESP.

Território da Cia. Brasileira de Cimento Portland em Perus - São Paulo, SP



- Ribeirão Perus
- Estrada de Ferro Perus Piaçava
- 01 - Estação Perus da São Paulo Railway
- 02 - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Cimento, Cal, Gesso e São Paulo
- 03 - Casas da administração
- 04 - Casas das assistências médicas
- 05 - Casarão da ferrovia da "M"
- 06 - Área do Palacetinho da família Edwiges Dias da Árvore de Póvoa (século XIX)
- 07 - Área de descanso e apoio aos operários
- 08 - Vila Fábrica e Vila dos Sotérios
- 09 - Área de produção da CCP
- 10 - Estação de despejo da matérula-prima
- 11 - Casa de tráfego da CCP
- 12 - Área de manobra das locomotivas
- 13 - Capela São José
- 14 - Vila Triângulo
- 15 - Campo de futebol dos operários
- 16 - Vila Portland



CAPÍTULO 3

A LINHA DE PRODUÇÃO E A PLANTA FABRIL

A) Extração e transporte de matéria-prima

Os cimentos do tipo Portland são fabricados a partir de três matérias primas essenciais: calcário, argila e gesso.²⁵ O calcário utilizado pela CBCPP era extraído no município de Cajamar, nas jazidas localizadas em Gato Preto. Esse processo envolvia a estruturação de pedreiras, onde o solo era removido e a rocha exposta e dinamitada.²⁶ O calcário obtido assim se dava na forma de grandes blocos que precisavam ser reduzidos até finalmente haver condições para seu transporte. Para isso, a empresa Beneduce (detentora da principal pedreira até 1939),²⁷ dispunha de maquinários capazes de realizar a britagem primária do calcário, reduzindo-o para o tamanho médio de 20 cm de diâmetro.²⁸ Esses blocos eram então depositados em vagonetas abertas com cerca de 4,5 metros de comprimento que eram puxadas por uma maria-fumaça que levava o material até a fábrica.

Apesar de haver fornos de cal em Cajamar, o calcário direcionado à CBCPP não era ali calcinado (processo endotérmico que transforma CaCO_3 em CaO) já que, na produção do cimento, essa transformação química deve ser acompanhada da argila, juntamente com qual pode se efetivar a produção final do cimento. A argila empregada pela CBCPP era extraída num ponto intermediário

entre Gato Preto e a fábrica, no sítio Santa Fé, localizado à beira da EFPP, e hoje correspondente a uma área do Parque do Anhangüera.²⁹ Isso facilitava bastante o fluxo das matérias-primas até a fábrica, proporcionando uma linha de produção otimizada até do ponto de vista logístico.



Imagem 4: Extração de calcário nas pedreiras de Cajamar nos anos 60. Fotografia disponibilizada virtualmente por Eronides, morador de Cajamar.



Imagem 5: Vagonetas carregadas de calcário sendo puxadas por uma maria-fumaça na Estrada de Ferro Perus-Pirapora nos anos 70. Fotografia disponibilizada virtualmente por Eronides, morador de Cajamar.

B) Estocagem e redução granulométrica

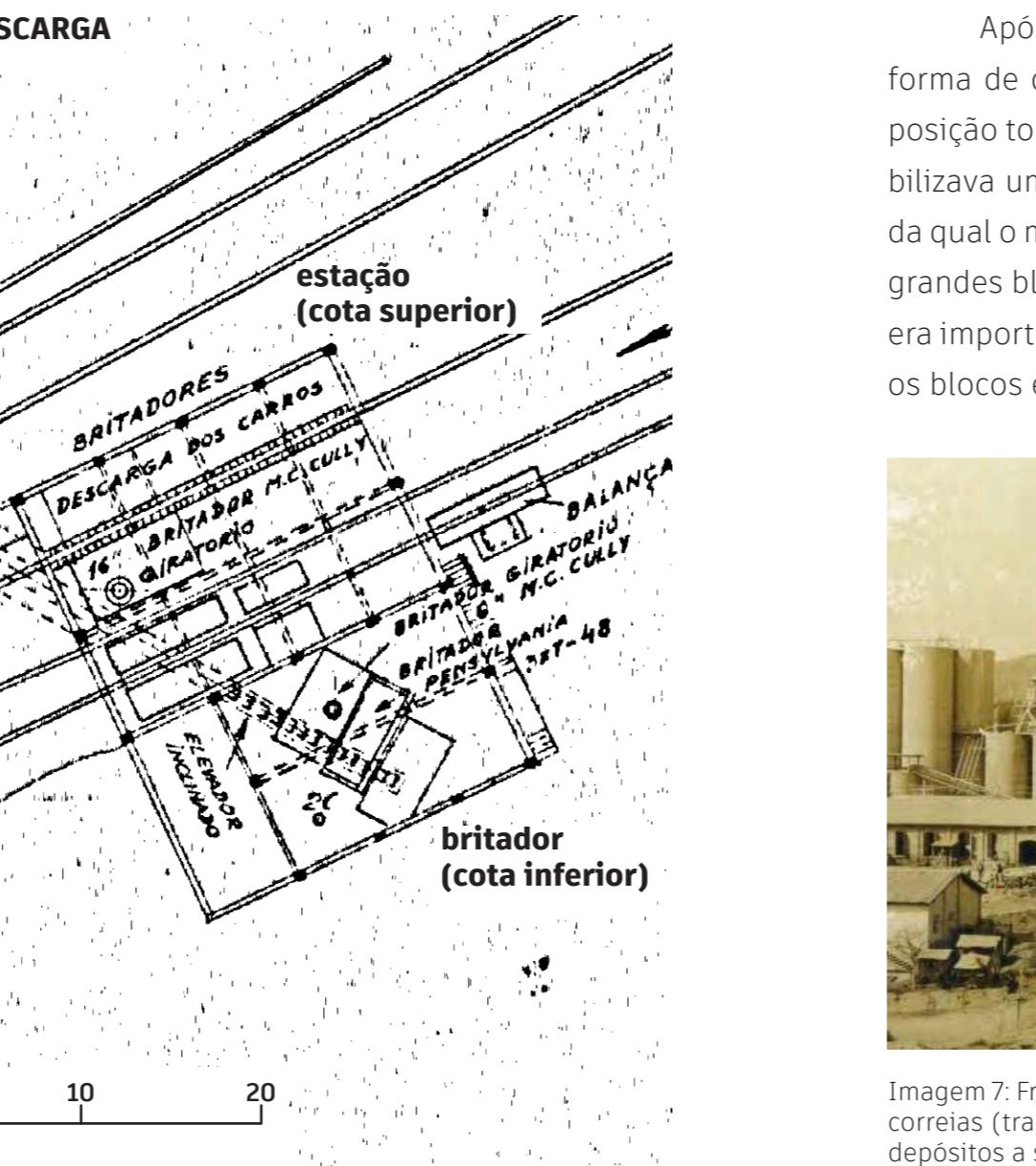
As vagonetas com argila do Sítio Santa Fé e calcário de Cajamar chegavam à fábrica através da EFPP e eram pesadas e descarregadas numa pequena estação coberta localizada no noroeste do conjunto fabril. Esse espaço foi implantado sobre um talude de modo a posicionar um conjunto de bétongs em uma

cota inferior ao leito ferroviário, facilitando a descarga do material diretamente sobre as moegas mediante a abertura da porta lateral das vagonetas.³⁰ As máquinas utilizadas nessa etapa davam continuidade a britagem primária iniciada em Cajamar, de modo a uniformizar eventuais variações granulométricas do material fornecido para 10 cm de diâmetro. Para isso utilizavam um britador giratório da marca McCully de alta capacidade e um Pennsylvania de suporte.



Imagen 6: Estação de descarga das vagonetas. Sob os trilhos há vãos e rampas por onde material rolava até os britadores em cota inferior. Fotografia feita por mim em 2023.

ESTAÇÃO DE DESCARGA



Após processado, esse material era direcionado à plataforma de depósitos de matéria prima que ficava ao sul, numa posição topográfica superior. O caminho do material para lá mobilizava uma estrutura de correia suspensa e inclinada no final da qual o material era submetido a uma peneira que separava os grandes blocos de calcário dos blocos menores. Essa separação era importante porque de acordo com a hierarquia de tamanhos, os blocos eram armazenados em depósitos distintos.

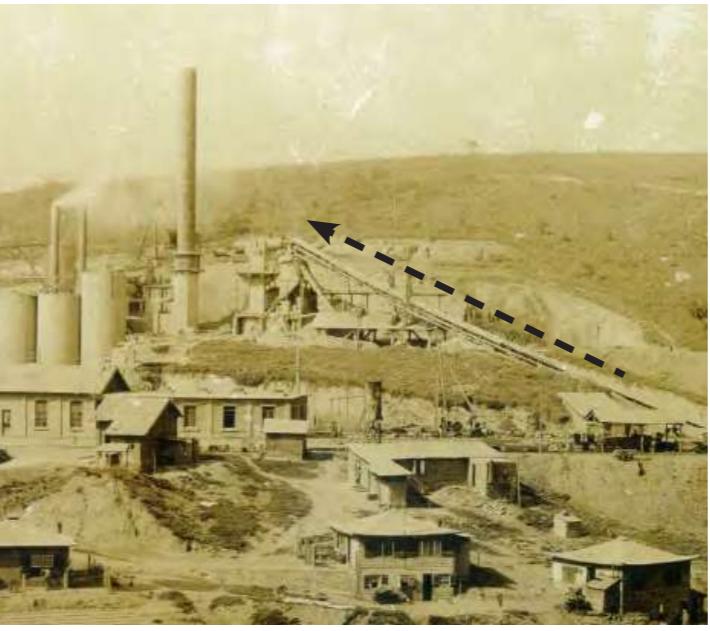


Imagen 7: Fragmento de fotografia onde é possível vislumbrar a estrutura de correias (tracejado meu) que conectava a plataforma de descarga com a de depósitos a sul. Acervo de Nelson Camargo.

CORREIA TRANSPORTADORA E NTRÉ PLATAFORMAS

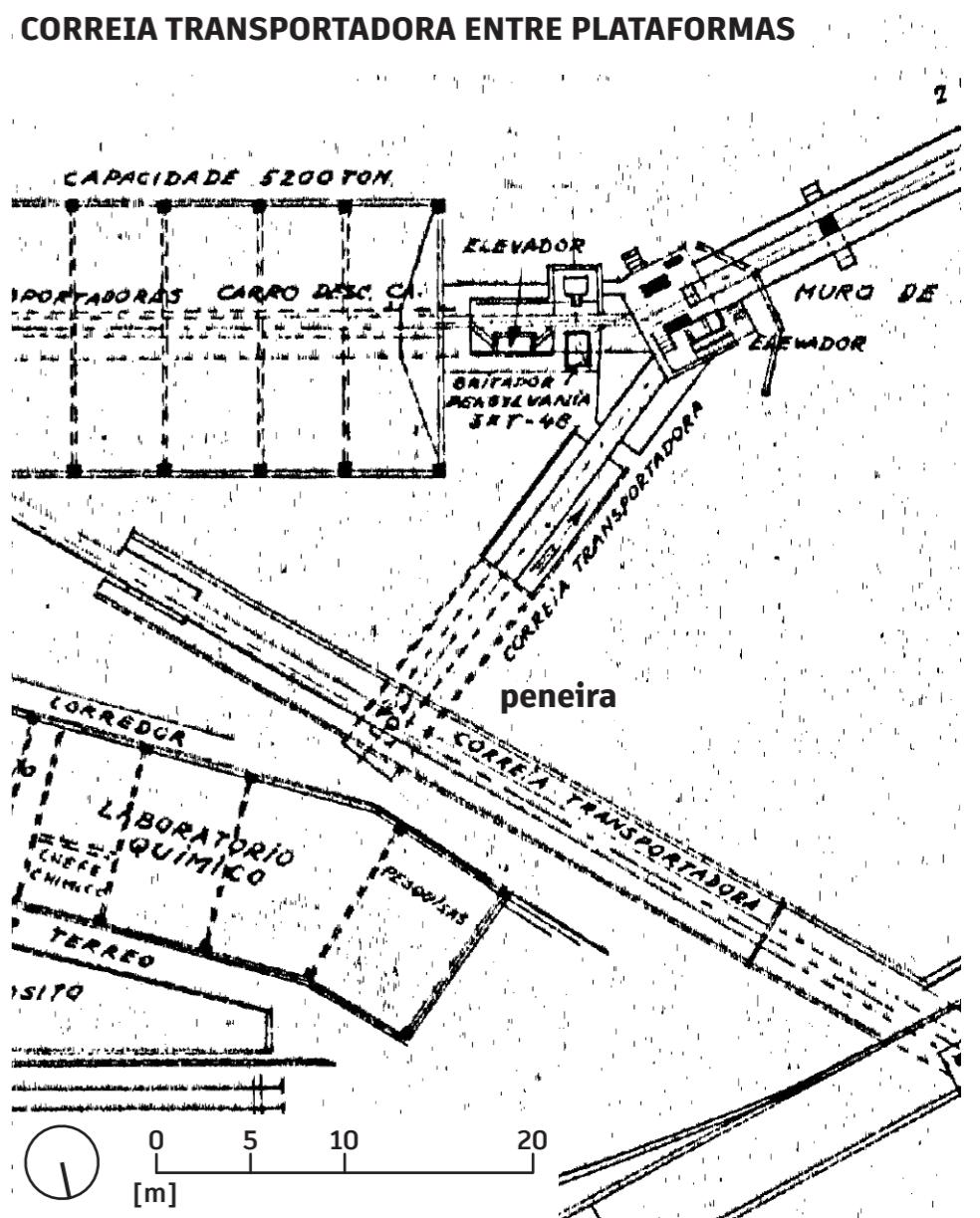




Imagen 8: Pórticos de concreto do depósito externo de calcário.
Fotografia feita por mim em 2023.

O depósito de blocos maiores era aberto e dispunha de uma estrutura seriada de pórticos de concreto com cerca de 16 metros de altura. Sobre esses pórticos havia um par de esteiras bidirecionais que lançava os blocos pelo alto ao longo de toda a extensão do depósito, formando ao redor da estrutura uma enorme pilha, tecnicamente referida como pulmão.³¹ A capacidade dela era de aproximadamente 35.000 toneladas, quantidade suficiente para um mês de trabalho, segundo Antônio Nobre, antigo operário da fábrica.³²

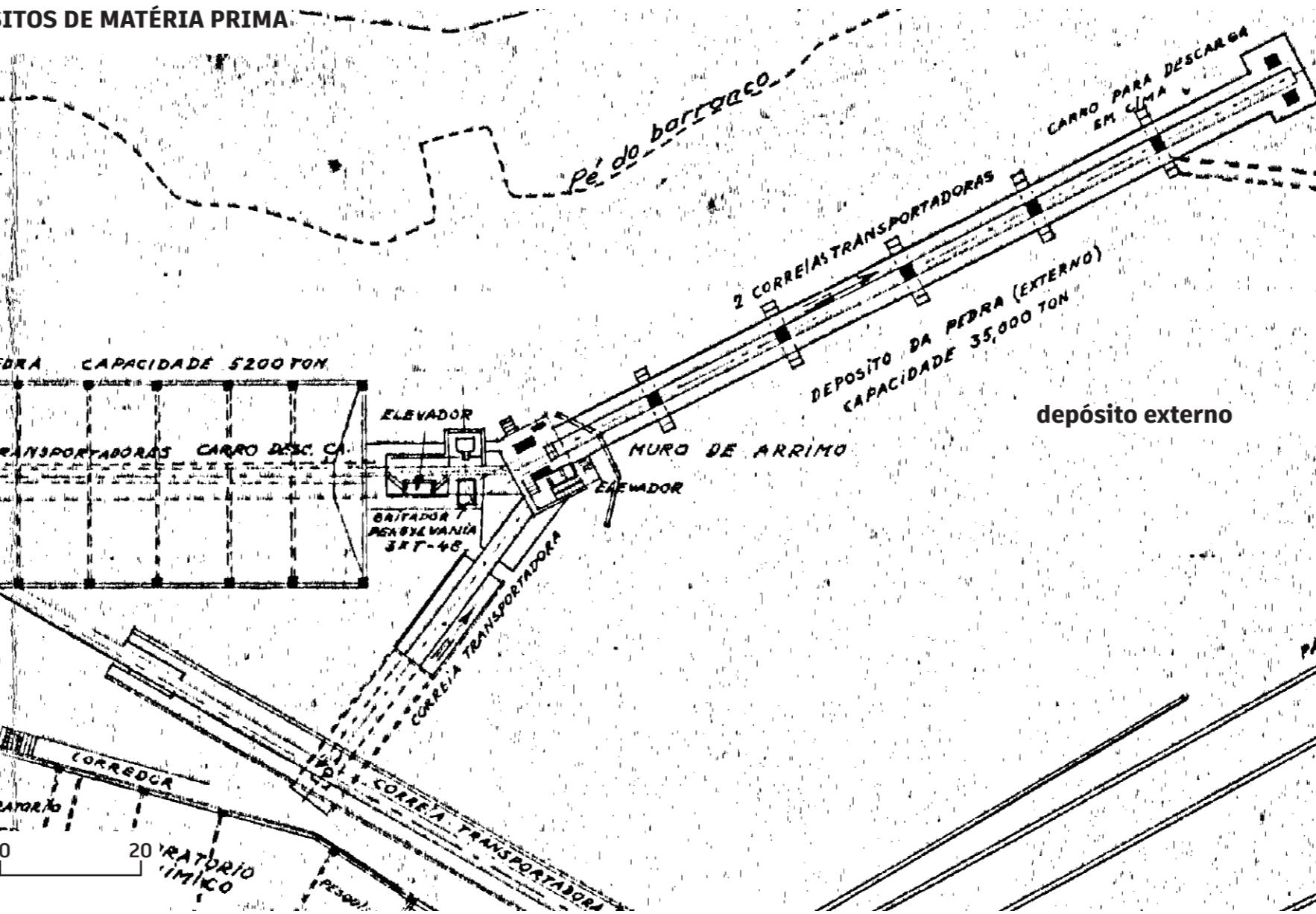


Imagen 9: Vista interna do depósito de calcário coberto. Data não informada.
Acervo de Nelson Camargo.



O depósito de blocos menores era um edifício coberto e comprido, cujo interior era constituído de planos inclinados convergentes e semienterrados, que favoreciam o acúmulo do material no centro do galpão. Esses blocos também formavam uma pilha e o mecanismo para tal era similar ao do depósito externo, só que dessa vez realizado por um passarela sobre o edifício com cintas e correias. Numa seção desse galpão havia um compartimento onde a argila também era armazenada, ainda em separado do calcário.³³

A pilha formada no depósito externo era ideal para a pré-homogeneização da matéria prima depositada,³⁴ uma vez que o empilhamento tende a dispersar o material em várias camadas, misturando-o às distintas provisões, o que minimiza as variações de composição química do calcário extraído em diferentes pontos das jazidas de Cajamar (geralmente dotados de uma proporção variável de óxidos de ferro, alumínio, silício e sódio). E sob essa pilha, havia uma esteira subterrânea, que transportava o calcário do fundo para o alimentador de um britador Pennsylvania, responsável, dessa vez, pela britagem secundária, reduzindo o tamanho da brita para 2 a 2,5 cm de diâmetro e eliminando eventuais impurezas.

Depois de processado, esse material subia por um elevador de catracas até chegar a uma esteira suspensa que o lançava para dentro do depósito coberto, formando um segundo pulmão composto pelos blocos menores que chegavam ali diretamente da peneira inicial.³⁵ Nessa etapa eram retiradas amostras para avaliar a composição do material, adicionando frações de minério de ferro entre outros aditivos, antes de avançar sobre novos processos, de modo a atingir os parâmetros de composição química estabelecidos em normas. O laboratório responsável pela avaliação da amostra localizava-se ao lado do depósito coberto,

metros ao norte, e conectado por uma rampa elevável aos 3 diferentes pavimentos do edifício.



querda edifício dos laboratórios e à direita o depósito
seu Tekoa Jopo'í.

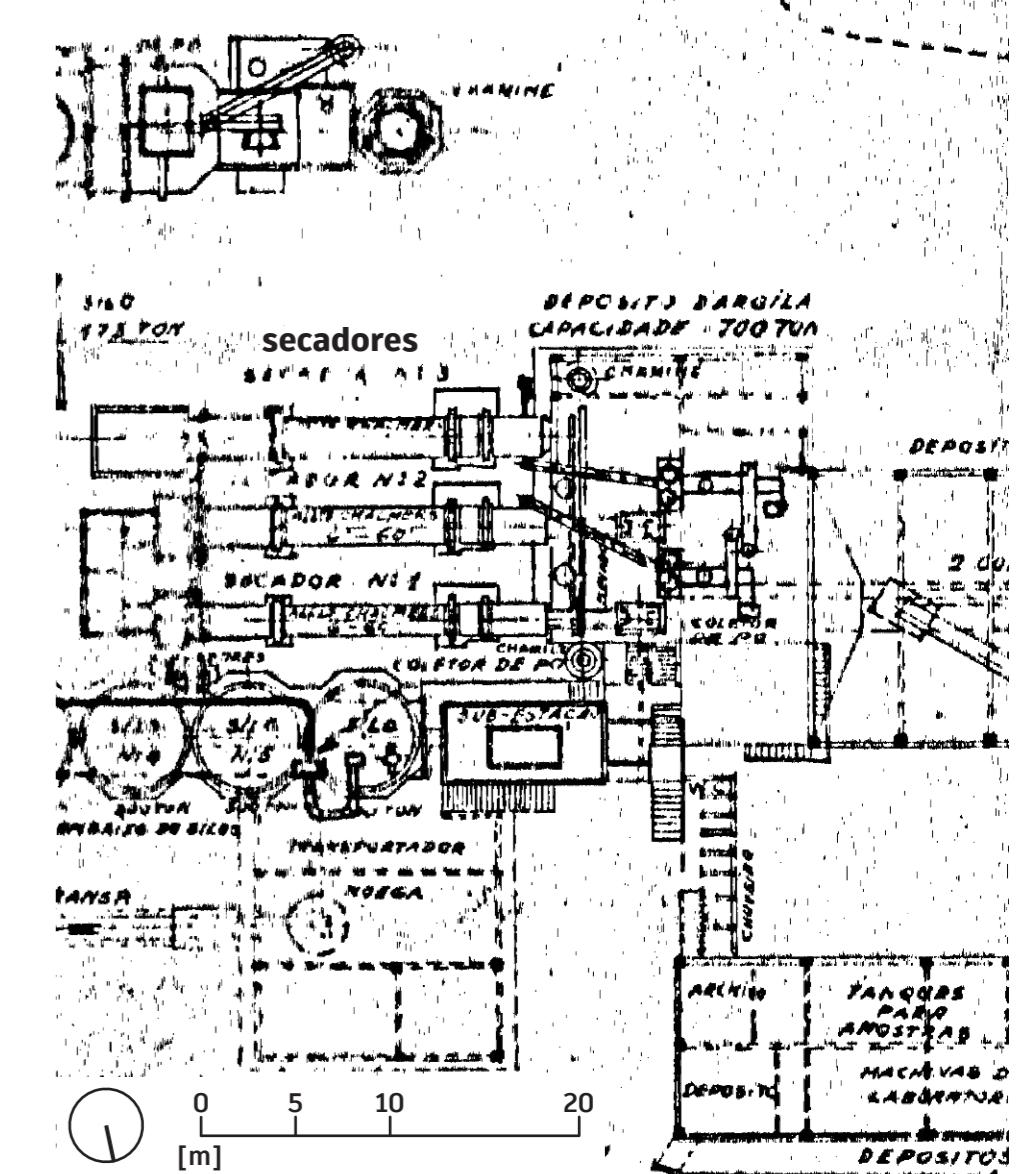
de esteiras e elevador, o calcário do depósito do aos maquinários de secagem (cilindros horizontais com cerca de 2 metros de diâmetro por 15 centímetros), dispostos em trio na adjacência final do depósito. Ao percorrer o secador – que facilitava o deslocamento devido a sua ligeira inclinação e rotação em eixo

gradativamente aquecido e desidratado graças à extremidade final do cilindro, abastecido por el.³⁶ Restringida a umidade, a fim de evitar em- s fases posteriores, o material era finalmente se de mistura de matérias-primas, realizada nas secadores.



afia da recâmara adjacente ao depósito coberto. Nos ficavam embocados cada um dos três secadores, e as ziam a exaustão do ar quente retido ali dentro. Fotografia PRESP no ato de documentação para tombamento da

CONJUNTO DE SECADO



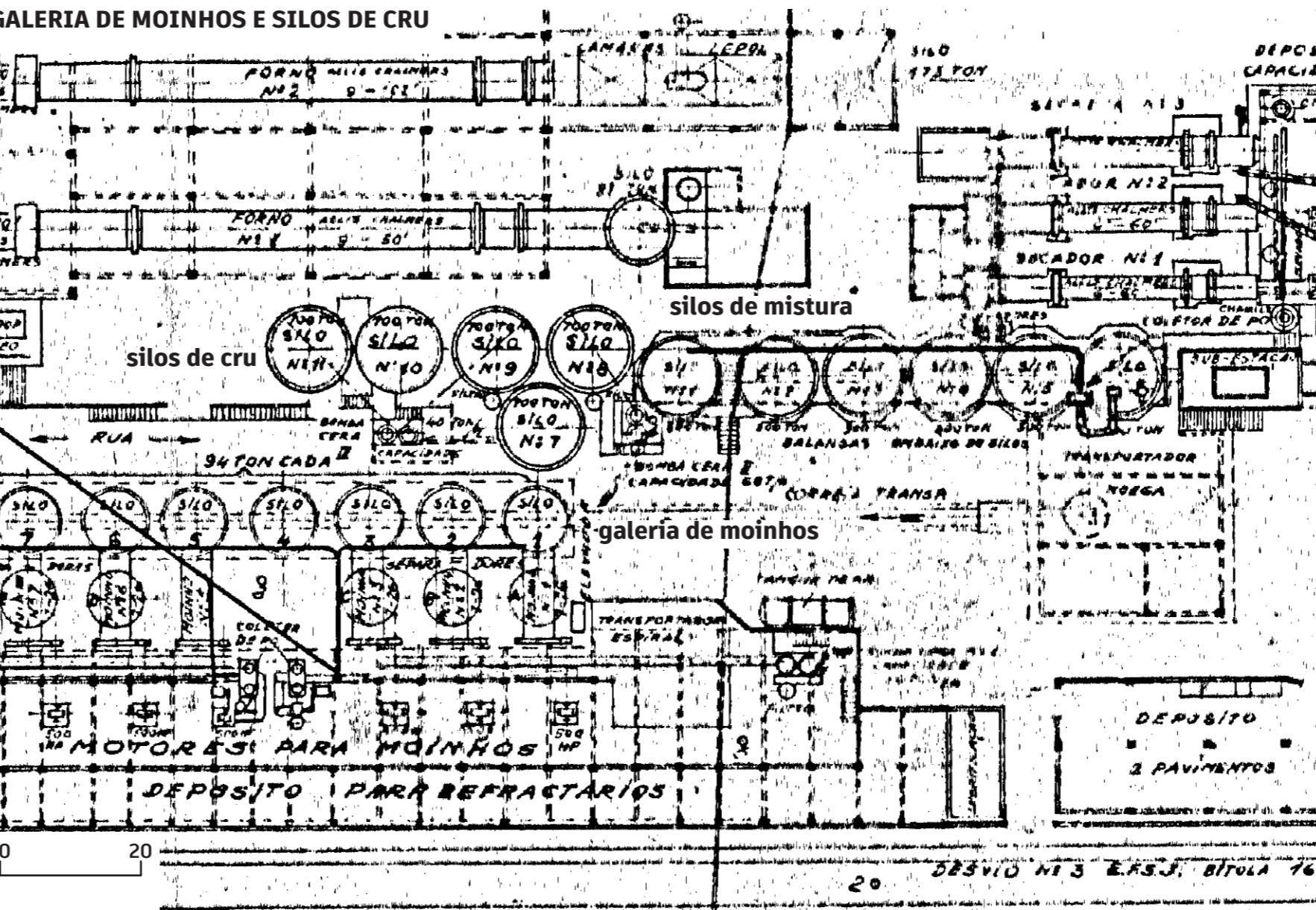
C) Mistura e moagem de matérias-primas

Próximo aos secadores havia um pequeno pátio coberto onde o calcário britado e seco e a argila podiam ser espalhados em porções de modo a facilitar o processo de mistura dos materiais e visando as proporções e dosagens ideias para a produção de cimento. Esse processo de mistura se consolidava nos silos cilíndricos semienterrados posicionados ao lado do pátio, que recebiam o material pelo alto através de um sistema de elevadores, passarelas e esteiras.



Imagen 12: Pátio coberto de mistura de matéria-prima e nos fundos, silos e torre de elevador. Fotografia feita por mim em 2023.

SILOS DE MISTURA, GALERIA DE MOINHOS E SILOS DE CRU



Os silos de mistura formavam um estoque que era gradualmente consumido por um processo de moagem constituído pela combinação de um moinho de bolas (forma de um cilindro horizontal) com um moinho de rolo (forma de pião vertical), arranjados num conjunto que totalizava 8 pares, os quais somente os enumerados de 1 a 4 operavam nessa etapa. Realizava-se, assim, a última fase de redução granulométrica da matéria-prima, formando uma fina farinha, comumente referida como cru,³⁷ que era então armazenada em silos localizados entre os moinhos e os fornos.

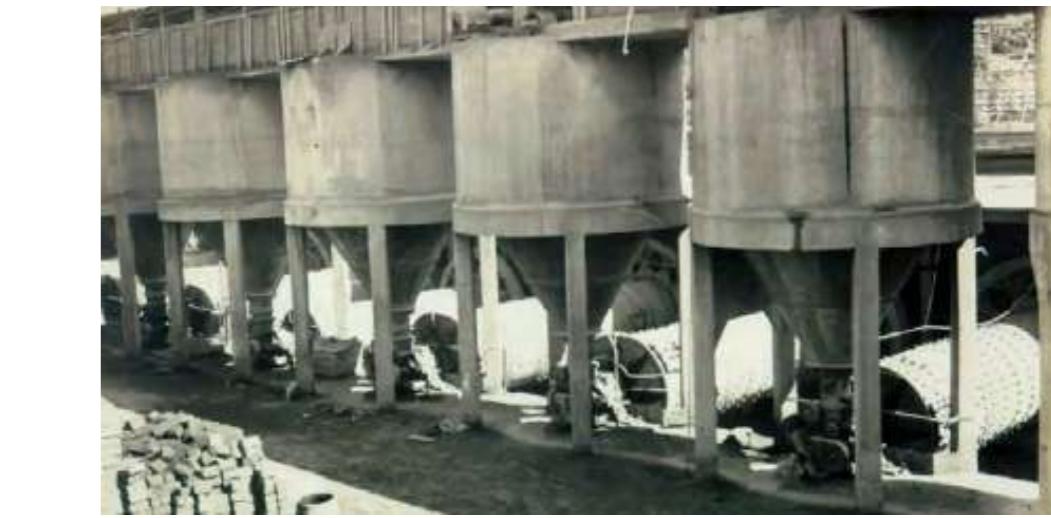


Imagen 13: Conjunto de pares de moinhos. À frente o moinho de rolo, atrás, moinho de bolas. Acervo de Nelson Camargo.

D) Calcinação nos fornos

Dispondo do cru adequadamente dosado e corrigido, era possível direcionar o material à fase de transformação química correspondente ao processo de calcinação nos fornos. Para isso era necessário um complexo arranjo de maquinários com elevados gastos energéticos. Conforme descreve Siqueira, o cru era retido em um pequeno silo conectado a um elevador que alimentava um pelotizador do tipo prato inclinado. Essa etapa era importante porque misturava a fina farinha com água (via úmida), formando pequenas pelotas que eram despejadas na recâmara que alimentava a boca dos fornos. É interessante ressaltar que as recâmara dispunham de um mecanismo sofisticado no tratamento dos suprimentos e emissões de calor e particulados:

"No esquema original da Allis Chalmers, o pó em suspensão na recâmara era sugado por ciclones (em azul) que o lançavam num transportador helicoidal para devolvê-lo ao elevador. O mesmo transportador traria de volta à cadeia produtiva o material que caísse da esteira para o fundo da recâmara. Por sua vez, o ar quente (em verde) vindo do forno carregaria

o excesso de energia térmica para a atmosfera por tubulações de exaustão".³⁸

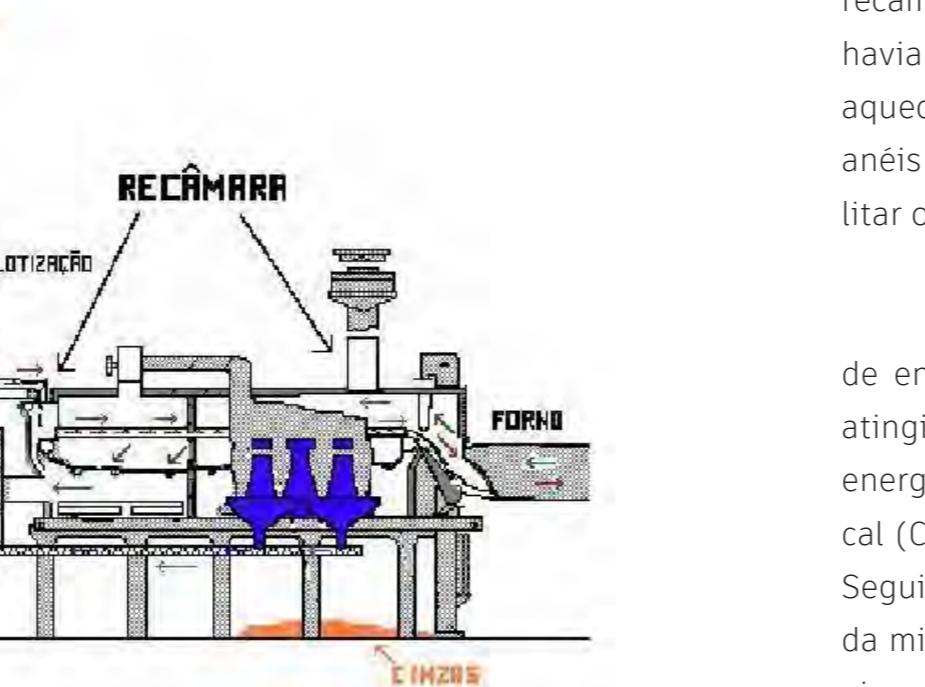


Imagen 14: Esquema de funcionamento da recâmara de forno ACL da Allis Chalmers análoga à empregada pela CBCPP. Desenho elaborado por Elcio Siqueira.

No início de sua operação, a CBCPP mobilizava três fornos de calcinação dispostos paralelamente sob um grande salão coberto sem vedações laterais. Esses fornos tinham a forma de cilindros horizontais com cerca de 60 metros de comprimento

- [39] PAULA, 2009, p. 19-20.
 [40] SIQUEIRA, 2009, p. 75.
 [41] PAULA, 2009, p. 20.

e eram ligeiramente inclinados. Em uma extremidade, posicionada numa cota superior, os fornos eram alimentados por uma recâmara, conforme já descrito, enquanto na outra extremidade havia grandes maçaricos e ventiladores que direcionavam o ar aquecido para as recâmara. Ao longo dos fornos, também havia anéis motorizados que tratavam de girar o forno de modo a facilitar o escoamento do material noduto.

As pelotas que adentravam os fornos percorriam-no indo de encontro aos gases aquecidos pelo maçarico, de modo a atingir a temperatura ótima de 1450°C, a partir da qual havia energia suficiente para a transformação de calcário (CaCO_3) em cal (CaO) e uma decorrente liberação de gás carbônico (CO_2).³⁹ Seguido da calcinação, a cal se fundia aos demais componentes da mistura do cru, processo que era facilitado pela rotação em eixo da máquina.

Ao chegar no final do forno, a mistura calcinada, fundida e empelotada era diretamente despejada em uma máquina também cilíndrica localizada numa galeria subterrânea,⁴⁰ que tratava de resfriar a mistura transformando-a em clínquer, uma dura pelota semelhante a um seixo em aparência, mas composto por, basicamente, silicatos de alita e belita.⁴¹ Esse produto era, enfim,

depositado em um amplo galpão parcialmente soterrado, ao lado do resfriador dos fornos e conectado à galeria por uma rampa de descarga e elevadores.

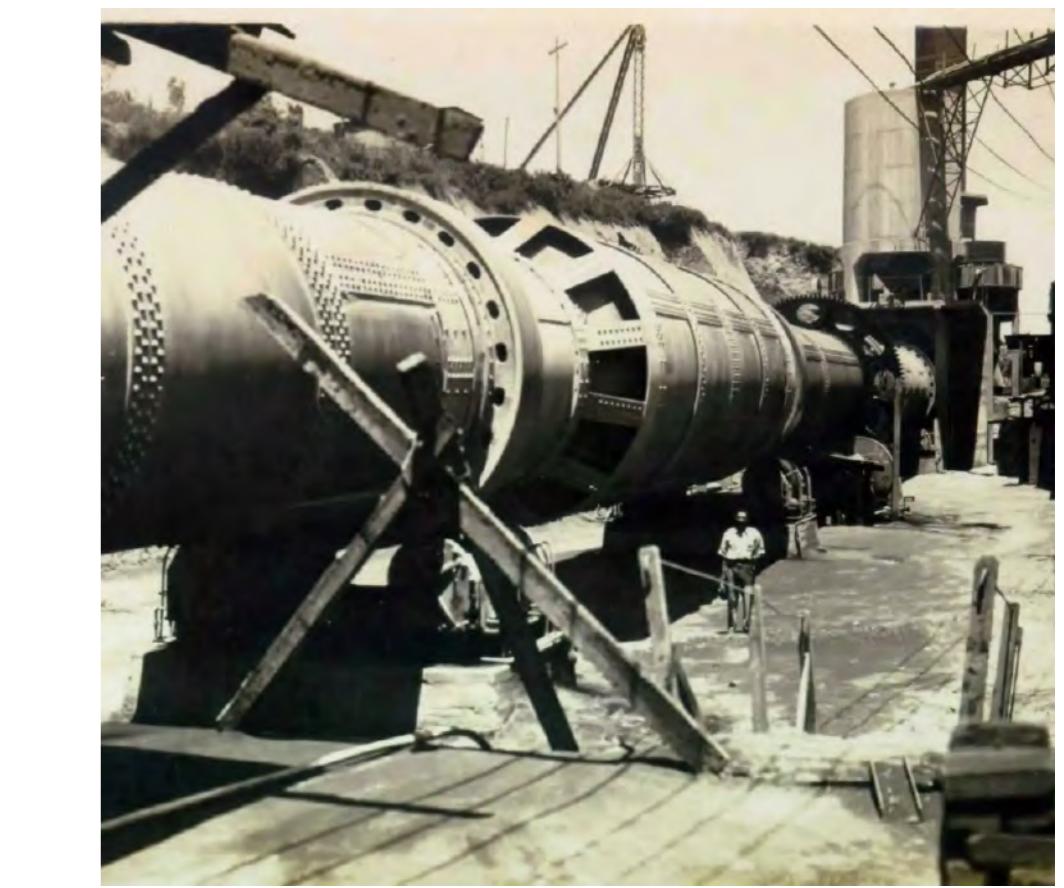


Imagen 15: Forno de calcinação 3 e a fundo, a recâmara. Fotografia feita nos primeiros anos de operação da fábrica, quando não havia ainda a cobertura sobre o salão de fornos. Acervo de Nelson Camargo.

SALÃO DE FORNOS, GALERIA DE RESFRIADORES E SILOS DE CRU

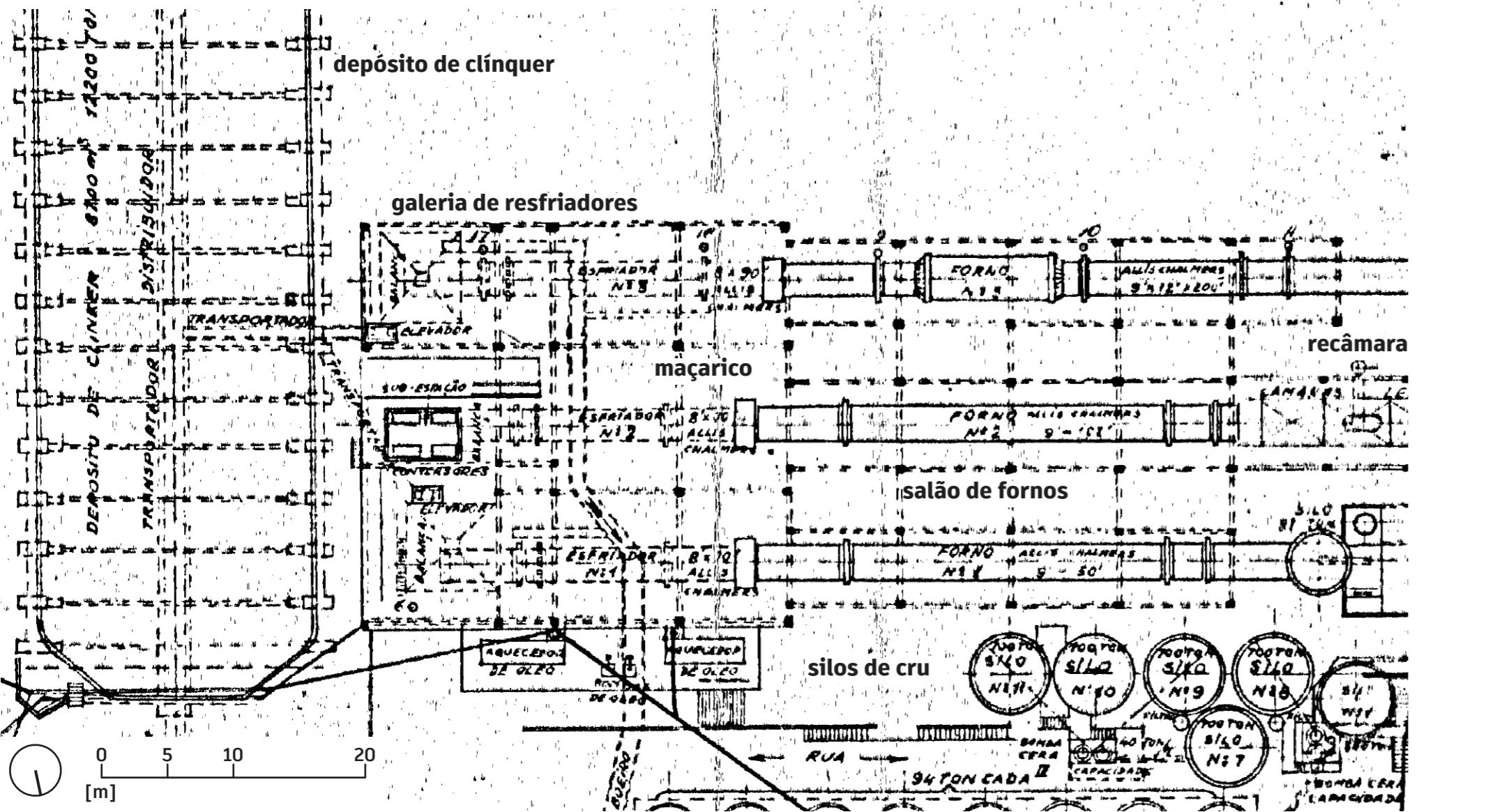


Imagem 16: Vista interior do depósito de clínquer, com aspecto semelhante ao depósito de calcário e argila. Fotografia realizada pela CONPRESP no ato de documentação do tombamento da fábrica em 1992.

E) Obtenção do Cimento Portland

Uma vez produzido o clínquer, podia-se seguir para a parte final da fabricação do cimento Portland. Para isso era necessário misturar o clínquer com proporções adequadas de gesso, o qual era armazenado em pátio coberto. Entre os armazéns desses materiais havia um silo próprio para a mistura, já

que estava conectado a ambos por meio de corredores elevadores. Em seguida, essa mistura era transportada a dois silos para os moinhos de cimento (enumerados de 5 a 8), reproduzindo um percurso equivalente ao da produção do cru, só que dessa vez, quimicamente modificado pela ação do fogo.

A fina farinha obtida no moinho podia receber alguns aditivos, a depender das avaliações químicas das amostras, mas, fundamentalmente, já constituía um cimento pronto para uso. Por conta disso, ele era bombeado para um silo de um conjunto de 8 principais, localizado na parte nordeste do complexo fabril. Cada silo estocava um tipo diferente de cimento Portland. Tal diferença resulta, sobretudo, da proporção empregada de clínquer e gesso na fabricação, uma vez que o primeiro conferiria a propriedade de endurecimento do cimento sob a ação da água, enquanto que o segundo age justamente sobre o tempo de 'pega' dessa mistura, determinando produtos com distintas aplicações e características.⁴²

Por fim, o cimento só era ensacado pouco tempo antes de sua expedição, e esse processo ocorria numa área adjacente aos silos provida de máquinas e encanamentos e dutos de bombeamento.

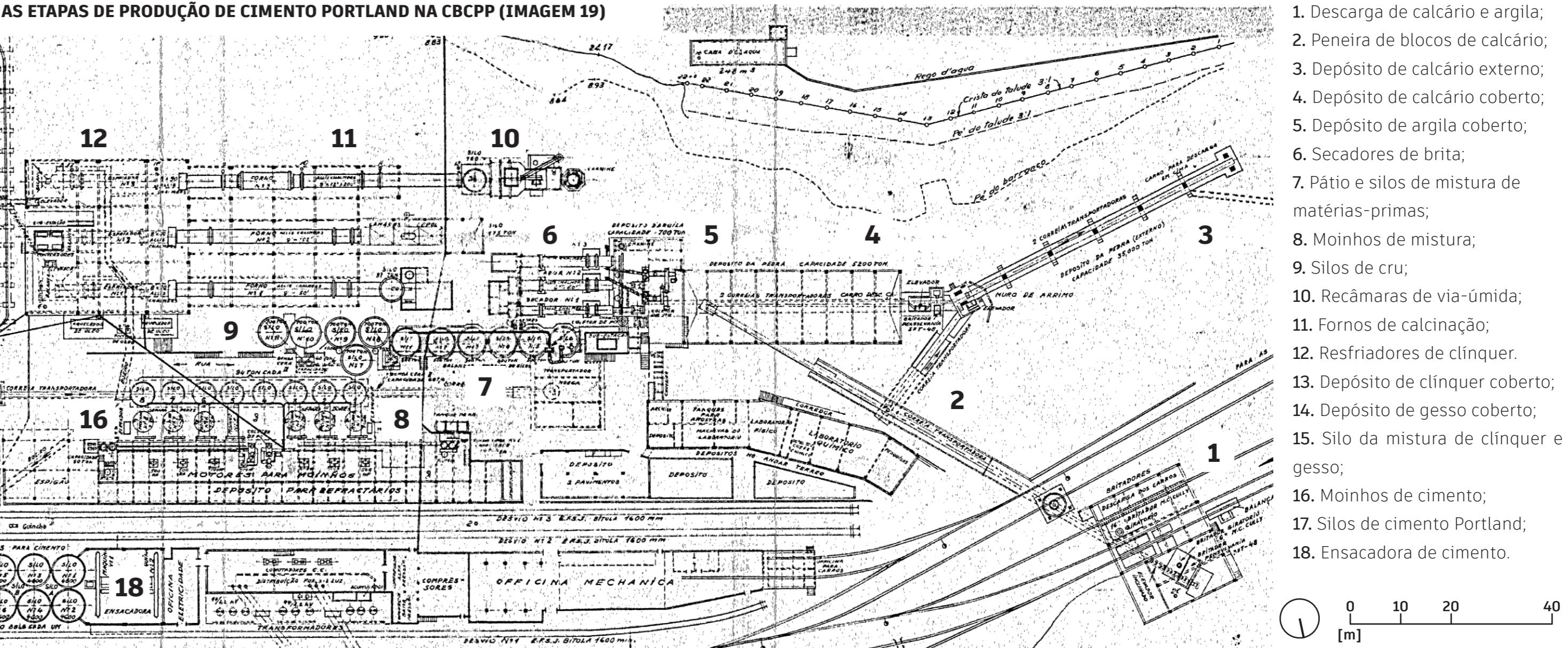


Imagen 17 (acima): Conjunto de 8 Silos de cimento. Foto de documentação para tombamento da CONPRESP.

Imagen 18 (abaixo): Trabalhadores posando a frente das máquinas ensacadoras de cimento. Acervo Nelson Camargo.



PLANTA FABRIL E AS ETAPAS DE PRODUÇÃO DE CIMENTO PORTLAND NA CBCPP (IMAGEM 19)



CAPÍTULO 4

HISTÓRICO DA FÁBRICA

A gestão canandense (1926 - 1951)

Conforme foi dito, nos primeiros 25 anos de fundação, a CBCPP teve como sócia majoritária a empresa canandense Drysdale y Pease, cuja atuação fez de Perus um caso modelo para uma efetiva consolidação do setor cimenteiro na indústria nacional. Para além de toda a infraestrutura urbana e arranjos políticos, o sucesso da empreitada também esteve atrelado a uma meticulosa elaboração da planta fabril e da dinâmica produtiva interna. A começar pelo mais básico: para cada etapa que envolvia a utilização de maquinários, foi edificado um depósito específico (galpão ou silo) de insumos, ordenados em cadeia. Isso não só garantia o fornecimento constante de recursos às diferentes máquinas, como também, em caso da necessidade de reparos, providenciau reservas suficientes para a autonomia temporária de cada etapa na cadeia produtiva.

O fluxo constante no conjunto fabril era importante não só pela otimização do processo numa linha de produção tipicamente fordista, mas porque era uma necessidade direta da dinâmica dos fornos. Estes, devido a sua operação sob condições de temperatura bastante elevadas, demoravam para aquecer apropriadamente, e um tempo ainda maior para resfriar (cerca

[43] JERONYMO, 2016, p. 60.
[44] SIQUEIRA, 2001, p. 34.

[45] ABCP, 1950, 1953, apud SIQUEIRA, 2001, p. 37.
[46] IPEADATA Apud SANTOS, 2011, p. 79.
[47] SIMONSEN, 1967, p. 6-9 apud SIQUEIRA, 2001, p. 6.

de 48 horas). Não por acaso, a fábrica operava ininterruptamente, considerando três turnos de trabalho (manhã, tarde e noite), ao longo de vários dias até haver necessidade de reparos e manutenção.

Evidentemente, essa dinâmica produtiva demandava muito trabalho técnico e braçal, o que atraiu inúmeros imigrantes para a região, vindos sobretudo do interior do estado conectado pela São Paulo Railway. Em grande parte essa mão de obra foi absorvida pela CBCPP, que buscou acomodar seus trabalhadores nas adjacências da fábrica e das pedreiras (Vila Entroncamento e Água Fria). Em setembro de 1934, quando Perus se desvinculou do subdistrito da Nossa Senhora do Ó, transformando-se em distrito autônomo,⁴³ sua população já atingia a marca de 3.504 habitantes.⁴⁴

O rápido crescimento populacional e a decorrente oferta de mão de obra favoreceram a ampliação da capacidade produtiva da fábrica já em seu primeiro ano de atuação, saltando das 60 mil iniciais para as 125 mil toneladas/ano. Em 1930, o potencial da CBCPP já alcançava a marca de 204.000 toneladas/ano com 3 fornos ativos. Não por acaso, das 281.447 toneladas de cimento consumidas em todo Brasil em 1931, 59,37 % foram

despachadas em Perus, afirmados a hegemonia local,⁴⁵ e ajudando o Brasil a suplantar, pela primeira vez, o volume importado desse produto.⁴⁶

Além da produtividade, a gestão canandense em Perus fomentou um cuidadoso controle químico da produção cimenteira, com laboratórios de análise de amostras de depósitos de ditivos. Mas também foi fundamental a constância do destaque geólogo e engenheiro de minas Moraes Rego em 1931, que passou a assessorar as questões ligadas à extração de calcário nas jazidas de Cajamar, haja vista a notável irregularidade química das provisões. Isso permitiu a “confiança dos consumidores pela relativa constância do produto [da CBCPP]”.⁴⁷

Uma outra ação estratégica da gestão canandense foi a aquisição das jazidas de calcário da família Beneduce em 1939, conferindo à CBCPP um controle sobre grande parte da cadeia produtiva do cimento, da extração da matéria-prima e seu transporte particular ao despacho do produto ensacado. Certamente foi um movimento oportunista dos gestores que, num momento de guerra mundial iminente, perceberam o temor de Florindo Beneduce em ter seus bens confiscados, já que era italiano e

uma eventual aproximação do Brasil com os Aliados, em oposição ao Eixo, poderia colocar em risco seus negócios por aqui.

Mas para além de qualquer mérito de gestão específico, é importante ressaltar a conjuntura política favorável à prosperidade dos negócios da CBCPP. Com a queda da República Velha em 1930 através do golpe capitaneado por Getúlio Vargas, começa a ser implantado no Brasil um início de projeto modernizador que buscava uma transição de uma economia agroexportadora para uma do tipo industrial e urbana, seguindo algumas das diretrizes de um incipiente pensamento nacional desenvolvimentista de matriz keynesiana. Entre elas, destaca-se a política de substituição de importações que favoreceu uma dinâmica mais competitiva para a produção nacional no âmbito do mercado interno. Como decorrência direta dela, entre 1933 e 1939, outras usinas de cimento se juntaram à de Perus, como a franquia da Companhia Nacional de Cimento Portland (Mauá) em São Gonçalo/RJ, a Fábrica Votorantim em Sorocaba/SP e a Companhia de Cimento Portland em Itaú/MG.⁴⁸ Conforme nota Elcio Siqueira:

"Por volta de 1940, quase todo o cimento consumido no Brasil era de procedência nacional, situação que perduraria durante a Guerra graças à interrupção de

importações. A demanda, porém, continuava crescendo devido a programas de obras do governo e a um boom de construções imobiliárias gerado por facilidades governamentais para financiamentos, caracterizando um quadro de demanda reprimida que, acabada a guerra, seria seguido por um prolongado período de prosperidade".⁴⁹

A gestão da família Abdalla (1951 - 1970)

Em 1951, a gestão da CBCPP mudou de mãos, indo da empresa canadense Drysdale y Pease para as do empresário brasileiro José João ("J.J.") Abdalla (1903 - 1978), que adquiriu a "fábrica, ferrovia, pedreiras de calcário, o Sítio Santa Fé [...] e terras que cobrem aproximadamente 60% do território do atual Município de Cajamar".⁵⁰ A título de caracterização, a família Abdalla já era proprietária de um extenso "império industrial, bancário e agropecuário" e também detinha um forte capital político em virtude da atuação de J.J. como prefeito de Birigui (1937-1941), deputado federal pelo Partido Social Democrata (1946-1950) e secretário do trabalho (1950-1951) durante o governo de Ademar de Barros em São Paulo.⁵¹ A transição, a princípio, foi recebida com bastante otimismo, e foi celebrada com um



Imagen 2: Vista parcial industrial da CBCPP em 1930. Acervo Nelson Cunha Argi

grande churrasco envolvendo todas as famílias dos operários e o novo patrão.

Tal otimismo não se deu só a nível anedótico. Quando J.J. assumiu a gestão da fábrica, o cenário político e econômico mostrava-se bastante favorável a uma expansão e fortalecimento da indústria nacional. E isso perduraria ao longo da década de 50 com a presidência de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, ambos ligados ao pensamento nacional desenvolvimentista e às políticas de geração de emprego e industrialização. E, mesmo com o fim da II Guerra Mundial e a consequente retomada dos índices elevados de produtividade industrial da Europa, o consumo de cimento brasileiro no mercado nacional continuava hegemonicó, apesar do notável crescimento da taxa de importação desse produto, que alcançou a marca dos 32,85% em 1953 – a maior desde 1931.⁵²

No entanto, o crescimento das importações do cimento de 1944 em diante se deveu menos pela perda de competitividade do produto nacional e mais pela crescente demanda interna e a dificuldade de seu mercado em atendê-la de pronto, conforme mostra a queda desse índice entre 1954 e 1961 – período no qual houve a articulação de um programa nacional de “ampliação

das fábricas existentes e da construção de novas unidades”.⁵³ Não por acaso, em 1957, foi instalada a fábrica de cimento Santa Rita em Itapevi, a primeira localizada na região metropolitana de São Paulo e com capacidade produtiva de 300.000 toneladas/ano, a quinta maior no país, até então.

Com relação ao caso de Perus, a gestão canadense já preparava a segunda ampliação da capacidade produtiva da CBCPP desde meados da década de 40, algo indicado pela aquisição de um novo forno ao final da década, mas que só veio a ser instalado após a transferência de gestão, em 1951. Inicialmente, a fábrica de Perus dispunha de 3 fornos de calcinação de aproximadamente 60 metros de comprimento, estruturados na forma de um espesso tubo de aço revestido internamente por tijolos refratários, que mitigavam a irradiação do calor. Com a adição de um quarto forno ao conjunto, dessa vez mais moderno e com 100 metros de comprimento, o potencial produtivo saltou de 204.000 para 360.000 toneladas/ano, fazendo da CBCPP a quarta maior nesse setor.⁵⁴

Apesar do avanço na capacidade produtiva, o planejamento em torno desse objetivo foi feito de maneira inadequada. A começar pelo fato do forno 4 não ter sido montado integral e

apropriadamente “porque a nova administração dispensara os operários qualificados para reduzir a folha de pagamentos”.⁵⁵



Imagen 21: Vista do forno de calcinação 4.
Fotografia de documentação para tombamento da CONRESP, 1989.

Conforme relatou o antigo operário João Breno Pinto em entrevista concedida à Élcio Siqueira, o forno 4 possuía sutilezas que a nova gestão jamais se interessou em assimilar. Tal negligência resultou no trágico episódio em que o forno 4 explodiu atingindo cerca de 40 funcionários que, por sorte, não

morreram, apesar dos ferimentos e o trauma.⁵⁶ Mas para além disso, não houve uma necessária adequação da planta fabril em frente à nova dinâmica imposta pela implementação de um quarto forno. Nesse sentido, a má capacidade de processamento do forno atrelada à manutenção do que já rodava e funcionários e da produtividade das demais etapas anteriores da cadeia produtiva impôs uma sobrecarga à mão de obra, que se viu cada vez mais explorada e sujeita a condições degradantes de trabalho, incluindo maiores riscos de acidentes. Esse último em decorrência direta da redução da prática de visitas e reparos dos maquinários bem como da limitação do suprimento de materiais e ferramentas adequadas para uma manutenção.

Outra questão muitos sensível e polêmica da gestão J.J. Abdalla foi a remoção de filtros das chaminés ligadas aos fornos, o que aumentou consideravelmente o impacto ambiental da fábrica no entorno. Primeiramente, é preciso considerar que, inevitavelmente, o processo de calcinação é indispensável na produção do cimento – libera gases poluentes para a atmosfera, como é o caso do dióxido de carbono. Por contradição, na extremidade oposta ao maço cônico dos fornos, localizam-se chaminés de grande altura, sendo a maior delas com 55 metros, responsáveis por dispersar esses gases para longe da fábrica.

No entanto, para evitar impactos ecológicos ainda maiores, são instalados filtros nas chaminés que buscam reduzir a passagem de particulados (tais como o cru, cal e fragmento de clínquer) carregados por correntes de convecção dos gases liberados pelos fornos. Consequentemente, com a remoção desses filtros, notou-se casos numerosos de deposição de particulados sobre edifícios do entorno, criando crostas endurecidas por ação da umidade.⁵⁷ E no caso do forno 4, a liberação desses particulados era ainda mais alarmante, haja vista seu funcionamento inadequado e maior potencial de emissão.

A seguir um breve comentário sobre o caso do analista Dr. Miguel Correia Leite, funcionário do Ministério da Fazenda desde 1979, especialista em gestão de pessoas jurídicas e estudioso do caso de Perus:

“Em virtude de nenhum dos fornos possuir filtros, grande parte do cimento saía pelas chaminés e se depositava em cima das casas deste [bairro] Jardim do Russo. Vinha uma chuva ou garoa, e soldava todo o telhado [que, com novas chuvas] acabava cedendo. Calculava-se, na época, que quase oitenta toneladas de cimento eram perdidas todo mês. Houve

uma tentativa de instalar filtros fabricados no Brasil [entre 1976 e 1980], mas não funcionou. Caso fossem colocados filtros eletrostáticos, que era o que se deveria fazer, a economia com cimento não mais perdido amortizaria o investimento”.⁵⁸

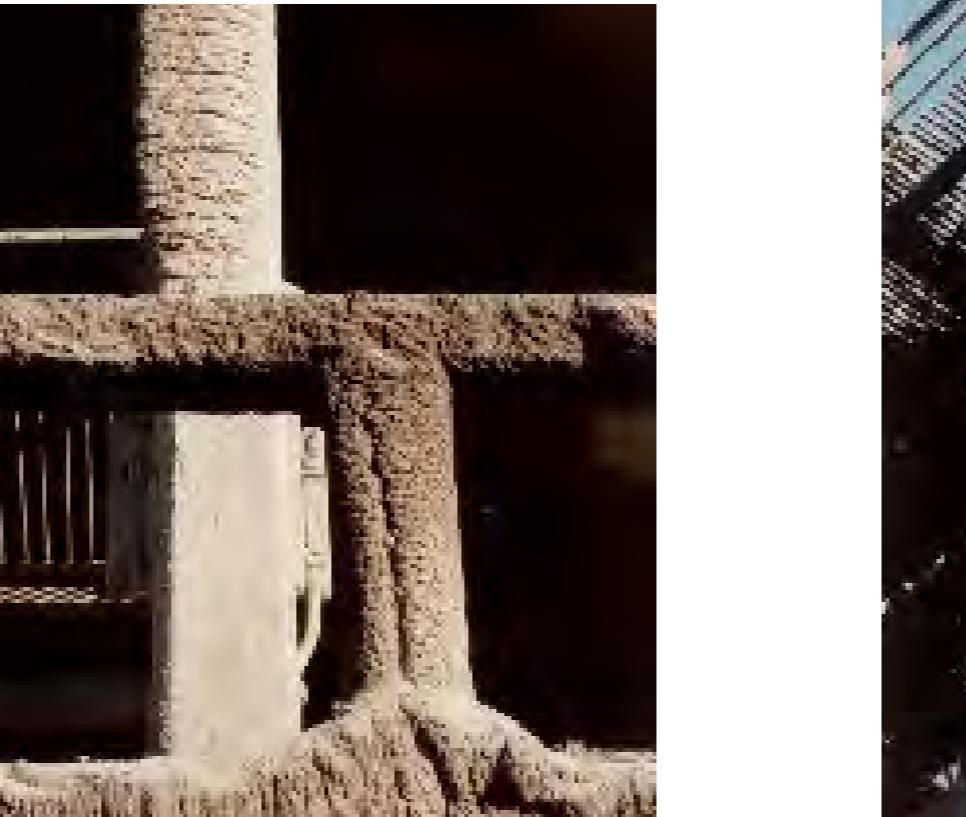


Imagen 22: Crosta de particulados de cimento em guarda-corpos e pilares. Arquivo de documentação da CONPRESP, 1992.



Imagen 23: Crosta de particulados nas estruturas metálicas de esteiras elavadas. Arquivo de documentação da CONPRESP, 1992.

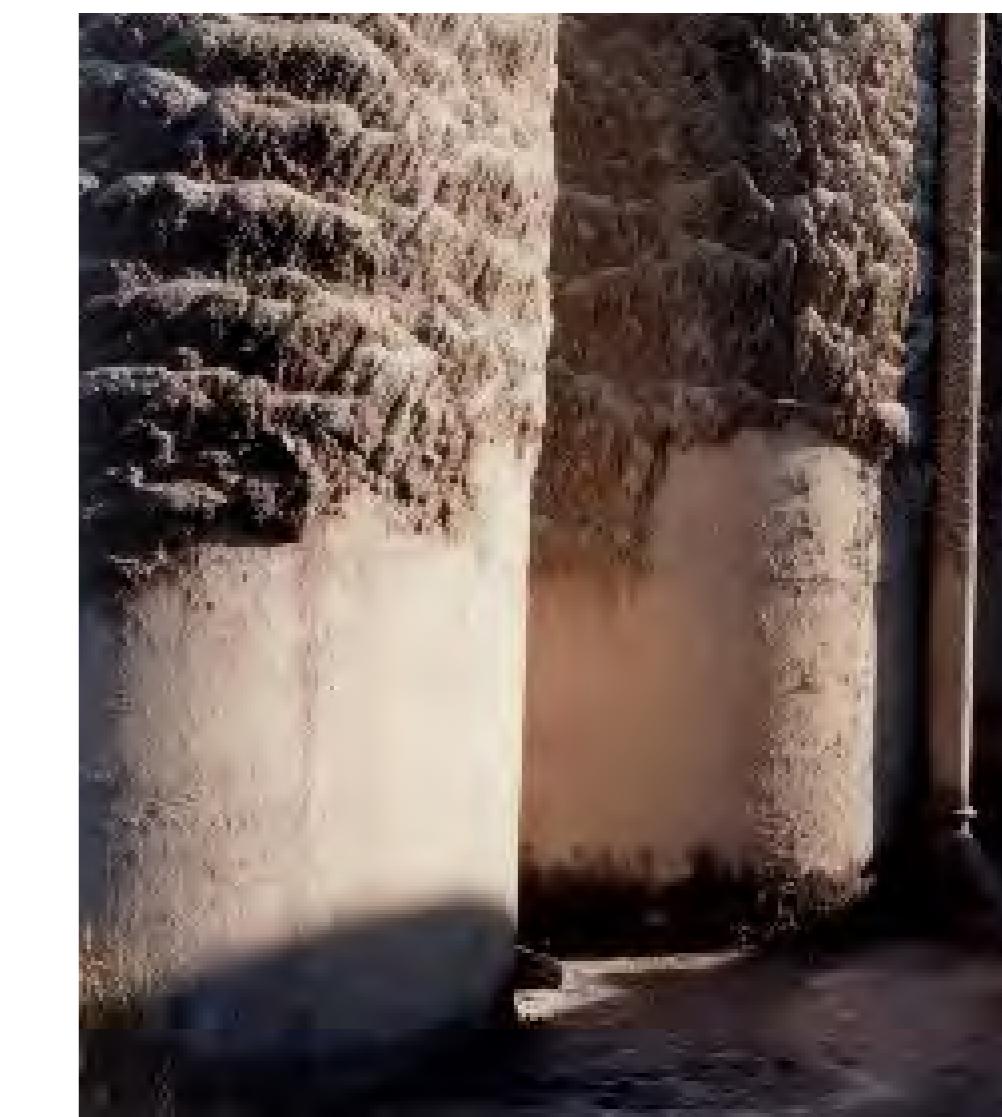


Imagen 24: Crosta de particulados nas superfícies externas de losas de cru. Arquivo de documentação da CONPRESP, 1992.

Tendo em vista essas questões, nota-se a tentativa de Abdalla de aumentar a produtividade da empresa e alargar sua margem de lucro ao mesmo tempo que recorre, em nível técnico-operacional, a meios que só conferiam ganho de capacidade produtiva na etapa final, cuja receita derivaria de maneira proporcional ao volume incrementado de cimento produzido. Desse modo, para compensar a limitação do plano original ante a esse objetivo, Abdalla impõe uma gestão de recursos materiais e humanos baseados na superexploração da mão de obra e contingenciamento de gastos.⁵⁹ Na prática, essa ação não aumentou a obtenção de lucros a longo prazo (conforme será explicado adiante) e, para piorar, afetou o potencial produtivo, uma vez que a “falta de manutenção forçava, frequentemente, a paralisação de algumas etapas da produção do cimento em consequência da quebra de equipamentos”.⁶⁰ Isso explica em grande medida uma produção abaixo da capacidade produtiva nominal (360.000 t/ano), que oscilou entre 274.546 e 327.389 t/ano no período de 1954 a 1961.⁶¹

Não é por acaso que, em pouco tempo, J.J. recebeu a alcunha de “mau-patrão” pelos funcionários, algo que seria repercutido, inclusive, pelo jornal o Estado de São Paulo, historicamente conhecido por representar os interesses da burguesia.

“Mau” porque, “no seio da mão-de-obra empregada, ficou a lembrança do período canadense se não como um paraíso, pelo menos como marcado por um estilo de gestão mais próximo de se aceitar como correto e coerente”,⁶² ainda que sujeita às problemáticas inerentes ao modo de produção capitalista. Nesse contexto, teve início uma série de queixas e reivindicações por parte dos trabalhadores do complexo cimenteiro, cada vez mais organizados em torno de um sindicato cuja força de mobilização conseguiu emplacar duas grandes greves. Tais questões serão desenvolvidas no capítulo seguinte.

A década de 60 já mostrava indícios de crise para a CBCPP. A tonelagem de cimento despachada em Perus oscilou muito e atingiu marcas bem inferiores aos do auge produtivo da fábrica no final da década de 50. Especificamente em 1967, a produção da empresa retraiu a níveis anteriores ao da instalação do forno 4.⁶³ Apesar da retomada da capacidade produtiva no início da década seguinte, a operação da CBCPP estava tecnicamente defasada e com baixo desempenho.

Somado a isso, J.J. Abdalla estava sendo investigado por uma série de fraudes, como a sonegação de impostos e a falência forçada da usina Miranda, o que levou o poder público

federal a confiscar quase todo complexo cimenteiro de Perus (fábrica, ferrovia e pedreira) entre 1973 e 1974.⁶⁴ Para completar, em 1979, o Sítio de Santa Fé também foi confiscado e dividido, dando origem a uma parte do Parque Anhanguera e ao Aterro Sanitário Bandeirantes.

Em 1980, com o leilão da pedreira, ferrovia e fábrica pelo poder público, o Grupo Abdalla conseguiu retomá-las, dessa vez sob a ação do sobrinho de J.J., “Toninho”.⁶⁵ A produção que se seguiu a partir daí foi bastante limitada: o forno 4 deixou de operar devido a ação do movimento popular, a estrada de ferro foi desativada assim como as pedreiras em 1983. E nos últimos momentos, a fábrica se limitou a moer clínquer adquirido junto a Fábrica Santa Rita. Em 1987, a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus foi desativada. Conforme mostra o comovente relato de Elias Aoun, antigo operário e morador de Perus:

“a fábrica não fechou assim no dia 15 [...] ou no dia 16 [de março de 1987] [...]. Foi uma morte paulatina, ela foi morrendo aos poucos [...], morrendo, morrendo e acabou. E um dia a fábrica fechou. Já estava cansada de tanta encrena e um dia ela não trabalhou mais”.⁶⁶

Reflexões e apontamentosacerca da decadência da CBCPP

Em um primeiro momento é possível atribuir o declínio da fábrica de cimento de Perus a uma gama de fatores. Abdalla. Certamente, a negligência com os queijos, a constituição de uma precariedade do trabalho, cada vez maior, as fraudes fiscais e o desinteresse em mitigar impactos ambientais fizeram da CBCPP uma empresa cada vez mais insustentável. No entanto, conforme mostra Eliel Siqueira em suas teses, a administração de Abdalla “não era nem má nem ruim, era só dado que respondeu adequadamente – do ponto de vista de um proprietário de capital – à conjuntura de alta de preços da década de 50”.⁶⁷

A estratégia, portanto, esseve baseada no aumento da capacidade produtiva, da extração de maiores margens de lucro e redução dos custos de produção através da superexploração dos recursos materiais e humanos. Até certo ponto, ela garantiu a ampliação da margem de lucro e favoreceu a compensação de curto e médio prazo aos valores desembolsados naquisição do complexo fabril. No entanto, a mudança de conjuntura nas décadas seguintes, com a estagnação da demanda do cimento, bem como a recessão econômica da década de 80, conferiram

os limites dessa estratégia, que acabou se mostrando “errática e imediatista”.⁶⁸

É preciso avaliar, porém, que a gestão de Abdalla operou dentro de suas próprias possibilidades em um setor e sistema no qual a tendência é a concentração e centralização do capital.⁶⁹ Nesse sentido, conforme observou Elcio, “tornou-se interessante para as empresas com melhor lastro financeiro construir fábricas com fornos maiores e mais sofisticados por conta não das expansões de demanda (que continuava relativamente estagnada), mas de melhorias nos custos de produção”.⁷⁰ E por sofisticado entende-se: fornos que operam imediatamente após o processo de pré-calcinação.

Na planta fabril de Perus, como era o caso de quase todas fábricas de cimento no Brasil até a década de 50, a pré-calcinação não ocorria, porque o cru era pelotizado por via úmida e adentrava diretamente os fornos. A pré-calcinação, no entanto, conhecida por via seca, demandava um reator na forma de torre de ciclones associado ao forno, na qual o cru era gradativamente aquecido, de modo a atingir maiores graus de calcinação após seu processamento no forno.⁷¹ Isso além de aumentar o aproveitamento do cru, reduzia custos de combustíveis e aditivos

aglutinantes. Nesse sentido, empresas com capital suficiente para substituir seus maquinários de via úmida pelos de via seca, acabaram se consolidando no setor em um momento posterior à década de 60, conforme revela o estudo do Elcio e a própria hegemonia da pré-calcinação na produção atual.⁷² Assim, a Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus se insere e repercute um processo mais amplo no qual:

“As instalações antigas ou são aos poucos abandonadas pelos próprios proprietários (como no caso da desativação da usina Santa Rita, em Itapevi, SP) ou atenderão outros propósitos, como a conversão da fábrica Mauá, [São Gonçalo] RJ, em fornecedora de argamassa.”⁷³

CAPÍTULO 5

A LUTA DOS QUEIXADAS

Os trabalhadores da fábrica tinham origens diversas. Alguns deles eram migrantes vindos da região nordeste, de Minas Gerais ou do interior paulista através da serra da influência estabelecida pela São Paulo Railway. E outros tinham origem portuguesa, espanhola, italiana, húngara, entre outras. Um número considerável desses estrangeiros dispunham de um nível de qualificação elevado, o que os levou a ocupar funções de médico, engenheiro, arquiteto ou químico no complexo fabril.⁷⁴

Devido à forma de organização particular da fábrica que compreendia vilas operárias, equipamentos médicos, refeitórios, campo de futebol, capela, salões de festa, quase todas as dimensões de vida dos mais de mil trabalhadores e suas famílias orbitavam em torno do complexo industrial. Assim, formava-se um microcosmo social repleto de memórias e afetos não necessariamente ligados ao trabalho. Muitas pessoas lembram com carinho os momentos de lazer no caramanchão próximo do refeitório; a confraternização de famílias nos refeitórios;⁷⁵ as festas no salão com piso alisado devido à aplicação de fuga, liberdade de circulação pelo terreno desprovido de cercas e muros; os “piscinões de água escarlate” devido à mistura da água de chuva com argila e minérios ali encontrados; retretas e outras

atrações que faziam de lá uma espécie de “mundo mágico”, especialmente para os filhos pequenos dos trabalhadores.⁷⁶

Evidentemente, essa organização socioespacial também tinha uma forte dimensão de controle. Conforme relato de Elias Aoun: “A gente vivia acostumado com o apito da fábrica que soava, pontualmente, às onze da manhã, dez da noite e seis da manhã. Aquele era o relógio de Perus”,⁷⁷ em referência aos três turnos de trabalho utilizado pela fábrica tendo em vista sua operação incessante. No complexo também havia uma série de perigos que submetiam os moradores a riscos de acidentes, como quedas de grandes alturas e atropelamentos por locomotivas. Disso resulta a coexistência de afetos bastante contraditórios no interior desse espaço, como bem nota Vanice Jeronymo em referência a Madeleine Rébérioux:

[...] é o local das explorações, das competições, mas é, ao mesmo tempo, o espaço onde se formam as primeiras redes de solidariedade. Embora a fábrica apareça como a organizadora da vida social e o principal elemento que aporta o lugar da memória operária, fazendo a delimitação do tempo do trabalhador com seu relógio que aponta a hora da entrada e da

saída, o horizonte operário não se limita aos espaços de trabalho, pois coexistem outros lugares operários, igualmente caracterizados pela solidariedade e sociabilidade”.⁷⁸



Imagen 25: Trabalhadores da fábrica posando para foto no interior do depósito de calcário coberto. A fotografia data de 1935. Acervo de Nelson Camargo.

A atuação sindical em face da gestão de João Abdalla

Conforme descrito no capítulo 3, a gestão Abdalla intensificou de modo considerável os conflitos de classe no interior da CBCPP. Foi nesse período que o sindicato passou a atuar com maior protagonismo entre trabalhadores que, de início, mostravam-se um tanto reticentes quanto a essa forma de organização social. Mas isso mudou com a chegada do advogado Mário Carvalho de Jesus em 1954, e a participação do trabalhador de confiança João Breno Pinto na direção do sindicato a partir de 1956. E através de vitórias em processos trabalhistas e a criação de um ambiente favorável à reflexão sobre as condições de trabalho, foi sendo erigida uma base robusta para às lutas sociais que tomariam conta de Perus e Cajamar nos anos seguintes.

A greve de 46 dias em 1958 e o surgimento dos Queixadas

Em 1958, após a proposta de 30% no reajuste anual do salário enviada aos sindicatos dos trabalhadores do ramo de cimento em São Paulo, foi anunciado em jornais um aumento significativo no preço do produto. Isso abriu uma brecha para que os operários e o sindicato investigassem se havia compatibilidade entre os novos custos salariais da fábrica e o

incremento no preço do cimento, a qual se concretizou não só havia incompatibilidade, como ela estava na proporção de 1 para 7, respectivamente. Assim, foi criada uma mobilização sindicato de Perus que passou a reivindicar um reajuste salarial compatível, calculado em 40%. O Grupo Abdalla, no entanto, rejeitou a proposta de pronto. Como forma de evidenciar seu comprometimento ao bem comum e denunciar a injustiça, o processo à opinião pública, os trabalhadores despedidos separam acatar o reajuste salarial de 30% de que o aumento do preço do cimento fosse somente 1/7 do anunciado.⁷⁹ Assim foi criado um impasse que provocou a primeira greve na CBCPP.

Desde o início as forças policiais atuaram no sentido de intimidar os grevistas, mesmo que boa parte deles já fossem trassem dispostos a táticas não violentas de luta. Após 30 dias de paralisação, foi instaurado um dissídio coletivo na Justiça do Trabalho. Ao longo do julgamento a mobilização ganhou cada vez mais força, engajando famílias inteiras de trabalhadores, a vizinhança de Perus, e a opinião pública de modo geral, haja vista o mote da greve “estamos dispostos a ganhar menos, se o preço do cimento abaixar”.⁸⁰ E é o que se vê dizer que assim surgiram os “queixadas”, batizados desse modo por um advogado amigo de Mário Carvalho de Jesus que disse a os trabalhadores:

"[Queixada] é o único bicho que, quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo – daí o nome queixada -, enfrenta a onça ou o caçador; este tem de se esconder numa árvore, porque corre o risco de ser estraçalhado. Vocês estão dando um exemplo de unidade semelhante ao queixada. "Queixada" que enfrenta o tubarão".⁸¹

Percebendo que a mobilização dos Queixadas estava firme, que o trustee do cimento não revisaria o preço das sacas anunciado e que o processo na Justiça do Trabalho poderia se estender por mais 2 ou 3 meses, o grupo Abdalla se viu encravado, tendo que ceder às reivindicações da greve. Esta, então, chegou ao seu fim em 29 de outubro de 1958 com a emissão de um documento pelo sindicato que assegurava, entre outras coisas, o reajuste salarial de 40% aos trabalhadores de Perus e o cancelamento da ordem ilegal de transferência de um funcionário, emitida antes da greve por Abdalla que buscava puni-lo exemplarmente devido a um processo trabalhista anterior.⁸²

Fortalecimento do sindicato Queixada

Após a primeira vitória grevista, foi construída a sede do

sindicato em Perus em sistema de mutirão e autofinanciamento. Tendo em vista a possibilidade de contraofensiva patronal diante das conquistas recentes, foi sendo cultivado no interior do sindicato princípios mais sólidos de atuação entre os trabalhadores. Em sessões de formação que ocorrem ao longo de anos, foram consideradas escritos do Padre Lebret, bem como as formas de atuação política de Martin Luther King Jr. e Mahatma Gandhi, construindo, assim, uma identidade Queixada baseada em vertentes de um cristianismo crítico e socialmente comprometido, em táticas não violentas de ação política, em atuação unida e coesa de trabalhadores, e sintetizada a partir do princípio que ficou conhecido como "firmeza-permanente".⁸³

Em agosto de 1959, 80 funcionários de bom histórico e com 9 anos de serviços prestados à fábrica foram demitidos por João Abdalla, de modo a impedir que atingissem a condição de estabilidade conferida após 10 anos de contrato, conforme previa os direitos trabalhistas vigentes. Num primeiro momento, o sindicato atuou em favor do pagamento de indenizações a esses trabalhadores, mas após assembleias, ficou claro que, mais do que a compensação financeira, interessava a eles a manutenção de seu emprego. A partir daí foi elaborado um documento que prescrevia a readmissão dos funcionários afetados, bem como

garantias contra esse tipo de manobra patronal, conferindo ao sindicato o poder de arbitrar nas questões envolvendo admissão e demissão de funcionários. Assim, sob o risco de greve de mais de mil funcionários, Abdalla novamente se viu pressionado à acatar as reivindicações da minuta de convenção coletiva.

Nos anos seguintes, os Queixadas conseguiram conquistar uma série de direitos trabalhistas complementares, como o salário-família, que previa verbas adicionais a esposas e filhos de até 14 anos dos funcionários, em conformidade com a constituição de 1946; o prêmio-produção, que recompensa uma produtividade mensal acima da média; e fundos de aquisição de casa própria, haja vista a saturação das vilas operárias construídas há mais de 30 anos desde o início de operação da fábrica.⁸⁴

Apesar da oficialização dessas conquistas, a partir de dado momento, as duas últimas deixaram de ser atendidas pelo gestor da fábrica, possivelmente, como forma de desacreditar o poder do sindicato entre alguns trabalhadores, buscando dividir-los – algo provocado também pelas táticas de aliciamento patronal. Assim lançavam-se algumas das bases para um movimento de ataque de Abdalla contra os Queixadas que foi executado alguns anos mais tarde.

A greve dos 7 anos (1962-1969)

No início da década de 60, a força de atuação do sindicato em Perus, chamou a atenção de trabalhadores e dirigentes sindicais de outras empresas pertencentes ao grupo Abdalla que buscaram uma aproximação com os Queixadas. Nesse contexto, o descontentamento foi compartilhado, evidenciando desacordo patronal pelas leis trabalhistas, a prática recorrente de artifícios nos salários, descumprimento de acordos firmados, entre outras questões. A partir da ação conjunta de 3500 trabalhadores ligados ao sindicato da CBCPP, Usina Mirandópolis em Pirajuí, Tecielagem Japy em Jundiaí, Fábrica de Papel Carioca em São Paulo e Cia. Paulista de Celulose em Gájamar, foi enviado um ofício comum ao empregador como forma de cobrar o cumprimento de seus direitos.⁸⁵

Em 14 de maio de 1962, a polícia ocupou a fábrica de Perus, deflagrando o início de uma greve conjunta de 5 empresas do grupo Abdalla. De início, os dirigentes sindicais decidiram uma delas se comprometeram a não firmar acordo com o empregador em separado das demais. No entanto, após 32 dias de greve, três dessas empresas voltaram a funcionar mediante acordo com Abdalla. Assim, a posição de Perus ficou fragilizada,

perdendo cerca de 2.000 representações.

Diante disso, foi criada uma situação oportuna para o grupo Abdalla que a aproveitou a partir de uma série de ações que visavam, extinguir com a mobilização Queixada: aliciamento de trabalhadores ligados ao sindicato, mobilização de deputados estaduais - inclusive de bases trabalhistas-, uso da televisão para criar controle sobre a opinião pública, pedidos de intervenção no sindicato apresentado por trabalhadores ditos “pelegos”, requisição para que o comércio local não vendesse a grevistas, entre outras.⁸⁶ Mas a ação mais dura ocorreu em setembro do mesmo ano, quando a CBCPP entrou com um inquérito na Justiça do Trabalho, com o objetivo de dispensar 501 empregados estáveis, sob a justificativa de “greve ilegal e abandono de emprego”.⁸⁷

Concomitantemente, os Queixadas ainda davam algumas demonstrações de força como a publicação do manifesto “As razões da justa greve da Perus”, que indicava 1.257 trabalhadores favoráveis ao prosseguimento da greve em julho de 1962. Alguns meses depois esse mesmo manifesto foi veiculado no jornal O Estado de São Paulo, o mesmo que havia publicado matérias com pareceres de juristas favoráveis à desapropriação da

fábrica, segundo um modelo de cooperativa de produção não estatal.⁸⁸ Como forma de disputar a opinião pública, a exemplo do que já havia ocorrido em 1958, os Queixadas organizaram greves de fome no centro de São Paulo, onde passaram Natal e Ano Novo de 1962.

Tais estratégias, mostraram-se eficazes para manutenção da greve até certo momento, já que houve muitas doações de comidas e mantimentos, por parte da sociedade civil, instituições e políticos em conformidade com a causa dos trabalhadores. No entanto, algum tempo depois foi deliberado no sindicato que a melhor estratégia para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias seria a procura por empregos temporários, enquanto os processos na justiça não eram finalizados e a fábrica retomava suas atividades através do trabalho de uma centena de fura-greves, os “pelegos”, e novos funcionários ou transferidos, chamados de “pescoscos”.⁸⁹

Em 31 de março de 1964, com o golpe militar, o sindicato da Perus foi primeiro a sofrer intervenção em São Paulo. Os dirigentes e o advogado foram expulsos, e houve abertura de inquéritos policiais. O dirigente do sindicato foi substituído por um funcionário pelego que assumiu a posição oficialmente em

1965, após eleição de chapa única. Mas não tardou muito e os mesmos motivos que revoltaram os Queixadas em 1962, em agosto de 1965, motivaram os pescoscos e pelegos a ensaiarem uma greve, que logo foi suprimida por Abdalla mediante dispensas estratégicas. Foi assim que os muitos trabalhadores desempregados convocaram de volta o advogado Mário Carvalho, que em acordo com os Queixadas, colocou-se à disposição também de antigos pelegos em setembro daquele mesmo ano.⁹⁰



Imagen 26: Fotografia de 1962 mostrando a fachada da sede do Sindicato enquanto ocorria uma grande assembleia. Tal mobilização em meio a greve impediu o pedido de intervenção no sindicato. Acervo de Mário Carvalho de Jesus.

Em 1967, os julgamentos voltaram a circular no Tribunal Paulista, que pouco tempo antes, havia rejeitado o pedido de indenização aos mais de 300 funcionários não estáveis dispensados da CBCPP em razão da greve. Mas meses depois, houve um entendimento mais fundamental: a ceia de suas razões, de tal modo que o inquérito que buscou a dispensa de 501 funcionários estáveis foi indefrido em 1969, obrigando a CBCPP a readmiti-los e “a pagar os salários, com reajustes, juros e correção monetária, enquanto estivessem afastados do serviço” no período compreendido pela greve que durou 7 anos.⁹¹

Nesse sentido, a luta dos Queixadas foi uma vitória parcial, mas não menos heroica, haja vista a conjuntura extremamente desfavorável às reivindicações trabalhistas e sociais no período de regime militar. Ainda assim, nos anos seguintes, novas lutas foram travadas, dando continuidade ao legado Queixada, conforme será mostrado na seção II.

SEÇÃO II

As lutas pela transformação da Fábrica e de Perus

“Cabe a princípio preservar a área habitacional, guardando ainda hoje suas caracte-

rísticas originais, onde residiram e ainda residem os operários ou seus descendentes.

Cabe também preservar as construções industriais da fábrica, com seus galpões, escritórios, oficinas, fornos, máquinas, equipamentos e ferramentas; seus pátios, guaritas, silos e plataformas; o refeitório e as áreas de lazer e recreação e as áreas esportivas.

Tudo isso lembra onde e como viveram os Queixadas. E isso constitui a materialização, em espaços e objetos, de sua cultura e de sua herança.

Mas preservar não pode ser entendido, neste contexto, como congelar, manter inacessível, inacessível, sagrado, pois tal conotação é totalmente estranha para todos aqueles que confundiram suas próprias vidas com as ações que desempenharam. Nada seria mais incoerente com a preservação da memória dos trabalhadores da Perus do que a mumificação das coisas para conservá-las.

Trata-se, portanto, de fazê-las hoje presentes naquilo que têm de mais vivo e dinâmico, retomando sua memória para que sirva de alicerce na construção da história que será. Neste sentido, cumpre pensar os prédios e espaços da velha fábrica como o espaço privilegiado daquelas atividades que contemplam tal perspectiva dinâmica”

Manifesto da comissão pró Centro de Cultura Operária Perus, de 1991

CAPÍTULO 6

O TOMBAMENTO DO COMPLEXO CIMENTEIRO

O processo de tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora

A partir de 1980, a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF) em articulação com movimentos sociais de Perus e de Cajamar encaminharam um pedido de tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora (EFPP) ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) – subordinado à Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

À época, logo após a retomada da EFPP pelo Grupo Abdalla, havia grande receio quanto ao seu sucateamento, sobretudo em face da limitação e esgotamento das pedreiras de Cajamar e a consequente e gradual inutilização dos trilhos em proveito da fábrica. Em 1983, tal pressentimento se mostraria acertado com a desativação da EFPP. Porém, entre seus vários efeitos, o processo de redemocratização no país estava abrindo caminho para uma mudança de paradigma quanto ao reconhecimento de patrimônios. Nesse momento estava sendo construído uma condição de maior receptividade à valorização de bens ligados à cultura e memória da classe operária, em especial conjuntos fabris, ferrovias e vilas operárias, haja vista, por exemplo o protagonismo da mobilização dos operários do ABC no movimento

[92] JERONYMO, 2016, p. 88.

[93] Ibidem, p. 93.
[94] Ibidem, p. 94.

de superação da Ditadura Militar.⁹² Tal mudança também estava indo ao encontro dos princípios delimitados na Carta de Veneza de 1964 e nas discussões contemporâneas de restauro, que promoviam um entendimento mais amplo ao conceito de patrimônio, para além das arquiteturas excepcionais em estado isolado. Não por acaso, a Resolução 05/1987 acatou o pedido da ABPF de tombamento e declarou a EFPP como:

[...] bem cultural de interesse histórico, o acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, incluindo material rodante e instalações (linha férrea, oficinas e equipamentos de apoio, bem como outras instalações), o último remanescente em nosso país de um conjunto completo de ferrovia em bitola estreita, testemunho dinâmico nos dias de hoje do desenvolvimento industrial e suas consequências para o Estado (CONDEPHAAT, Resolução Nº5, 19/01/1987)

Nota-se a partir dessa resolução que o tombamento da EFPP pelo órgão estadual foi pautado, sobretudo, por um viés de valoração atrelado à historicidade e excepcionalidade, ainda que também reconheça o valor do conjunto em sua totalidade, o que inclui as arquiteturas mais modestas a ele associadas.

Conforme mostra Vanice Jeronymo, a EFPP está integrante e relacionada a um processo de expansão da malha ferroviária que se deu através da multiplicação de ramais e pequenas ferrovias responsáveis pela “cata” de mercadorias (como café e cana).⁹³ Nesse sentido, sua concepção moldava-se de acordo com interesses particulares de produtores e baseava-se em perspectivas de desenvolvimento de curto prazo, algo que era favorecido pela flexibilidade de instalação de linhas de bitolas mais estreitas.

No caso específico da EFPP, é significativo o seu emprego excepcional para uso industrial em vez do agrícola, marcando um processo histórico de transformação da matriz econômica do país no início do século XX.⁹⁴ No decorrer do século, no entanto, as ferrovias passaram a ter um papel cada vez mais secundário uma vez que o modelo rodoviário foi assumindo hegemonia. A despeito das inúmeras desativações de linhas ferroviárias, a EFPP manteve uma operação consistente até o meados da década de 1970.

“Tal fato permitiu aos proprietários a abertura cimenteira da estrada com materiais desejados e em bom estado de conservação, formando um acervo variado com relação aos tipos, origens e épocas das peças.

Havia máquinas e vagões adquiridos de estradas de ferro grandes que operavam em mais de uma bairro como, por exemplo, a Cia. Paulista de Estrada de Ferro; de ferrovias de porte médio como a Estrada de Ferro de Dourado; de ramais agrícolas como os da Fazenda Dumont, de usinas açucareiras como a Usina Monte Alegre; de indústrias como a Empresa Cerâmica São-Carlense e de ferrovias suburbanas como a Tramway da Cantareira".⁹⁵

O processo de tombamento da Fábrica e Vilas operárias de Perus

O tombamento da Estrada de Ferro Perus Pirapora em 1987 abriu os caminhos para a preservação da Companhia Brasileira de Cimento Portland em Perus. Em 1989, dois anos após a resolução do CONDEPHAAT em relação à EFPP, o Departamento de Patrimônio Histórico da cidade de São Paulo (DPH) formulou uma proposição de tombamento que compreendia o perímetro do terreno da fábrica e o emitiu para o CONPRESP que oficializou a abertura do processo no mesmo ano.

Dessa vez no âmbito municipal, havia uma conjuntura política bastante favorável à conclusão desse processo uma vez

que Luiza Erundina era prefeita e a filósofa Marilena Chauí estava à frente da Secretaria Municipal de Cultura (SMC). Durante esse governo que durou de 1989 a 1992, uma série de políticas foram norteadas e fundamentadas a partir da noção de "cidadania cultural" que compreende a cultura como:

"[...] um fato ao qual temos direito como agentes ou sujeitos históricos; como um valor ao qual todos têm direito numa sociedade de classes que exclui uma parte de seus cidadãos do direito à criação e fruição das obras de pensamento e das obras de arte".⁹⁶

No caso de Perus, o acesso a bens culturais era bastante limitado, sobretudo devido a sua posição geográfica deslocada em relação ao restante do município e das políticas desiguais entre centro e periferia. Desse modo, o tombamento da fábrica atrelada a uma proposta de reocupação como centro de cultura (conforme demanda popular) possibilitaria, em um movimento só, a preservação de um patrimônio associado à memória da classe operária – sub-representada nos processos movidos pelos órgãos de preservação – ao mesmo tempo em que favoreceria a consecução do direito à cultura e a sua fruição por essa mesma classe.

O processo de tombamento mobilizou muitos moradores de Perus e antigos trabalhadores da CBCPP, alguns do quais Queixadas, de tal sorte que, para além do conjunto tecnicamente produtivo da fábrica, o olhar esteve bastante voltado aos espaços não diretamente associados ao trabalho, como era o caso do refeitório, capela de São José, Vila Triângulo, Vila Portland, campo de futebol, sede do sindicato, entre outros locais. Desse modo, ficou evidente que mesmo diante de uma arquitetura mais excepcional e historicamente significativa – que é o núcleo fabril em si-, grande parte do valor socialmente reconhecido advém também dos locais modestos de construção de sociabilidade entre os trabalhadores, de formação das memórias afetivas e de estímulo à participação nas lutas sociais por direitos.

Nesse sentido, estavam sendo delineados pressupostos complementares àqueles do tombamento estadual concernente à EFPP, conforme bem nota Vanice Jeronymo.⁹⁷ Dessa vez, valorações de carga afetiva e seu caráter simbólico, serviram sobremaneira na legitimação do tombamento. E isso ficou claro na resolução nº 27/92 de tombamento que assim reconhece:

"[...] a importância da memória enquanto alicerce na construção da história e a relevância da memória

dos trabalhadores da CBCPP enquanto símbolo de determinada forma de organização, luta e resistência dos trabalhadores".

Em linhas gerais, essa resolução reconheceu a maior parte das instalações presentes no interior do terreno da fábrica e incluiu também a sede do sindicato em sua adjacência. Uma segunda resolução, nº 36, mesmo ano reconheceu a área da Fazendinha onde fica o ninho da sra. da fábrica de Edwiges Dias, que serviu de variadas formas aos trabalhadores, seja com pensão ou como centro esportivo.⁹⁸ Essa construção é anterior à fábrica e está implantada na margem oposta do ribeirão, na proximidade com a linha férrea da São Paulo Railway, onde também ficava instalada uma fábrica de pôlvora, conferindo-lhe um importante valor arqueológico.

Foram definidos dois níveis de proteção aos edifícios da CBCPP definidos a partir da seguinte lógica. O nível máximo de proteção (preservação integral) foi estendido a algumas casas, mas especialmente aos espaços diretamente associados ao processamento de matérias primas para a produção do cimento, como é o caso de silos, moinhos, chaminés, fornos e encanadoras. O segundo nível de proteção (que admite alterações)

internas, mediante preservação de volumetria, fachadas e materialidade) contemplou a maior parte dos edifícios, como laboratórios, oficinas, refeitórios e algumas casas, em favor da transformação de seus usos e da reapropriação pela comunidade. Foi conferido o maior nível de proteção à Casa de Tráfego e ao Casarão da Ferrovia ou do “M”, inseridos também na proteção conferida pela resolução anterior pelo CONDEPHAAT.

A revisão do tombamento da CBCPP

O processo de tombamento da CBCPP foi marcado por conflitos entre a sociedade civil pró-tombamento e o grupo Abdalla detentor do terreno. A título de exemplo, os proprietários começaram a fazer ameaças de despejo aos moradores das vilas operárias, que tiveram que recorrer à prefeitura e até mesmo ao bispo D. Angélico. Esse episódio é significativo para compreender os interesses antagônicos estabelecidos entre os Queixadas e os Abdalla. Não é por acaso que a prefeita Luiza Erundina assinou o Decreto de Declaração de Utilidade Pública nº 31805/92 com o objetivo de “desapropriar judicialmente ou permitir a aquisição, mediante acordo, dos imóveis necessários à implantação do Centro de Cultura Operária”⁹⁹. No entanto, o decreto assinado no final do mandato de Erundina não foi

levado adiante pelos governos posteriores.

Vanice Jeronymo tece uma ampla reflexão acerca dos limites práticos do tombamento, apontando a omissão dos proprietários, a carência de fiscalização, a desarticulação entre diferentes órgãos de preservação, a imprecisão dos processos quanto a responsabilidades executivas, entre outros motivos, que foram se sobrepondo no tempo e resultaram em uma considerável descaracterização da CBCPP que atualmente encontra-se em ruínas.¹⁰⁰

Assim, é evidente que esse conjunto de fatores favorece cada vez mais o grupo Abdalla, que desinteressado na proposta do Centro de Cultura Operária, encontra na degradação da fábrica uma estratégia de enfraquecimento das restrições impostas pelo tombamento. Não é por acaso, que somente 6 anos após a resolução 27, o grupo Abdalla – detentor de inúmeras empresas e terrenos – manifestou a “impossibilidade financeira para execução das medidas necessárias à realização das obras de preservação preventiva e de recuperação do acervo”¹⁰¹. Argumento esse que passou incólume inclusive em 2002 quando esse mesmo grupo fechou um acordo de indenização com o governo do estado no valor de R\$ 1,38 bilhão em virtude da

desapropriação do terreno onde hoje está implantado o Parque Villa Lobos.¹⁰²

Em 2004, a resolução 27/92 foi revisada e entre as principais implicações desse processo destaca-se a redução do perímetro de tombamento, desprotegendo, assim, áreas de valor significativo aos Queixadas como é o caso da Vila Portland e o campo de futebol. Tal redução do perímetro liberou uma faixa substancial do terreno ao sul da fábrica para um novo tipo de zoneamento e uma consequente descaracterização da paisagem. Nos próximos capítulos essas questões levantadas serão tratadas em maiores detalhes.



Perímetro de tombamento
e níveis de proteção

Resolução nº 27 de 1992

Resolução nº 26 de 1992

CONPRESP/SMC

NP-1: Preservação integral dos edifícios, interiores e exteriores

NP-2: Preservação das características arquitetônicas externas

Semmeção: no tombamento o comível de proteção não específico.

Perímetro de tombamento

0 100 200
[m]





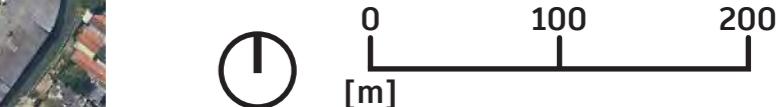
Perímetro de tombamento e níveis de proteção

Resolução nº 19 de 2004

Resolução nº 10 de 2005

CONPRESP/SM

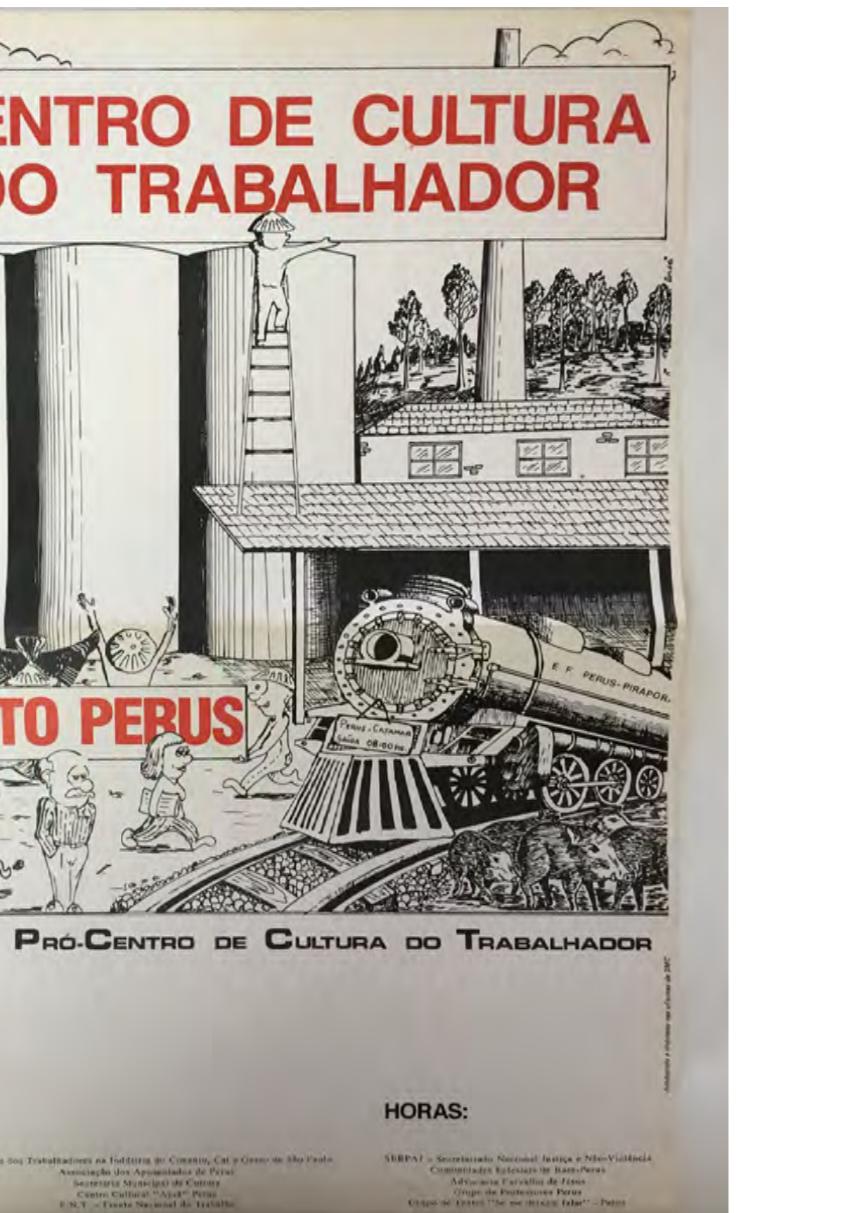
- 
 - NP-1: Preservação integral dos edifícios, interna e externamente
 - NP-2: Preservação das características arquitetônicas externas
 - Sem meção no tombamento ou com nível de proteção não especificado.
 - Perímetro de tombamento
 - Perímetro de tombamento anterior



CAPÍTULO 7

CENTRO DE LAZER, CULTURA E MEMÓRIA DO TRABALHADOR

Imagen 27: Cartaz produzido por volta de 1992 pela Comissão Pró-Centro de Cultura do Trabalhador. Acervo físico do Centro de Memória Queixadas.



- [103] AZEVEDO, 1992 In: JESUS, 1992, p. 88
[104] BEZERRA e BORTOTO, 2019, p. 198.
[105] Ibidem, p. 192.

- [106] SIQUEIRA, 2009, p. 124.
[107] ALVES, 2011.

A reivindicação pela transformação da fábrica em Centro de Cultura e Lazer remonta há pelo menos 1971,¹⁰³ e ganha força ao longo das duas décadas que seguiram, em meio a confisco federais às propriedades da família Abdalla em virtude de fraudes fiscais, preocupações ambientais dos moradores e declínio produtivo de maquinários e instalações. Também, àquela altura, a classe trabalhadora de Perus encontrava-se mais pulverizada, trabalhando em vários lugares cidade, de modo que a dinâmica do distrito não orbitava mais em torno da fábrica. E, cada vez mais, Perus se transformava em um “bairro-dormitório”.

Diante desse contexto, e com base na carência de espaços de lazer e cultura no distrito, a população fica cada vez mais desejosa de transformar a fábrica num local que pudesse atender a essa demanda a exemplo do SESC Pompeia projetado por Lina Bo Bardi e implementado em uma antiga fábrica de tambores.¹⁰⁴ Mas para além de um equipamento de cultura e lazer, os Queixadas queriam transformá-la em um local que promovesse a reflexão acerca do legado das lutas ali travadas e das suas perspectivas futuras. A proposta, inicialmente denominada “Centro de Estudos do Trabalho e Recreação”,¹⁰⁵ acabou ficando conhecida como “Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador”.

Conforme defende a Comissão Pró-Centro de Cultura Operária-Perus, a luta dos Queixadas traz consigo uma série de questões fundamentais às discussões políticas, algumas delas, inclusive, com caráter pionero. Em Perus, não somente aconteceu a maior greve trabalhista no Brasil – que ainda por cima saiu parcialmente vitória e em pleno período de Ditadura Militar-, como também experimentou táticas de enfrentamento baseados na não violência aíva e na firmeza permanente.

Os Queixadas encontraram nessa maneira de conduzir a luta expressões de uma religiosidade crítica e socialmente comprometida, organizada em conjunto com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Juventude Operária Católica (JUC) e algumas denominações protestantes. Nesse sentido, foi um antecessor ético e político do que viria a se tornar a conceção teológica do Cristianismo da Liberação,¹⁰⁶ que entre outras coisas, atuou em favor da derrubada de uma série regimes militares na América Latina e na fundação de movimentos pela reforma agrária como é o caso do Movimento dos Sem Terra (MST) no Brasil.

Outras questões centrais trazidas pelos Queixadas foi a ampla participação de mulheres no processo político e na

abertura de frentes de luta como a de perspectiva ecológica.¹⁰⁷ Conforme foi mostrado, a gestão Abdalla era bastante irresponsável, a ponto de abolir a utilização de filtro nas chaminés dos fornos, o que ocasionava uma grande emissão de particulados de cimento no entorno. Assim muitos trabalhadores se uniram para demandar a instalações de filtros, e quando essa medida não foi atendida, conseguiram, por meio da CETESB, paralisar a operação do forno 4, o mais poluente. E disso, em 1981, seguiu a formação de uma equipe de Vigilantes Comunitários responsáveis por fiscalizar a poluição da fábrica.¹⁰⁸

No final dos anos 80 e início dos 90, a luta pela transformação da fábrica passou a ganhar mais capilaridade a partir da articulações com escolas do distrito, conforme relatam as educadoras Regina e Maria Helena.¹⁰⁹ Era um período favorável a propostas pedagógicas mais democráticas, sobretudo em virtude da atuação de Paulo Freire na secretaria de educação. Assim algumas escolas puderam transformar alguns conteúdos curriculares de modo a abraçar “memória popular e a constituição de narrativas históricas a partir dos acontecimentos” específicos da realidade dos estudantes e suas famílias.¹¹⁰ Uma série de atividades foram propostas em locais como a estação de ferro Perus-Pirapora e a Fábrica de Cimento, de modo a

recuperar lembranças e afetos ligados a esses locais, bem como promover novas vivências e conhecimentos. Uma redação intitulada “O alegre trenzinho”, produzida por um aluno em uma dessas atividades, mostra por meio de uma linguagem bastante sensorial e concreta o desejo em reativar os trens que operavam na EFPP bem como o de recuperar os piqueniques ao ar livre que aconteciam no entorno dos trilhos.¹¹¹

Tais práticas didático-pedagógicas têm desdobramentos até os dias atuais, e fazem parte da história de construção da identidade de Perus. A atuação da Universidade Livre e Colaborativa, bem como a construção do Território de Cultura e da Paisagem e o projeto de Eco-praça em desenvolvimento pela EMEF Philó são processos que dão continuidade às bases lançadas pelas décadas de lutas em Perus.

Centro de Memória Queixadas

A fábrica ainda não foi transformada em Centro de Cultura, mas um passo importante foi dado com a fundação do Centro de Memória Queixadas – Sebastião Silva de Souza (CMQ) em março de 2022. O projeto foi viabilizado pela 4ª edição da Lei de Fomento à cultura na periferia (2019) e foi acolhido pela Biblioteca

Padre José de Anchieta que disponibilizou parte de seu espaço para a instalação física de sede. Atualmente, o CMQ funciona a partir do trabalho realizado por 6 pesquisadoras e educadoras das mais variadas formações e atuantes em Perus desde antes da fundação do CMQ. São elas: Angélica Müller, Erika Barbosa, Michele Pereira Souza, Patrícia Barbosa, Rosa Rosa Gomes e Sheila Moreira. Há também a colaboração frequente da Regina Bortoto, e da diretora da biblioteca Maria Elizabeth Pedrosa.

Durante esse período, para além da formação de um acervo físico com documentos, fotos, livros, cadernos e cartazes, uma série de projetos começaram a ser realizados, como o da realização de entrevistas com antigos Queixadas e moradores de Perus. Também foi desenvolvido uma proposta mais lúdica como o jogo denominado “Perus no Tabuleiro da Memória: Conhecendo e Reconhecendo a História”, financiado através da 7ª da lei de fomento à cultura na periferia (2022).

Em março de 2024, foi lançado à público o Plano Museológico do CMQ, após um ano de elaboração coordenada pela museóloga Carla Grião. Para além de encaminhar algumas ações do CMQ para os próximos anos, o plano coloca como horizonte a mudança de sede para a Fábrica de Cimento para que o projeto

assim assuma sua máxima expressão, conforme desejado antigamente.

A atual sede do CMQ conta com basicamente 4 espaços: uma pequena sala de acervo com estantes deslizantes, uma sala de pesquisa e conservação, uma galeria expositiva e uma sala de palestra compartilhada com a biblioteca. Na fábrica, a modernização do CMQ certamente seria mais generosa, funcional e flexível e abriria novas possibilidades de atuação institucional.



Imagem 28: Evento de lançamento do Plano Museológico do Centro de Memória Queixadas. Fotografia tirada por mim em março de 2023.

CAPÍTULO 8

PROJETO DO PARQUE LINEAR RIBEIRÃO PERUS

Imagen 29: Perímetro de delimitação do projeto do parque Ribeirão Perus em 2008. Mapa elaborado por mim a partir de imagem de satélite do Google Earth Pro.



A criação do Parque Linear Ribeirão Perus (PLRP) foi proposta em 28 de maio de 2008 como decreto nº 4.529 emitido pela Prefeitura Municipal de São Paulo, sob gestão de Gilberto Kassab. O projeto integra um programa maior abrangente do município lançado no mesmo ano pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) denominado 100 Parques para São Paulo. Em um diálogo parcial com as diretrizes do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002, o plano visa expandir as áreas verdes e conter o avanço da mancha urbana para as regiões limítrofes da cidade onde se encontram grandes áreas de preservação ambiental, como a Serra da Cantareira (zona norte), Reserva Billings e Guaírapiranga (zona sul) e nascentes do Arcanduva (zona leste).

A elaboração do projeto do PLRP ocorreu mediante a parceria entre Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM) - criada por professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) - e a prefeitura municipal de São Paulo (PMSP), com coordenação geral do Professor Doutor Geraldo Gomes Serra (FAUUSP).¹²⁰ Os fundos para a realização do projeto foram arrecadados por meio da venda de crédito de carbono obtido na produção e negociação da usina termelétrica instalada no aterro Bandeirante em 2007 após sua desativação. Conforme prescreve o Protocolo de Kyoto

(assinado em 1997 junto à ONU), os fundos arrecadados na negociação de crédito de carbono devem ser aplicados no local de sua obtenção, em benefício do desenvolvimento sustentável da comunidade.¹¹³

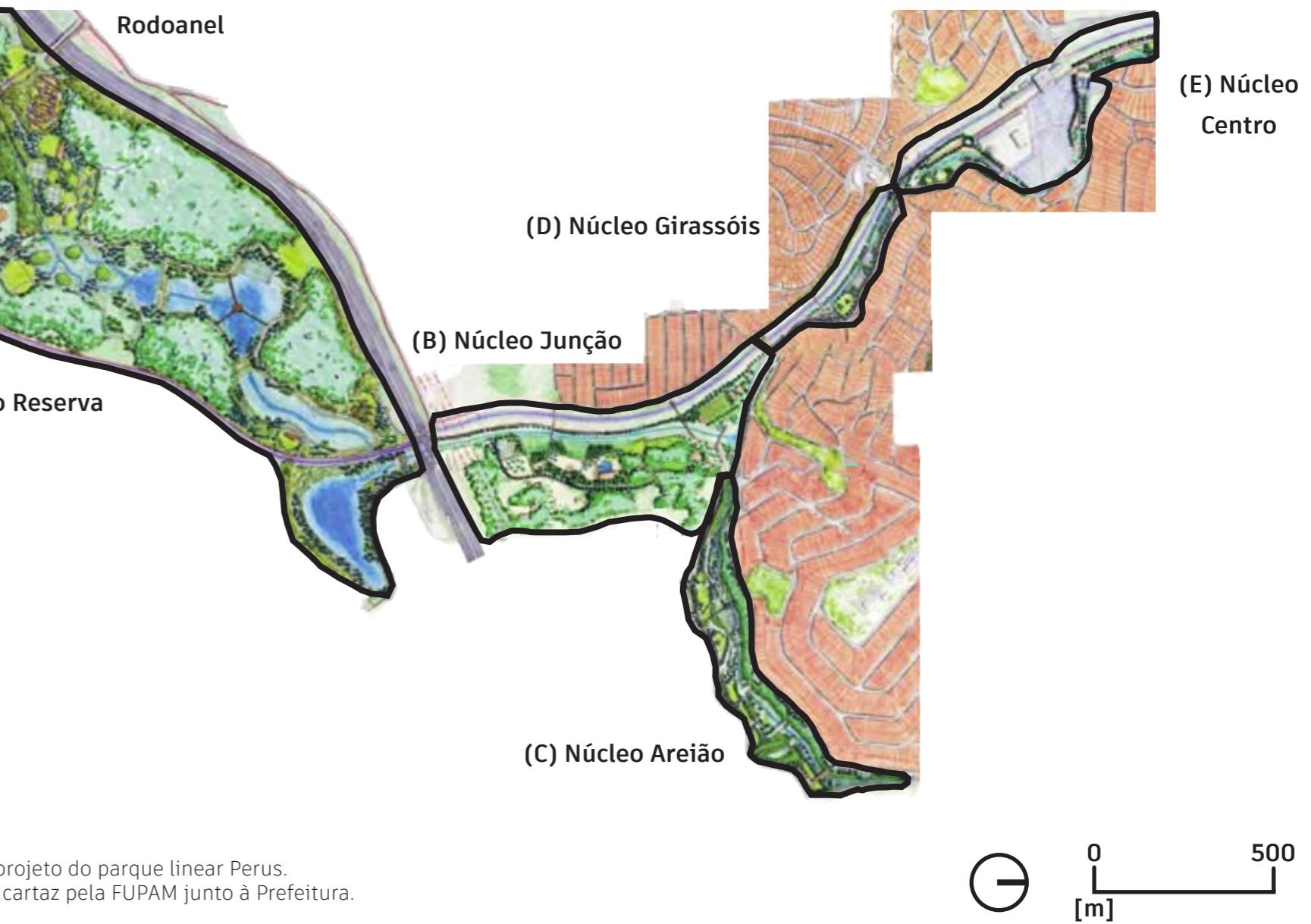
Conforme mostra o levantamento de Miguel Crochik, desse fundo arrecadado, R\$ 20,5 milhões foram aplicados na contratação do projeto e nas desapropriações iniciais para a delimitação do parque. O projeto previa um custo de execução de aproximadamente 190 milhões, mas isso sem considerar os valores envolvidos nas remoções de moradia.¹¹⁴

O parque está inserido na bacia hidrográfica Ribeirão Perus e abarca uma área de aproximadamente 160 hectares que se estende de uma reserva demarcada como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), localizada nas imediações do cruzamento da Rodoanel Mário Covas com a Linha 7 - Rubi da CPTM, e segue por esta no sentido noroeste, acompanhando também o curso do Ribeirão Perus até chegar ao centro distrito de Perus localizado na margem oposta à antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland de Perus.

Em certa medida, a construção do discurso em torno do

projeto do PLRP dialoga com algumas das resoluções do PDE e da ONU, sobretudo no que diz respeito aos fatores ambientais em sentido amplo.¹¹⁵ Argumenta-se em favor da conexão entre as áreas verdes e da reestruturação da bacia Hidrográfica Ribeirão Perus, especialmente em seu trecho final que deságua no Rio Juqueri, afluente do Tietê. A estratégia para tal prevê a criação de áreas de proteção permanente (APP) ao longo dos cursos d'água dos rios e córregos (daí a caracterização linear do parque), tendo em vista o combate a enchentes e ao assoreamento de leitos, bem como a melhoria da qualidade hídrica e sanitária da região.

O discurso também alega uma aproximação com os interesses da comunidade, tanto na condução do projeto, quanto nas proposições que preveem a criação de espaços de lazer ao longo do parque voltados ao usufruto da população local. No entanto, é preciso avaliar o grau de sustentação desses objetivos declarados mediante o desenho de seus espaços e seus prováveis impactos. O projeto consiste de cinco núcleos principais, o Reserva, Junção, Areião, Girassóis e Centro, encadeados de sul a norte, respectivamente, e descritos a seguir conforme Memorial emitido pela FUPAM e a partir de observações e críticas tecidas por Bezerra, Sandeville Jr. e Angileli.



A) Núcleo Reserva

O núcleo Reserva é o maior entre os cinco, e comporta uma área de 69 hectares situada bem ao sul do distrito de Perus, na divisa com o Jaraguá. Disposto no limite da Vila Aurora, margeado pelo Rodoanel Mário Covas e a linha férrea da CPTM, esse núcleo relativamente isolado é caracterizado pela densa arborização e pelas grandes declividades, que acabam por conformar uma vale por onde corre protegido o ribeirão Perus até encontrar a foz de um córrego.

Por conta disso, e tendo em vista a classificação da área quanto ZEPAM no plano regional estratégico de Perus, seu desenho prevê a criação de bacias de contenção na várzea, a fim de diminuir o pico de escoamento hídrico à jusante, onde atualmente há maiores riscos de inundações de vias e de casas¹¹⁶. Já nas imediações da Vila Aurora no Jaraguá, estão previstos equipamentos esportivos, praça, lanchonete e playgrounds.¹¹⁷

B) Núcleo Junção

O núcleo Junção é um pequeno trecho do parque responsável por articular o núcleo Reserva com os demais, e está

situado após o cruzamento com o Rodoanel, seguindo a linha férrea até o encontro do ribeirão Perus com a foz do córrego Areião. Contemplando uma área de cerca de 12 hectares, esse núcleo é marcado por ser uma várzea com cobertura vegetal parcial, de caráter antropizado, onde se localizam também alguns galpões industriais e chácaras de ocupação bastante antiga.

Para esta área, apesar de sua pequena proporção, foi pensado um programa bastante diversificado que contempla uma escola ambiental, secretaria com departamento de cultura e de esporte, quadras e equipamentos esportivos, decks e áreas de “praia”. Em vista da complexidade do programa, o desenho urbano desse trecho foi radicalmente alterado e prevê a desapropriação dos vários estabelecimentos ali presentes.

C) Núcleo Areião

O núcleo Areião é um braço do parque na direção oeste-leste de 12 hectares que contempla o trecho final do córrego que lhe dá o nome e onde era extraído caulim.¹¹⁸ Apesar de ser bastante acidentada, a área é densamente urbanizada e estruturada, com vias que acompanham as feições topográficas. Nas

proximidades do córrego, há uma densa mata ciliar em consôncia, nesse trecho, com as diretrizes da APP do Código Florestal e sua classificação quanto ZEPAM.

Por conta desses fatores, a população local está pouco sujeita a deslizamentos e inundações. Na extremidade leste do núcleo encontra-se a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, adjacente ao Rodoanel, onde o projeto do parque busca consolidar um importante marco de entrada em Perus e do próprio parque. Em vista de seu potencial paisagístico, busca-se a transformação da várzea em área de recreação e lazer com ciclovias, pistas de skate, trilhas e mirantes.

D) Núcleo Girassóis

O núcleo Girassóis situa-se à jusante da articulação dos núcleos Junção e Areião, onde o ribeirão Perus corre na mesma direção da linha férrea. É um trecho de 21 hectares bastante plano, com pouca cobertura vegetal e densamente ocupado nas duas margens por habitações de alvenaria relativamente antigas e, em grande parte, já consolidadas. A oeste encontra-se a comunidade do Recanto dos Humildes, e a leste, a Vila Fanton. Justamente nesta margem está prevista a construção do

principal eixo de lazer do parque, com vários equipamentos esportivos, ciclovia e esplanada. Para tanto, desaparece um grande plano de remoção que abrange todos os lotes ao lado da Avenida Domingos Antônio Di Sandro, atualmente em contato direto com o ribeirão.

E) Núcleo Centro

Por fim, foi elaborado o núcleo Centro que contempla uma área de 48 hectares localizada ao longo do lado do ribeirão Perus que atravessa justamente o centro histórico do distrito, a fim de chegar nas imediações da antiga Fábrica e Cimento Portland. Nesse trecho há grande diversidade de usos e ocupação do solo, onde encontra-se a histórica estação Perus da linha 7-Rubi, habitações e unidades comerciais consolidadas, equipamentos de educação como a unidade do CIEU, bem como outros estabelecimentos de cultura e lazer. A despeito disso, o projeto prevê a remoção de alguns lotes, a fim de manter a continuidade do parque nesse trecho, pensado sobre tudo como área de maior circulação e menor cobertura vegetal. Para tanto, o planejamento pretende qualificar as vias marginais, incentivando um passeio urbano mais livre, com presenças pontuais de quiosques, áreas expositivas e cinema ao ar livre.

Críticas ao projeto

É perceptível, a vista dessa breve descrição do projeto, que os impactos sociais do parque serão muito maiores do que a simples provisão de áreas verdes de lazer para a comunidade. A começar pela grande quantidade de remoções previstas para sua execução, como é o caso das moradias do núcleo Girassol. A princípio, aponta-se para os impactos ambientais negativos dessa ocupação bem como aos riscos sanitários a que essa população está sujeita, a fim legitimar remoções, mas ao mesmo tempo, o próprio projeto prevê bacias de contenção à montante justamente para amenizar esses riscos. Provavelmente, avaliações mais detalhadas sobre essas condições¹¹⁹ bem como uma articulação mais ampla e diversificada de medidas de controle da dinâmica hidrológica poderiam resultar num plano mais eficiente, evitando a expulsão de moradores do núcleo Girassol.¹²⁰

Outras remoções previstas, ainda mais carentes de justificativas para além da implantação do parque em si, incluem algumas chácaras históricas de Perus no núcleo Junção, a atuante Comunidade Cultural Quilombaque no Centro e alguns galpões industriais localizados nesses núcleos. Em grande medida, essas ações tecnocratas são sintomáticas da falta de diálogo

entre os idealizadores do projeto e a população local, historicamente engajada em movimentos que lutam pela transformação de Perus que, embora em acordo com a necessidade de uma parque, só foram consultados em etapas iniciais de elaboração do programa, mas que agora pouco se veem representadas pelo desenho executivo.¹²¹

Conforme analisa o geógrafo Pedro Bezerra, parte da validação do desenho do parque ocorreu mediante uma retórica ambiental que buscou suplantar alguns dos impactos sociais negativos do projeto com um suposto atendimento de demandas ecológicas.¹²² No entanto, conforme questiona Sandeville e Angileli, até do ponto de vista ecológico o projeto não encontra maiores sustentações.¹²³ O próprio desenho do parque não atende, em sua extensão, os preceitos de um parque linear, havendo em vários trechos perda da cobertura vegetal ou ausência de APP. E isso não se dá só a nível de “desenho dos equipamentos e espaços públicos, mas aos conceitos gerais que os precedem”.¹²⁴

Nesse sentido, uma ausência notável na delimitação do parque é da grande área vegetada que pertence a uma mineradora em operação nas proximidades do núcleo Reserva. Sua apropriação pelo poder público não só aumentaria

significativamente a escala e alcance social do parque (o que inclui a porção nordeste do Jaraguá), como também contribuiria de maneira mais efetiva no controle da vazão hídrica a jusante, algo que poderia evitar, inclusive, algumas das remoções previstas no plano, além da seu impacto em benefício de outras bacias da região.

O parque proposto também não assume um papel fundamental de conectividade com outras áreas de preservação, algo que poderia ocorrer mediante a criação de corredores ecológicos, por exemplo. Localizado num ponto intermediário entre os parques estaduais da Cantareira, Anhanguera e Jaraguá, o Parque Linear Ribeirão Perus resguarda um grande potencial de articulação entre eles, que seria viabilizado por um desenho que incorporasse grandes áreas vegetadas de mineradoras da região, do aterro Bandeirantes entre outros fragmentos vegetacionais próximos. Sandeville e Angileli reconhecem o núcleo Areião e Junção como o setor chave do parque na aproximação com o do Cantareira, tendo em vista inclusive, os impactos da implantação do Ferroanel Norte.¹²⁵

E, em se tratando de um parque linear e seu potencial de conectividade, é no mínimo ilógico interrompê-lo no centro

do distrito sem considerar o trecho final do Ribeirão Perus, que deságua no Rio Juqueri, afluente do Tietê. Justamente nessa área encontra-se a antiga Fábrica de Cimento Portland de Perus.

A vista disso tudo, nota-se o emaranhado de contradições presentes na concepção do Parque Linear Ribeirão Perus, pretensamente à serviço da comunidade local e à agenda ambiental, mas que com maior determinação remove famílias em situação de vulnerabilidade social e com laços afetivos históricos com o território, ao mesmo tempo que se queria aí apropriação de grandes terrenos privados do entorno, fundamentalmente mais estratégicos e eficazes no atendimento dos objetivos declarados no plano de sustentabilidade do parque.

Desse modo, como destaca Pedro Bezerra em sua tese em torno do projeto, há uma instrumentalização do discurso ambiental que escamoteia “as contradições existentes no processo de produção da cidade, como a valorização das áreas próximas, a segregação que essa valorização irá produzir além da própria uso que se faz desses lugares e por que as parcelas da população”.¹²⁶ Assim, os interesses especulativos de grandes grupos privados sobrepuja-se aos interesses da maioria da população que ou se vê expulsa do território ou é privada de sua terra,

sendo um exemplo representativo disso o desenho do núcleo Girassol, onde, além das remoções, há uma carência de melhores transposições entre o parque e comunidade do Recanto dos Humildes, segregada pela via férrea, delimitando o que futuramente pode vir a ser, também, uma fronteira de classe.

G) Desdobramentos recentes

Em 2015, a coordenação de Planejamento Ambiental emitiu uma série de diretrizes para que o projeto original pudesse ser revisado. Nessas diretrizes, o perímetro do parque foi mantido, à revelia das críticas formuladas em torno do plano de remoções de uma parte da comunidade.

O projeto revisado foi apresentado em 2019, e as obras foram iniciadas em maio de 2022 por meio do contrato 037/SIURB/2022 cotado no valor de R\$ 130 milhões. A empresa contratada firmou um prazo de finalização das obras de 36 meses, e está focalizando as ações na canalização do ribeirão e criação de reservatórios de contenção nas proximidades do Rodoanel Mário Covas.



Imagen 31: Fotograma do vídeo de divulgação das obras do parque Linear Ribeirão Perus.
Disponível em vídeo do canal oficial da Secretaria Municipal de infraestrutura urbana e obras no YouTube.

CAPÍTULO 9

POR UMA UNIVERSIDADE LIVRE E COLABORATIVA

A Universidade Livre e Colaborativa (ULC) é uma iniciativa posta em andamento em 2011 que tem se debruçado sobre as questões urbanas, ambientais e culturais suscitadas pela região noroeste do município de São Paulo mediante atividades experimentais didático-pedagógicas que mobilizam a comunidade local.

Tais realizações foram possíveis em virtude da aproximação e diálogo de coletivos (como a Comunidade Cultural Qui-lombaque e o Coruja), artistas, professores e lideranças sociais do distrito de Perus com pesquisadores e docentes do Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade (LabCidade, sediado na FAU USP), coordenado pelo Prof. Dr. Euler Sandeville Jr.

“Neste sentido, trata-se de uma experiência de construção partilhada de conhecimento sobre a cidade e de problematização do desenvolvimento local, em vários sentidos pioneira. Considera-se, nesse diálogo e confronto de saberes e experiências, a história da região e sua conformação natural, a memória viva de seus moradores, suas práticas culturais e lutas, a articulação entre questões locais e regionais,

- [127] SANDEVILLE et al, 2016, p. 10.
[128] SANDEVILLE JR., 2010.
[129] SANDEVILLE JR., FERNANDES e BORTOTO, 2016, p. 16.

- [130] VELLARDI, 2017, p. 36.
[131] SANDEVILLE JR., FERNANDES e BORTOTO, 2016, p. 10.
[132] PACHECO, 2014, p.11 In. VELLARDI, 2017, p. 48.

estudando, portanto, as questões urbanas, culturais e ecológicas implicadas em suas diversas escalas”¹²⁷

Na caracterização do programa é possível destacar a valorização dos saberes e práticas locais em aliança com arcabouços teóricos da academia, numa perspectiva de “aprendizagem em ação”¹²⁸ transdisciplinar e poética.¹²⁹ Para além de cursos e aulas em escolas públicas, sobretudo no CEU, boa parte das atividades desenvolvidas pela ULC ocorreram em espaços não habituais como igrejas, moradias, praças, entre outros espaços de relevância cultural, histórica, ambiental e humana. Conforme descreve a geógrafa Ana Vellardi, integrante do NEP e participante da ULC, era muito comum ocorrerem aulas itinerantes, derivas urbanas, ocupações nas dependências da antiga fábrica, entrevistas e conversas com antigos membros do movimento dos Queixadas e seus familiares, bem como roteiros de visitação a parques e aldeias indígenas do entorno.¹³⁰

Buscava-se, assim, reconhecer as potencialidades estéticas e éticas da vida cotidiana compartilhada na região em escala alargada a fim de transformá-la coletivamente por meio de processos dialógicos e pacíficos, de modo a instigar uma espiral de conhecimento e sensibilidade.¹³¹ De certa maneira, o mote de

atuação da ULC vem na forma de um questionamento à maneira de “o que se aprende dentro de um edifício escolar que não possa ser apreendido fora dos seus muros”¹³² Nesse sentido, seu programa educacional buscou contemplar ao menos os campos de grande pertinência da paisagem da região: patrimônio e meio ambiente, conforme analisa Vellardi em sua tese.

Com relação à educação patrimonial, destaca-se os trabalhos realizados pelas educadoras Regina Bortoto e Simone Scifoni, ambas ligadas à Rede Paulista de Educação Patrimonial (REPEP-FFLCH), que mediaram, juntas à ULC, um importante debate acerca da Cia. Brasileiro de Cimento Portland de Perus em vista da construção de um território especial da cultura e da paisagem na região. Tal mobilização resultou na importante participação de Perus na “Jornada do Patrimônio” de 2015 em uma oficina “Debate e Patrimônio”, ambas organizadas pelo DP-HA. A educação patrimonial também está diretamente ligada ao trabalho realizado por José Sônia (membro do Agende São José e denominado Agência Queixadas) que há anos organiza roteiros de visitação aos vários locais históricos do território como é o caso da Fábrica, cemitério Dom Bosco (área de Perus que remonta à ditadura), às aldeias guarani M'bya, Casa do Hipp e entre outros locais.

Também se destaca a iniciativa do Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural (IFPPC) em preservar e revitalizar a Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP). Embora haja vários trechos descontinuados, a EFPP constitui um importante percurso que interliga a Fábrica às pedreiras de Cajamar. Como forma de favorecer a reocupação bem como de restabelecer os vínculos afetivos com o conjunto patrimonial, a ULC ajudou a convocar uma série de atividades lúdicas nesses espaços com a colaboração do Grupo Pandora de Teatro e a Quilombaque.¹³³

Com relação à educação ambiental, é fundamental destacar a participação de Perus na “Jornada de Polos de Educação Ambiental” em 2015. A iniciativa foi organizada pela Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura da Paz, ligada à SVMA,¹³⁴ em proveito da mobilização popular no distrito promovida por ações como o Programa de Educação e Conservação Ambiental “Chão Verde Terra Firme”¹³⁵ e a ULC. Com elas, acumularam-se levantamentos e análises de dados e históricos da região, a partir de fontes diversificadas, incluindo entrevistas e visitas de campo, que encontraram nas aulas participativas das disciplinas de graduação e pós-graduação ministradas por Euler junto ao NEP um meio de sintetizar e processar essas experiências, vivências e informações.

Atualmente, uma interessante ação da ULC encontra-se no projeto da Eco-Praça, desenvolvida a partir da colaboração de docentes e pós-graduandos do NEP da FAU USP com estudantes da EMEF Philó. Tal projeto, em desenvolvimento contínuo, foi recentemente contemplado com o 2º lugar no “Prêmio Roberto Burle Marx 2024”, conferido pela Associação Brasileira de Arquitetos e Paisagistas.



Imagen 32: Atividade da Universidade Livre e Colaborativa em escolas de Perus colocando em pauta as possibilidades de transformação do território. Acervo pessoal de Euler Sandeville Jr.

CAPÍTULO 10

TERRITÓRIOS DE INTERESSE DA CULTURA E DA PAISAGEM

A criação dos Territórios de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) é fruto da confluência de duas propostas levadas à câmara de vereadores entre 2013 e 2014, durante a formulação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo. De um lado havia a demanda do Movimento Belas Artes (MBA) pela criação de um corredor cultural compreendido entre o Praíso e a Luz, ao longo das avenidas Vergueiro, Paulista, Consolação e outras vias. O objetivo dessa proposta era salvaguardar os bens culturais presentes nesse eixo, sobretudo cinemas de rua, teatro, museus e casas de cultura, ameaçados pela crescente ação do comércio imobiliário na região.

A outra proposta, denominada “Áreas de Especial Interesse da Cultura e da Paisagem” (AEICP), foi apresentada por participantes da Universidade Livre Colaborativa (ULC) que defendiam a delimitação de cinco grandes AEICP: Jaçanã-Ámatreira-Juqueri, Ferrovia-Centro, Biliins-Guarapiranga, Carmelaim e Várzea do Tietê.¹³⁶

Segundo Euler Sandeville Jr, relator da proposta, o objetivo das AEICP era “a geração de desenvolvimento local através da cultura e do ambiente, o entendimento dos processos urbanos e ambientais, fruição de seu patrimônio material e imaterial,

o respeito do direito à cidade e à gestão democrática".¹³⁷

A primeira proposta foi acolhida pelo vereador Nabil Bonduki (PT), que a incluiu na primeira revisão do PDE (março de 2014) como "Território de Proteção Cultural" (TPC), sendo o TPC Paulista-Luz o único reconhecido até então. Mas devido às afinidades das proposições, tanto a ULC como a MBA abriram um importante canal de interlocução na etapa final de audiências do PDE.

A partir das plenárias, houve maior integração das propostas a fim de estender a abrangência do instrumento como também para aprofundar e incorporar os incentivos e políticas que foram solicitados pelo conjunto de atores sociais. Tal integração foi formalizada por meio de um texto de consenso redigido por colaboradores dos movimentos durante a relatoria do PDE na Câmara. Durante esse processo foi sugerido denominar o instrumento de "Território de Interesse da Cultura e da Paisagem" (TICP) em substituição ao TPC. A proposta convergente de ambos os movimentos foi incluída na última versão do plano, o qual foi aprovado em junho de 2014.

Segundo o artigo 314 dessa edição do PDE:

"Fica instituído o Território de Interesse da Cultura e da Paisagem, designação atribuída a áreas que concentram grande número de espaços, atividades ou instituições culturais, assim como elementos urbanos materiais, imateriais e de paisagem significativos para a memória e a identidade da cidade, formando polos singulares de atratividade social, cultural e turística de interesse para a cidadania cultural e o desenvolvimento sustentável, cuja longevidade e vitalidade dependem de ações articuladas do Poder Público."

A despeito da aprovação, foram reconhecidas apenas duas áreas (com abrangência parcial), entre as 5 apontadas pela proposta da ULC: Paulista-Luz e Jaraguá-Perus, embora com abertura de novas inclusões (vide Art. 314, § 4º). O TICP Jaraguá-Perus, diferente do Paulista-Luz, não teve seu perímetro demarcado, prevendo sua formalização no Plano Regional de 2016. Nesse meio tempo, a ULC promoveu a construção de aulas, disciplinas e reuniões focados justamente na discussão e delimitação do TICP-JP¹³⁸ cuja síntese pode ser vista por meio de um banner divulgado publicamente em eventos e nas redes sociais à época.

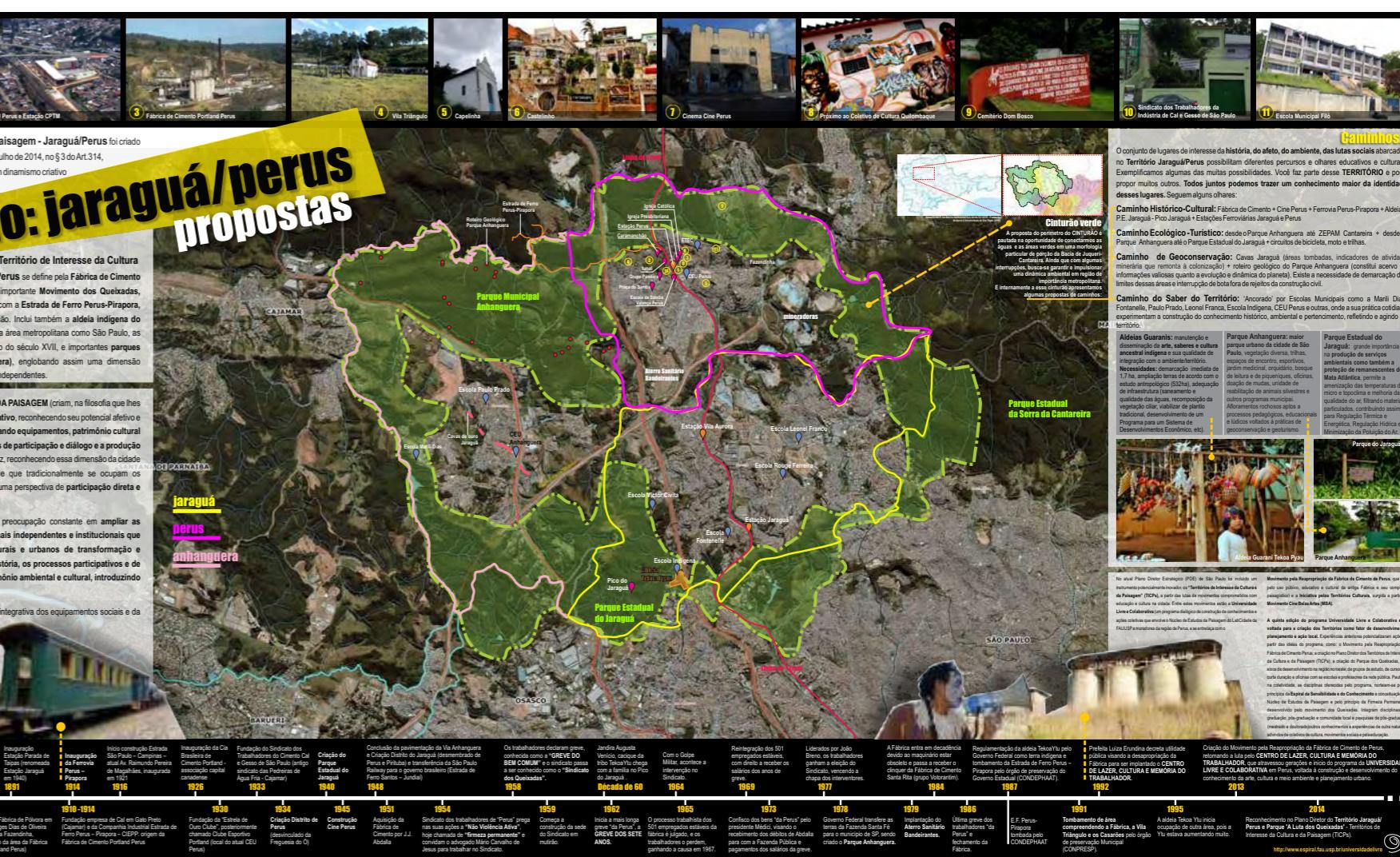


Imagem 33: Banner da proposta integral do TICP Jaraguá-Perus-Anhanguera, ressaltando os corredores ecológicos, lugares nômadeis para a memória e vida do território. Abaixo também é feito um levantamento histórico de momentos chaves para a formação da região e seu legado de lutas sociais. Acervo pessoal do Euler Sandeville Jr, mas presente fisicamente em diversos locais de Perus, como na Comunidade Cultural Quiimbauque.

No banner é possível verificar o levantamento de diversos locais de vivência e memória dispersos no território e uma ênfase na continuidade das áreas vegetadas, por meio da construção de corredores ecológicos entre parques e remanescentes verdes, favorecendo uma ampla construção de espaços públicos ecológicos e integradores da fruição na região. Dada a dinâmica entre as diferentes questões que envolvem esse TICP, a inclusão do distrito de Anhanguera tornou-se uma pauta essencial para sua consolidação. Apesar desses esforços, o mapa que foi elaborado para o Plano Regional de Perus de 2016 contemplou somente o reconhecimento de Jaraguá e Perus.

Tendo isso em vista, é notório o potencial de avanço que esse instrumento carrega no que se refere ao reconhecimento da pluralidade de questões e agentes envolvidos na transformação de um território, apontando para ações e estímulos mais integrados na materialidade do tecido urbano e nas dimensões simbólicas a partir da articulação de cultura, educação, patrimônio, meio ambiente e desenvolvimento social em um processo colaborativo e solidário.

No entanto, o potencial do instrumento só poderá ser mensurado a partir de sua prática. Conforme aponta Euler, a fim

de garantir a efetividade de sua aplicação e evitar sua redução instrumental, utilitária e corporativa, é necessário nunca perder de vista sua fundamentação baseada em *"reconhecer e integrar, em uma proposta educativa, cultural, cognitiva e afetiva, valores da paisagem e sua produção cultural e artística, que possibilitem intercâmbios e vivências entre si, e ter expressão na escala da cidade, em sua compreensão"*.¹³⁹

Criação do Parque a Luta dos Queixadas

No esteio da constituição do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus, o Parque Luta dos Queixadas foi demarcado conforme perímetro delimitado no zoneamento de 2016. Tal reivindicação é antiga ganhou força na época das discussões em torno do projeto do Parque Linear Ribeirão Perus que desconsiderava o trecho da Fábrica de Cimento. Desse modo, foi estabelecida mais uma camada de proteção ao patrimônio para além da do tombamento e avançou o plano de constituição de um corredor ecológico com potencial de conectividade entre o Parque Jaraguá e Parque Anhanguera, mediante a expansão futura do parque para o terreno a oeste onde se encontram os remanescentes da EFPP.

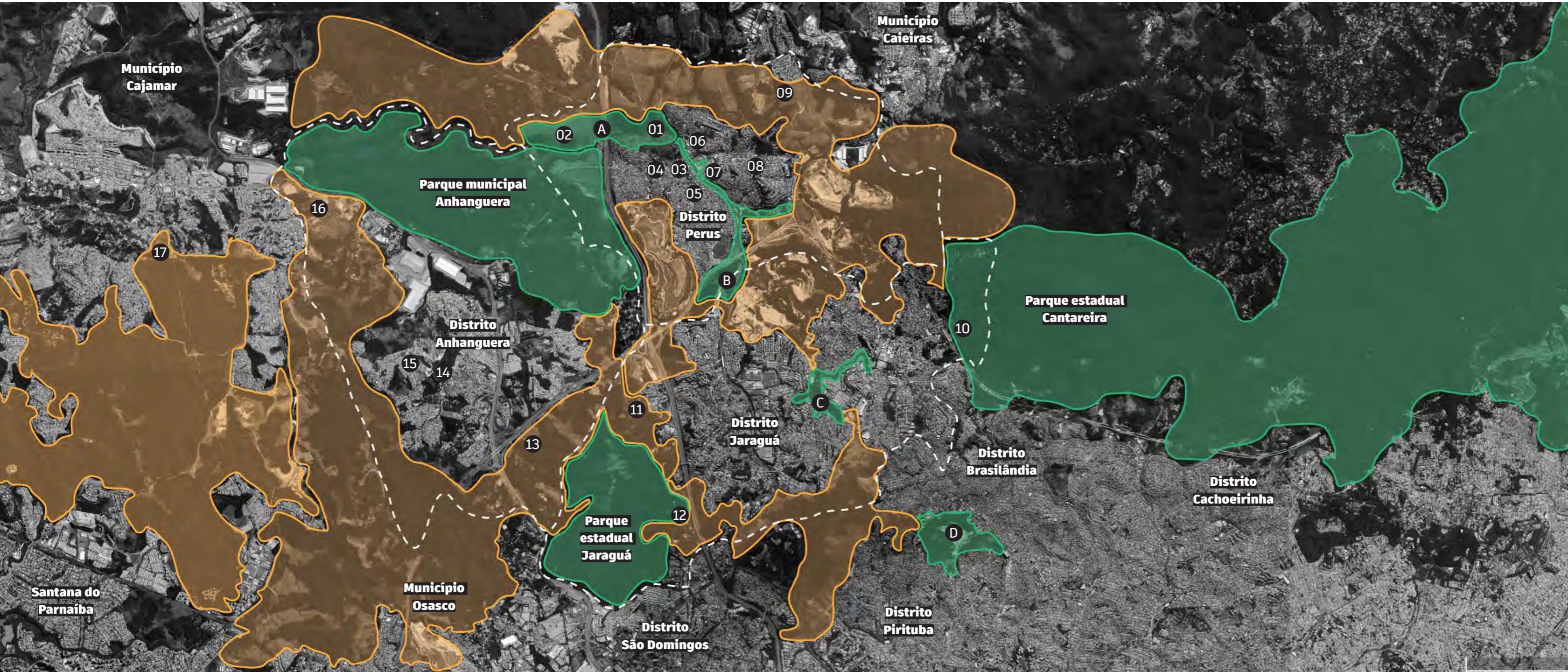
Alterações advindas da revisão do PDE 2023

Foram criados 2 novos territórios após a revisão do Plano Diretor Estratégico do município de 2023: TICP Bixiga e o TICP Represa, que compreende as represas Billings e Guarapiranga. Ainda não havia clareza sobre o que levou a criação de cada um deles. Por conta disso, os agentes por trás dos TICPs anteriores em parceria com a atual gestão do IAB-SP convocaram um debate público em torno dessas novas inclusões, possibilidades de diálogo entre elas, balanços e perspectivas.

No evento, foi notória a ausência das pessoas que encabeçaram o TICP Represa. De imediato se abriu um temor sobre a possibilidade de utilização do TICP com vistas ao favorecimento de empresas e grandes proprietários da região sem levar em conta as questões colocadas pelas comunidades locais aparentemente alheias a todo esse processo. Com relação ao TICP Bixiga, houve ampla participação de agentes locais, como a Gisele Brito representando o movimento Saracura Vai-Vai, que entre outras coisas, discutiu as possibilidades e limites do TICP com relação às estratégias de permanência da população negra no território, cujos vínculos são históricos na região.

Mapa sintético do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá-Perus-Anhanguera

O mapa representado na imagem da página seguinte foi elaborado com base no Banner do TICP-JPA e as propostas de corredores ecológicos elaborados em atividades e disciplinas mediadas pela Universidade Livre e Colaborativa e o Núcleo de Estudo da Paisagem (NEP-UJP). Também foi apresentada uma proposta de ampliação dos limites do Parque Luta dos Queixadas em direção ao Parque Anhanguera e aos remanescentes da Estrada de Ferro Perus-Praporá.

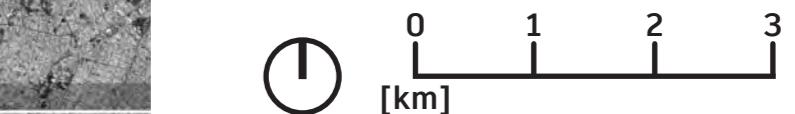


Território de interesse da Cultura e da Paisagem dos distritos de Jaraguá, Perus e Anhanguera

- Parque com limites ampliados
- Corredores ecológicos ideais

- A - Parque Luados Quiçada
- B - Parque linear Ribeirão Perus
- C - Parque Pinheirinho d'água
- D - Parque Morro Garude

- 01 - Fábrica de Cimento Portland Perus
- 02 - Remanescente da FPP
- 03 - Estação Peu da SP
- 04 - Centro de Menor Quixadas
- 05 - Casado Ipi Hop
- 06 - Comunidade Cultural Quiombóque
- 07 - C.U Perus
- 08 - Ocupação artística Camboba
- 09 - Cemitério Doim Boso - Itaúna
- 10 - Quilombo da Praça - Esperança Garcia
- 11 - Aldeia indígena Teko I Itaúpe
- 12 - Aldeia indígena Itawerá e Teko Miim
- 13 - Aldeia indígena Teko Pindo Mirim
- 14 - Sítio arqueológico das Cava de ouro
- 15 - Espaço Cultural Morro Doce
- 16 - Comunidade Terra Irmã Albert - MT
- 17 - Ocupação dos Quixadas



CAPÍTULO 11

NOVAS HABITAÇÕES NAS ADJACÊNCIAS DA FÁBRICA

A lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo aprovada em março de 2016 para o município de São Paulo delimitou, na adjacência sul do perímetro de tombamento da fábrica de cimento Perus, uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS-2), destinada à produção de habitação popular (HIS e HMP), conforme diretrizes do PDE de 2014. Além dessa área, também foram sinalizadas outras ZEIS-2 no distrito como a do sul do Recanto dos Humildes e outras no limite leste da ocupação urbana. Esse zoneamento, no entanto, foi na contramão do que havia sido discutido em audiências públicas anteriores, nas quais muitos moradores e movimentos organizados de Perus mostraram-se preocupados com a chegada de um grande contingente populacional em um distrito periférico que carece de uma rede adequada de equipamentos públicos.¹⁴⁰

A época da discussão, a população de Perus era de mais de 160 mil habitantes. Segundo a previsão de loteamento da ZEIS ao sul da fábrica, pelo menos 5 mil apartamentos serão construídos, o que pode levar ao um incremento de 20 mil novos moradores no distrito - e isso considerando somente uma das 5 ZEIS propostas. Durante a audiência que aconteceu no CEU Perus, um mês antes da aprovação, não foi questionada a legitimidade da produção de moradia, mas essa proposta não estava

sendo acompanhada por um plano de atendimento aos direitos e necessidades da população ali estabelecida. Para além disso, estava sendo encaminhado um adensamento populacional em uma região periférica que, segundo as próprias resoluções do plano diretor, deveria ser planejado de forma a conter a expansão da mancha urbana, através da consolidação de um cinturão verde, da construção de parques e corredores ecológicos.

A inclusão da ZEIS-2 ao sul da fábrica é parte de um processo que se anuncia há pelo menos desde 2004, quando o tombamento da fábrica de Perus foi revisado. Nessa revisão, como foi mostrado, houve uma considerável redução do perímetro protegido, abrindo espaço, justamente, para o loteamento de uma faixa considerável do terreno ainda pertencente à família Abdalla. Em posse dos estudos de loteamentos submetidos à avaliação pelo DPH intitulados Nova Perus II, é nítida a descaracterização da paisagem que esse empreendimento promoverá. A começar pela “cordilheira” de torres de 20 pavimentos que ocuparão uma faixa de pelo menos 1 Km de extensão e implantados sobre a crista de um dos morros mais elevados de Perus. Diante de uma proporção dessa, a fábrica, que longe de ser pequena, ganhará uma percepção diminuta. Em relação à insolação, a fábrica não será afetada, pois fica a norte, mas

sobre o bairro Vila Perus, a sul, será projetada uma mancha de penumbra.

À vista disso, fica evidente como a proposta da Nova Perus II não dialoga com os interesses da comunidade local, além de entrar em conflito com uma série de objetivos propostos no próprio plano diretor da cidade, incluindo aqueles oriundos da demarcação de Perus como Território de Interesse da Cultura e da Paisagem. Nesse sentido, a transformação de Perus, conforme defende Euler, deverá ocorrer segundo uma proposta de desenvolvimento que não seja baseado no investimento imobiliário, mas em um que integre educação, cultura e meio ambiente.

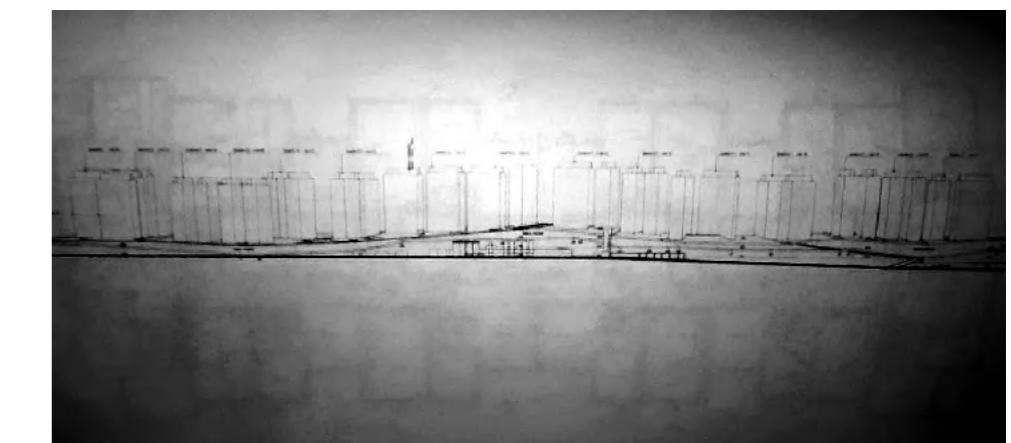
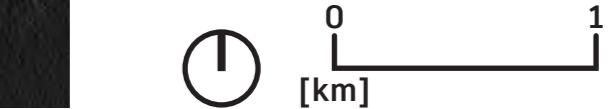
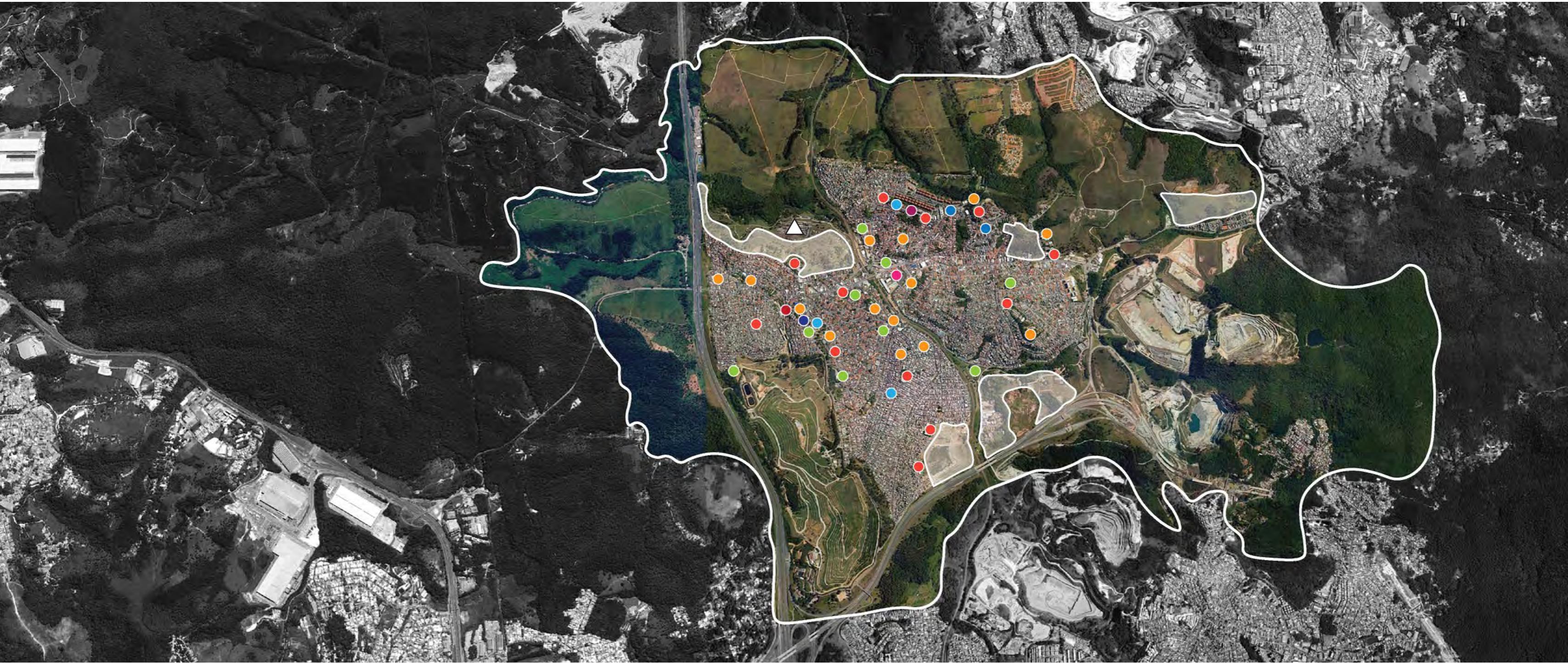


Imagen 34: Vista dos blocos implantados no loteamento, fábrica no topo. Fonte: documento 2018_0.061.987_8_MGERO disponibilizado pelo DPH.

Equipamentos públicos e as demarcações de ZEIS-2 no distrito de Perus em São Paulo - SP



PROPOSTA DE UM SHOPPING CENTER JUNTO À FÁBRICA

APÍTULO 12

esso de loteamento ao sul da Fábrica deve ser visto com um segundo movimento dos proprietários do contrato de escritório Kruchin Arquitetura para o ento de um projeto de intervenção no patrimônio. to aconteceu poucos anos antes da pandemia e s detalhes públicos a respeito desse projeto, mas modelos e diagramas publicados em site oficial do a-se a seguinte proposta programática: um grande usca reunir usos ligado ao comércio com aqueles à cultura (exposições e teatro).

nto, os estudos volumétricos divulgados mostram
o de 2 edifícios comerciais de 3 a 5 pavimentos,
rzontal longilíneo, em meio às instalações fabris
por sua vez, serão destinadas a usos culturais. O
edifícios propostos tem grande extensão, a ponto
comprimento longitudinal total do núcleo fabril.
le está implantado entre o platô do restaurante
espondente aos silos de cimento. Nesse sentido,
ormação de uma verdadeira muralha entre os es-
balho operário e aqueles destinados ao descanso,
mata ciliar do ribeirão Perus, zoneada atualmente
Luta dos Queixadas.

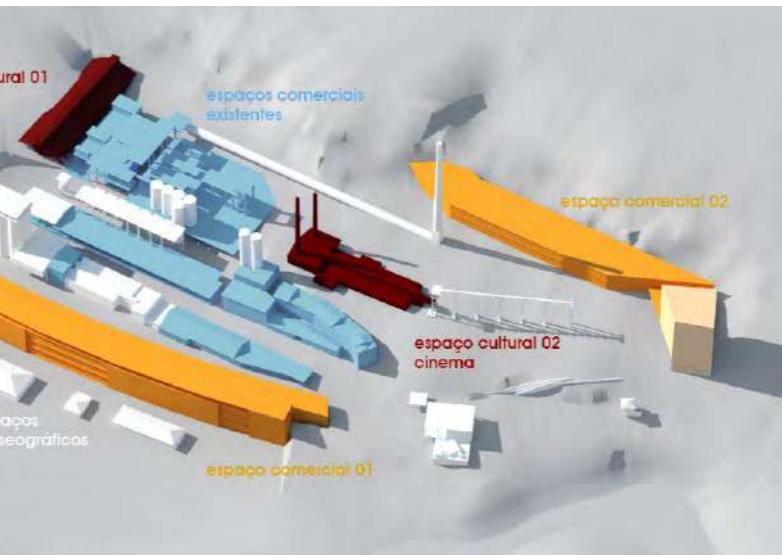


Diagrama de usos e ocupações ao projeto de intervenção no
erros. Produzido pelo escritório Kruchin Arquitetura.

ovimento pela Reapropriação da Fábrica recebeu com
ão as notícias em torno dessa proposta por uma séri
s. A começar pelo próprio desenho do projeto, que s
orosamente sobre o patrimônio, descaracterizando a
spaciais entre edifícios e a volumetria do conjunt
a de tudo, o receio é legítimo em função da própri
de reocupação da fábrica pelos proprietários e os
efeitos que ela pode produzir. Embora não seja assin
do, trata-se de um shopping center com um chamari

exótico, que é a própria fábrica. Nesse sentido, todo o potencial reflexivo e crítico em torno das lutas que ali foram travadas em favor de melhores condições de trabalho, de uma vida digna e saudável será ofuscado pelos inúmeros estímulos provocados por logos, vitrines e luzes incandescentes.

Também é necessário considerar o impacto urbano que um empreendimento como esse provocará. A menos 500 metros da fábrica, Perus tem uma atividade comercial bem vívida no calçadão contíguo à estação e ao longo da Av. Dr. Sylvio de Campos, o que favorece um convívio público nas ruas bastante intenso. Não é por acaso que ali, até mesmo sob o viaduto - um típico espaço abandonado das cidades - pode ser encontrada, diariamente, uma profusão de pessoas, sobretudo idosos, que jogam dominó e conversam. Diante disso, há de se considerar a sombra concorrencial que o shopping do grupo Abdalla lançará sobre os pequenos negócios do entorno, e o tanto de vida que dali sugará para um tipo de modalidade de comércio avesso à cidade e de caráter gentrificador e monopolizante.

Uma reflexão muito similar foi despertada no Bixiga quando o grupo Silvio Santos, detentor dos terrenos no entorno do Teatro Oficina, propôs a construção de um shopping. Em meio a

oposições públicas da comunidade organizada, o grupo buscou uma série de alternativas de projeto na tentativa de contornar as críticas. Mas conforme defende o arquiteto e pesquisador André Carrasco em artigo, independente de qual seja o desenho do projeto, a orientação programática própria de um shopping é o que definirá o impacto negativo para a cidade e a cultura, de tal sorte que há um limite na concepção arquitetônica e suas intenções.¹⁴¹ Mas em 2023, após décadas de luta e resistência, a proposta popular foi, enfim reconhecida por lei municipal (PL 222/2024), e hoje o terreno no entorno do Oficina se encaminha para virar parque com uma verba inicial de R\$ 51 milhões.

A luz desse precedente histórico no Bixiga, ganha força o movimento de oposição à construção de um shopping ou galeria comercial nas dependências da Fábrica de Perus. E o próprio zoneamento do Parque Luta dos Queixadas, o instrumento do TICP-JP, bem como o tombamento constituem camadas protetivas contra a proposta dos proprietários. Mas, para tanto, é necessária desapropriação do terreno e a mobilização de recursos públicos em conjunto com um projeto participativo que reconheça as demandas históricas e socioambientais ali colocadas por movimentos, entidades e comunidade civil.

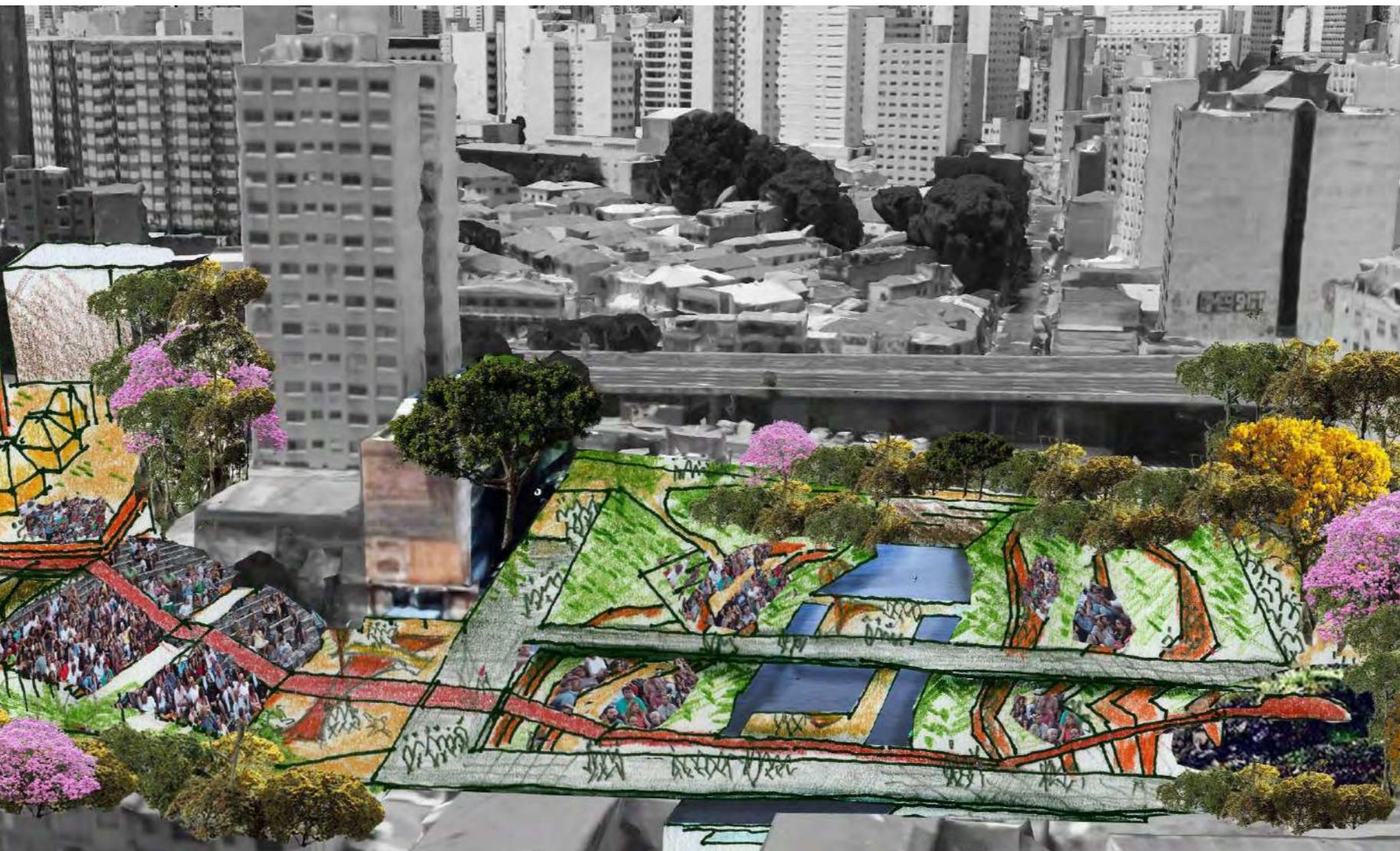


Imagen 36: Imagem de divulgação da proposta do Parque do Rio Bixiga.
Disponível no portal ArchDaily.

SEÇÃO III

Uma proposta para a Fábrica

“Eu queria ser um anarquitecto de desengenharias.

*Ainda hoje, quando vejo um belo caixote de vidro e cimento na Avenida Paulista,
ainda me consola pensar:*

- Calma, calma, rapaz. Imagine que bela ruína isto vai dar um dia.

Mas eu não sou desses que acredita em ideias individuais.

*Tenho certeza que essa minha obsessão deve estar presente em muita gente, nesse
país onde os projetos já nascem mortos, que é um projeto irrealizado e não uma
ruína novinha em folha?*

*Proponho, portanto, a introdução de uma nova cadeira em nossas escolas de Enge-
nharia e Arquitetura, a de construção de ruínas. Só construindo suas próprias ruí-
nas, lúcida e conscientemente, o Brasil poderá readquirir o prestígio arquitetônico
que teve nos tempos de JK, aquela ruína do sonho de um país em desenvolvimento.”*

*Paulo Leminski no livro *Ensaios e Anseios Crípticos*, 2012, p. 186*

CAPÍTULO 13

PARTIDO PROJETUAL

1) Uma reflexão sobre as ruínas

É difícil conceber qualquer projeto para a fábrica de Perus que não leve em conta seu estado de ruína. Dela emanam sentimentos bastante conflitivos que vão desde a melancolia e revolta até o fascínio curioso. E acredito que cada um desses afetos resguarda potências complementares que podem ser consideradas e mobilizadas em uma concepção projetual integrada a essas ruínas.

A ruína é potencialmente catalisadora da reflexão histórica. A partir de seu caráter de ausência parcial é possível que o fruidor seja convidado a reconstituir as formas anteriores do conjunto e pensar sobre seus usos passados e as memórias e sentimentos que ali ecoam. Além disso, o próprio estado de desintegração pode levar a questionar o processo histórico em que isso se deu. No caso do patrimônio industrial, o estado de decrepitude permite refletir sobre a desindustrialização nacional que vem ocorrendo há pelo menos três décadas. Se outrora as fábricas despontavam no Brasil a partir da transferência do capital agrícola para o industrial, hoje se vê um novo deslocamento da matriz econômica para o setor terciário e financeiro. Este, por sua vez, opera segundo entrelaçamentos oportunistas

e, do ponto de vista histórico, bastante irônicos: por um lado tem alavancado de volta o modelo de produção agroexportadora mediante financeirização de commodities agrícolas no mercado global, e por outro, tem se servido da desativação de grandes glebas industriais no meio urbano para fins de especulação imobiliária.¹⁴²

No caso específico de Perus, a ruína também reflete o descaso estratégico ao patrimônio por parte do grupo Abdalla. Diferentemente dos terrenos industriais em centros urbanos, o de Perus tem maiores restrições aos processos de valorização da terra, de tal modo que a sua transformação representa menor rentabilidade. No entanto, como se nota a partir das tentativas de “gentrificação verde”¹⁴³ e o loteamento de terrenos anteriormente inscritos no perímetro de tombamento, vem se constituindo uma condição favorável aos fins especulativos. Portanto, para que os interesses de valorização do capital operem com maior liberdade ali é conveniente que o patrimônio esteja em avançado grau de degradação e com acesso público cada vez mais restrito, pois fragiliza certa noção de preservação resguardada em seu ato de tombamento. E, assim, programas como o de um shopping center passam a parecer cada vez menos absurdos em face ao que seria na época em que se discutia um

Centro de Cultura Operária em Perus.

Nesse sentido, qualquer tentativa de recuperação da fábrica que seja solidária às lutas populares não deve assumir a responsabilidade de discutir criticamente a ruína. Mas para que isso aconteça é necessário um projeto de intervenção que não busque ofuscar as marcas de passagem no tempo, que dê sentido histórico à forma que os edifícios adquiriram e estão adquirindo no ato de sua recuperação, que também investigue estratégias de mitigar sua dissolução futura, a fim de assegurar sua integridade física e o seu valor de documento e de antijuridicidade a ser usufruído também pelas próximas gerações. Desse modo é possível trazer à tona alguns dos princípios presentes na forma de “encarar o restauro como ato histórico-crítico”, conforme discutido por Beatriz Muyaayar Kühn combalese em Aíos Riegl e Giovanni Carbonara.¹⁴⁴

2) A fábrica como museu de si mesma e a desmistificação do processo produtivo

Durante a minha primeira visita à Fábrica, por mais curioso que estivesse para conhecer cada um dos seus cartões, acabei sentindo-me acuado a todo momento. Havia riscos e portos

os lados. A fábrica é repleta de vãos inesperados que dão em túneis subterrâneos, escadas enferrujadas a um fio de cair, morgos em salas fechadas, matagal elevado, coberturas à beira de ceder, entre tantos outros fatores que restringem sua liberdade para explorá-la.

Não é por acaso que boa parte das visitas à fábrica acontecem em conjunto com o trabalho de guias como o articulador cultural José Soró (já falecido) e aqueles associados à Agência Queixadas de turismo. Existe um belo trabalho de mediação no percurso que eles elaboraram pela fábrica para que o público possa compreender um pouco do processo industrial ao mesmo tempo em que refletem sobre história do movimento queixada e seus desdobramentos nos dias de hoje, dando sentido aquela ruína toda.

Mas enquanto fazia meu caminho pela fábrica e atravessava, no geral, os níveis térreos dos edifícios, não pude deixar de notar o emaranhado de caminhos que se davam pelo alto da fábrica, e que eram percorridos em alguns pontos por matéria-prima e em outros pelos próprios operários. A partir dos vários pavimentos elevados, das passarelas acima de depósitos, das passagens ocultas entre edifícios fui convocado a imaginar a

riqueza de mirantes e visuais ali presentes mas ainda vetados ao acesso humano.

E foi a partir dessa epifania que passei a elaborar um projeto de percurso elevado pela fábrica que pudesse dar um sentido holístico, poético e sensorial ao processo produtivo, ao mesmo tempo em que fosse seguro e acessível a todas as pessoas. Tal mediação seria possível através de um sistema de circulação integrado às estruturas pré-existentes e constituído de guarda-corpos, passarelas, rampas, escadas e elevadores.

Para tanto, o percurso precisava mobilizar, num primeiro momento, todos os edifícios diretamente envolvidos na transformação da matéria-prima em cimento, ou seja, o núcleo produtivo da fábrica que contempla desde o depósito de calcário aberto até os silos de cimento. Desse modo, é possível descontar cada uma das etapas envolvidas na produção, conferindo um entendimento desalienado do processo. Mas isso impõe pelo menos duas categorias de desafio: um projetual e outro filosófico.

No que tange ao desafio projetual, foi necessário considerar que os edifícios do núcleo produtivo estão implantados

em diferentes níveis do terreno e funcionam sob sistemas estruturais variados e repleto de compartimentações. Nesse sentido, foram buscadas maneiras flexíveis de incorporar o sistema de circulação, de organizar a infraestrutura, de superar vãos e níveis ao mesmo tempo em que se visou uma certa sensação de fluidez e continuidade no caminho. Tal sensação é imperativa para o entendimento didático e encadeado de cada uma das etapas produtivas, algo que é muitas vezes perdido no percurso terreo pela fábrica, já que existem fronteiras e vãos humanamente intransponíveis. Além disso, essa travessia deve preservar ao máximo as estruturas existentes para que possam ser vistas por variados ângulos e alturas, mesmo que em ruínas, possibilitando, assim, uma investigação cuidadosa e multifacetada do funcionamento anterior da arquitetura e a variedade de seu repertório construtivo. Desse modo, ela constitui em si mesma um museu.

Conforme pode ser notado na descrição da planta fabril presente no capítulo 3, a produção de cimento é altamente mecanizada e ocorre através de uma linha de produção que mobiliza inúmeras correias transportadoras, britadores, fornos, moinhos, entre outros maquinários que processam a matéria-prima de maneira física e química até que ela chegue a sua

[145]

CHAVES,

2005, p. 80.

[146] MARX, 2021, p. 149 apud GESPAN, 2021, p. 43.

[147] MARX, 2023, p. 491.

forma final e mercadológica.¹⁴⁵ Elaí decorre também desafio filosófico, porque tal grau de mecanização influencia diretamente naquilo que Karl Marx denominava “feitichismo”, isto é, o mecanismo mistificador a partir do qual a mercadoria aparece ganhar vida própria, ocultando desse modo, toda a massa de trabalho humano nela cristalizado, seja na produção do próprio maquinário ou na operação, abastecimento e manutenção desse que a forja.¹⁴⁶ Não é por acaso que, em conjunto com a divisão do trabalho na linha produtiva, operários esquecem a manutenção de alienação, ainda que consciente e exploradora. Nesse esquema produtivo, a máquina parece assumir a condição de sujeito, dotada de vontade própria e expressa, por exemplo, no seu ritmo de funcionamento que se impõe e em que a autocrática ao trabalhador, ao qual cabe acompanha-la e se fosse seu órgão,¹⁴⁷ algo ilustrado magistralmente por Charlie Chaplin no filme Tempos Modernos de 1936.

Nesse sentido, para além da reconstituição das etapas de produção, o percurso elevado buscou encarar essa reflexão filosófica através do raciocínio e elementos indicadores do trabalho humano. Um exemplo significativo disso é o conjunto dos pórticos no depósito de calcário externo. Ali está presente uma torre de elevador responsável deslocar o material bitado

para o topo da esteira, onde havia operários que controlavam e monitoravam o despejo. No entanto, para alcançar o nível da esteira, o trabalhador precisava subir 16 metros de altura em escadas, organizadas de maneira bastante fragmentada e caótica em torno do núcleo da torre. De um modo geral, o sistema de circulação vertical dos operários pela fábrica era desgastante e bastante precário, e parecia se arranjar a maneira das gambiaras, submetendo-os a grandes riscos de quedas e acidentes, ao passo que praticamente todos os elevadores eram voltados às matérias-primas, cujo fluxo pela linha produtiva não encontrava maiores percalços. Não é por acaso que foram documentados inúmeros casos de acidentes de trabalho na fábrica, incluindo mortes por queda.¹⁴⁸

Com o intuito de mediar essa discussão em torno do emprego de trabalho humano e discutir suas formas de exploração e submissão a acidentes de trabalho, o percurso buscou atravessar e passar por perto desses locais de risco, deixando-os a mostra. Nesse sentido, não foi buscada a adaptação do sistema de circulação vertical pré-existente, uma vez que eles são documentos de grande valor para uma compreensão sociológica do trabalho. Portanto, o sistema de circulação vertical proposto se coloca de modo independente do antigo; e partir de sua lógica

de acessibilidade e segurança confere o contraste suficiente para suscitar essas questões ao longo do percurso.

Apesar dessa reflexão, não gostaria que esse percurso elevado fosse tratado como uma espécie de martírio. Ao contrário, a sua proposição busca justamente a subversão da carga mais negativa do sistema anterior, ao propor um caminho com possibilidades cênicas, lúdicas e poéticas. Nesse sentido, há pontos no percurso com níveis bastante avantajados, que possibilitem a constituição de mirantes voltados para a paisagens naturais e urbanas de Perus, bem como às vistas internas da fábrica onde se vê o entrelaçamento entre o construído e as novas formas de vida vegetal formada em torno delas.

Também foram exploradas sensações distintas ao longo do percurso como liberdade, confinamento, compressão, velocidade, decadência e ascensão, buscando indicar ludicamente alguns dos processos ao qual a matéria-prima era submetida em seu processamento. Nesse sentido, foram construídas atmosferas próprias a cada trecho, que podem ser despertadas, conforme mostra Peter Zumthor, a partir da sensibilização emocional na fruição arquitetônica.¹⁴⁹ Ritmo de elementos, formas de entrada da luz, textura de matérias, reflexos, entre outros gatilhos

sensoriais elementares, podem trabalhar a favor desses efeitos e, assim, caminhos pelo alto que outrora eram realizados por meio de muito trabalho e desgaste físico, agora poderão ocorrer segundo princípios de uma caminhada estética.

3) Diálogo entre antigo e novo

O realce do trabalho humano na fábrica não será completo se não considerar também as instalações fabris indiretamente envolvidas na produção, onde se realizam as “atividades colaterais” conforme designa Marcelo Chaves.¹⁵⁰ Isso contempla uma série de edifícios como a subestação elétrica, as oficinas de mecânica, usinagem, carpintaria, os laboratórios geoquímicos, estações de controle de maquinários, entre outros locais.

Portanto, foi elaborado um programa museológico complementar, a ser instalado nos edifícios de apoio e cuja utilização cria uma correspondência com os usos anteriores a partir do conteúdo expositivo. Por exemplo, na oficina mecânica foi proposta uma exposição do acervo ferroviário, onde são exibidas peças, locomotivas e vagões usados pela EFPP. Outro exemplo é o laboratório geoquímico, onde se propõe uma reflexão sobre o histórico de mineração da região noroeste do município

de São Paulo e as memórias dos trabalhadores das fábricas de Cajamar. E assim o programa museológico foi se constituindo no interior dessas instalações, buscando trazer os vestígios do trabalho que ali eram realizados e promover discussões que os Queixadas tanto desejavam para o Centro de Cultura e Memória do Trabalhador.

Tendo em vista a profusão de ofícias que haviam ocupado o complexo fabril, é oportuno trazer um estudo das casas da comunidade de Beatriz Kühl a respeito da experiência direta que ocorreu em Ironbridge, Inglaterra.¹⁵¹ Na década de 1960, com a decadência das atividades de siderurgia na cidade inglesa, foi criada uma fundação cujo plano de preservação da herança industrial esteve baseado na reabilitação de antigas usinas metalúrgicas para novas atividades econômicas e culturais e o caso das oficinas que, “a partir de 1982, passaram a produzir ferramentas através de técnicas tradicionais de fundição, itaiano docomo azeites de restauração, tanto para própria fundição quanto a serviços de outras organizações e particulares”.¹⁵²

Outro caso significativo que caminha num a direção parecida é o Museu do Pão, elaborado pelo escritório Brasil Arquitetura com Anselmo Turazzi em 2005. Como forma de restaurar

o antigo moinho Colognese, localizado em Ilópolis, Rio Grande do Sul, e construído por imigrantes italianos no século XIX, foi proposto um programa que compreende um novo museu, o próprio moinho e a uma oficina de panificação. Desse modo, o projeto buscou preservar a memória do local ao mesmo tempo que ao propor novas atividades responde historicamente uso prévio do edifício, construindo uma dialética entre “tradição e invenção”.¹⁵³

A luz desses exemplos históricos, é possível voltar os olhos ao antigo espaço de carpintaria da fábrica em Perus, onde eram desenvolvidas atividades como a confecção de moldes, formas e estruturas necessárias à operação da fábrica e da ferrovia.¹⁵⁴ Mas diferentemente do núcleo fabril, onde a máquina controlava a mão de obra humana, a carpintaria tinha um caráter mais artesanal, em que o próprio trabalhador empregava as ferramentas conforme seu próprio ritmo e propósito de trabalho.¹⁵⁵ Nesse sentido, cabe imaginar se não seria possível reabilitá-la como uma oficina à maneira daquelas em Ironbridge; a fim de fazer dela uma base e um canteiro experimental para o processo de restauração do patrimônio fabril.

Assim, um primeiro movimento de reocupação da fábrica

seria a fundação de uma nova carpintaria naquele mesmo espaço, reaproveitando parte de suas máquinas e ferramentas, com o intuito reunir e capacitar pessoas da região às técnicas de construção em madeira. E a partir dessa experiência de colaboração e ensino, desenvolver um repertório sistemas construtivos a serem aplicados no projeto de transformação de uso da fábrica como um todo.

Assim será possível executar a infraestrutura de circulação, como rampas e escadas, sistema de divisórias e guarda-corpos, bem como outras estruturas que possam se acomodar harmoniosamente no interior dos antigos edifícios, com vista a sua adaptação de uso. Nesse sentido o emprego da madeira em face do concreto que compõe a maior parte da fábrica tem ao menos dois propósitos principais. O primeiro se baseia no princípio da distinguibilidade entre o material pré-existente e aquele mobilizado na intervenção, a fim de não falsificar a arquitetura em sua dimensão de documento histórico, conforme discute o artigo 12º da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964).

O segundo propósito se baseia numa reflexão de cunho ecológico. Conforme foi descrito na seção I, a produção de cimento tem um impacto bastante negativo sobre o meio ambiente. A

começar pela própria extração de calcário, que destrói grandes porções da paisagem, onde forma crateras de difícil recuperação ambiental. Não bastasse isso, a fabricação do cimento ocorre necessariamente através de um processo químico que libera dióxido de carbono para atmosfera. Dessa maneira, é oportuno investigar o emprego de materiais e técnicas construtivas mais sustentáveis. Nesse caso, o uso abundante do ferro e do aço também seria um contrassenso, por motivos bastante análogos ao do cimento. A madeira, no entanto, parece responder melhor ao propósito aqui levantado, uma vez que sua produção sequestra dióxido de carbono da atmosfera, apesar de também ter seus impactos negativos a depender da forma de cultivo.

Segundo mostra levantamento de Marcelo Aflalo, com base no relatório da Pulp and Paper Resources and Information de 2019, para cada tonelada de concreto, há emissão de 159 Kg de CO₂ para a atmosfera, ao passo que a cada tonelada de madeira, 1,7 toneladas de CO₂ são absorvidas. Isso evidencia de maneira bastante contundente o papel reverso que cada um desses materiais tem em uma dinâmica ecológica. Tendo isso em vista, e considerando todo o histórico de lutas ambientais que foram e estão sendo travadas em Perus, a nova ocupação da fábrica poderia ser um importante laboratório construtivo a

partir do uso da madeira, dialogando com técnicas construtivas contemporâneas, como a madeira laminada colada, e tradicionais, incluindo as empregadas por engenheiros arquitetos na construção de Jaraguá.

4) Uma possível contra-resposta ao fenômeno de Bilbao

No livro “Arquitetura e a radiografia financeira”, Pedro Forni Arantes trata as várias facetas do fenômeno conhecido como “efeito Bilbao”, que estabeleceu um paradigma na arquitetura contemporânea inspirado justamente na experiência promovida pelo projeto do Museu Guggenheim Bilbao, elaborado por Frank Gehry. Esse museu, assim como vários outros que o seguiram, serviram-se da revitalização de grandes indústrias, com vistas à atração de grandes capitais para a região e especulação mobiliária no seu entorno.

Para tanto, são empregadas a arquitetura de exceção, com métodos projetivos e construtivos inéditos, que resultam em formas arquitetônicas bastante inusitadas e cuja geração de valor é desmesurada e com ganhos financeiros exorbitantes.⁵⁷ No caso de Bilbao, até existe uma tentativa de fazer luta às antigas indústrias metalúrgicas e estatéricas do país basco

através da sua materialidade composta por placas de titânio retorcidas,¹⁵⁸ mas ela é feita através de uma formalismo espetaculoso que se impõe no sítio de modo a escamotear antigos conflitos de classe historicamente estabelecidas ali e na própria constituição de seu canteiro.¹⁵⁹

A vista desse paradigma, a proposição de um shopping junto da fábrica é o que mais chega perto de reafirma-lo conforme discussão prévia. Nesse sentido, cabe refletir sobre as possibilidades de contraposição ao efeito Bilbao. Uma delas se refere a uma arquitetura de caráter menos espetaculoso, que não busque se impor sobre a paisagem e os patrimônios arquitetônicos de seu sítio. Além disso, a consideração cuidadosa das particularidades do local como a história, cultura e demandas práticas da população na composição de um programa de necessidades é uma resposta possível frente ao caráter vago de muito desses museus, cuja imagem, ao visar uma projeção global, esvazia a si própria de identidade.

Portanto, ao buscar um tipo de valoração que diz respeito à própria comunidade local e de difícil apropriação pelo mercado globalizado, é possível favorecer a manutenção de sua presença no território e o fortalecimento de suas raízes

e identidades. Tal consideração, porém, não deve recair num provincialismo engessado. É preciso refletir de que maneira a cultura de Perus pode criar correspondência com tantas outras, estabelecer novos intercâmbios e promover um tipo de turismo benéfico capaz de diversificar as fontes de renda da população. Nesse sentido, é preciso reconhecer a cultura de Perus em sua pluralidade, contemplando dimensões de classe, gênero, raça, entre tantas outras capazes de restaurar vínculos para além de qualquer fronteira.

CAPÍTULO 14

PROGRAMA DE NECESSIDADES

Com base nos pontos discutidos nesse capítulo, é possível tratar de maneira mais direta o programa de necessidades para o projeto de restauração da Brasileira de Cimento Portland Perus. A proposta é basicamente uma síntese entre a reivindicação histórica do Centro de Lazer, Cultura e Memória do Trabalhador com as experiências pedagógicas suscitadas em tempos recentes pela Universidade Livre e Cidadã, sobretudo no que diz respeito à educação ambiental e patrimonial. Para a instalação desse programa será dispensado o acesso de novos edifícios no interior do conjunto fabril, bem como remoções, de modo a preservar suas relações espaciais. É preciso entender que já existem espacialidades potentes e suficientes para abrigar novos usos. Assim o programa se estrutura a partir de 4 modalidades de usos principais: museológico, pedagógico, audiovisual/teatral e operacional.

Com relação ao uso museológico, há duas formas principais na maneira como ele se estabelece. A primeira refere-se ao percurso elevado pelo núcleo fabril de modo a habilitá-lo como museu de si mesmo. Nesse sentido, para além do sistema de circulação e das medidas de conservação, é dispensável novas intervenções pois a arquitetura em si mesma é um documento que promove a exposição de uma determinada forma e época de

produzir cimento Portland. A segunda contempla instalações de apoio da fábrica, onde serão montadas exposições mais tradicionais a partir da exibição de acervo documental e itens da cultura material. Cada um desses espaços promoverá um recorte específico sobre as discussões suscitadas pela CBCPP, tais como memória operária, história ferroviária, história da mineração, história e técnica do cimento, história da fábrica e da industrialização no brasil, e exposições livres. Tal proposta foi em grande parte inspirada pelo plano museológico do Museu do Trabalho e do Trabalhador, instalado em São Bernardo do Campo.

O uso pedagógico contempla basicamente as salas de aula, salas multiuso e ateliês distribuídos ao longo do salão de motores e depósito de gesso. A proposta é criação de um ambiente estruturado para a recepção de cursos livres, realização de oficinas artísticas, capacitações técnicas, reuniões, assembleias comunitárias, em continuidade com algumas das atividades realizadas pela ULC. Esses espaços também servirão de maneira intercambiada com os expositivos, uma vez que seu caráter de ensino e pesquisa, favorecerá um ambiente de constante transformação das propostas museológicas.

Apesar de estarem situados no núcleo fabril, o depósito

de calcário coberto e o depósito de clínquer acomodarão, respectivamente, o teatro e as salas de cinema devido a morfologia de seus espaços (fechados e com grandes vãos) que favorece a realização de espetáculos cênicos. Vale notar, que apesar da proposta de centro de cultura ter sido bem desenvolvida do ponto de vista conceitual por agentes de Perus, há poucas menções sobre a espacialização de seu programa. No entanto, com relação ao uso como anfiteatro, é quase que uma unanimidade a menção dos depósitos cobertos. Para além do uso nominal de teatro e cinema, suas arquibancadas poderão favorecer a realização de palestras, audiências públicas, assembleias, entre outros usos favoráveis a mobilização popular.

Já com relação aos espaços operacionais, estou me referindo a usos mais colaterais do programa principal, como é o caso das áreas administrativas, salas de professores e coletivos, departamentos de ensino, salas de pesquisa e reunião, biblioteca, cafeteria, banheiros, entre outros locais. E devido a sua amplitude funcional, sua distribuição pela fábrica é mais dispersa e sujeita a critérios específicos de cada caso.

Em complemento ao programa conjunto acima descrito, também foram propostos três equipamentos que funcionem de

maneira autônoma. O primeiro é um restaurante da modalidade Bom Prato e cozinha solidária do MTST, a ser instalado no antigo refeitório. O segundo é uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que ocupará o antigo edifício de vestiário dos funcionários. O terceiro busca transformar a Vila Triângulo em estalagens destinadas ao turismo, com base em propostas aventadas por membros da Agência Queixadas, uma vez que esse é um equipamento bastante ausente em Perus e que pode favorecer programas turísticos que já são realizados pelo território através de iniciativas locais.

Por fim, o Parque a Luta dos Queixadas não estará restrito à área de proteção permanente do ribeirão Perus, e poderá avançar em direção ao conjunto fabril e a vila Triângulo, de modo a criar uma relação harmoniosa entre o as formas vegetais e as arquiteturas, explorando possibilidades pitorescas que deem expressão às ruínas. Nesse parque, também é necessário pensar nas áreas esportivas, trilhas, espaços de experimentação agroecológica, hortas compartilhadas, entre outros usos que ressignifiquem a história da fábrica através de práticas sustentáveis. Tal parque, terá sua máxima expressão se a sua delimitação continuar pelo caminho da antiga Estrada de Ferro Perus Pirapora até Cajamar, de modo a formar um corredor ecológico

cultural que de fato integre o território conforme suscitada da valiosa discussão em torno do TICP-JPA.



Maquete básica da proposta do "Museu de si mesmo" e sua articulação com um percurso elevado

- Percurso elevado pelas instalações diretamente utilizadas na produção do cimento Portland na BCP.
- Edifícios diretamente mobilizados pelo percurso elevado e que lhe dão sustentação.



Maquete básica da proposta de programação de novos usos do espaço fabril

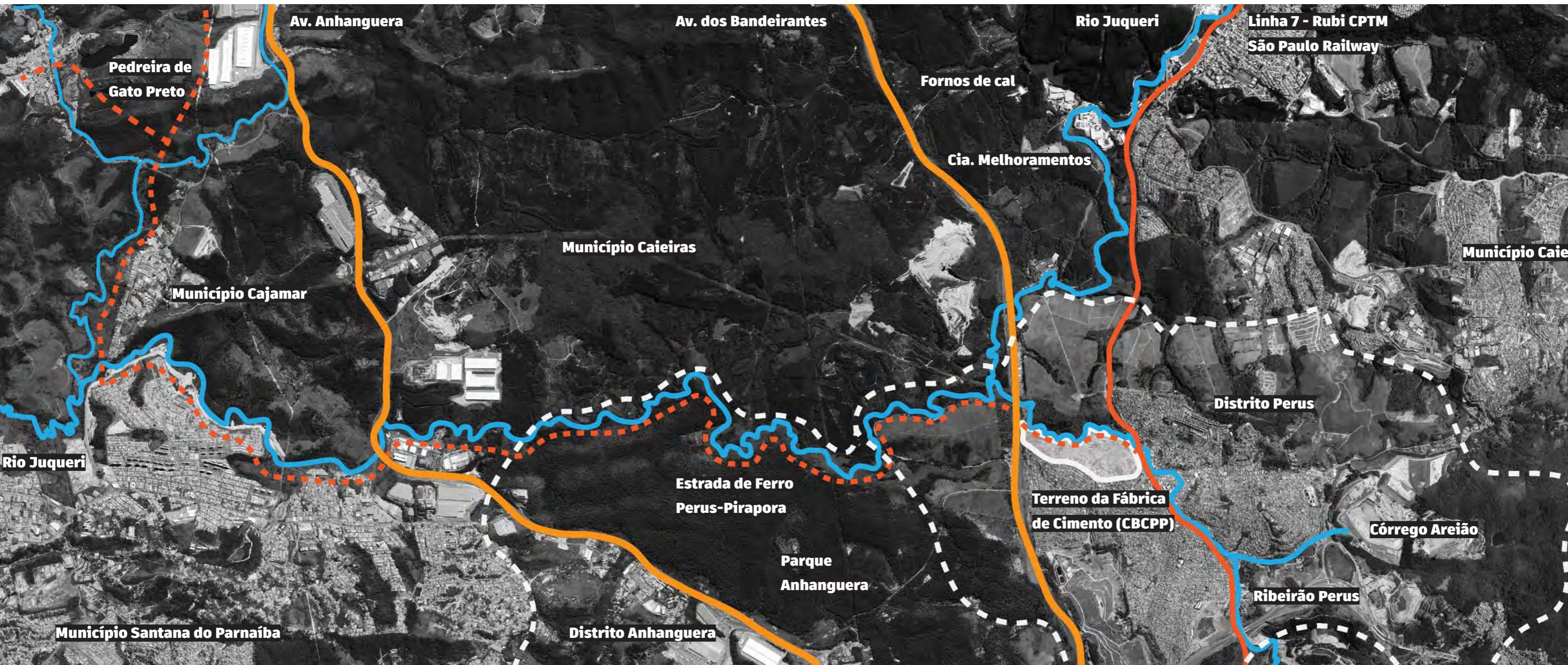
- Museu de simeismo - preservação;
- Galerias expositivas - programas fixos e temporários;
- Áreas de ensino - aulas, oficinas, cursos, reuniões;
- Áreas de pesquisa e extensão - salas de professores e pesquisadores, laboratórios, salas de reunião, acervo, biblioteca, administração;
- Teatro e salas de cinema;
- Equipamentos autônomos - Restaurante popular, Cafeteria, UBS e nova estação da EPT;

SEÇÃO IV

Ensaio projetual a partir da proposta

“Um novo mundo é possível. E nós estamos fazendo”.

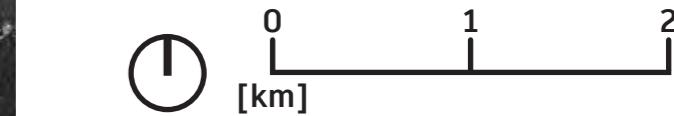
José Soró (1964 - 2019), cofundador da Comunidade Cultural Quilon baque



**Contextualização geral:
Articulações entre os
municípios de São Paulo,
Cajamar e Caeiras.**

- Hidrografia
- Linha 7 Rubra CPTM
- EPPa a ser reabilitada
- Rodovias
- Distritos de São Paulo
- Terreno da CBCP

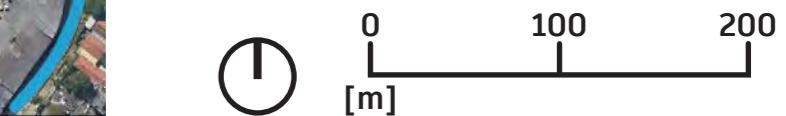
Obs: é digno de nota a opotencial articulador da antiga EPP com os municípios vizinhos, historicamente vinculados. Nesse sentido, qualquer projeto de restauração certamente a fábrica deve assumir um compromisso de acessibilidade como o do Vale do Itajaí, que tanto contribuiu para o desenvolvimento da capital. Para isso, é possível avaliar modalidades de transporte que possibilitem essa integração. Além disso, preservar o caminhos dos trilhos abre possibilidades bastante promissoras na consolidação de corredores ecológicos entre os parques da região metropolitana e outros fragmentos vegetação.



**Contextualização do sítio:
Perímetro de tombamento
e o Zoneamento vigente
para o terreno da fábrica
em sua extensão histórica**



- Perímetro de tombamento (2004) + Zoneamento com Zona Especial de Proteção Ambiental (2016) em virtude da demarcação do Parque Lutador Quexadas.
- Zoneamento de Zona Especial de Interesse Social. Localizado em andamento para a edificação da HS para a Nova Peus I.
- Rio Pinheiros
- Percurso histórico da EPP
- Ponto de acesso à estação de trem
- △ Ponto de acesso à fábrica





Planta do conjunto fabril considerando somente pavimentos téreos

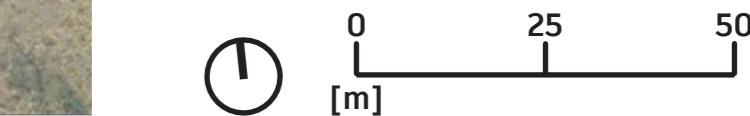
Obs: para a composição dos esquemas técnicos apresentados a seguir foram consideradas quatro tipos de referência:

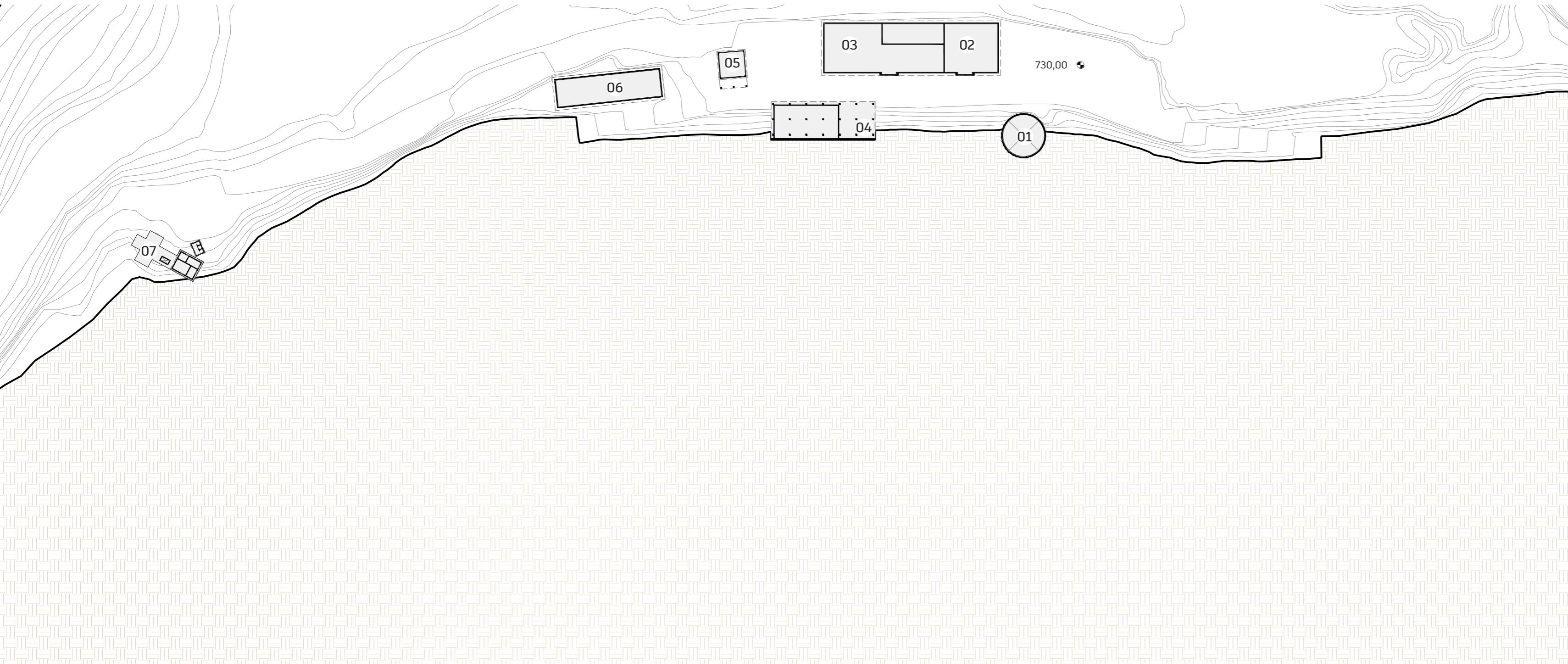
1) Ortofotos de 2000 disponibilizadas pelo portal GeoSampa. Ficam assim disponíveis digitalmente os edifícios no terreno e o conjunto com suas curvas de nível e domínio portal;

2) Planta mostrada no capítulo 3 (imagem 9). Ela serve de um desenho de levantamento dos pavimentos téreos da fábrica na escala 1:500 e disponibilizada digitalmente pelo site do Centro de Memória Queixadas. Apesar de haver inconsistências como referência de satélite, el permite visualizar a forma como os espaços se organizam;

3) Modelo de nível de pontos MDS do município de São Paulo (MDC - Visualizador ILDAR, acesso via portal GeoSampa). Usado para averiguar gabaritos de edifícios e diferenças de nível. Não permite visualização de fachadas;

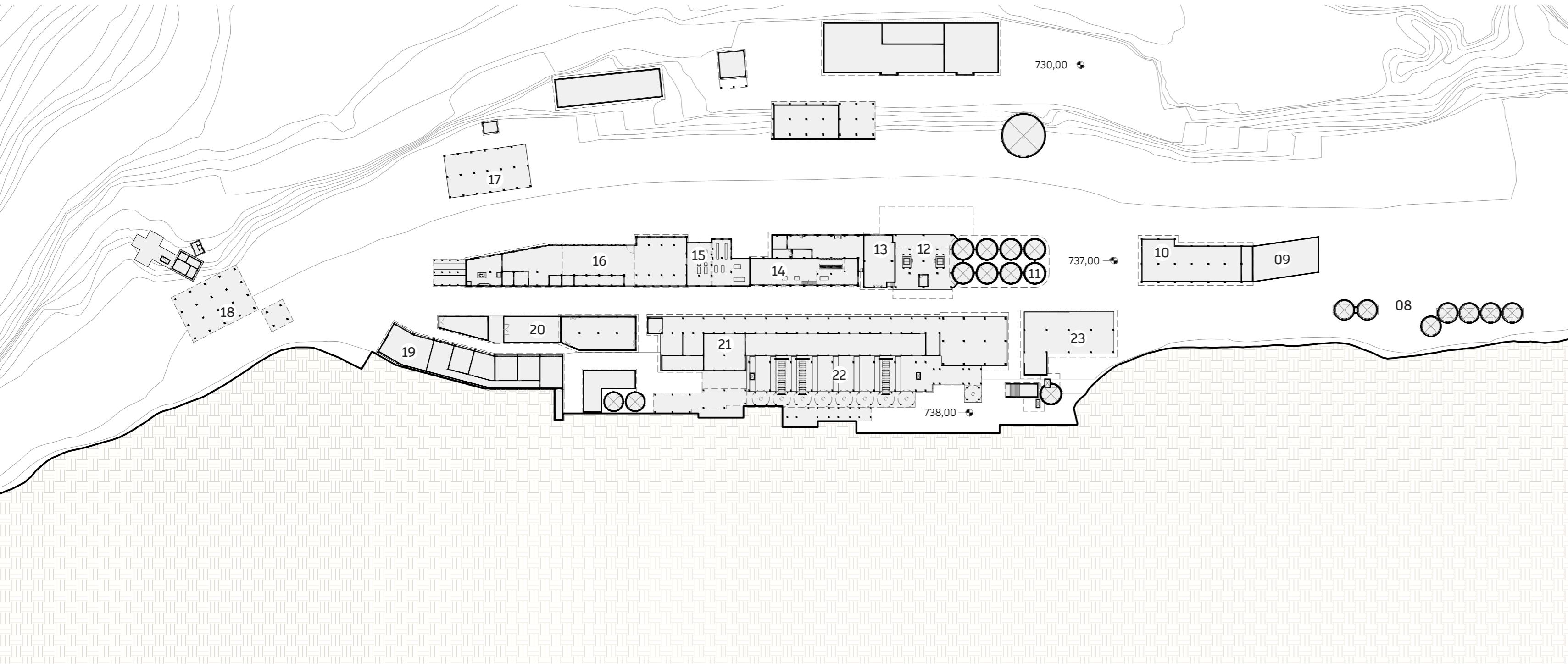
4) Grande repertório de fotografias e vídeos.



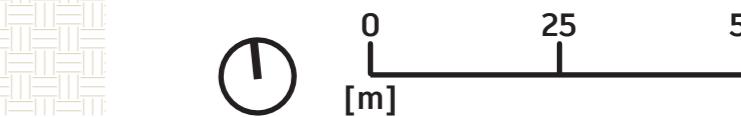
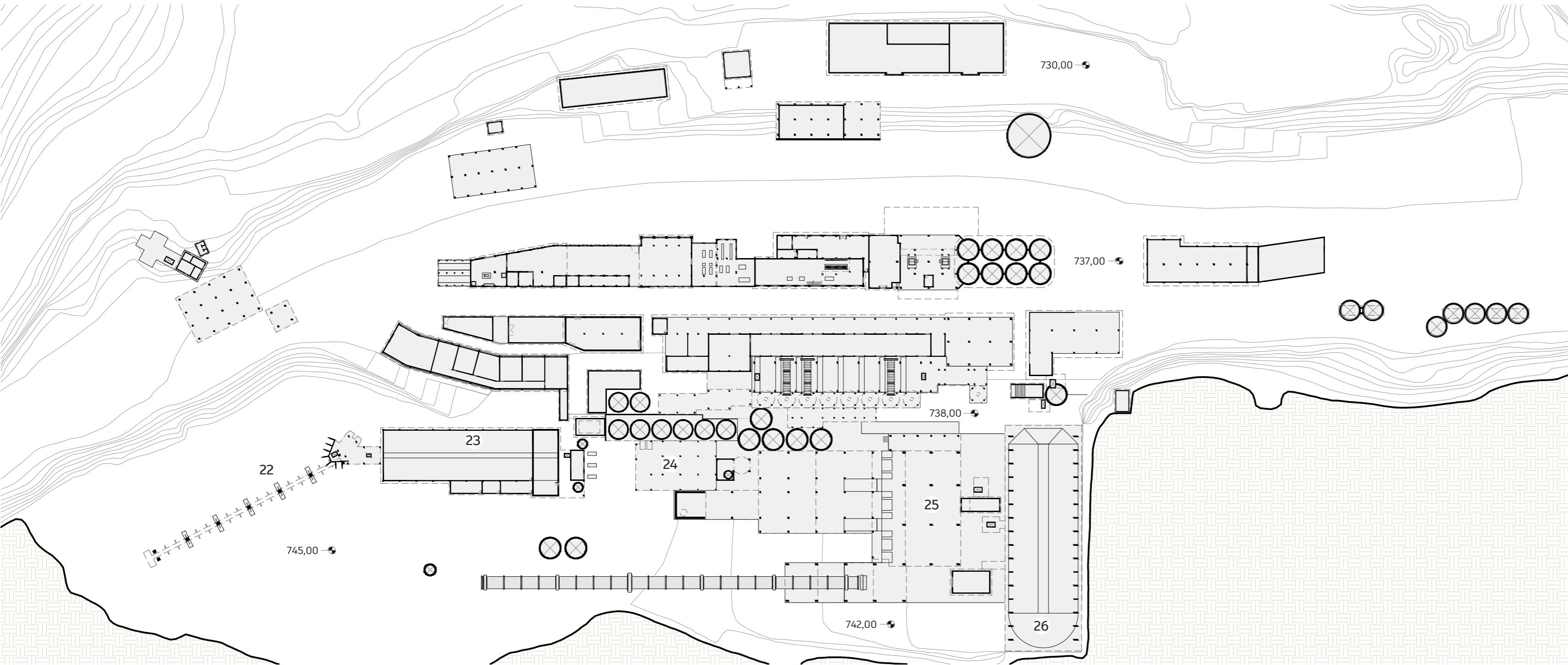


Distribuição programática pelos níveis do terreno - cota 730,00

Distribuição programática pelos níveis do terreno - cota 737,00



Distribuição programática pelos níveis do terreno - 745,00



Depósito de calcário externo

Proposta:

trecho I do Percuso elevado pela fábrica.

Elementos mobilizados:

passarelas, escadas, elevador, guarda-corpo e mirante.

Referências projetuais:

Anhangabaú Tobogã, por Lina Bo Bardi e equipe (FERRAZ, 2018, p. 252);
Caminho pela copa das árvores (Porto, Portugal, 2019), por Carlos Castanheira;
Perspektivenweg, (Innsbruck, Áustria, 2018), por Snøhetta;

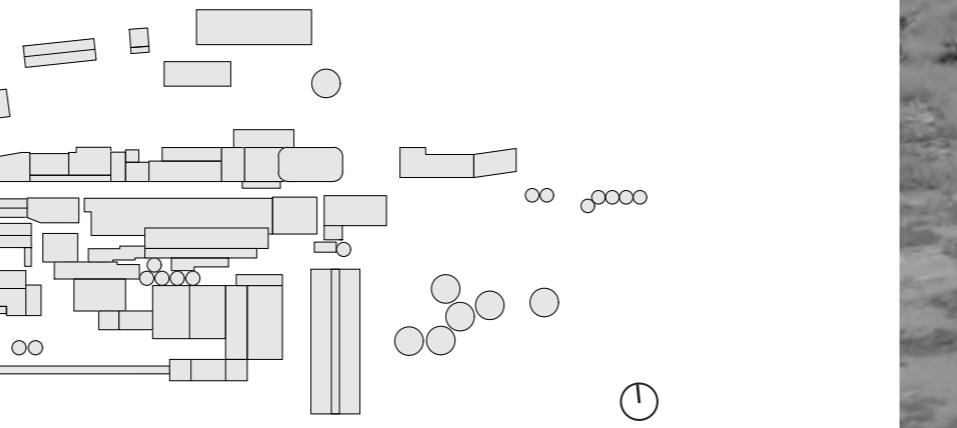
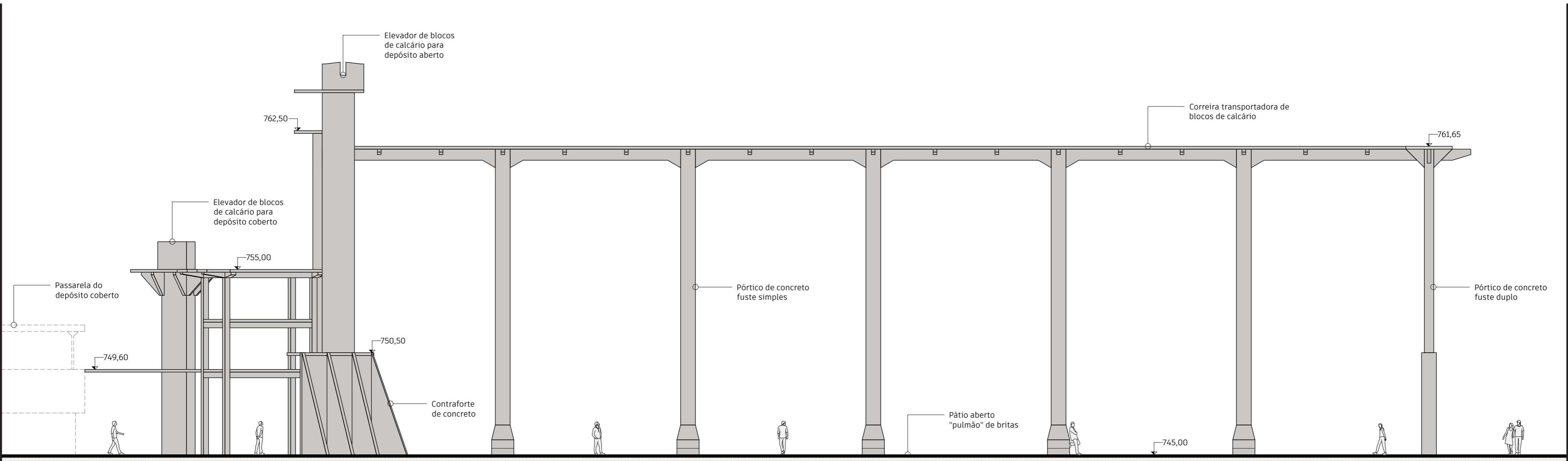
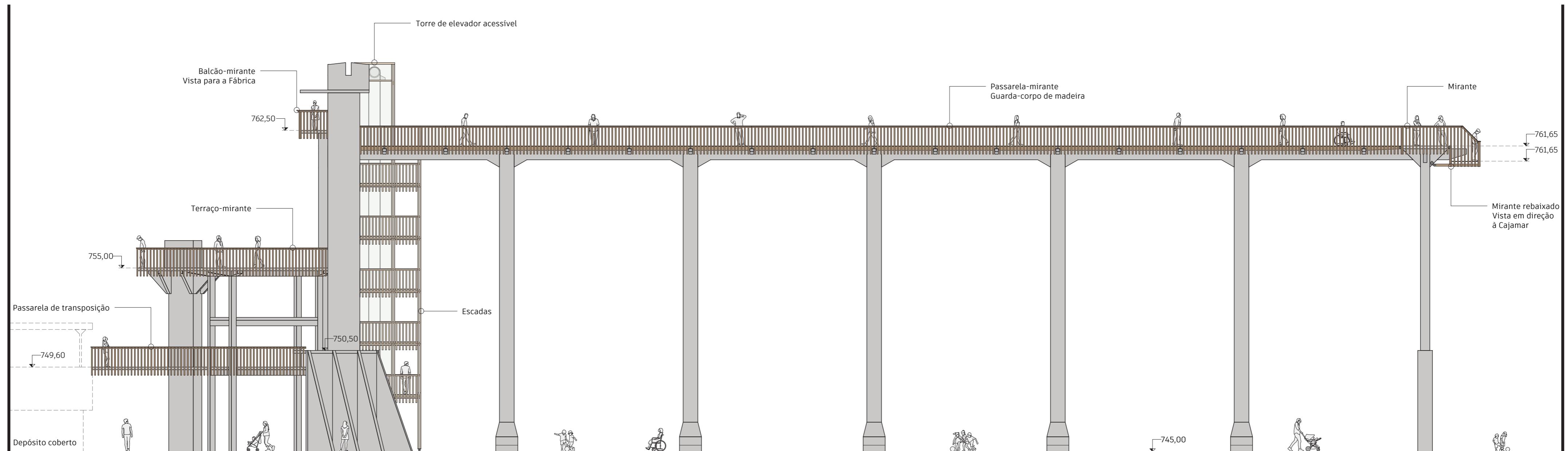


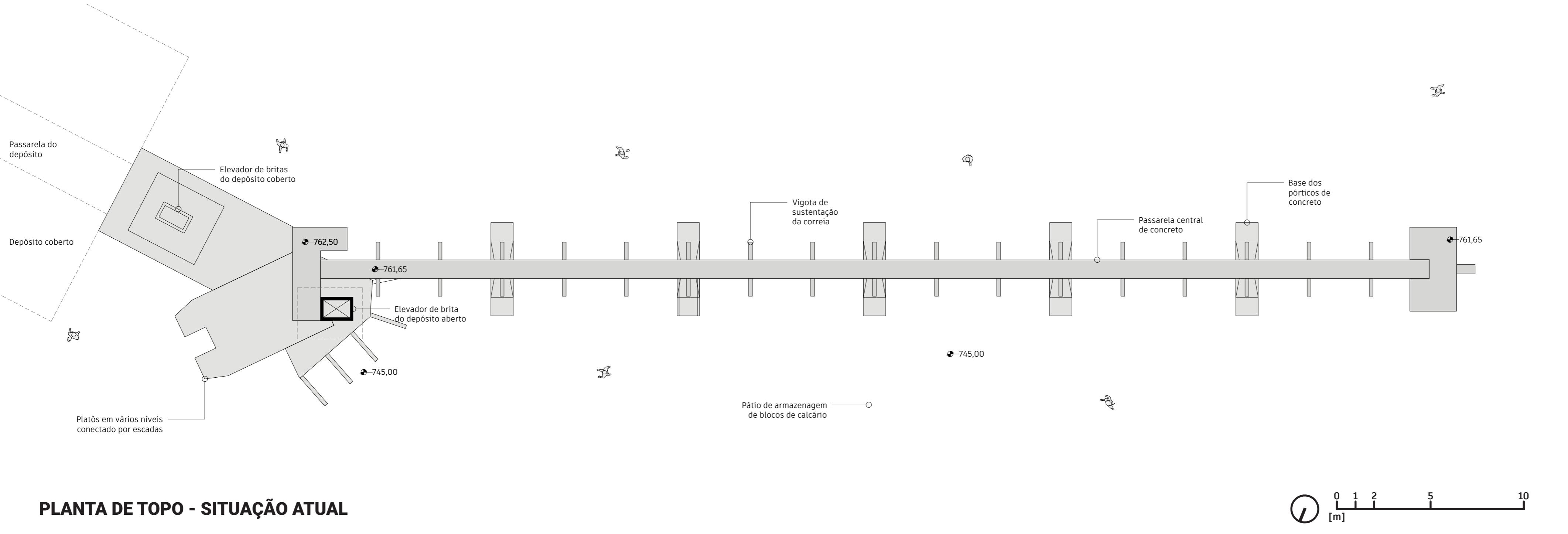
Imagen 37

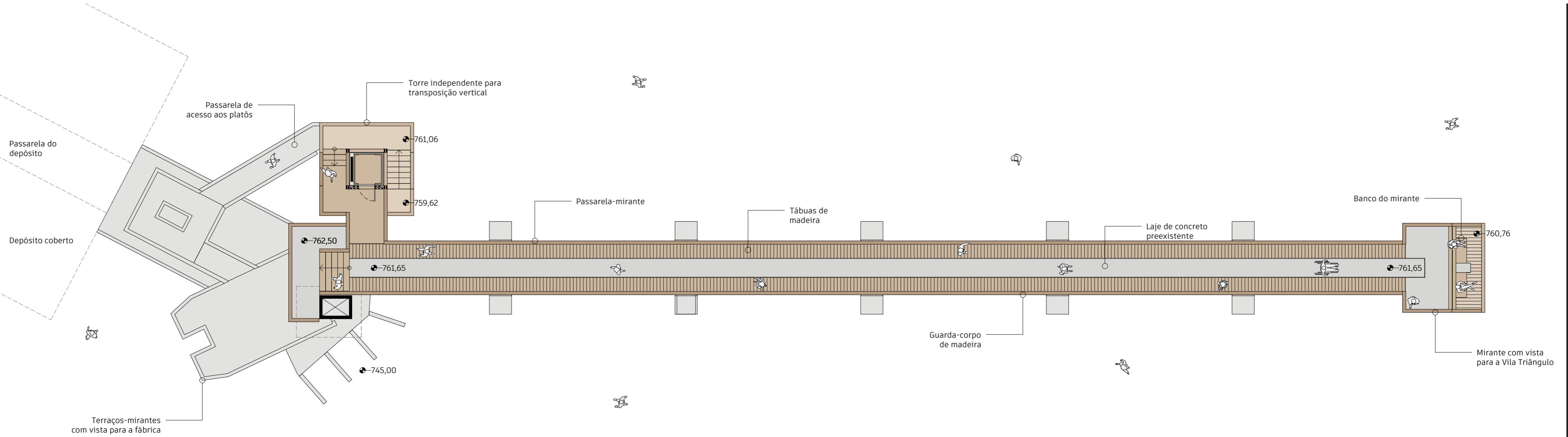


ELEVAÇÃO LONGITUDINAL - SITUAÇÃO ATUAL

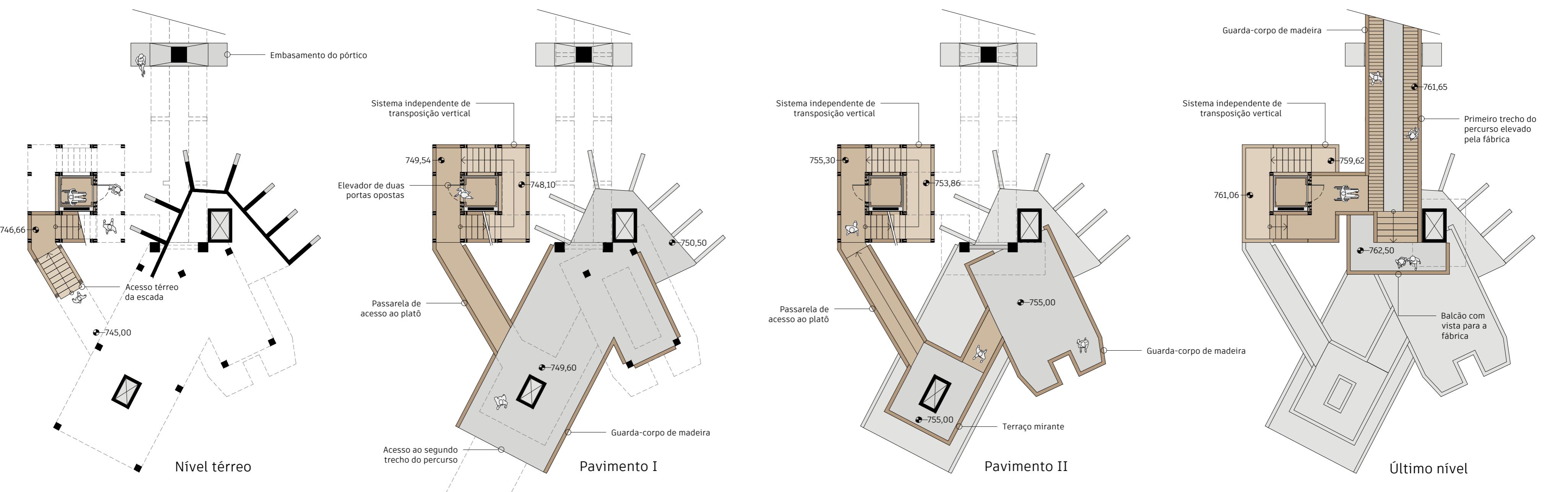


ELEVAÇÃO LONGITUDINAL - PROPOSTA

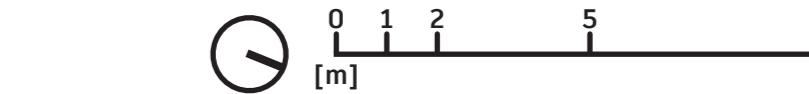


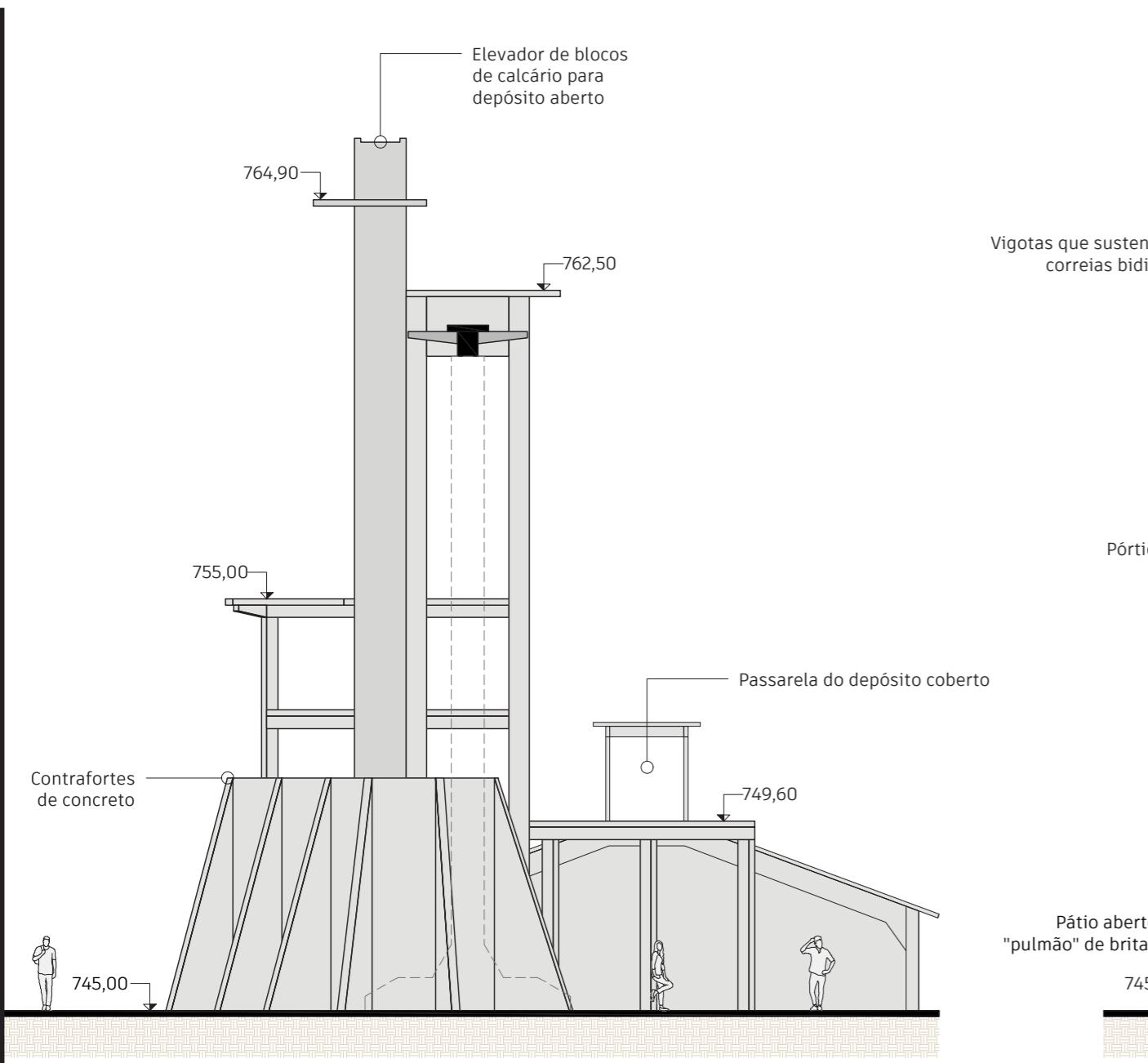


PLANTA DE TOPO - PROPOSTA

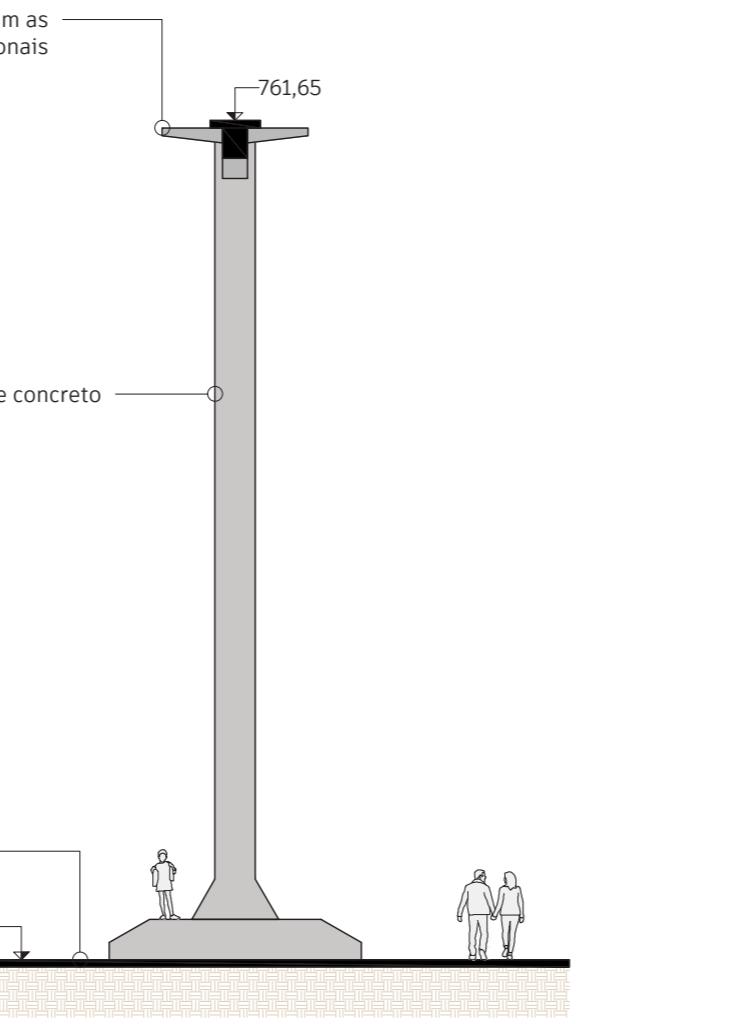


PLANTAS DOS NÍVEIS PRINCIPAIS - PROPOSTA

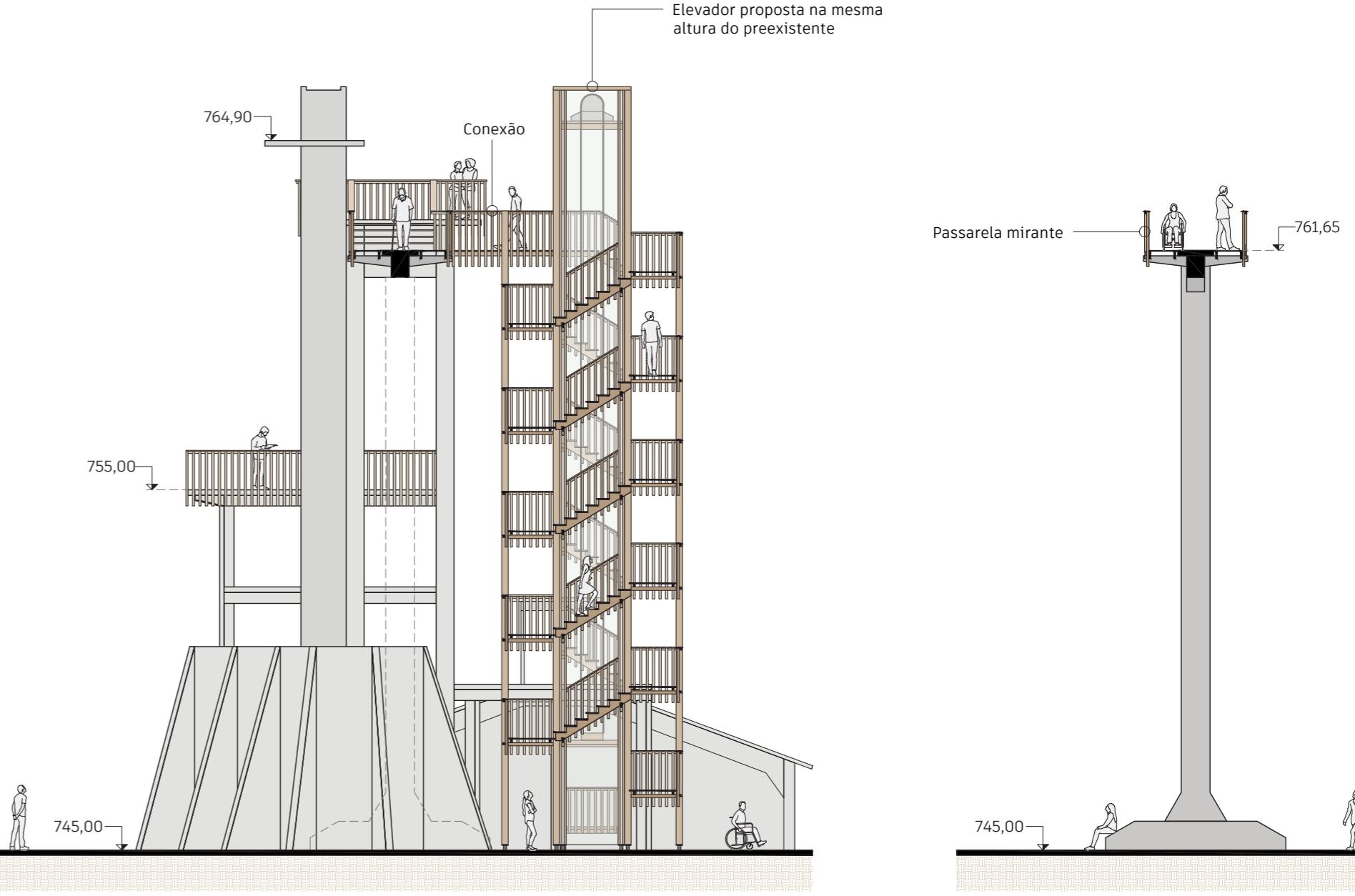




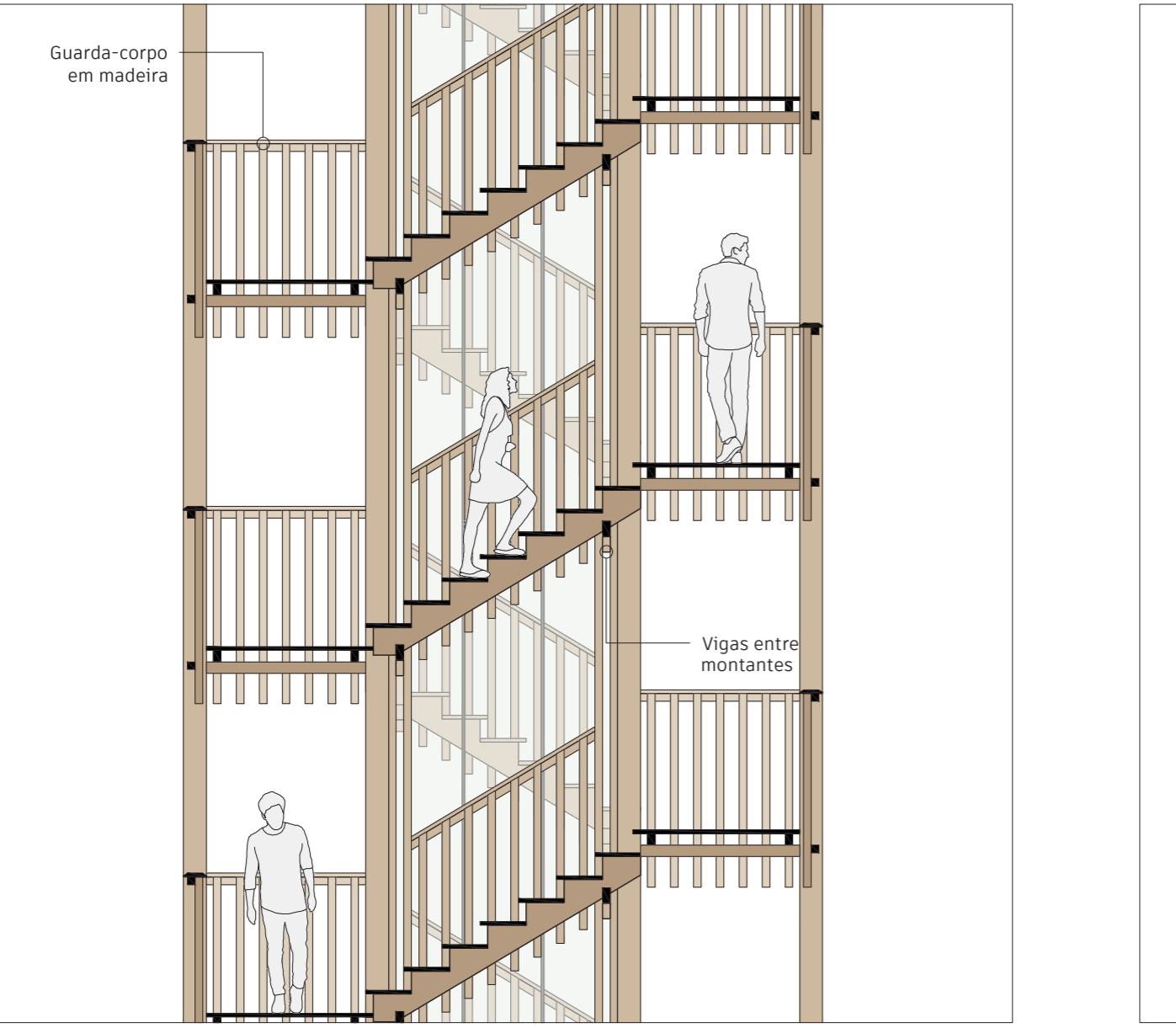
CORTES TRANSVERSAIS - SITUAÇÃO ATUAL



CORTES TRANSVERSAIS - PROPOSTA

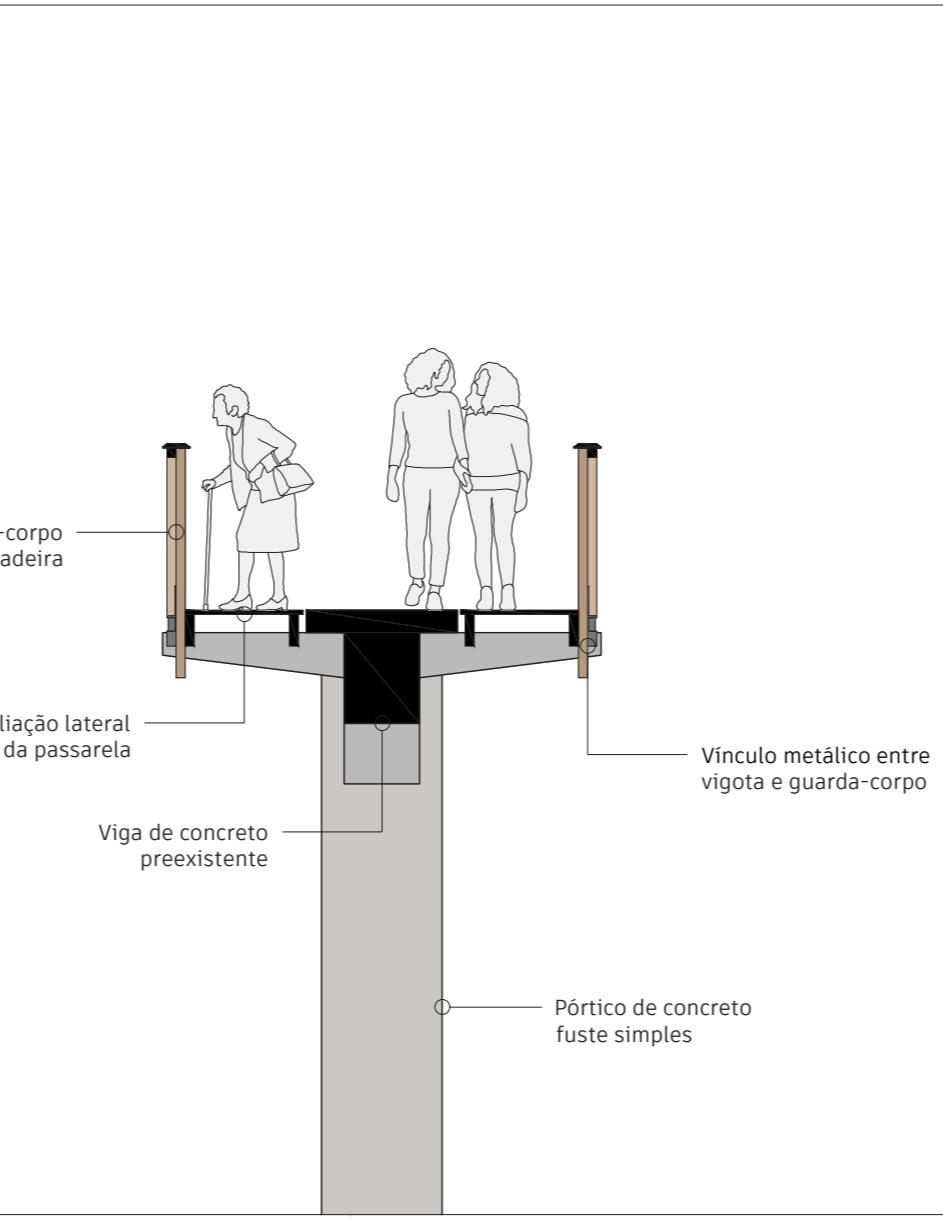


0 1 2 5 10
[m]



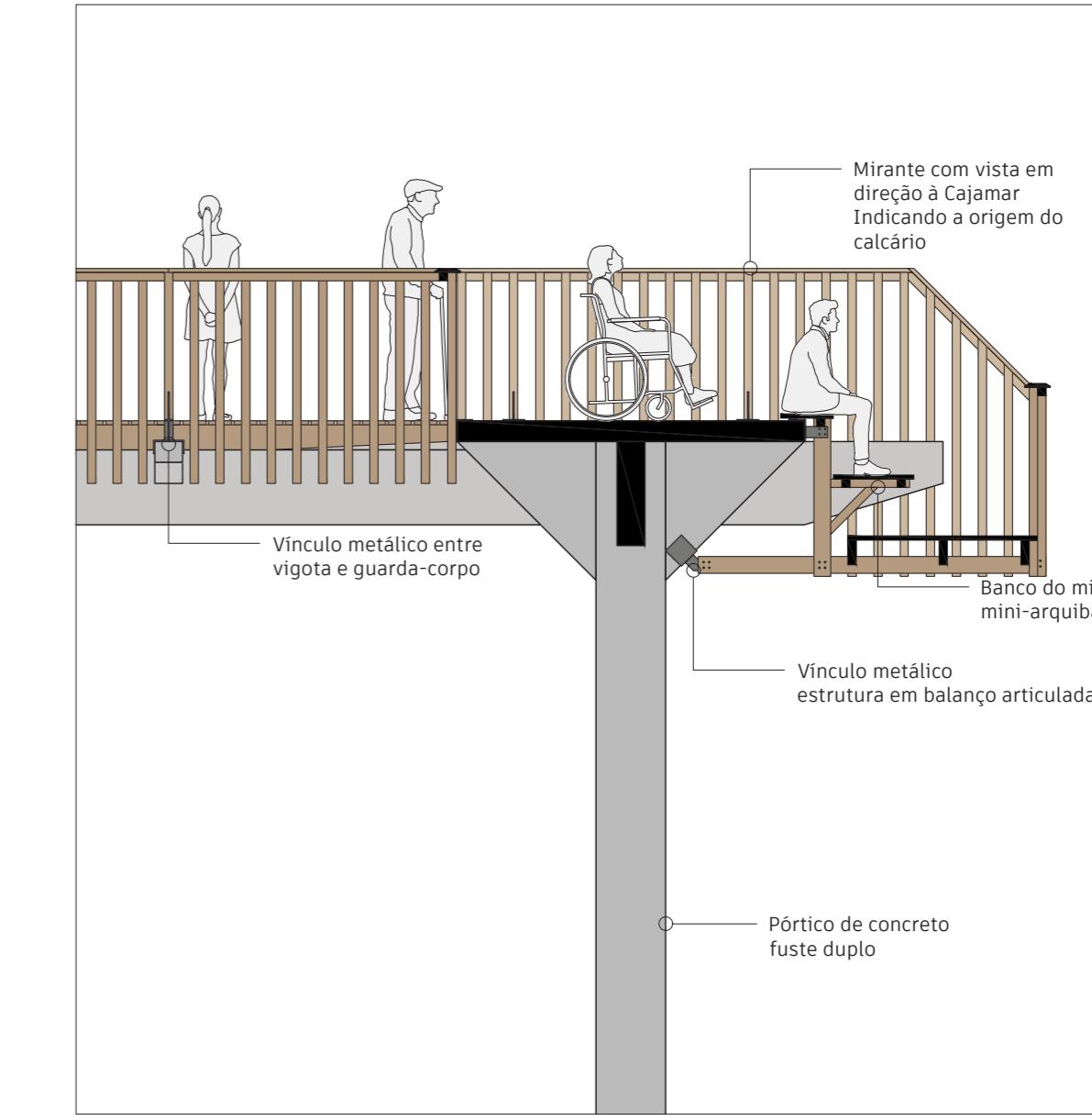
TORRE DE TRANSPOSIÇÃO VERTICAL

0 1 2
[m]



PASSARELA SOBRE PÓRTICOS

0 1 2
[m]



FIM DA PASSARELA - MIRANTE

0 1 2
[m]

Depósito de matéria-prima coberto

Proposta:

trecho II do Percurso elevado pela fábrica e Teatro.

Elementos mobilizados:

passarelas, vedações ripadas, arquibancadas e palco.

Referências projetuais:

Teatro Oficina, em suas várias versões, de Joaquim Guedes à Lina Bo Bardi;

Teatro do Sesc Fábrica Pompeia, por Lina Bo Bardi.

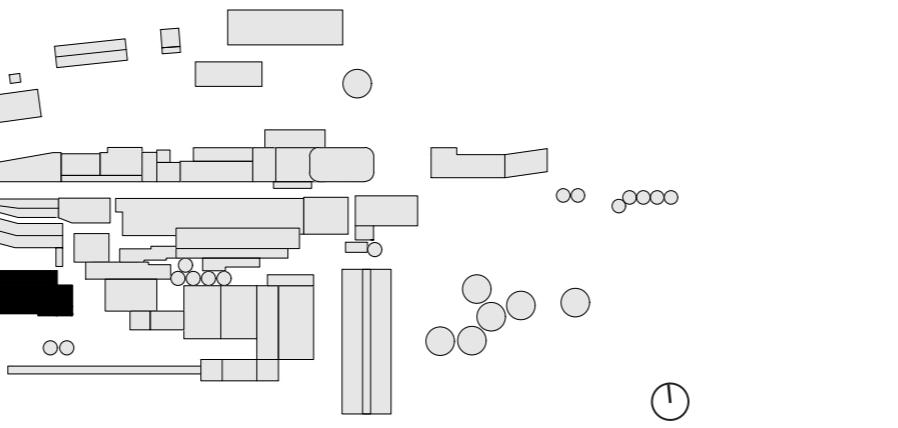
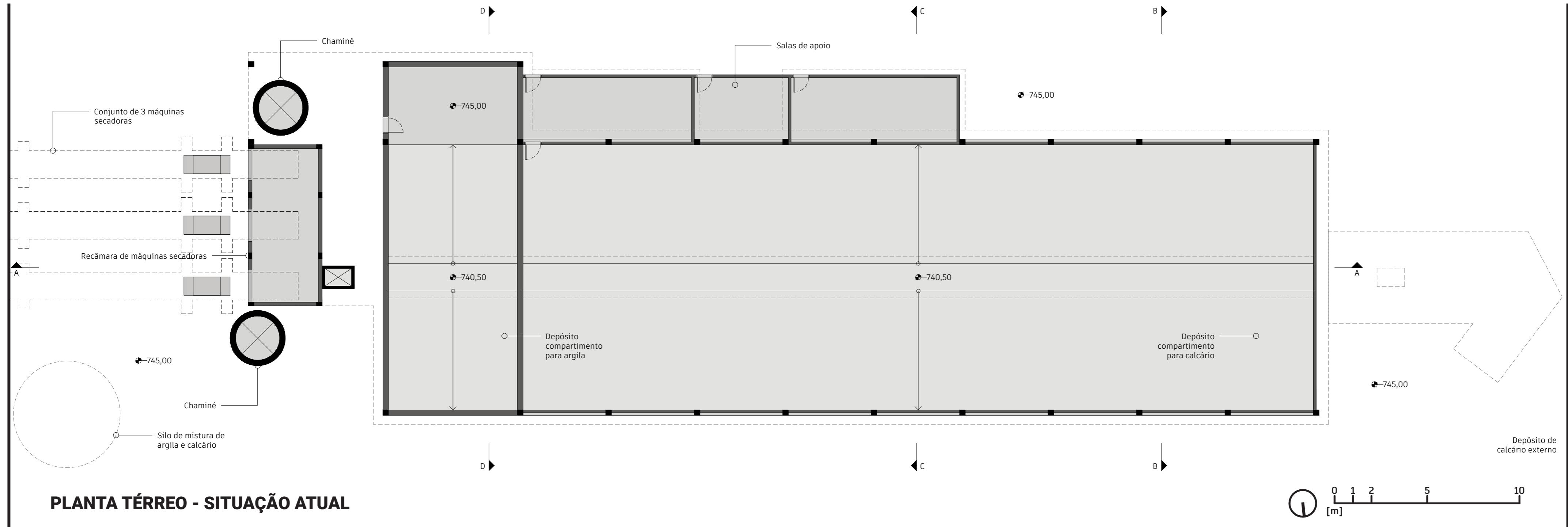
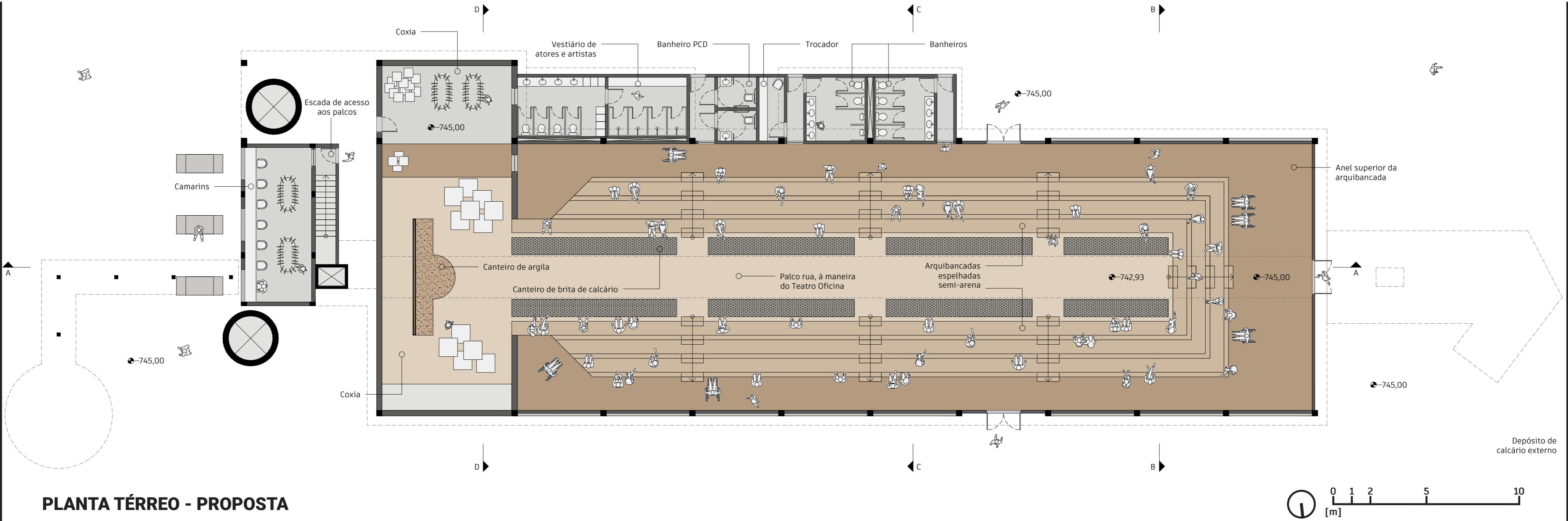


Imagen 38

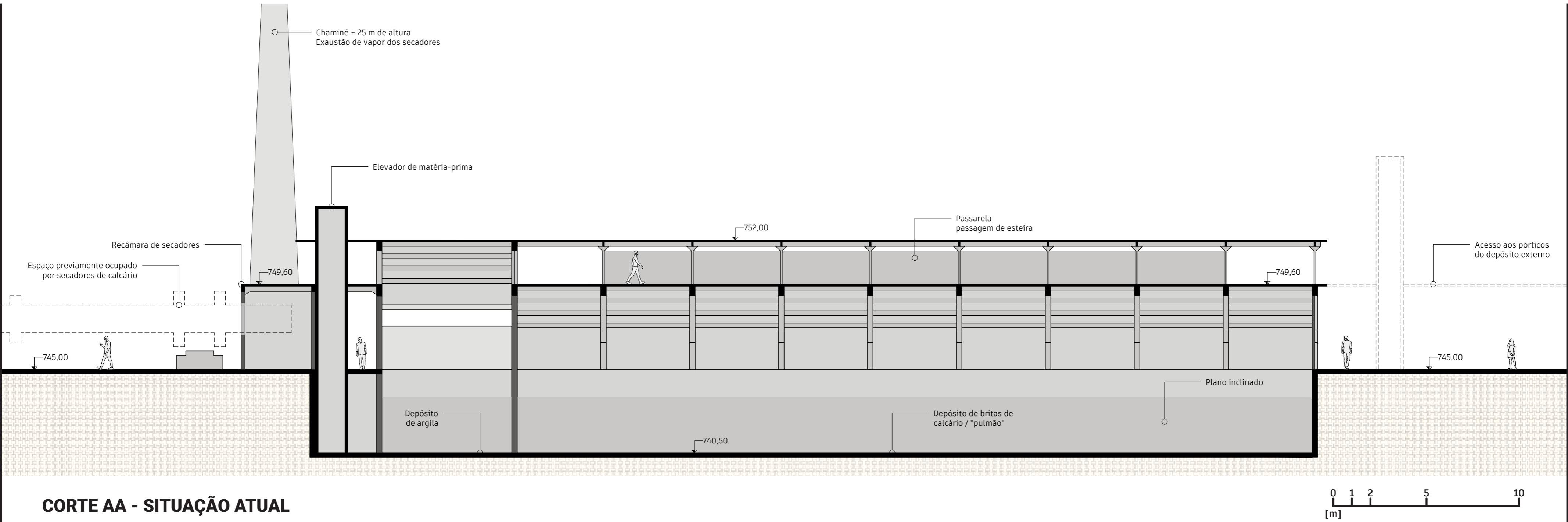
PLANTA TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL

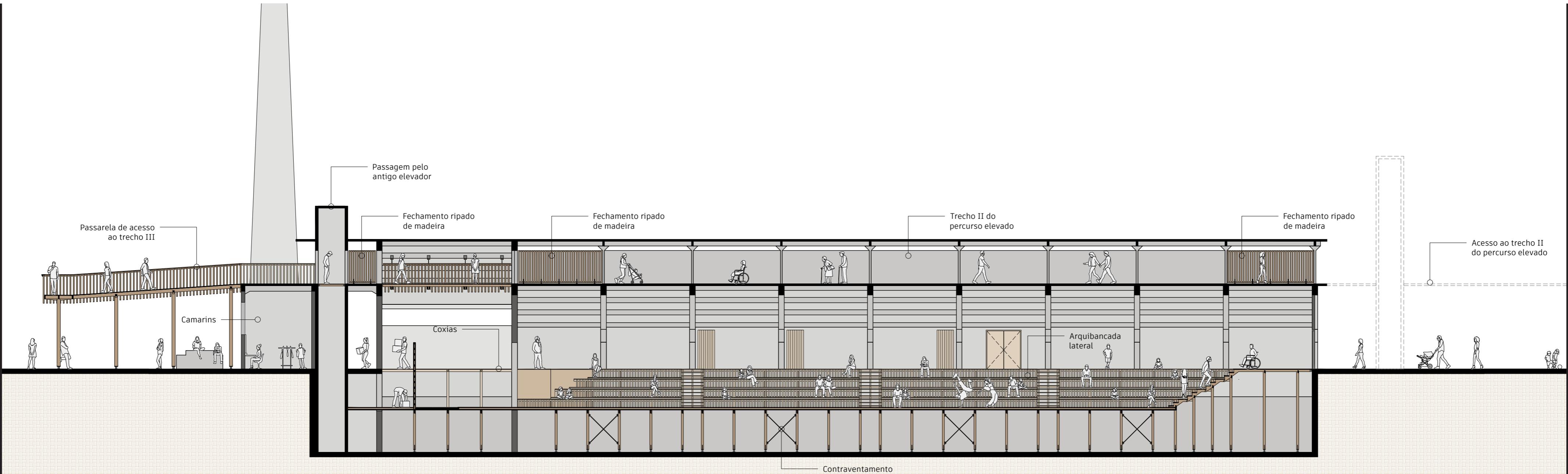


PLANTA TÉRREO - PROPOSTA

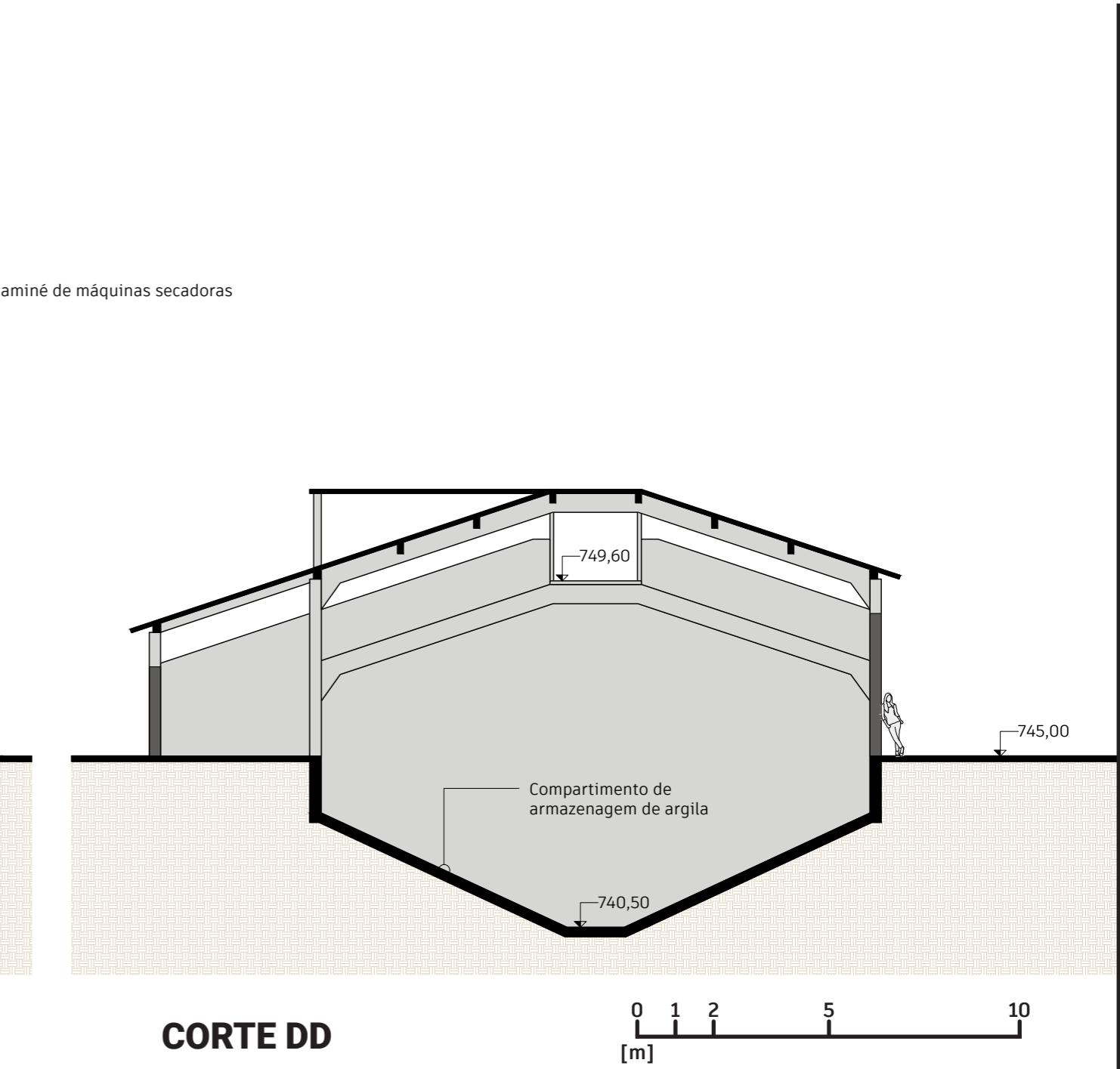
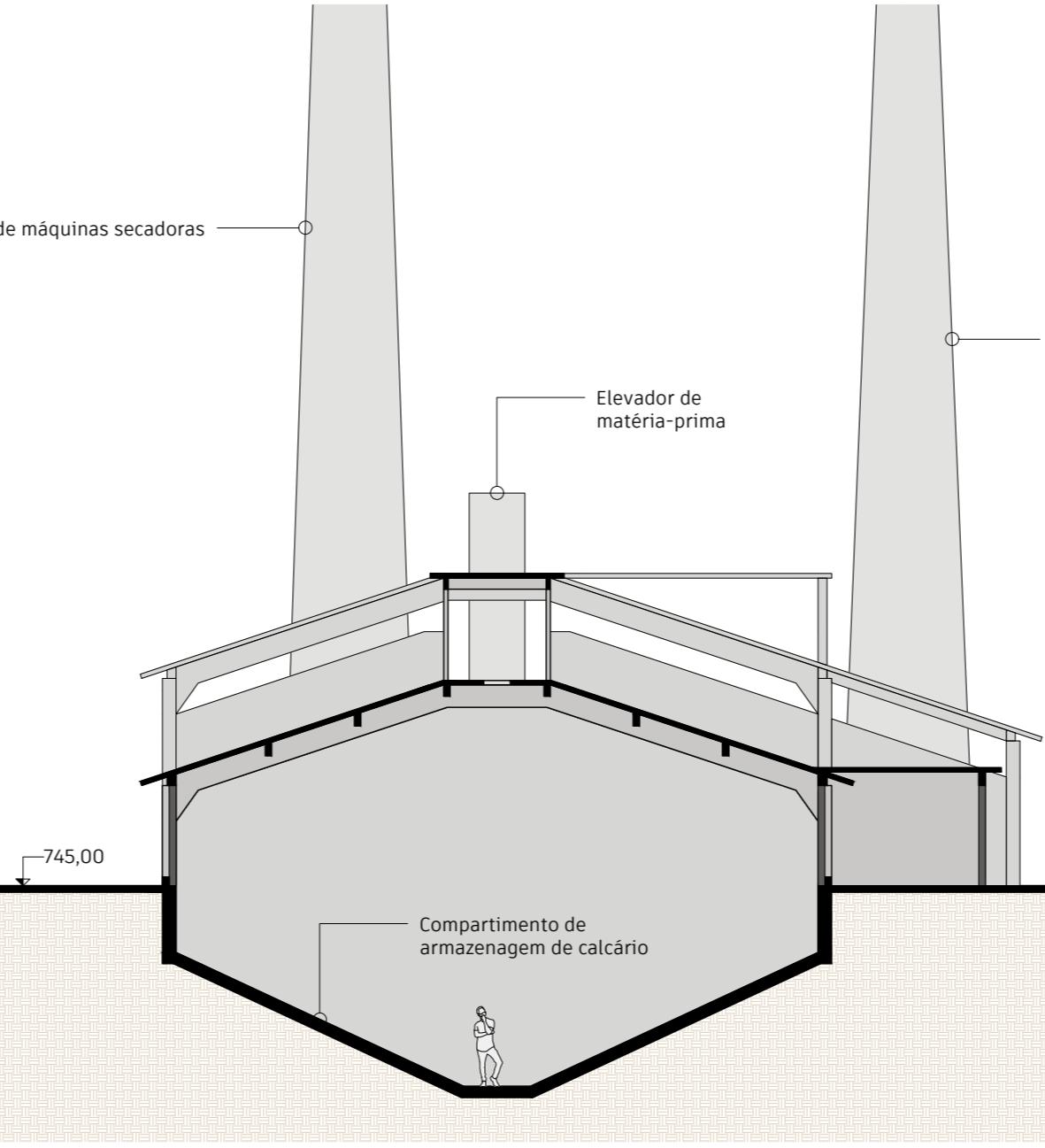
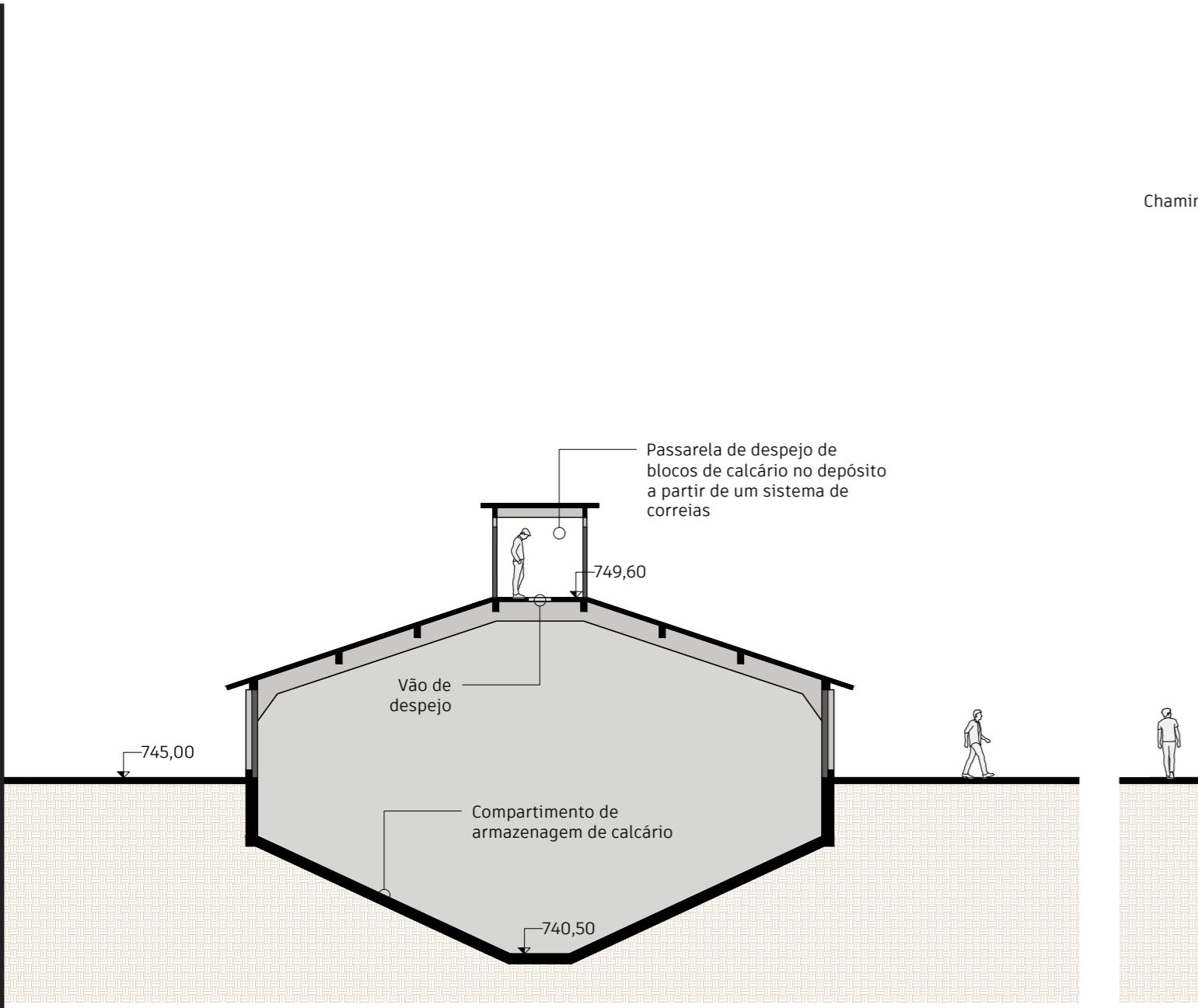


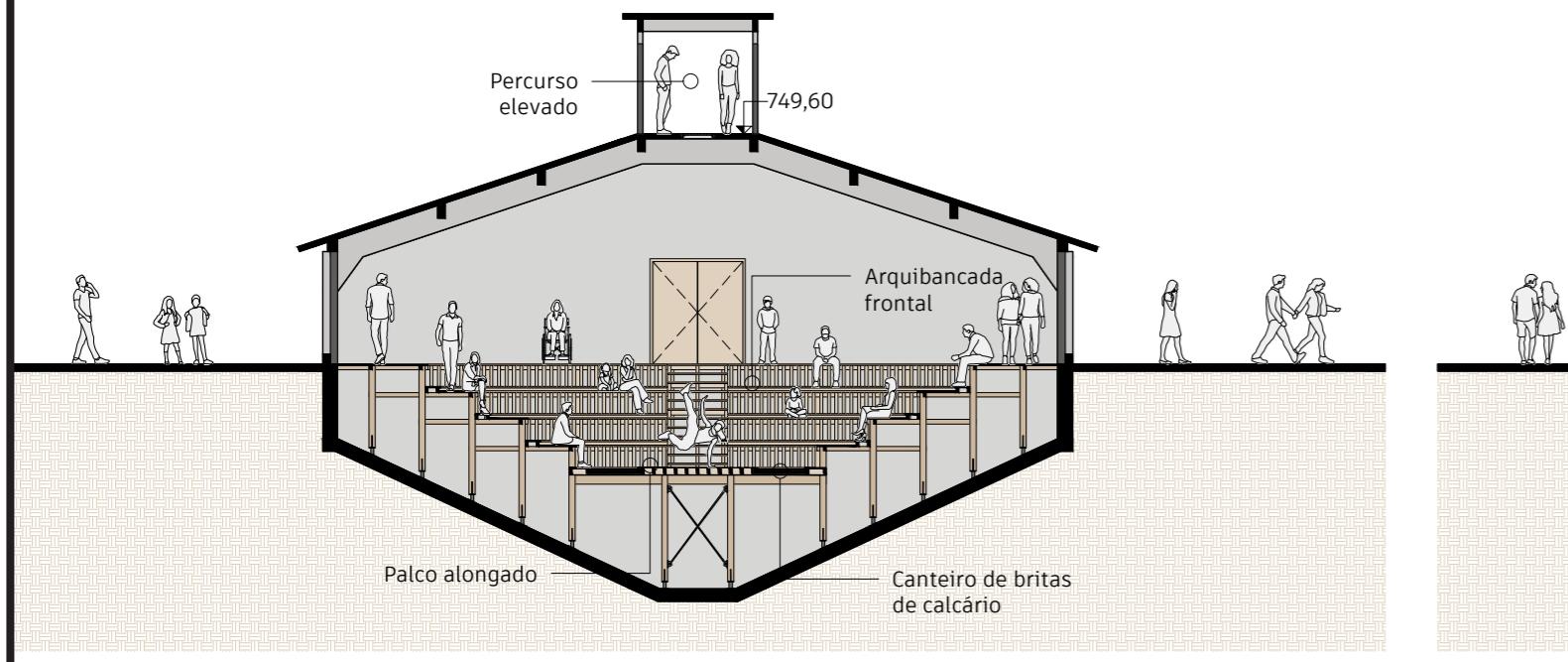
CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL



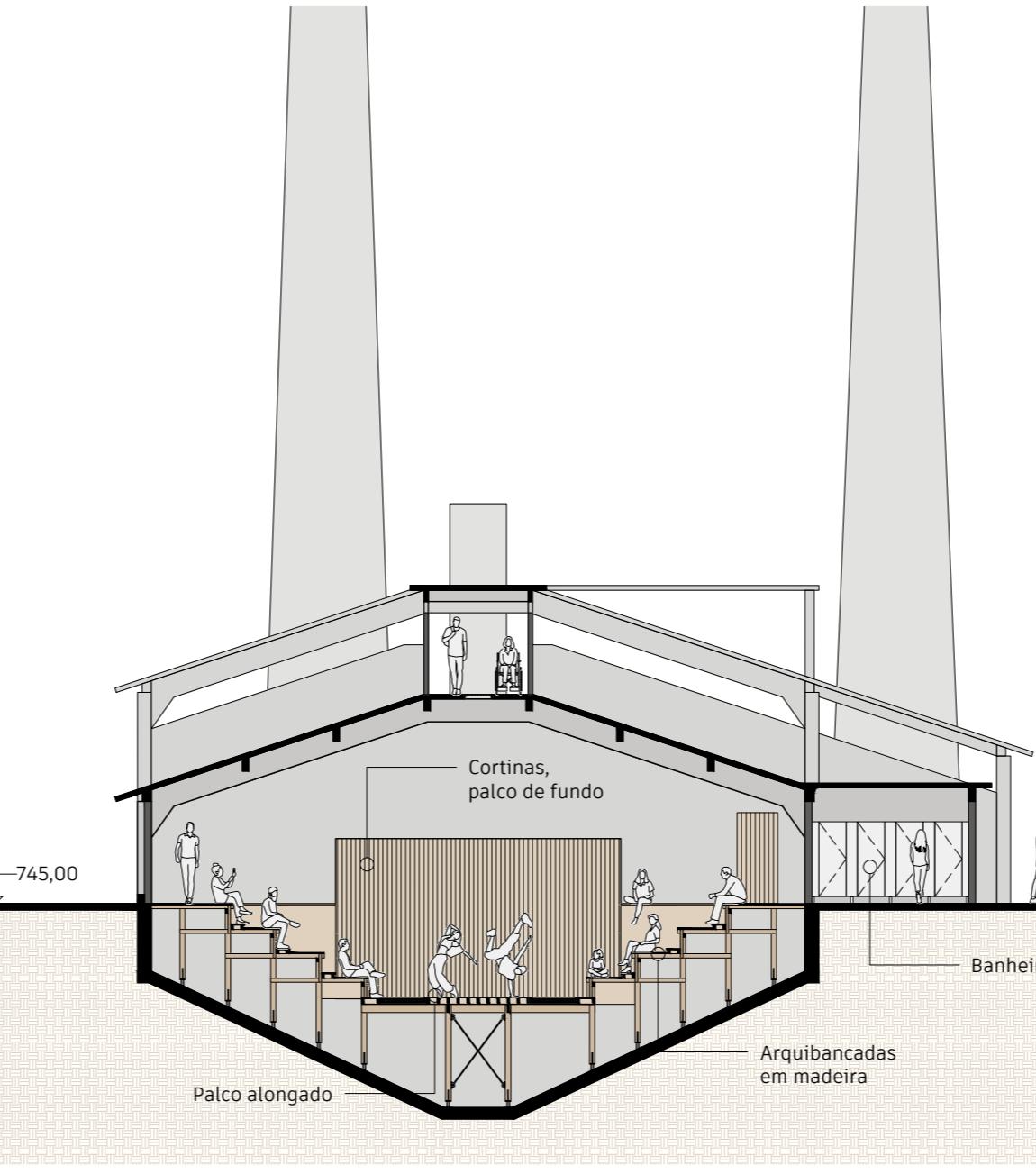


CORTE AA - PROPOSTA

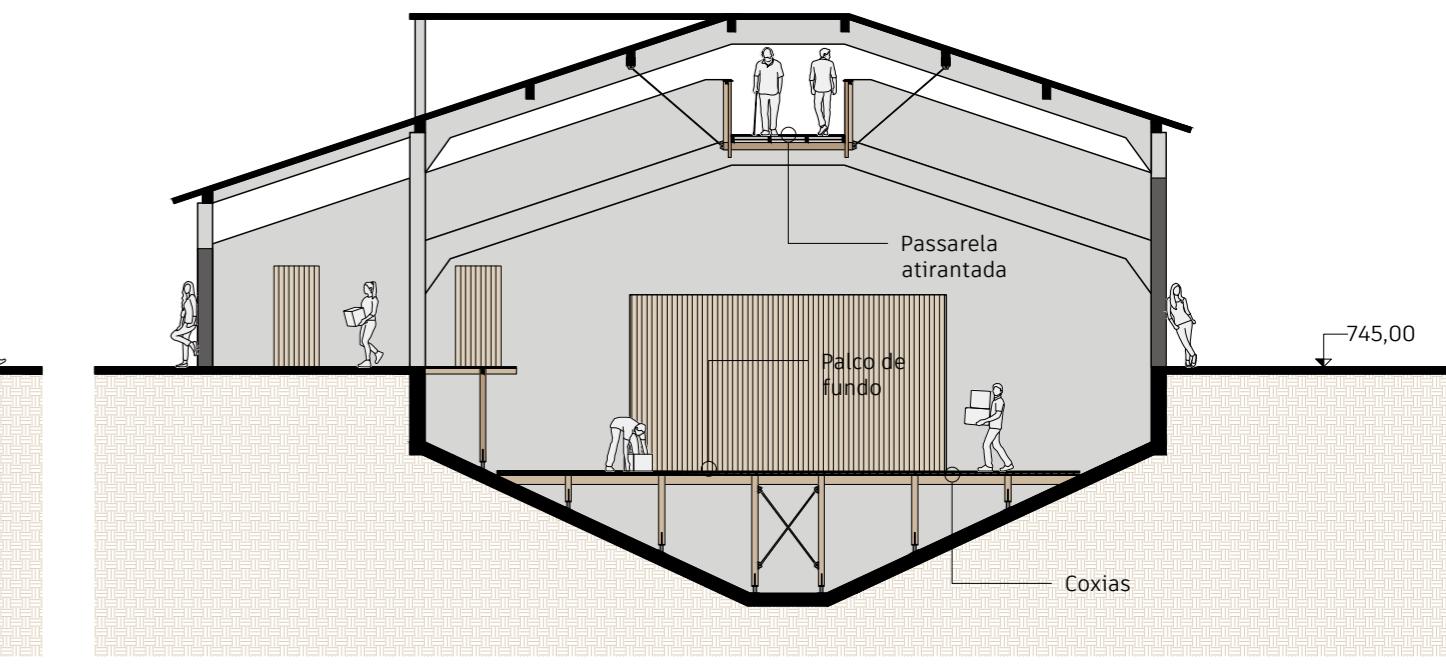




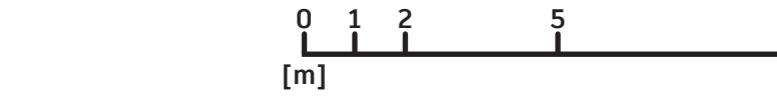
CORTE BB - PROPOSTA



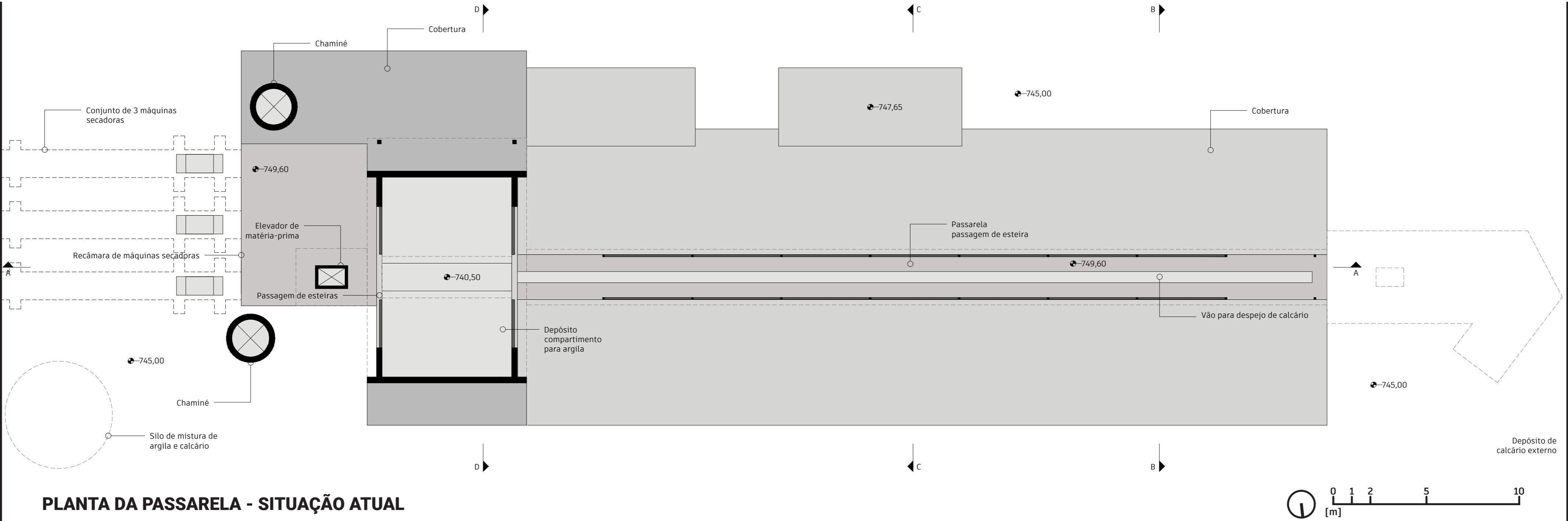
CORTE CC

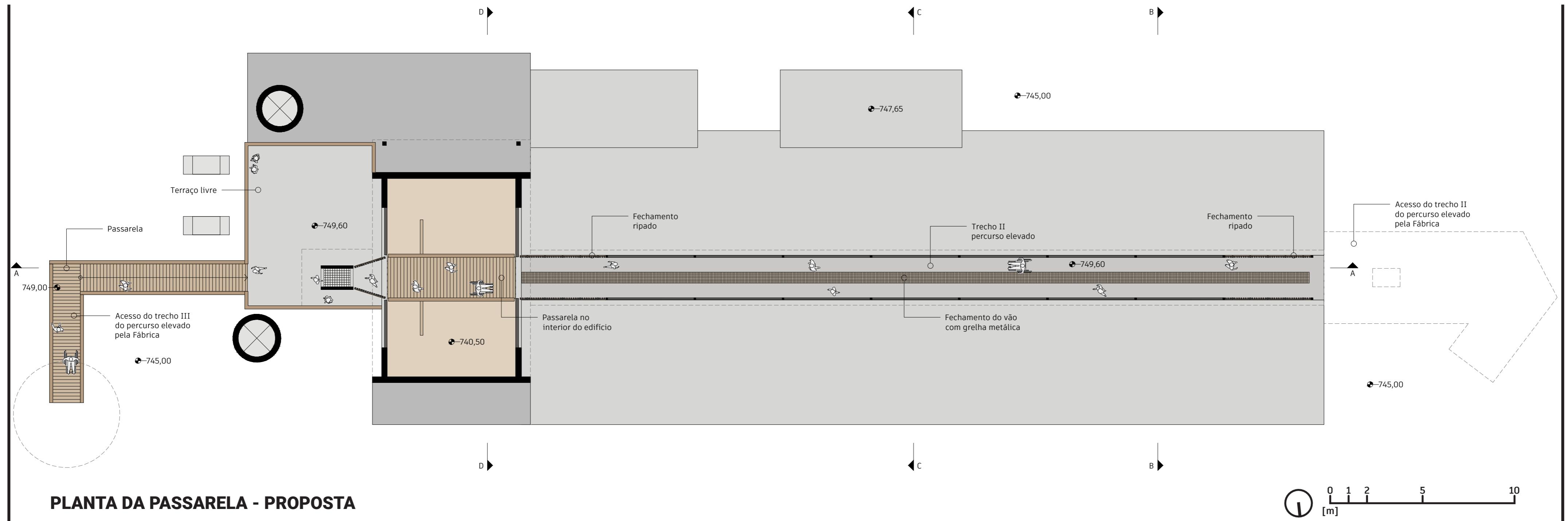


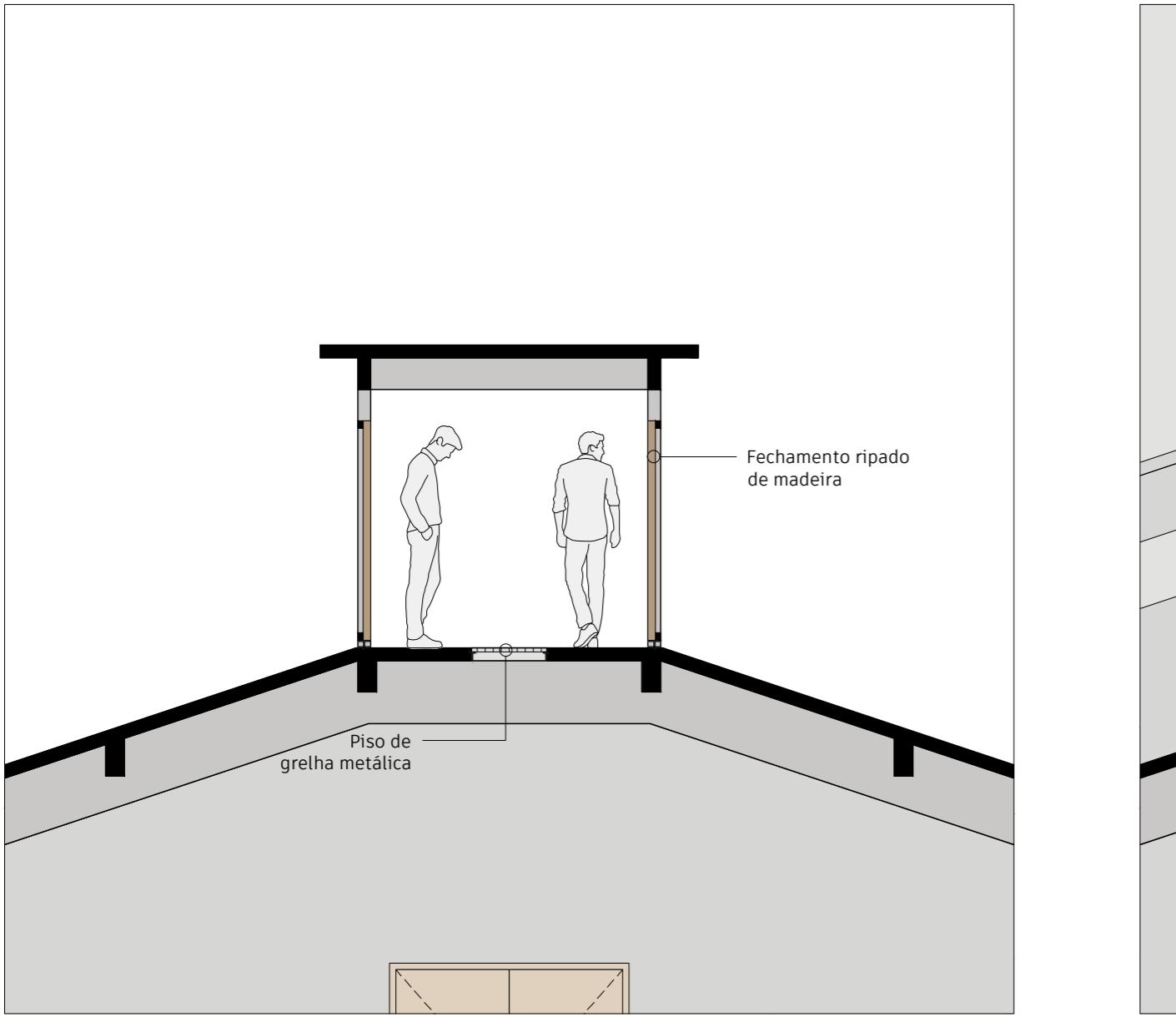
CORTE DD



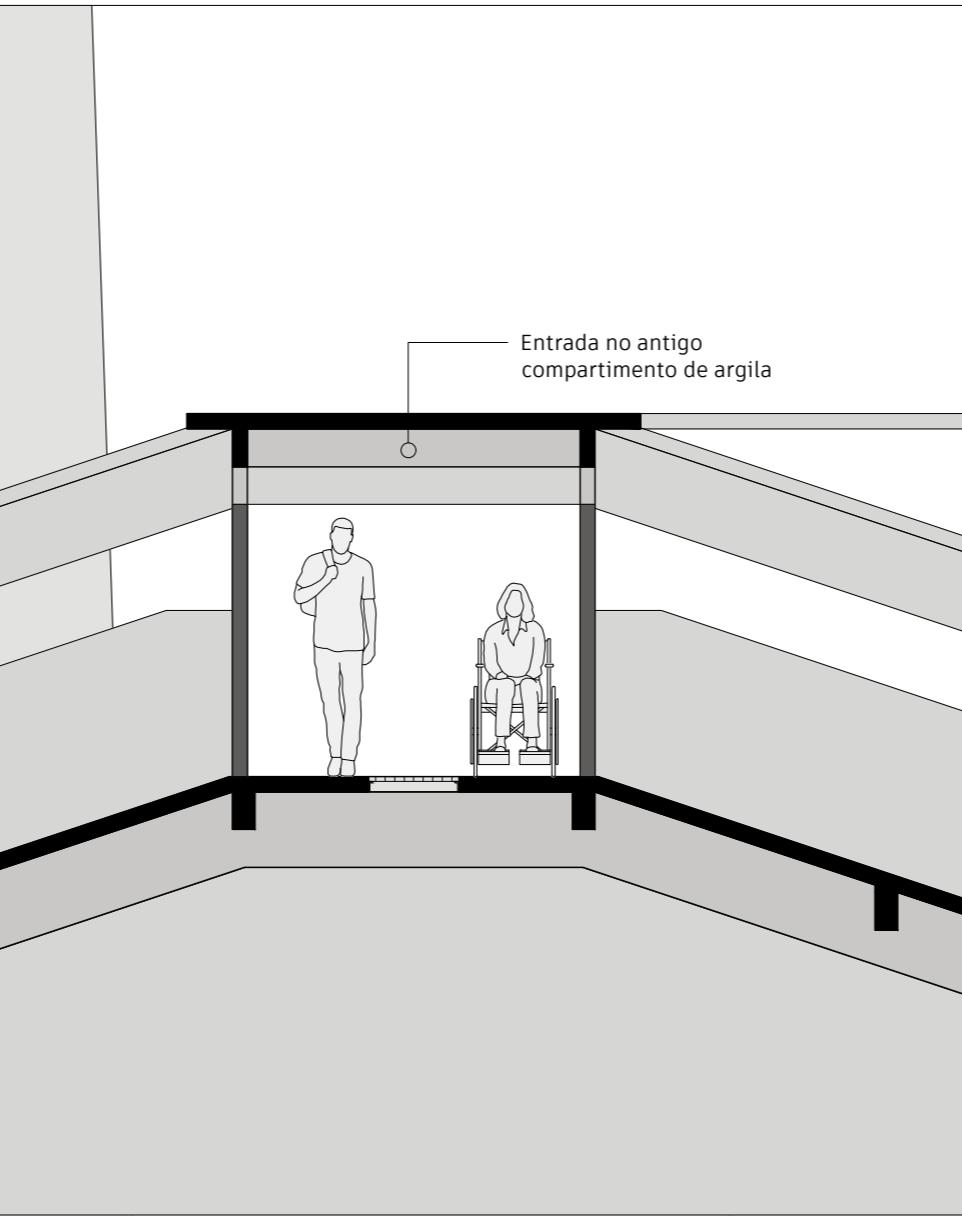
PLANTA DA PASSARELA - SITUAÇÃO ATUAL



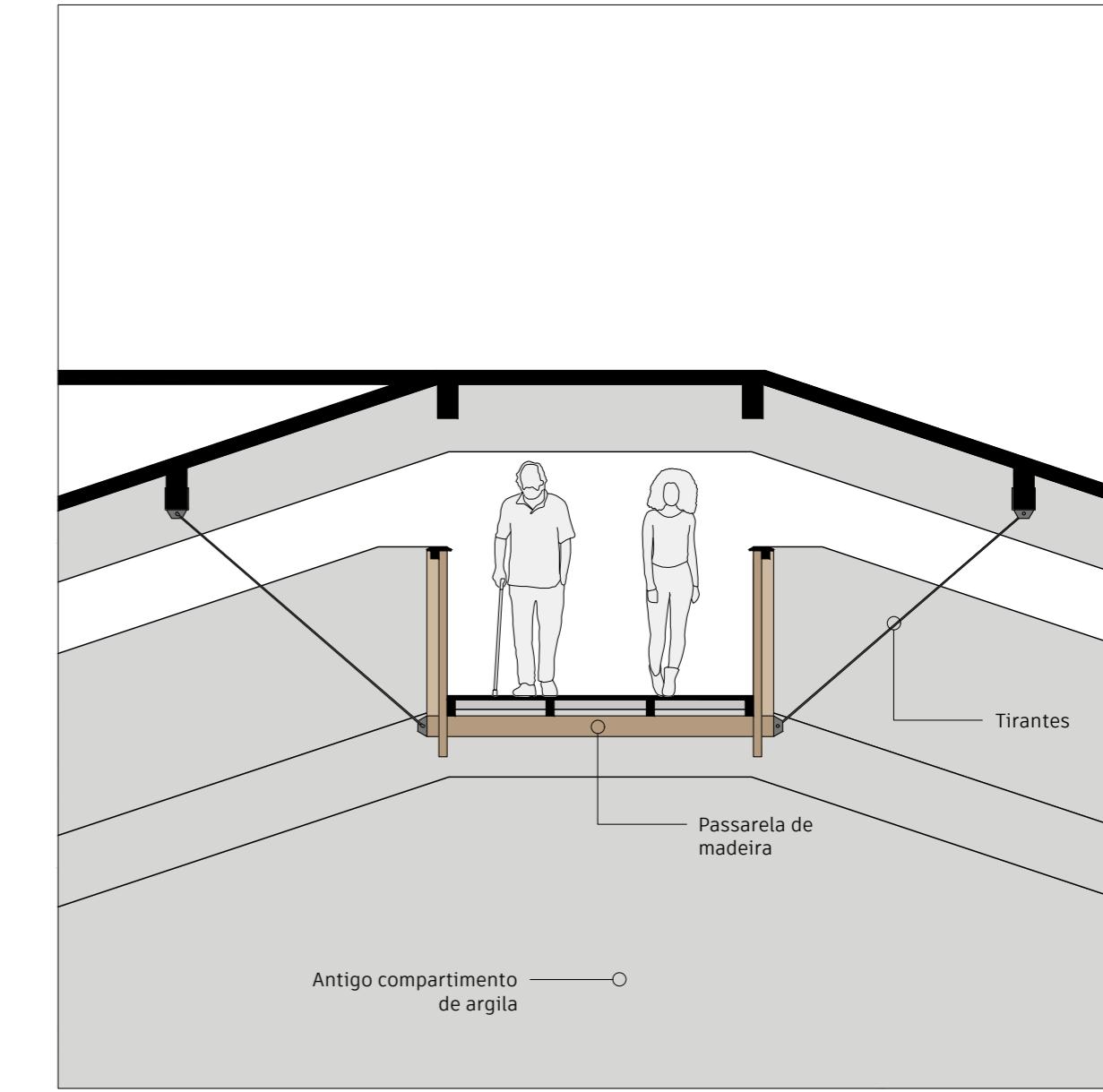




TRECHO INICIAL



TRECHO INTERMEDIÁRIO



TRECHO FINAL

Silos de mistura de matéria-prima

Proposta:

trecho III do Percorso elevado pela fábrica.

Elementos mobilizados:

passarelas, rampas e guarda-corpo.

Referências projetuais:

Storhamarlåven (Hamar, Noruega, 1974), por Sverre Fehn.

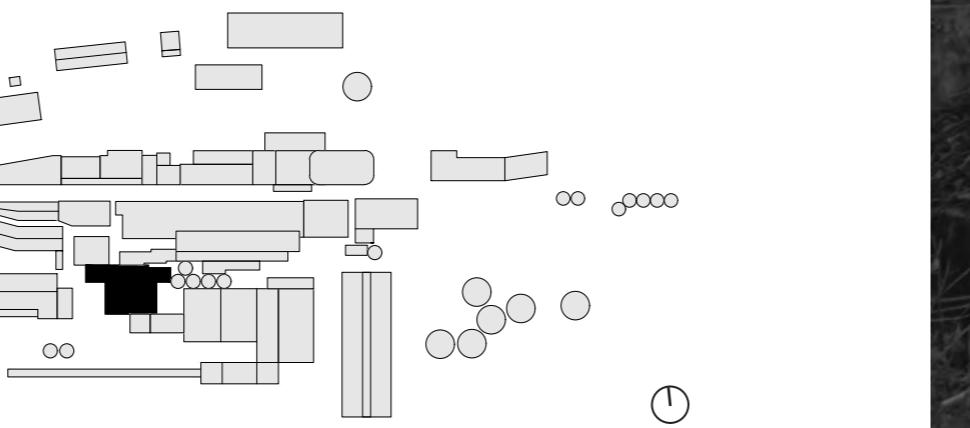
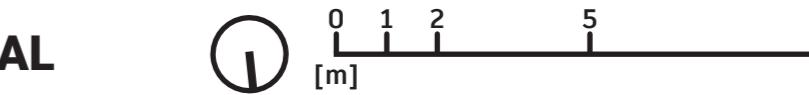
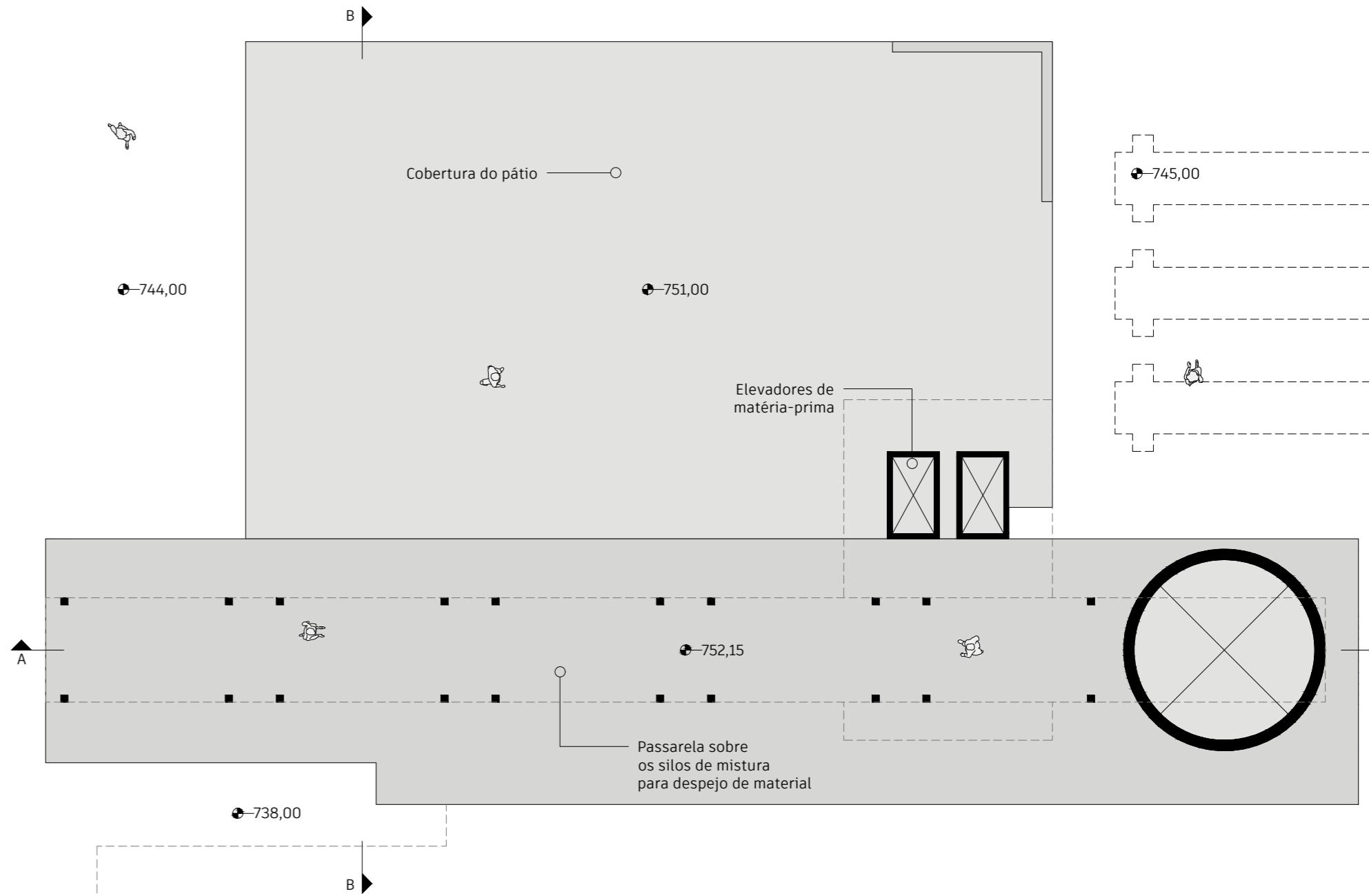
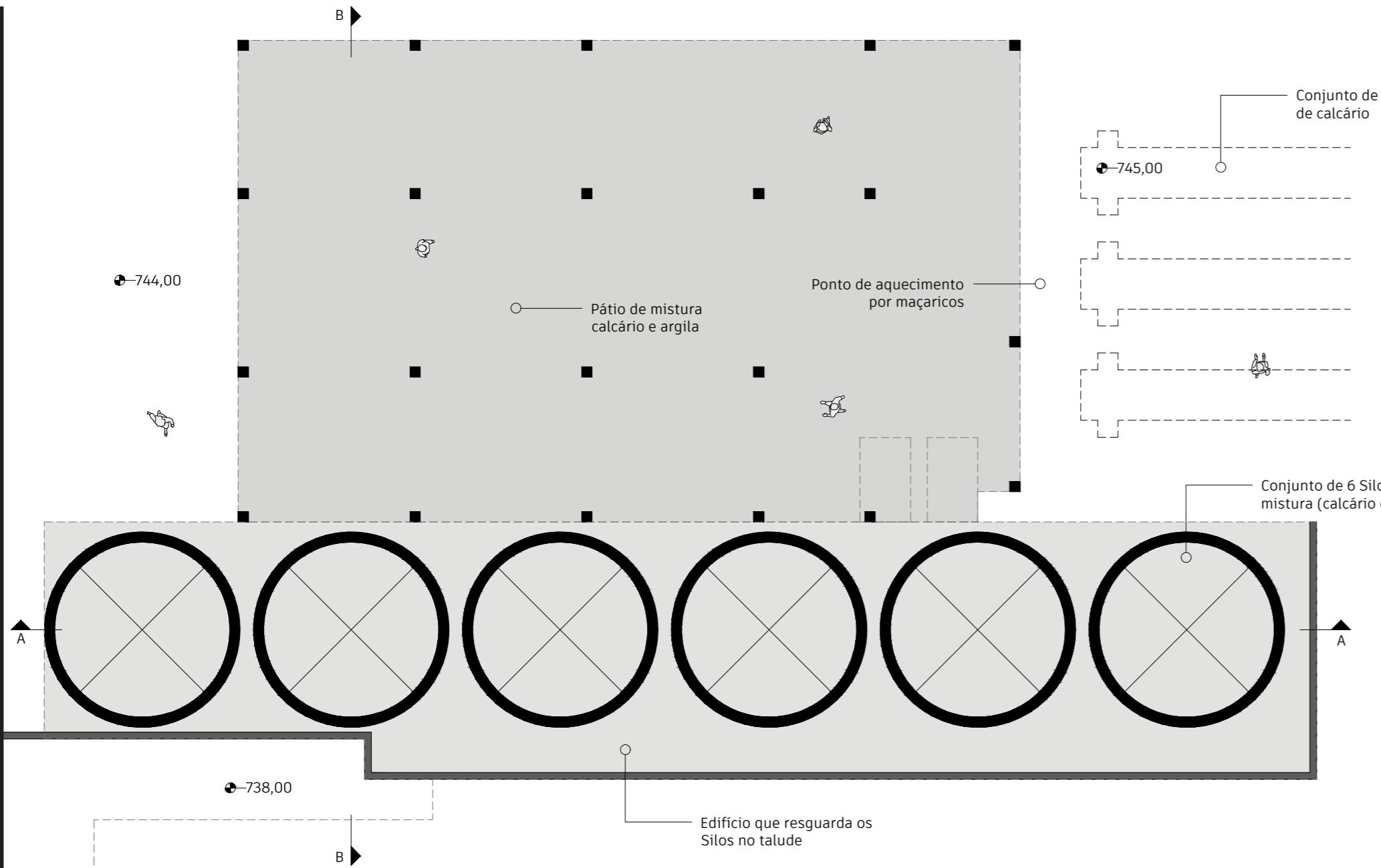
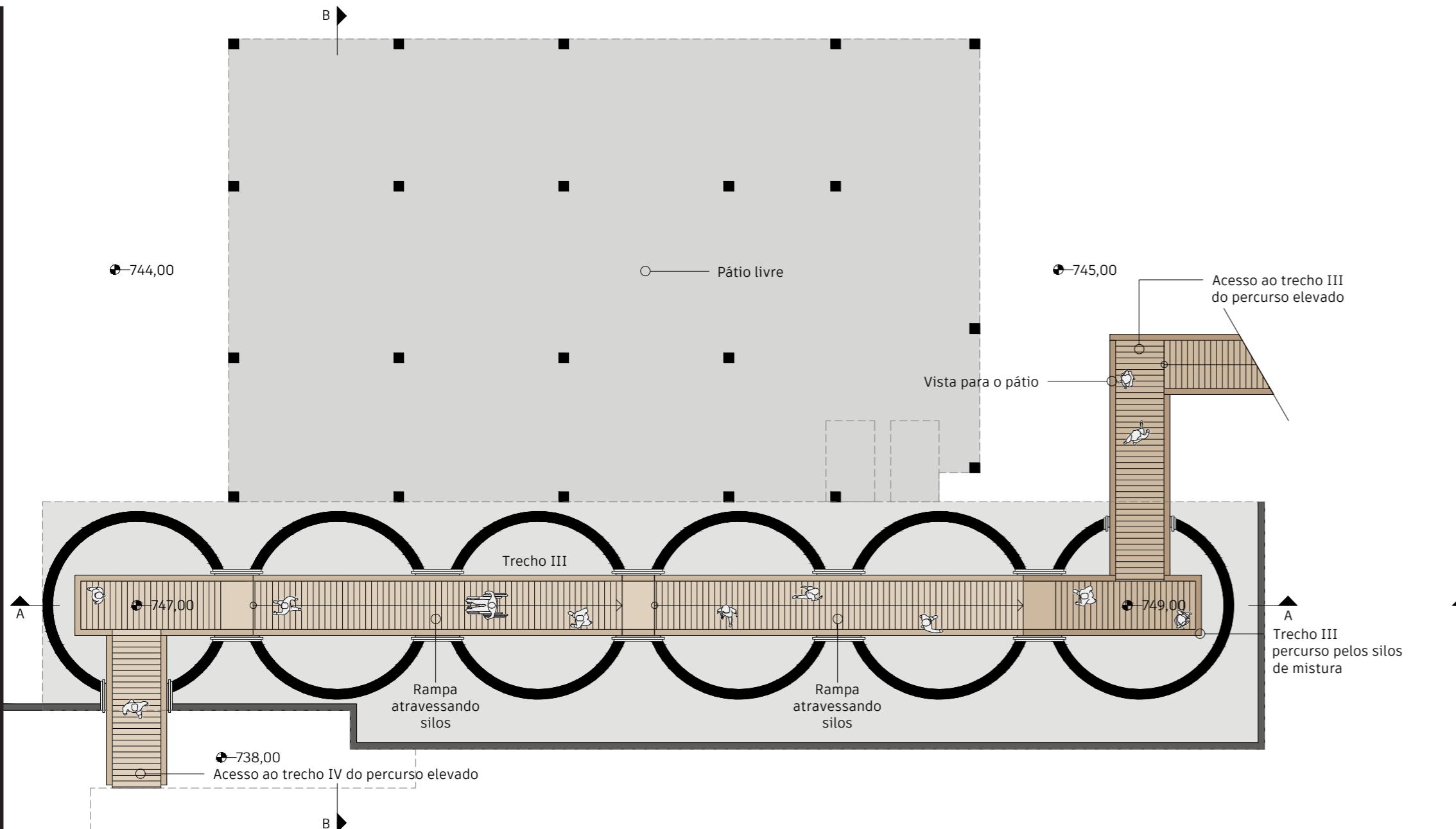
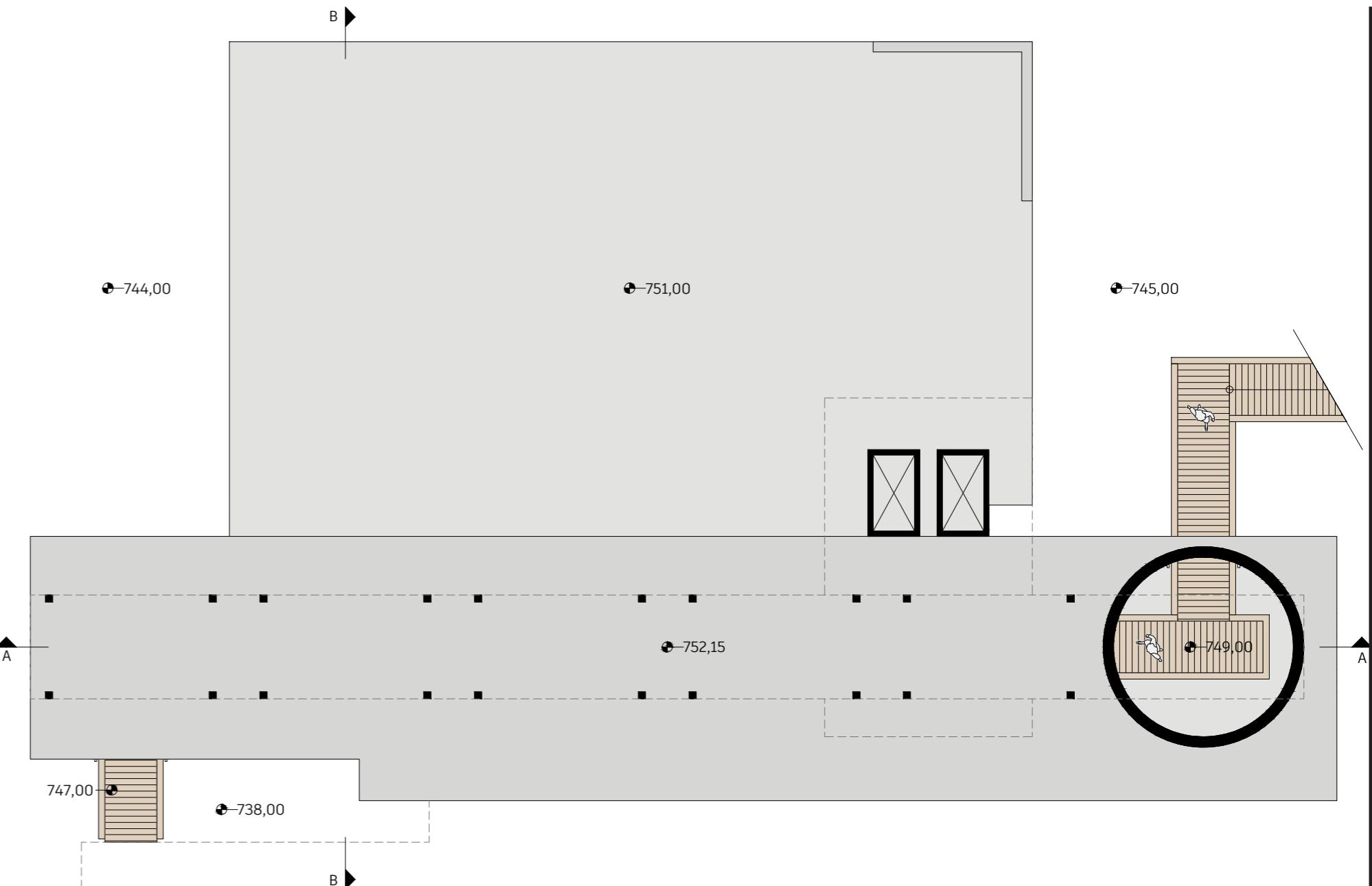


Imagen 39

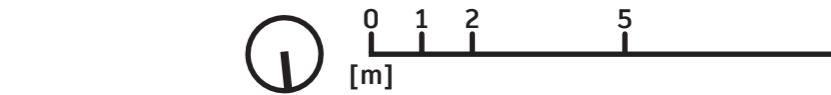


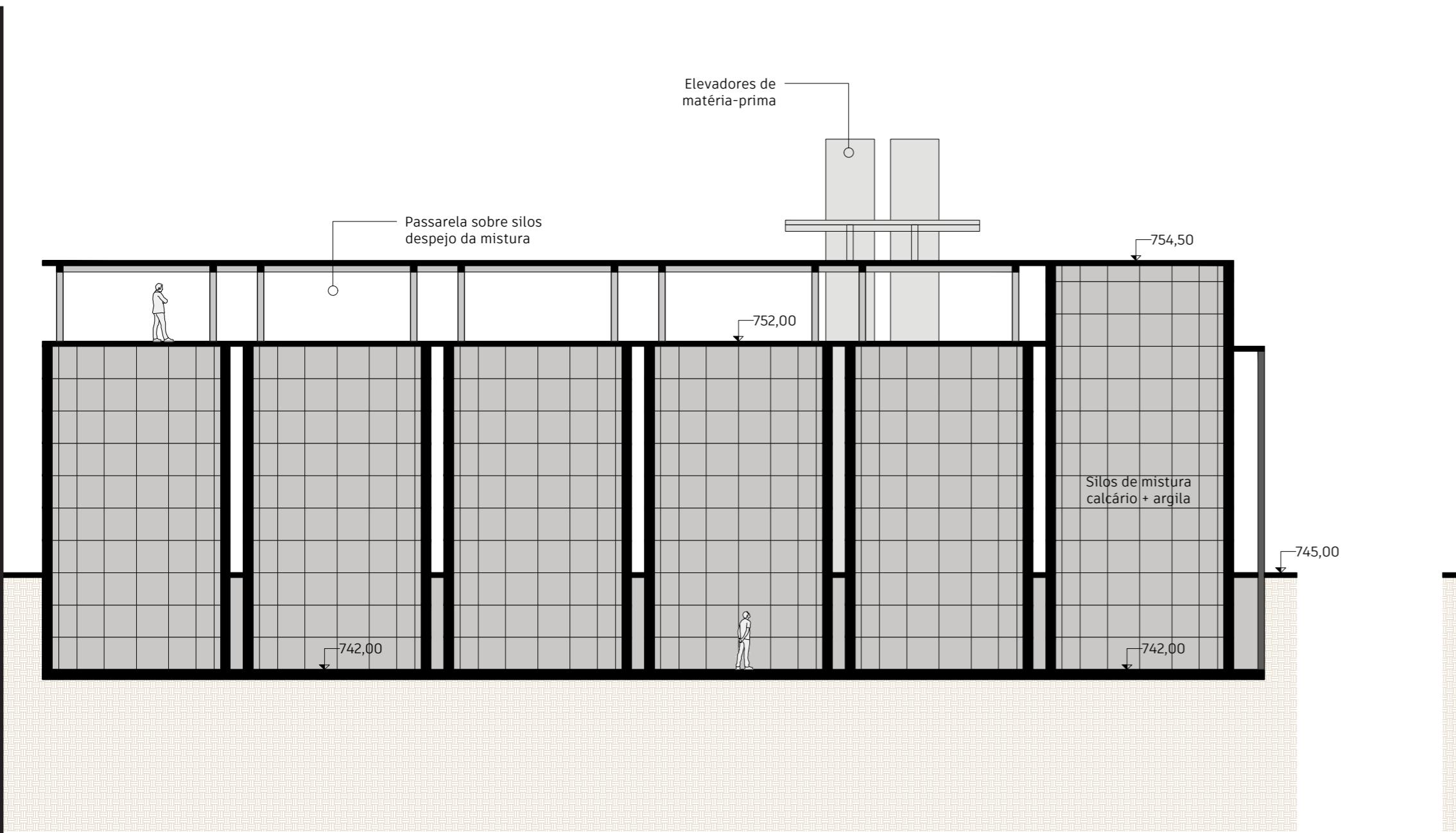


PLANTA DO TÉRREO - PROPOSTA

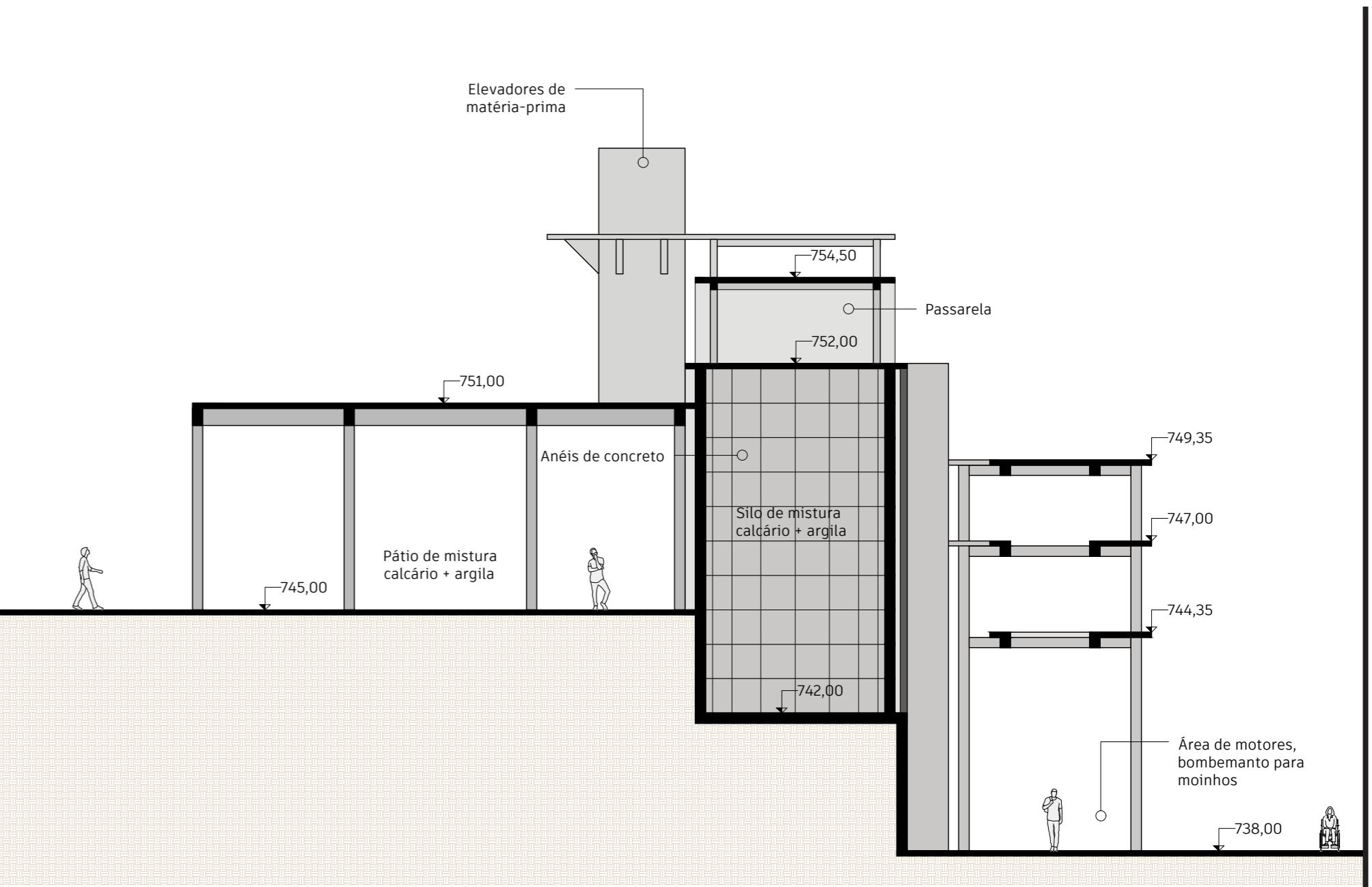


PLANTA DA PASSARELA - PROPOSTA

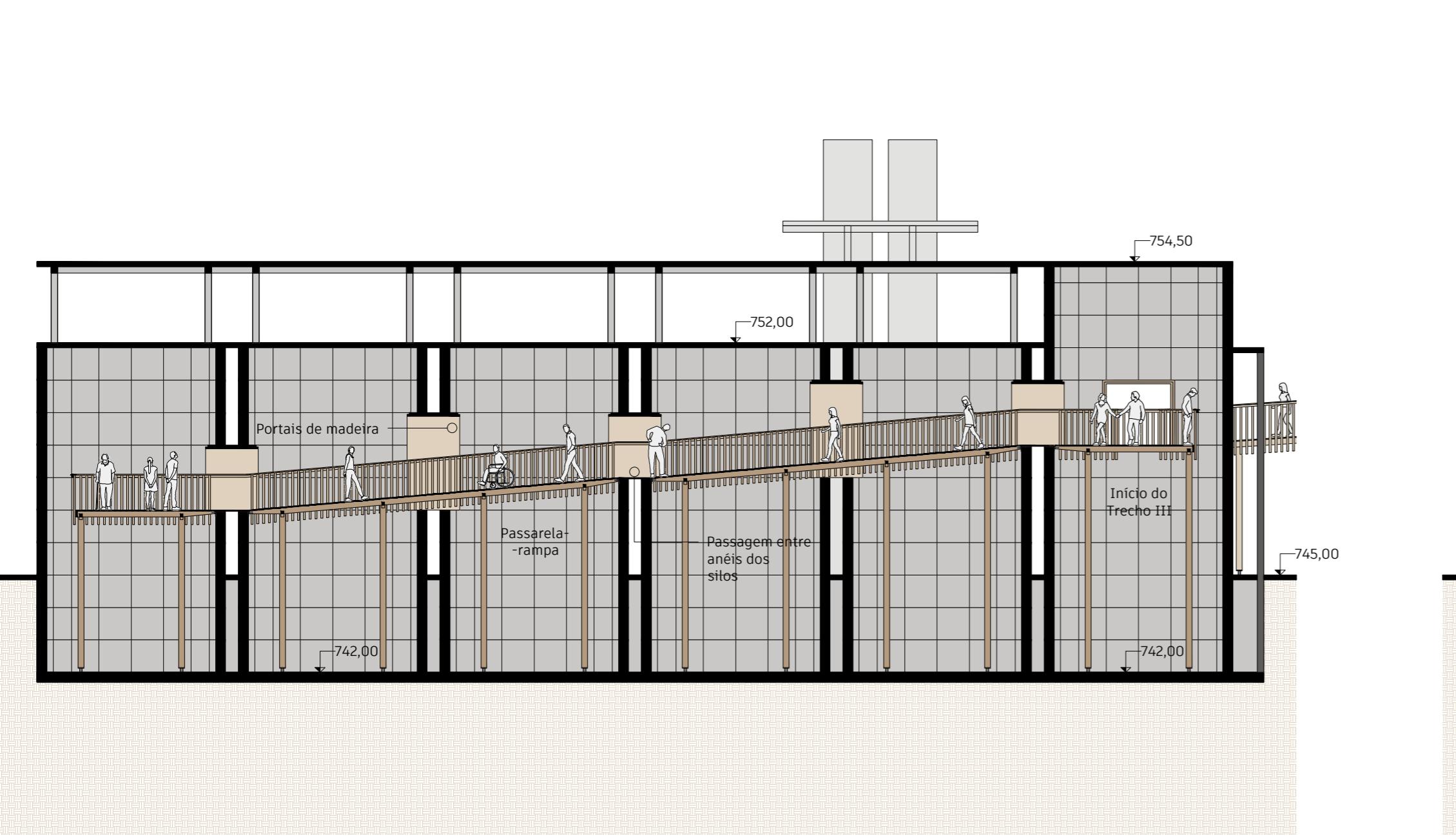




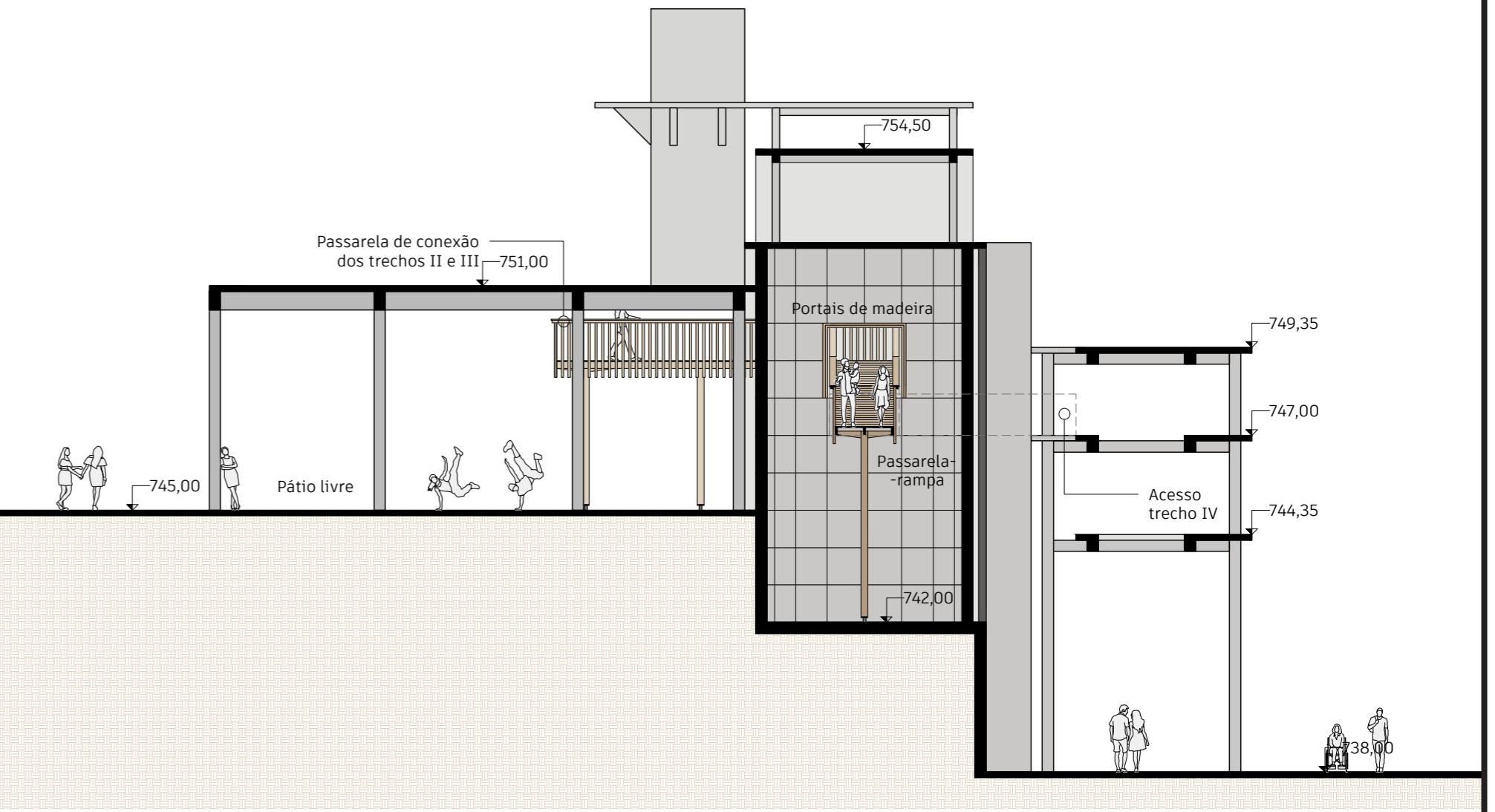
CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL



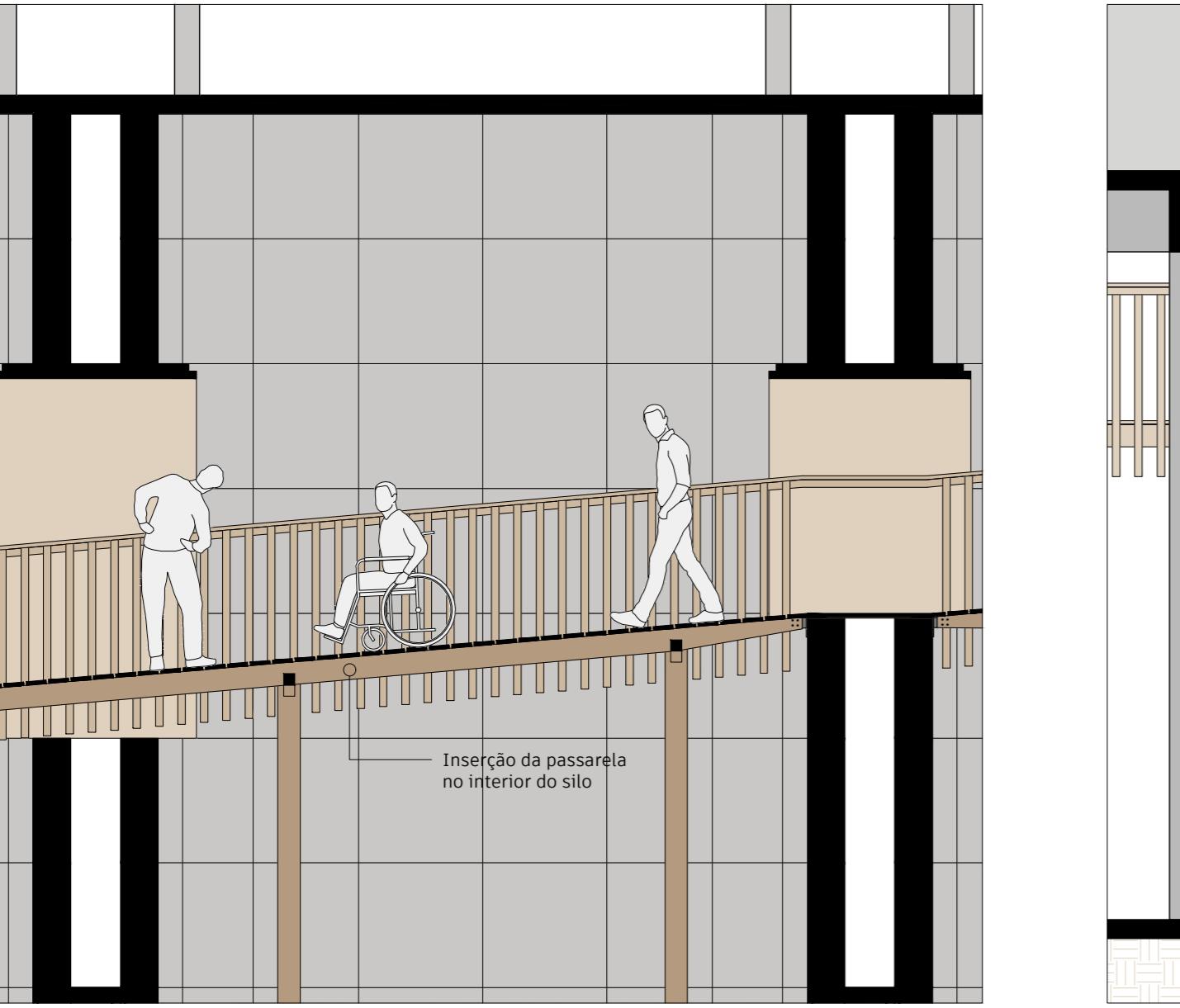
CORTE BB - SITUAÇÃO ATUAL



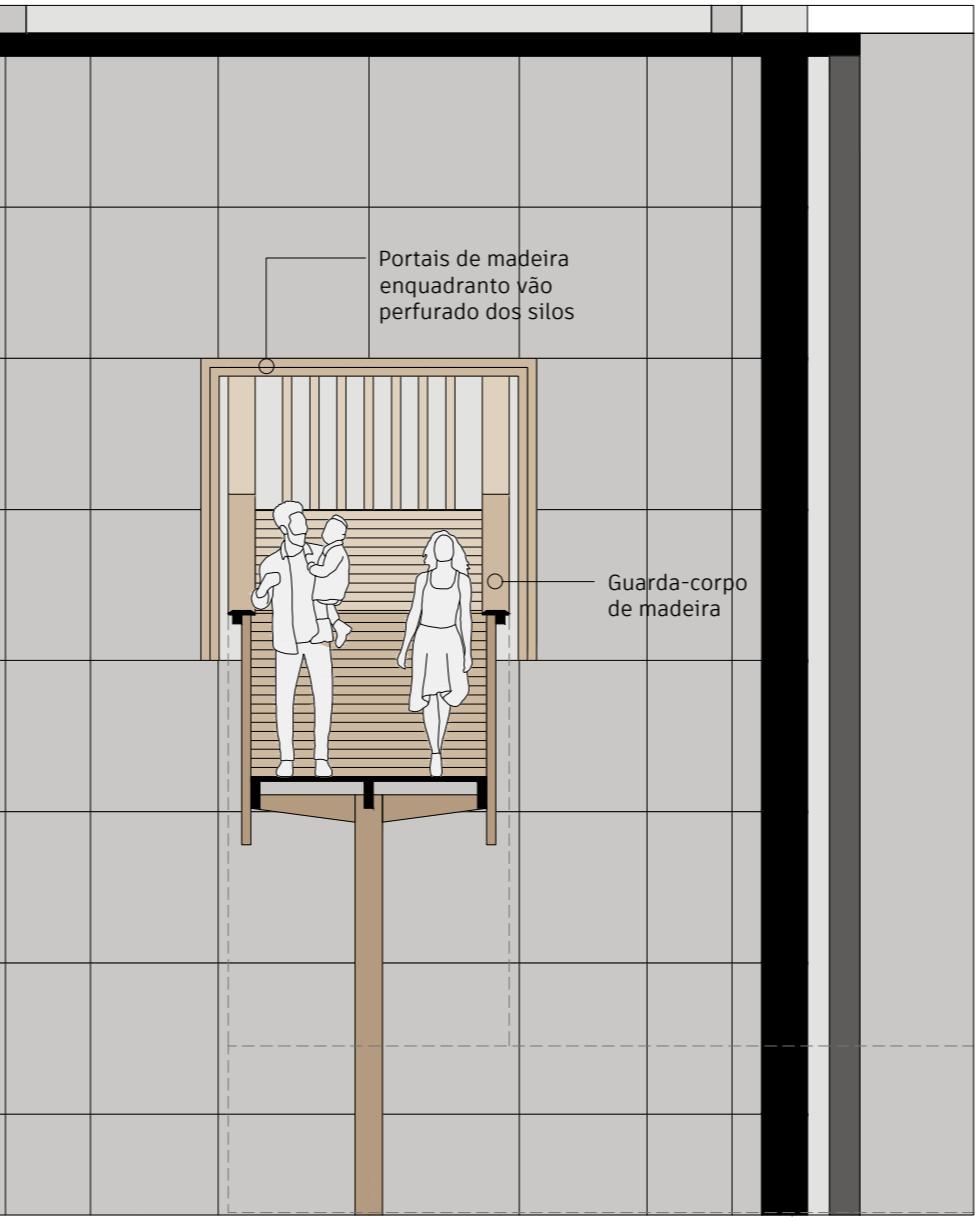
CORTE AA - PROPOSTA



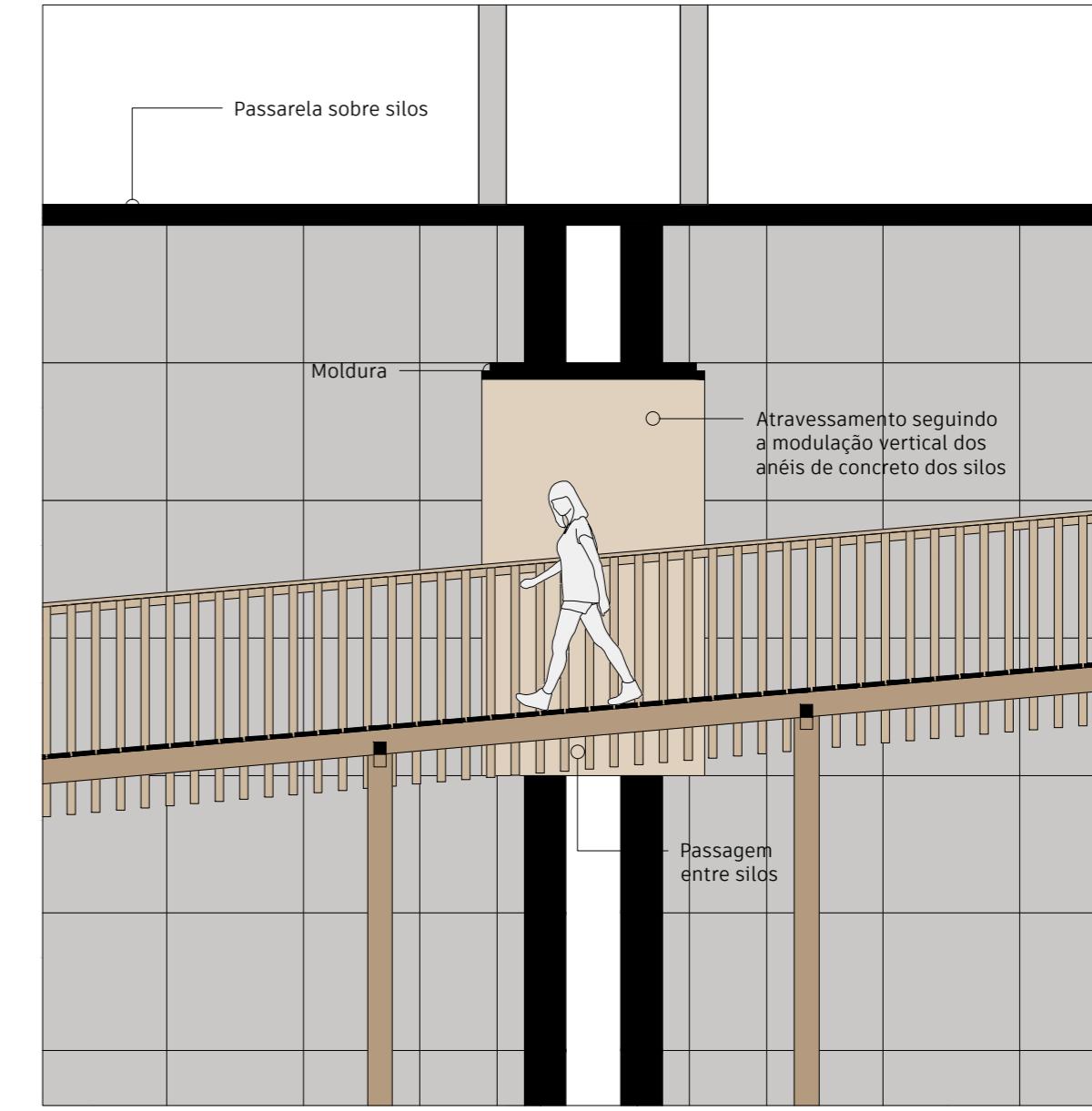
PLANTA BB - PROPOSTA



TORRE DE TRANSPOSIÇÃO VERTICAL



PASSARELA SOBRE PÓRTICOS



FIM DA PASSARELA - MIRANTE

Conjunto de moinhos de cru

Proposta:

trecho IV do Percurso elevado pela fábrica.

Elementos mobilizados:

passarela, vedações ripadas, gradil e guarda-corpo;

Referências projetuais:

Allmannajuvet (Sauda, Noruega, 2016), por Peter Zumthor;

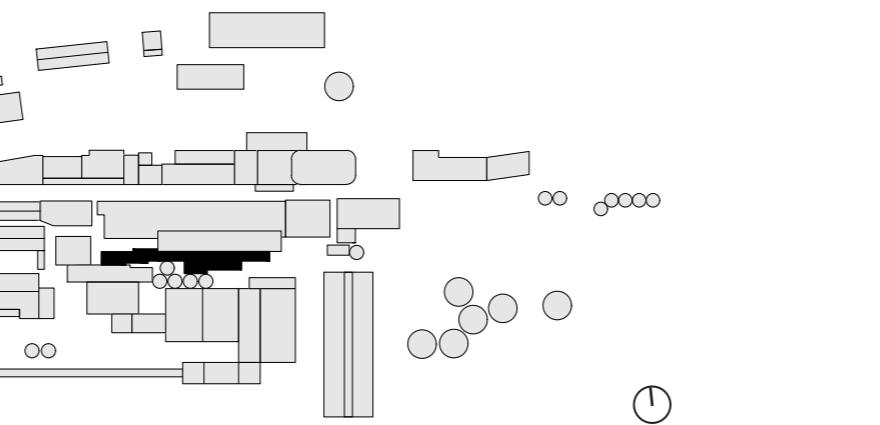
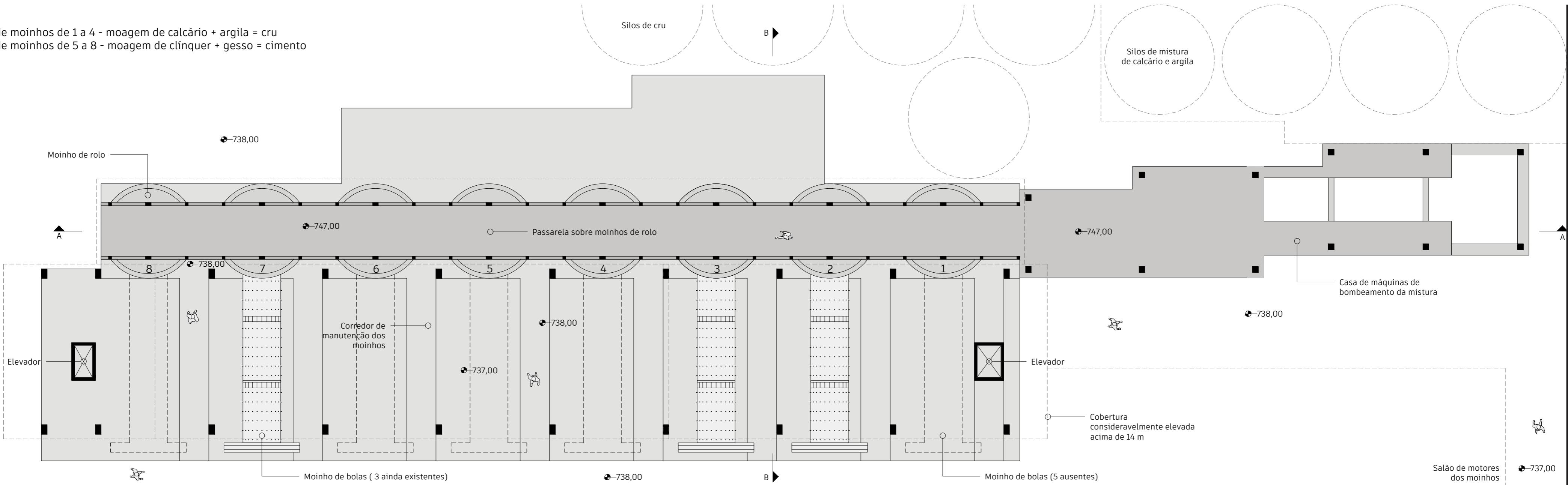


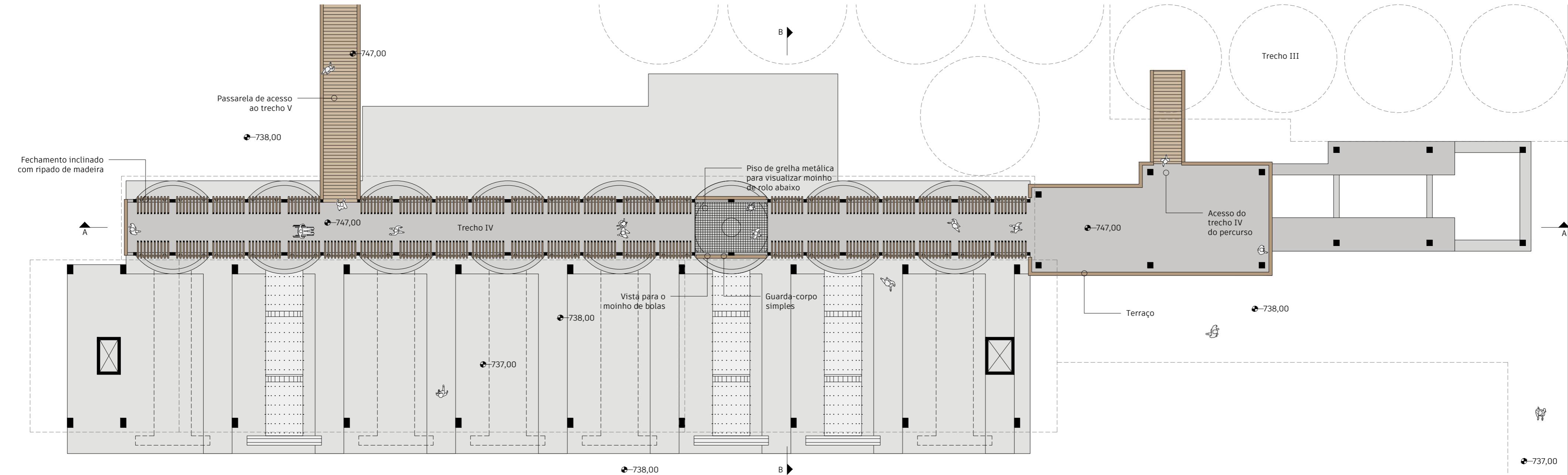
Imagen 40

Obs:

Par de moinhos de 1 a 4 - moagem de calcário + argila = cru
Par de moinhos de 5 a 8 - moagem de clínquer + gesso = cimento



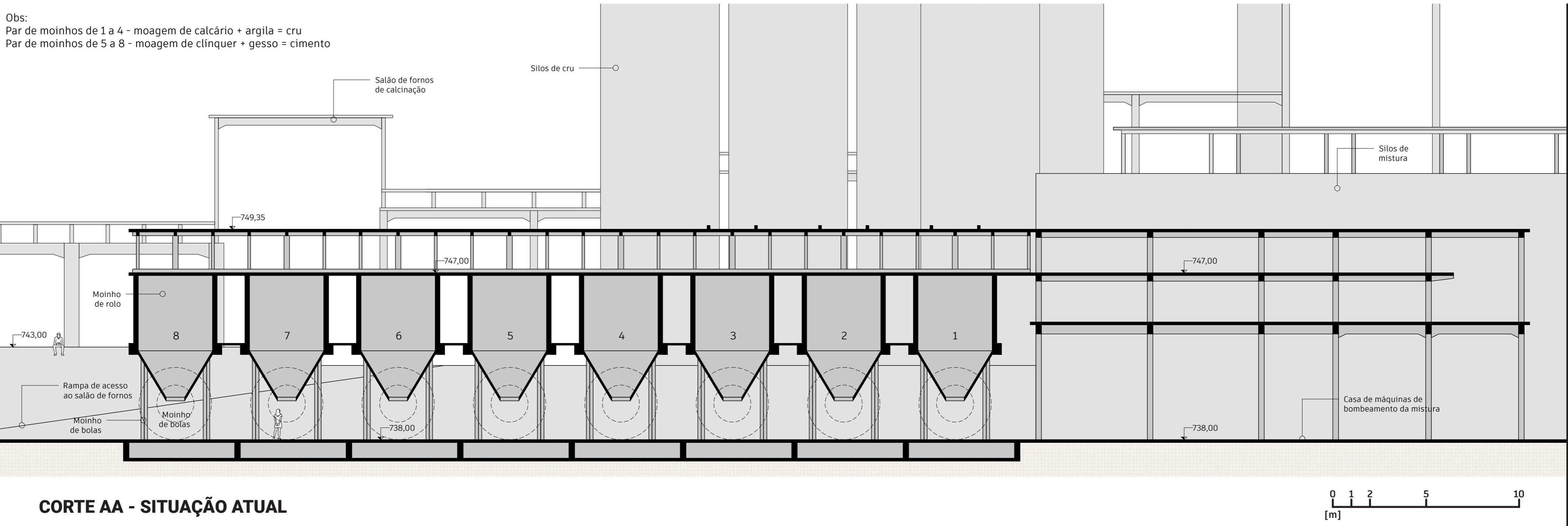
PLANTA DO NÍVEL DA PASSARELA - SITUAÇÃO ATUAL

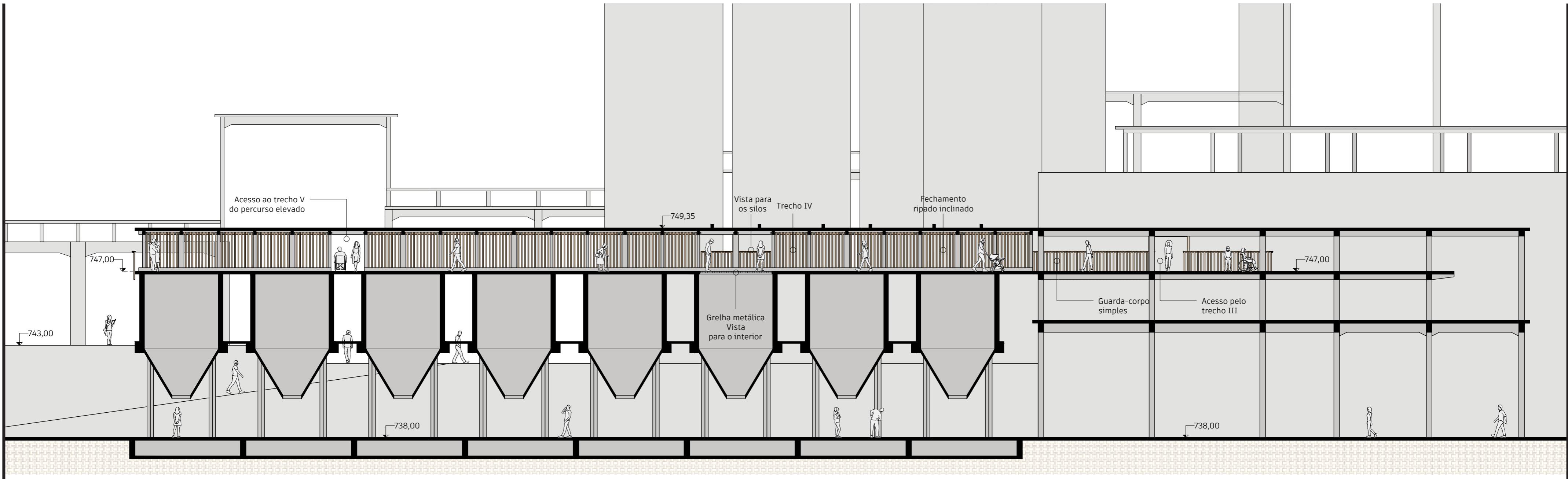


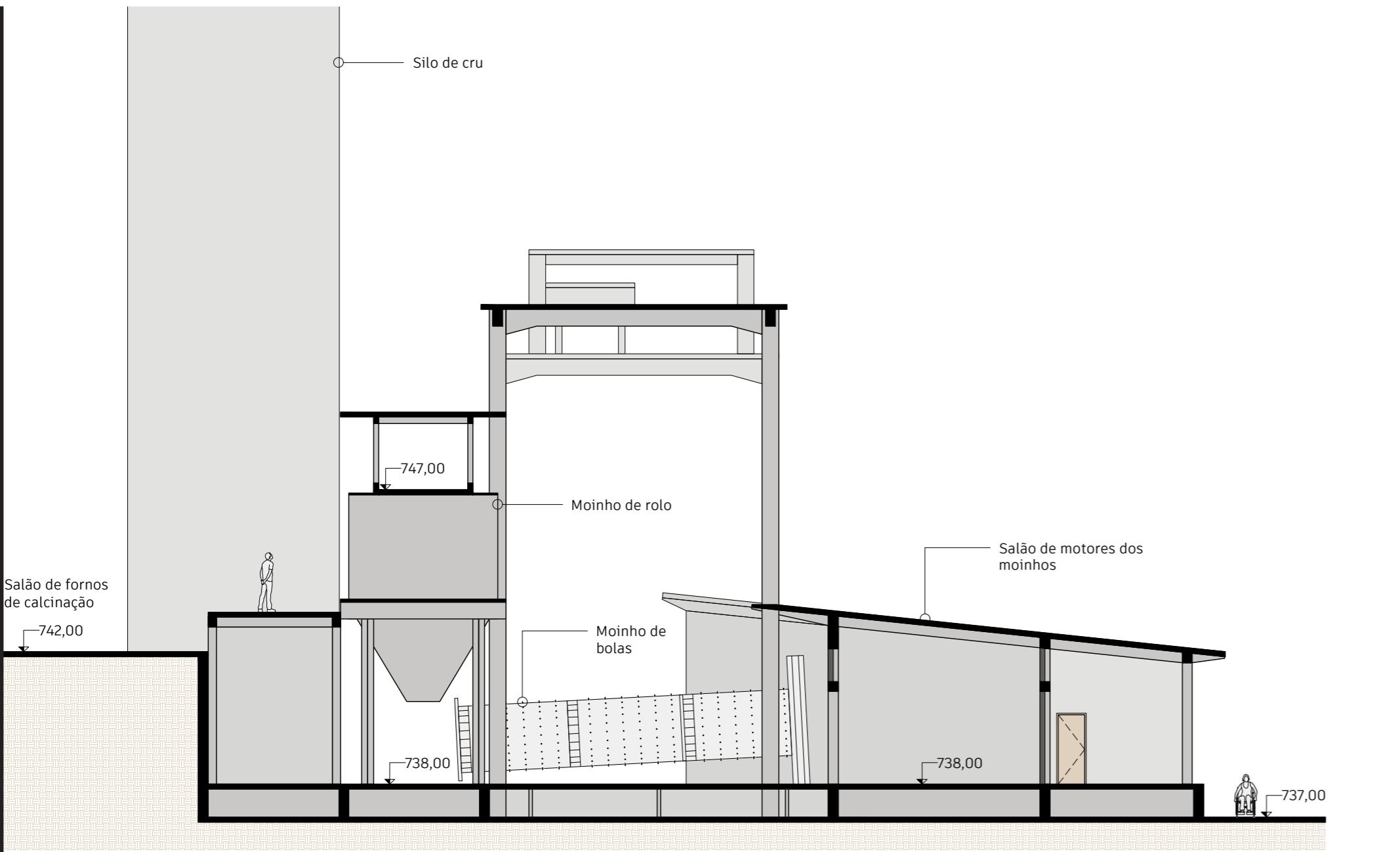
PLANTA DO NÍVEL DA PASSARELA - PROPOSTA

Obs:

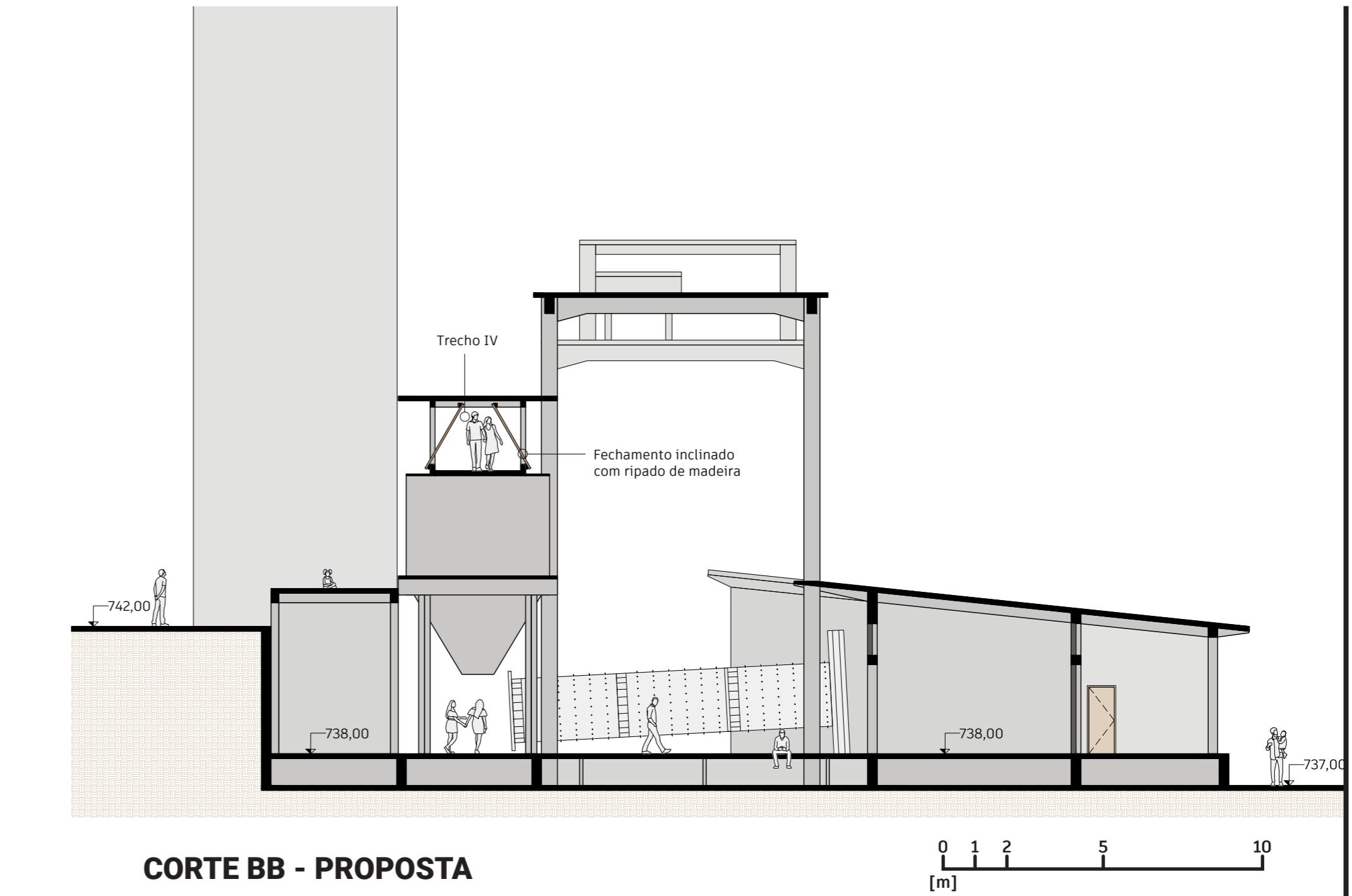
Par de moinhos de 1 a 4 - moagem de calcário + argila = cru
Par de moinhos de 5 a 8 - moagem de clínquer + gesso = cimento



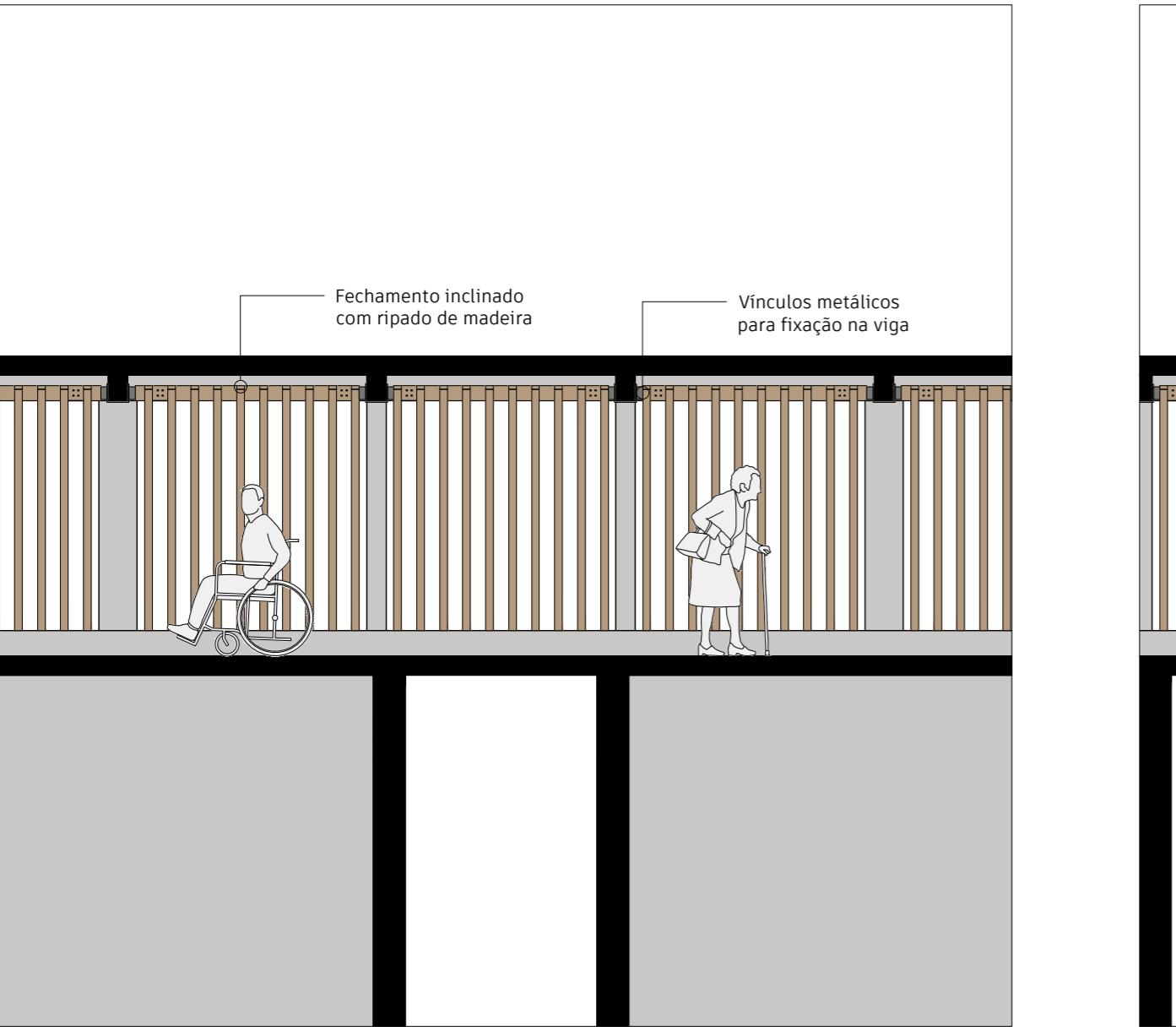




CORTE BB - SITUAÇÃO ATUAL

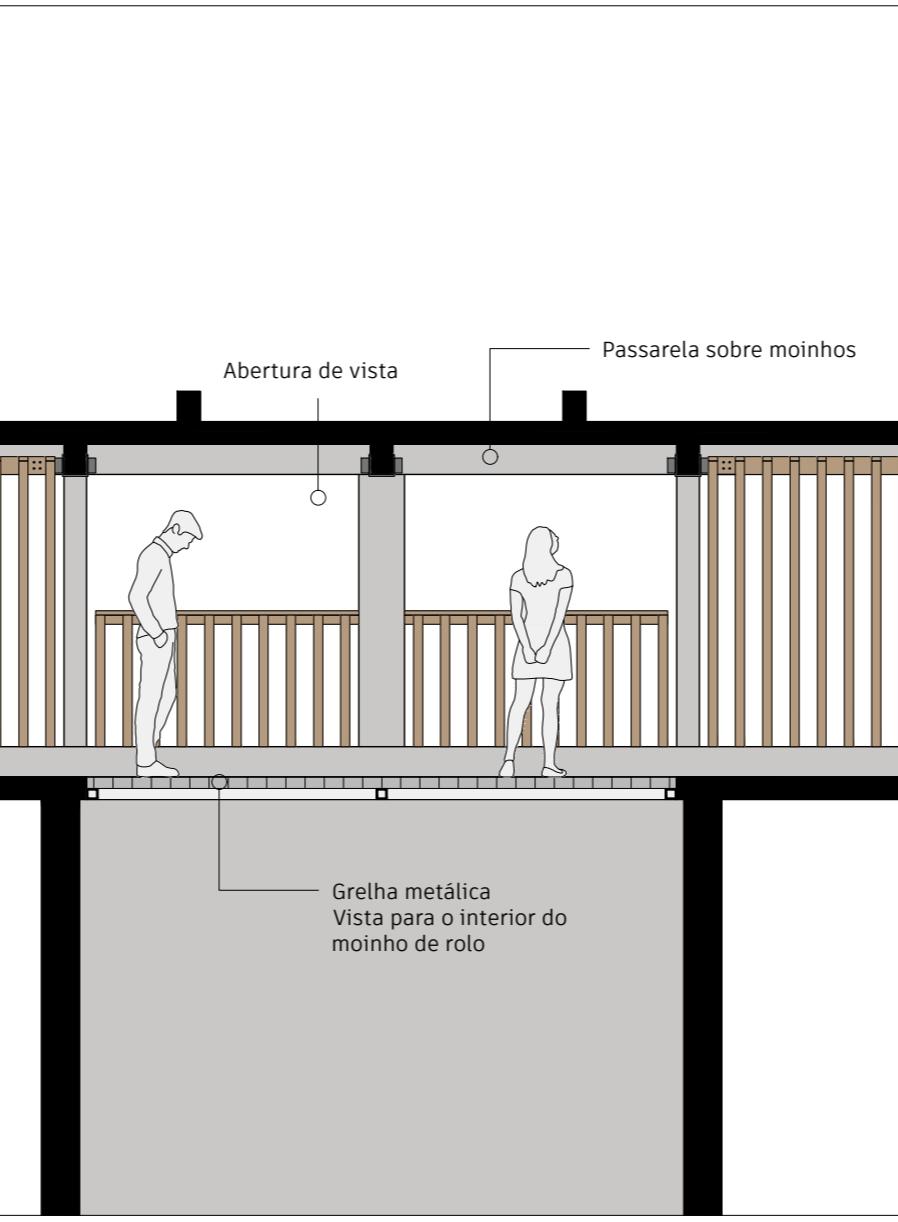


CORTE BB - PROPOSTA



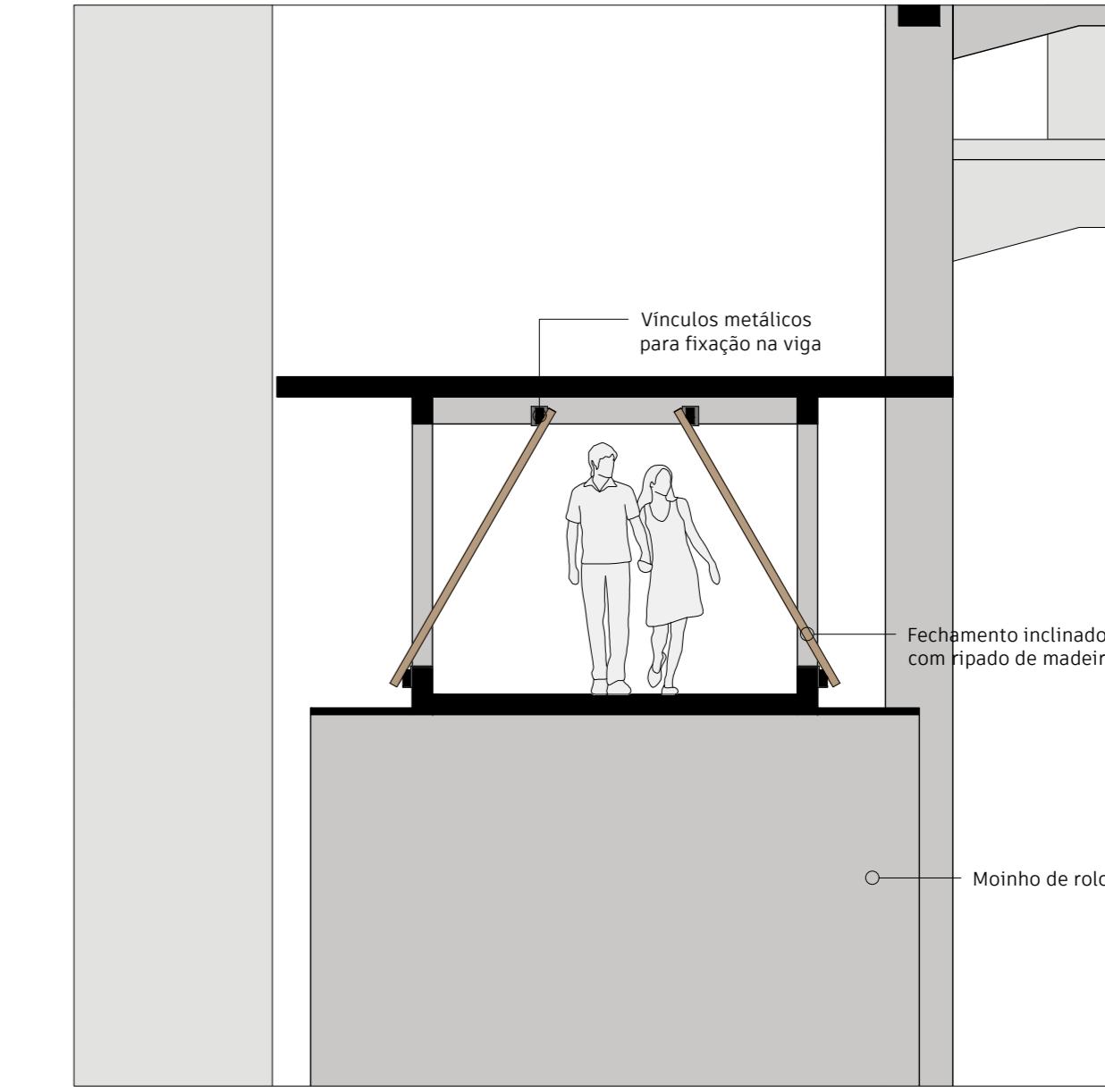
TRECHO FECHADO

0
[m] 1 2



TRECHO ABERTO

0
[m] 1 2



SEÇÃO TRANSVERSAL

0
[m] 1 2

Salão de fornos de calcinação

Proposta:

trecho V do Percurso elevado pela fábrica.

Elementos mobilizados:

passarelas, rampas e guarda-corpo.

Referências projetuais:

Museu de Ruhr (Essen, Alemanha), por OMA;
Estudos de ocupação do Engenho Central (Piracicaba), por Brasil Arquitetura
Galpão das Caldeiras do Engenho Central (Piracicaba), por MLD RAI;

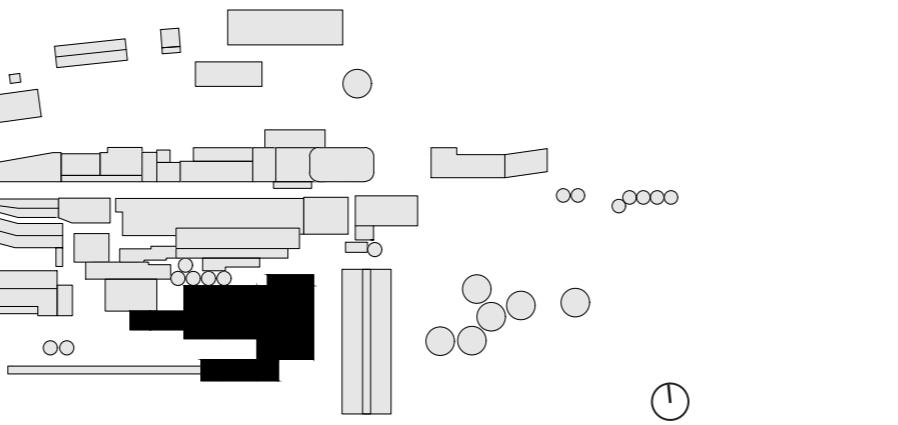
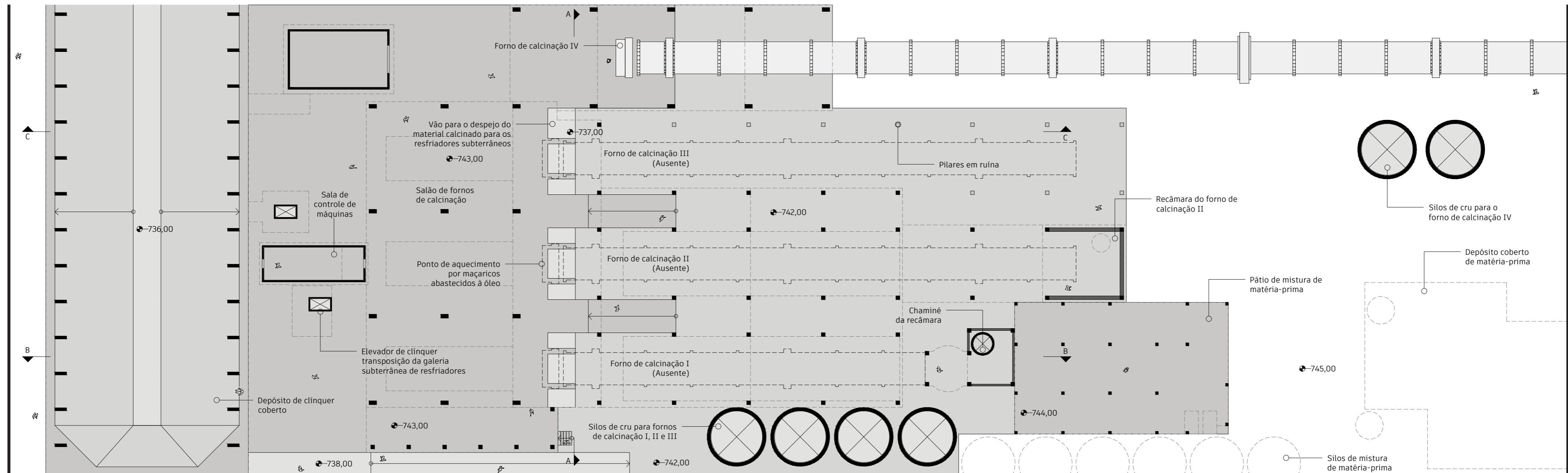
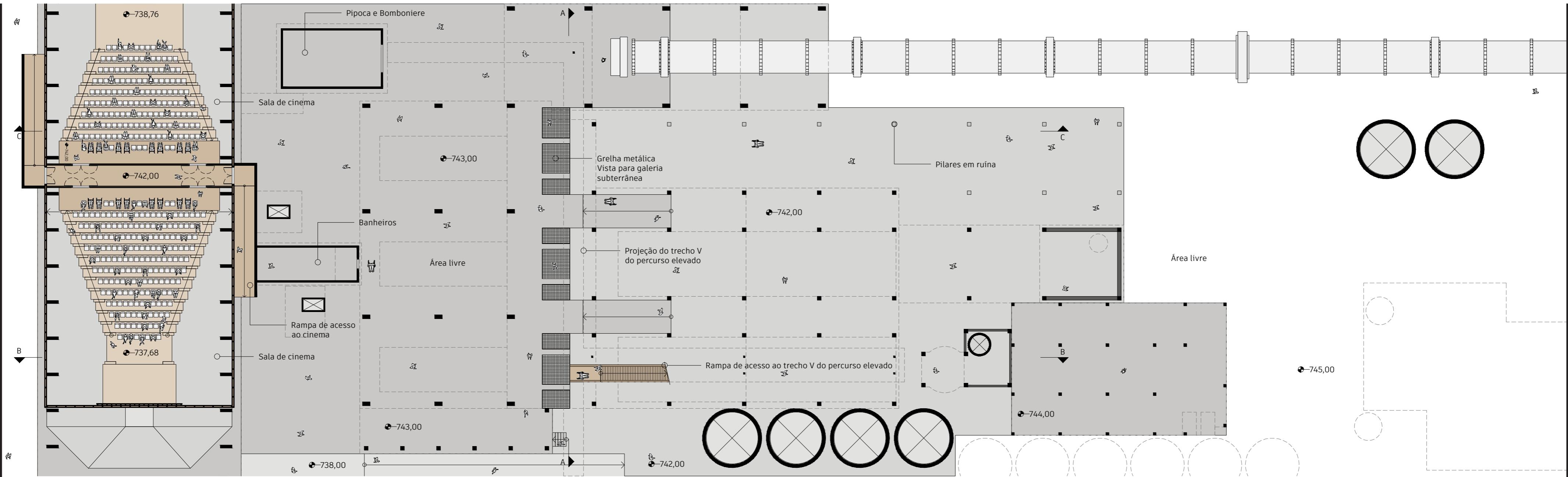


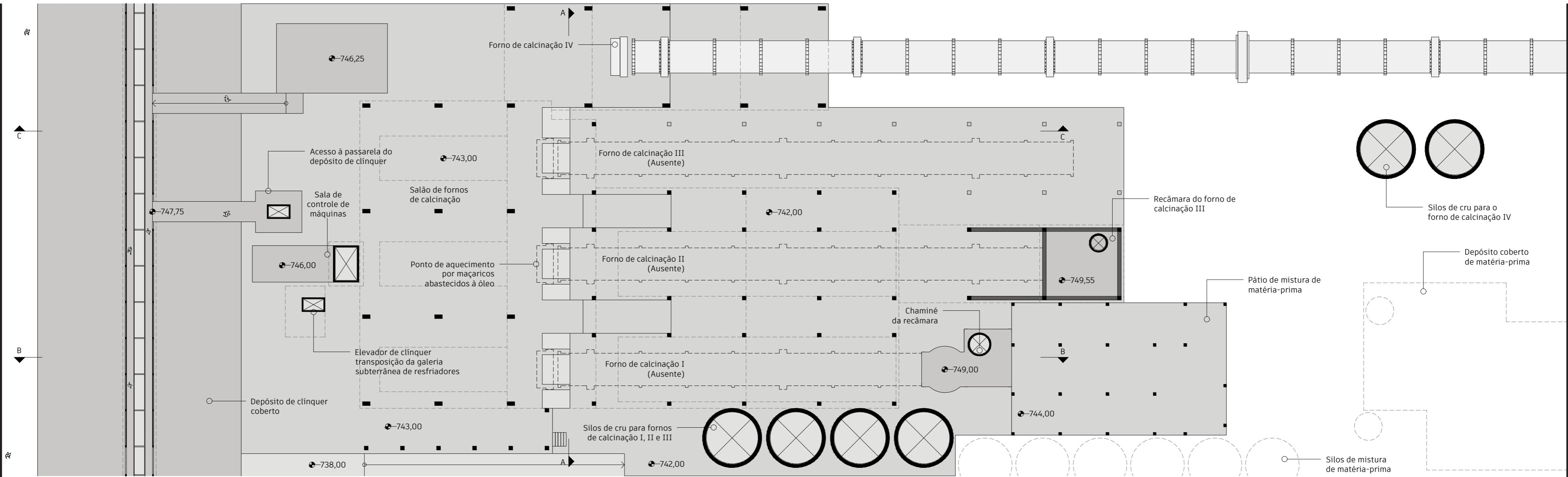
Imagen 41



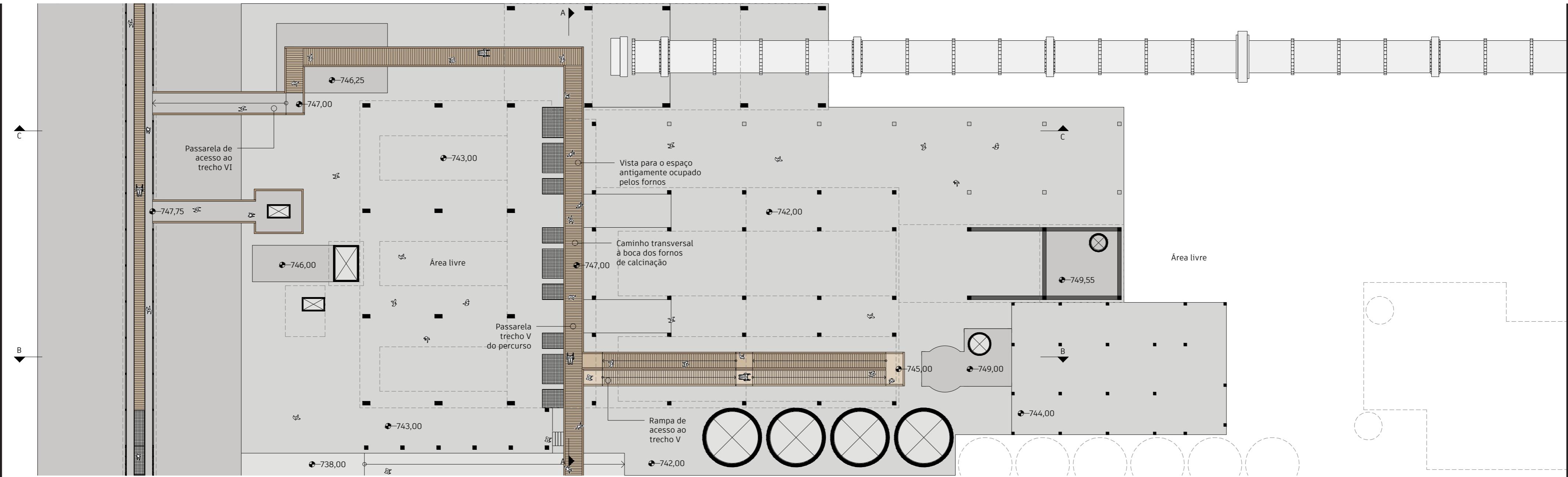
PLANTA TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL



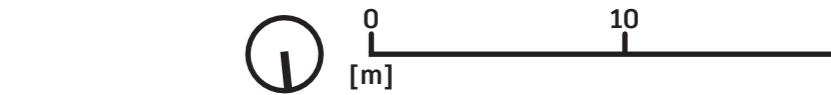
PLANTA TÉRREO - PROPOSTA

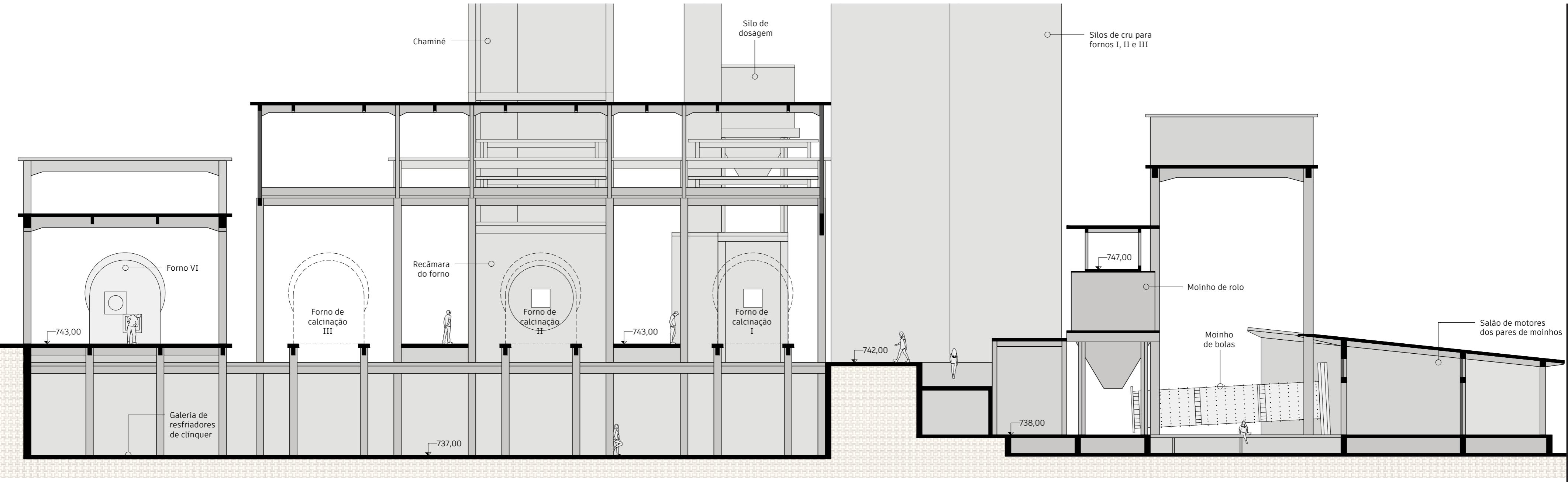


PLANTA NÍVEL ACIMA - SITUAÇÃO ATUAL

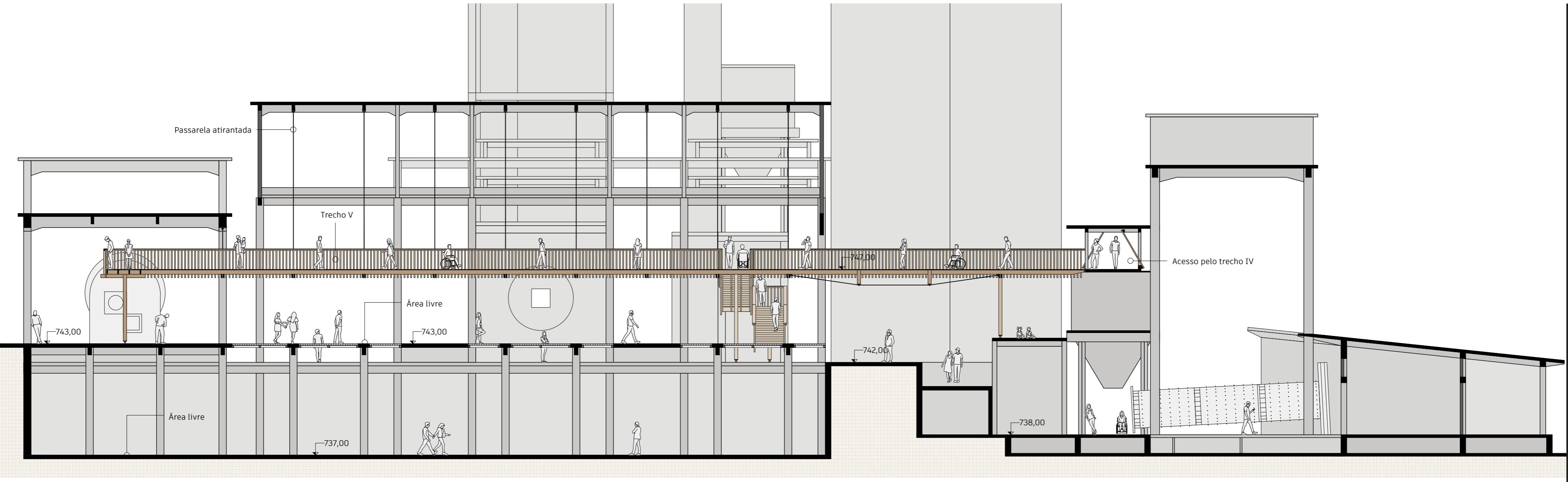


PLANTA NÍVEL ACIMA - PROPOSTA

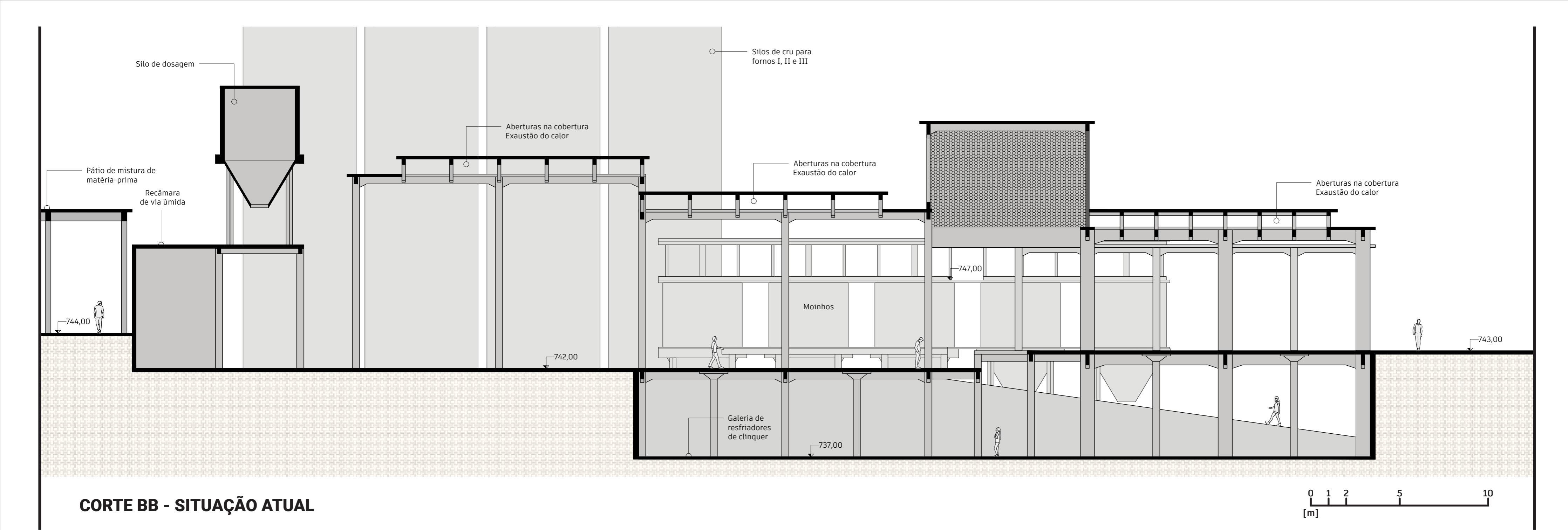


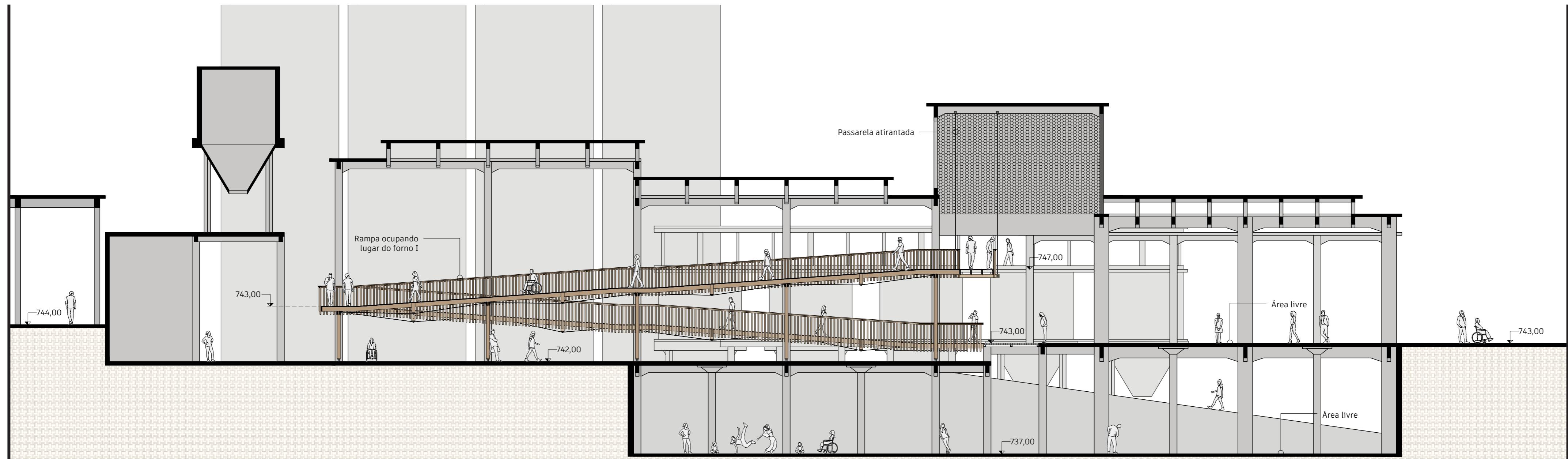


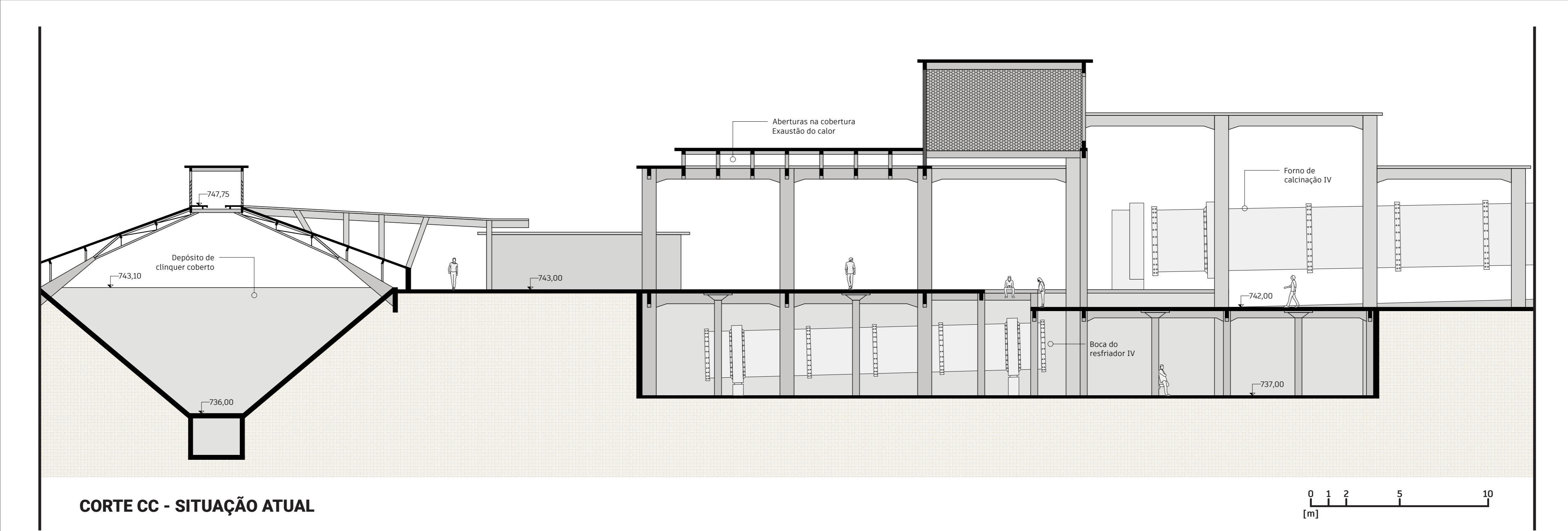
CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL

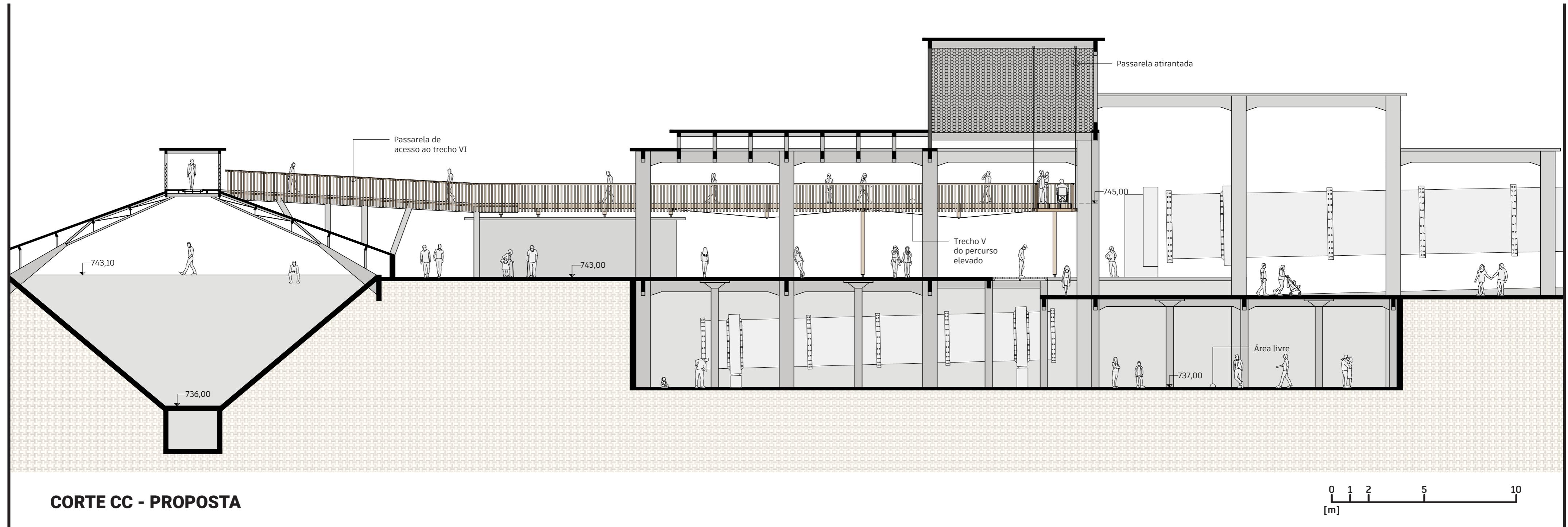


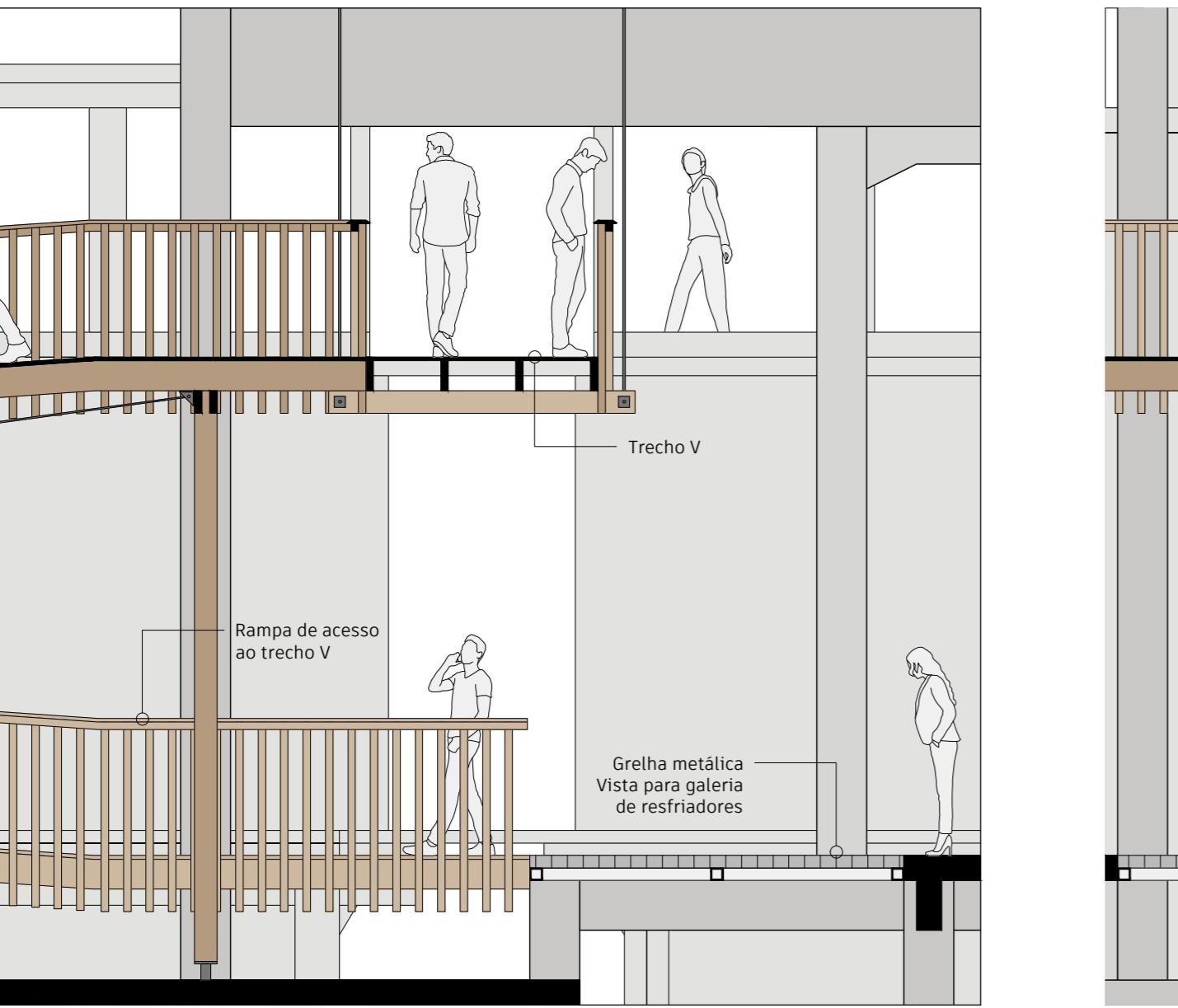
CORTE AA - PROPOSTA



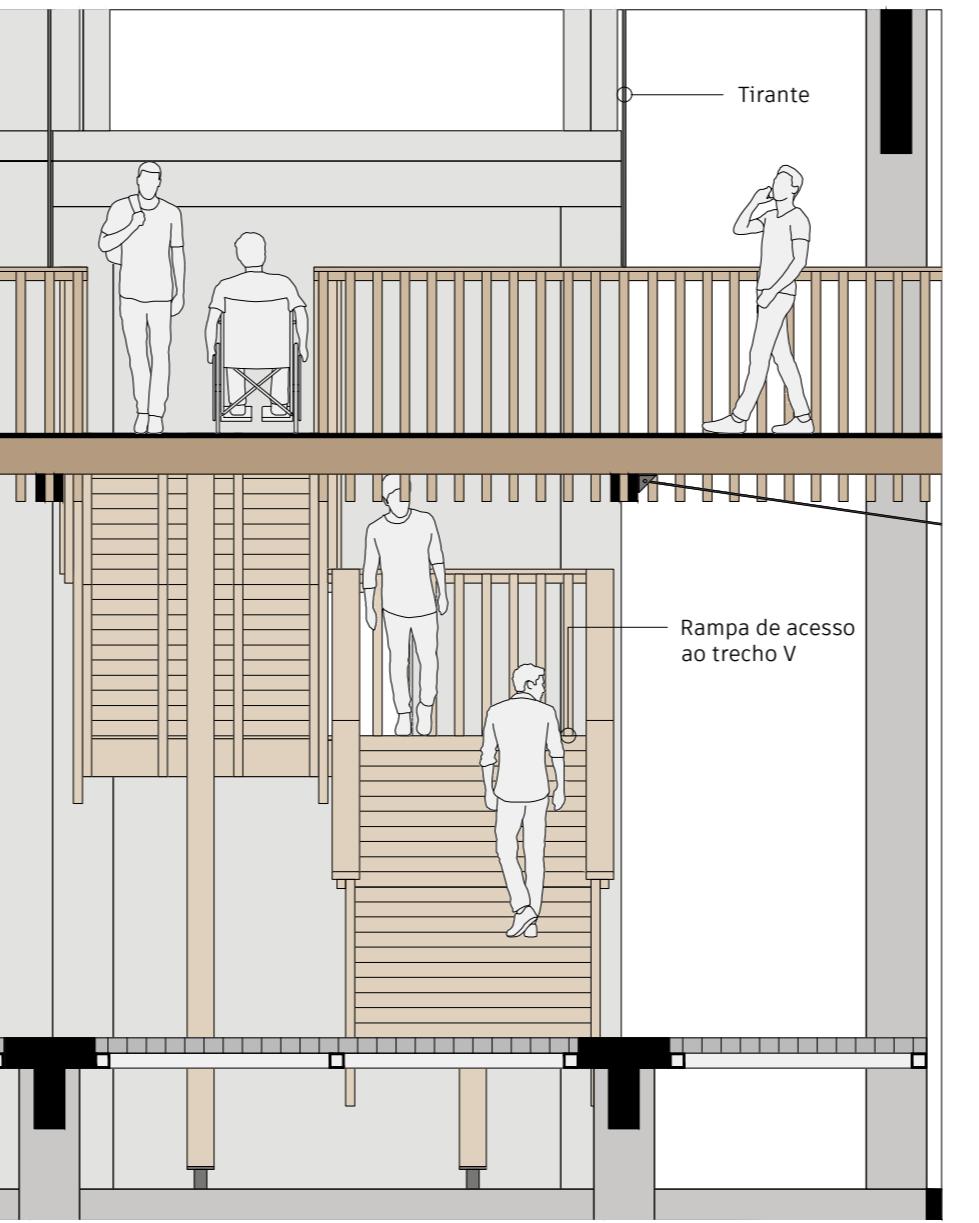




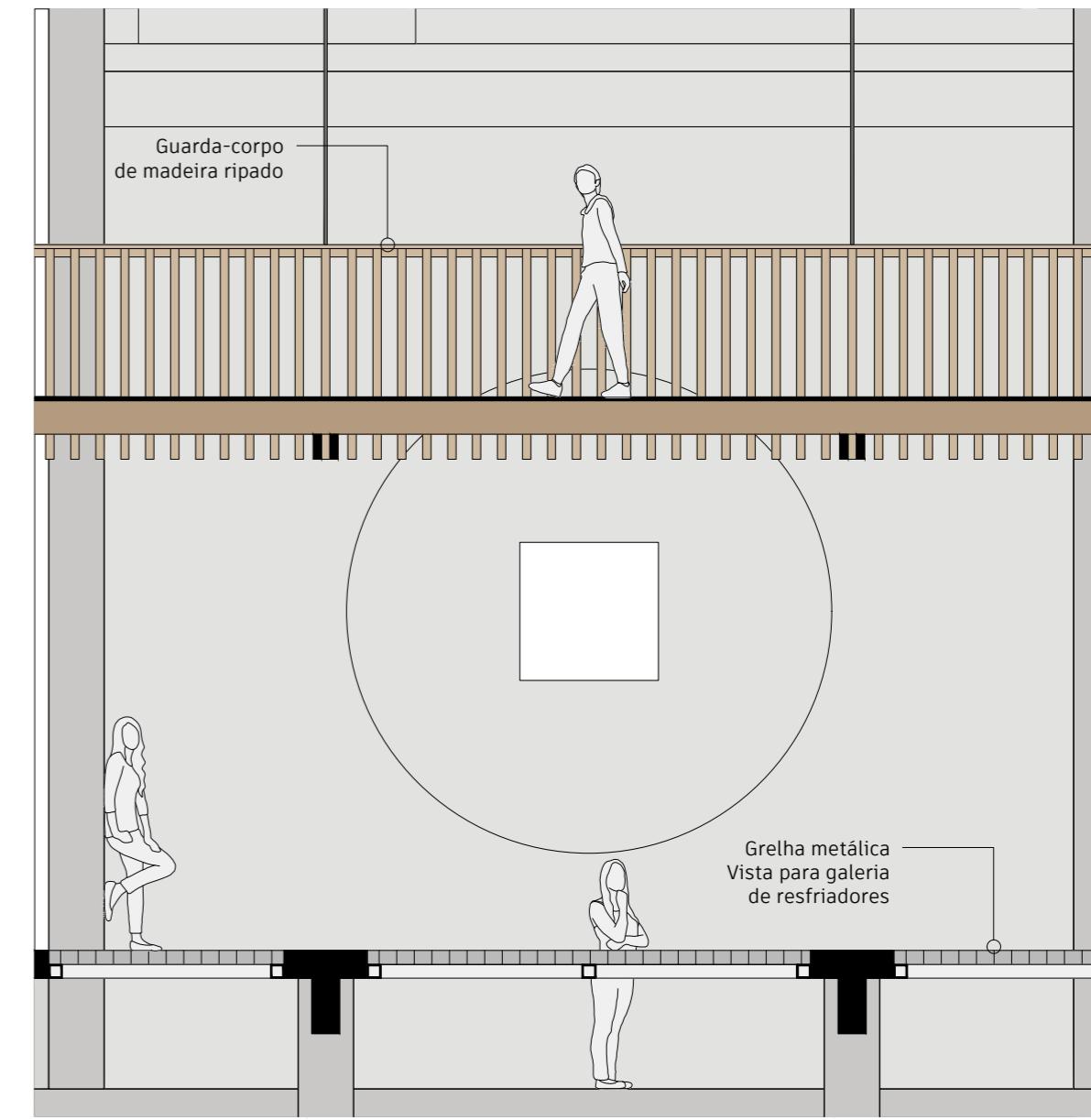




SEÇÃO TRANSVERSAL



TRECHO DA RAMPA



SEÇÃO LONGITUDINAL

Depósito de clínquer coberto

Proposta:

trecho VI do Percurso elevado pela fábrica e Salas de Cinema.

Elementos mobilizados:

passarelas, ramapas, gradil, vedações ripadas, e arquibancada,

Referências projetuais:

Teatro Erotídes de Campos (Piracicaba, 2012), por Brasil Arquitetura;

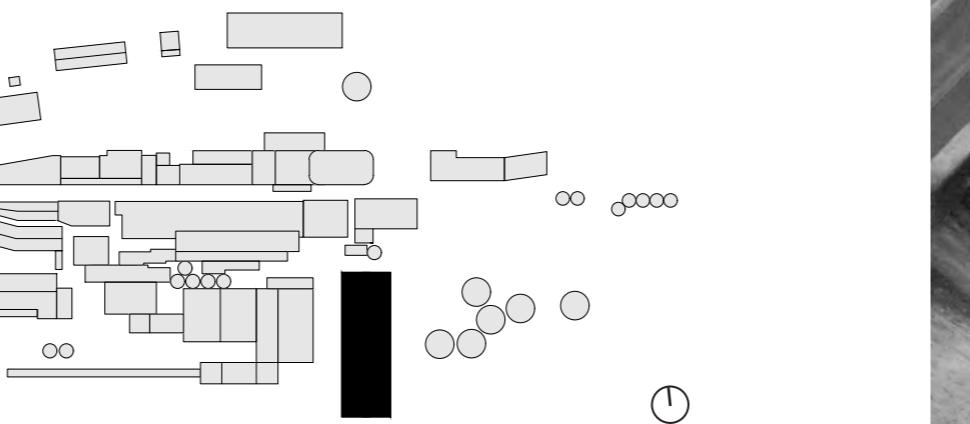
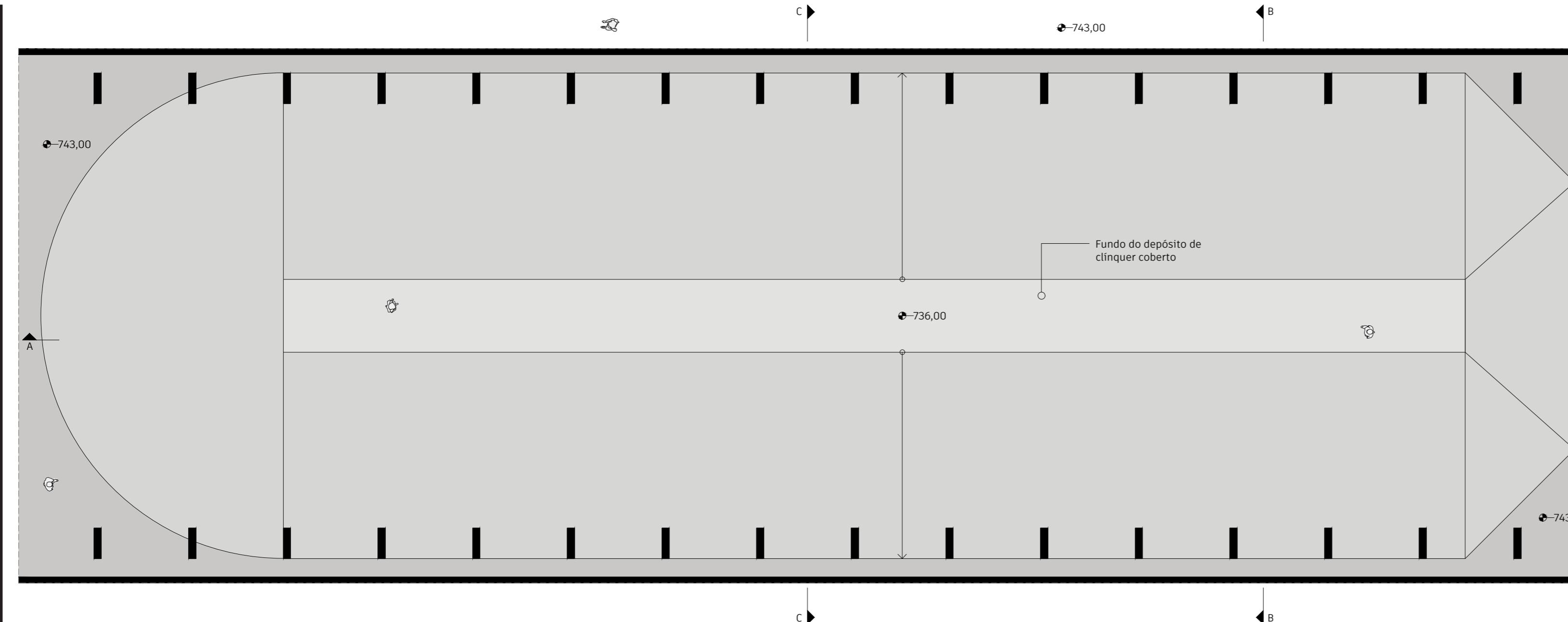
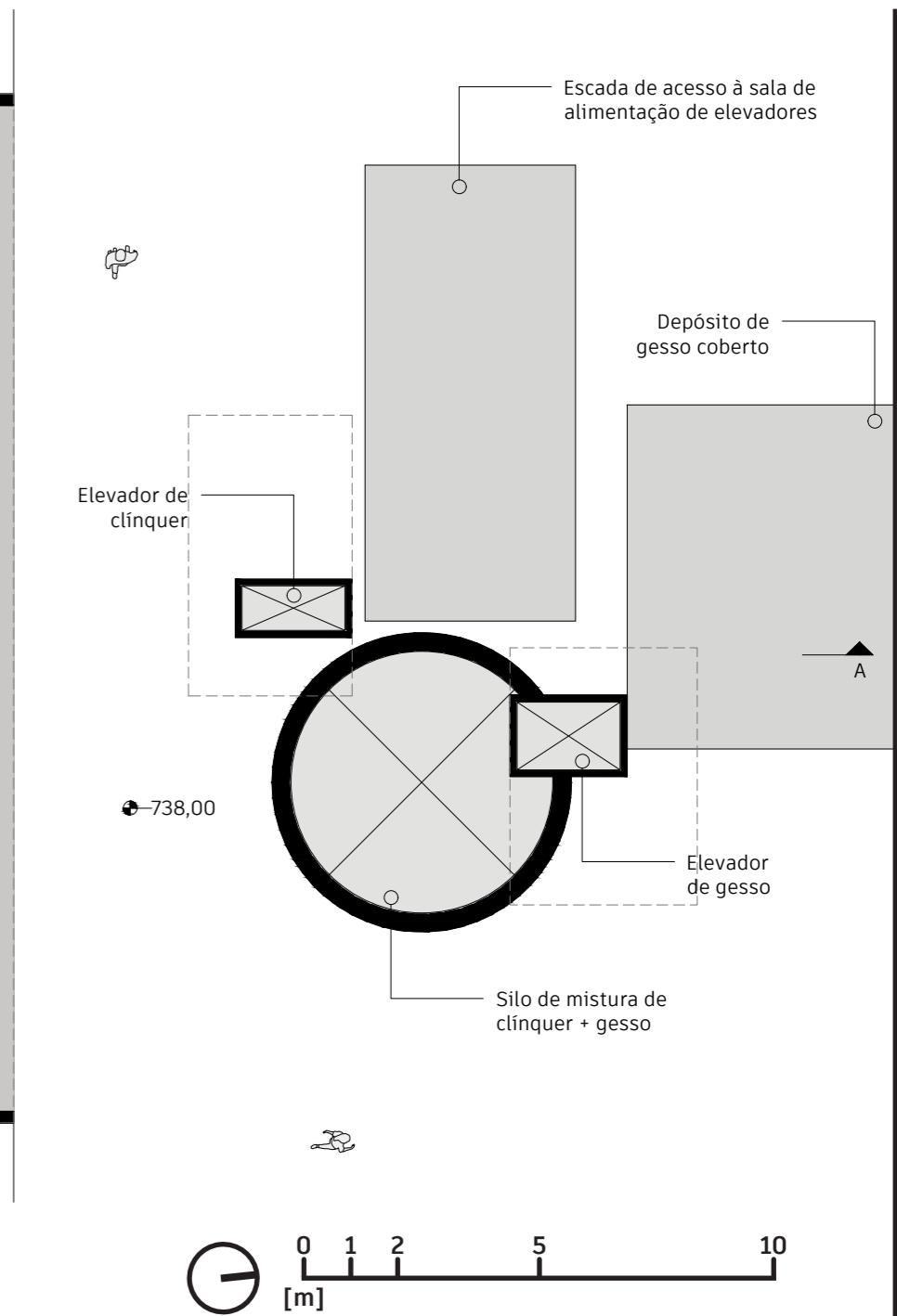


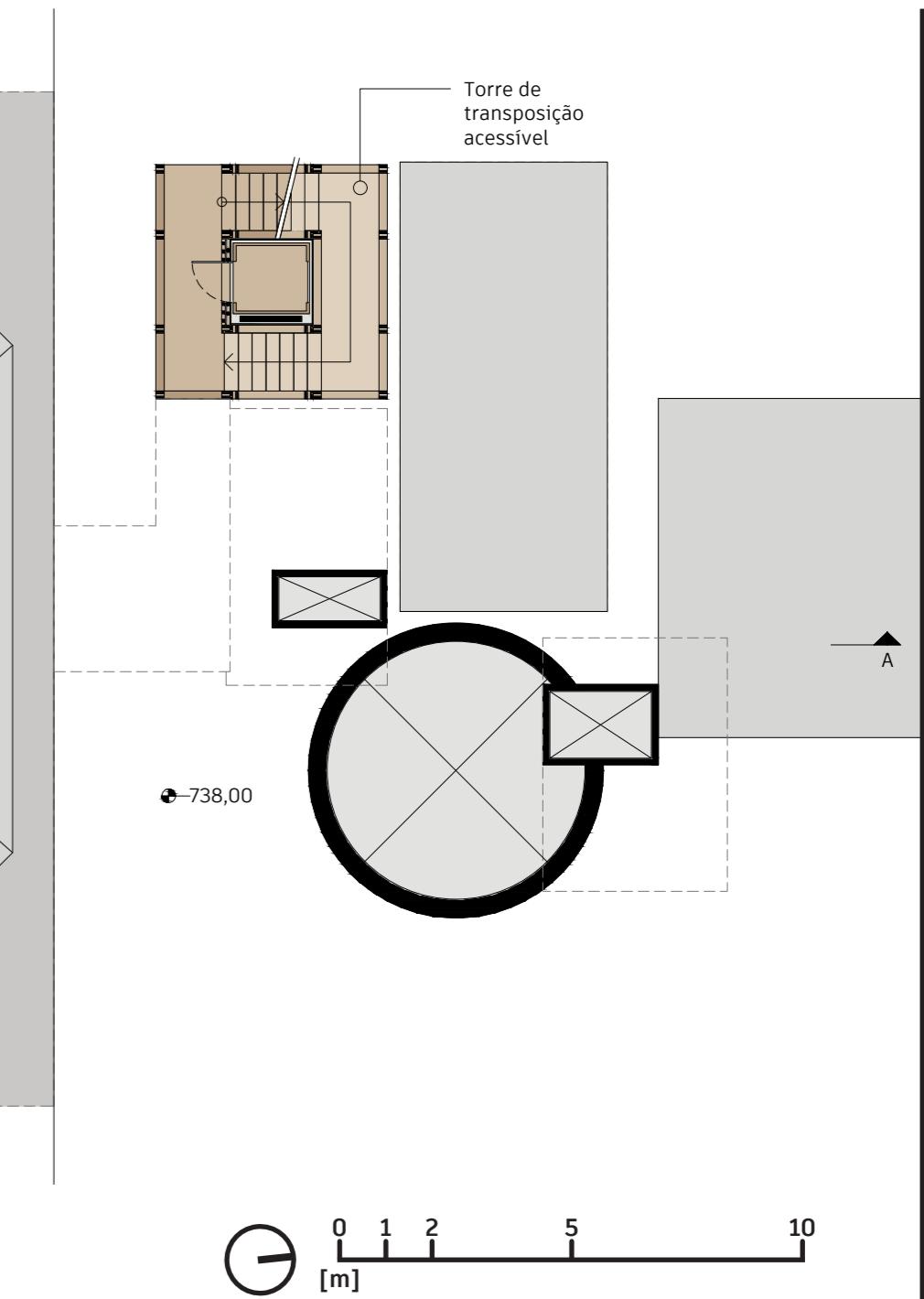
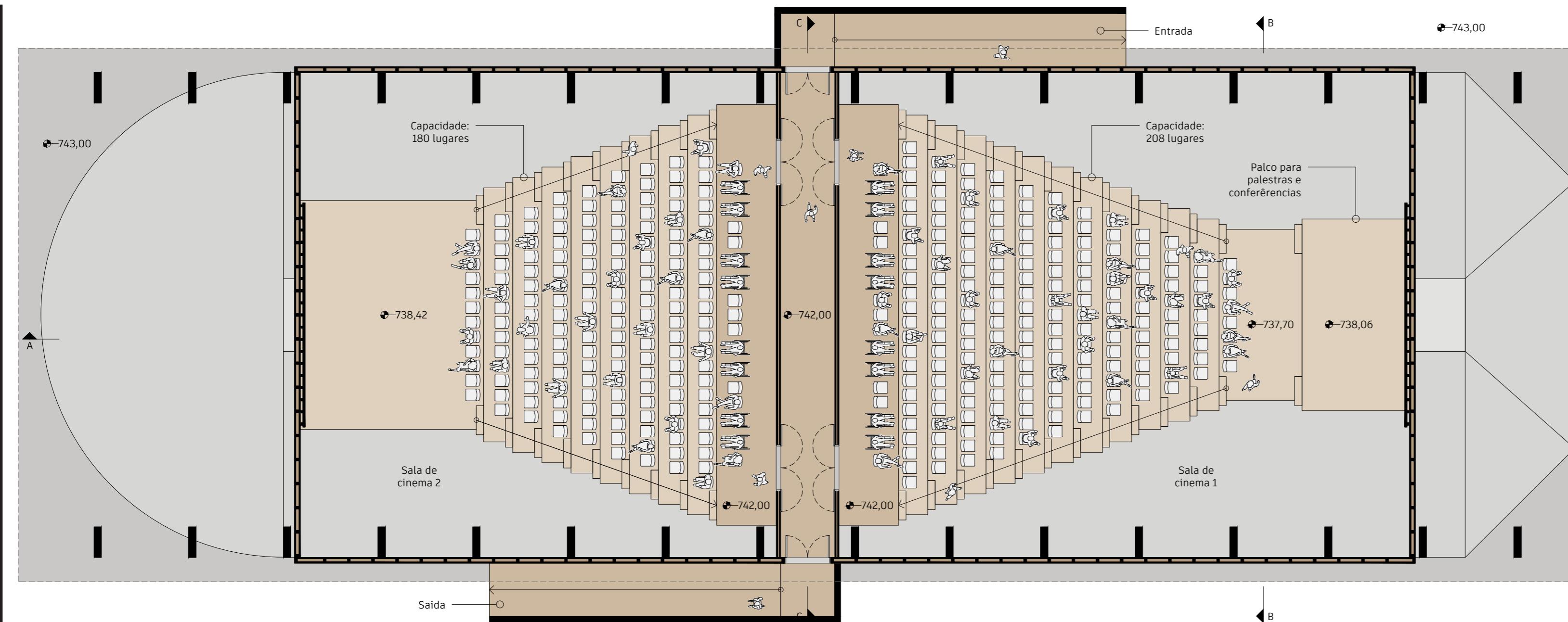
Imagen 42

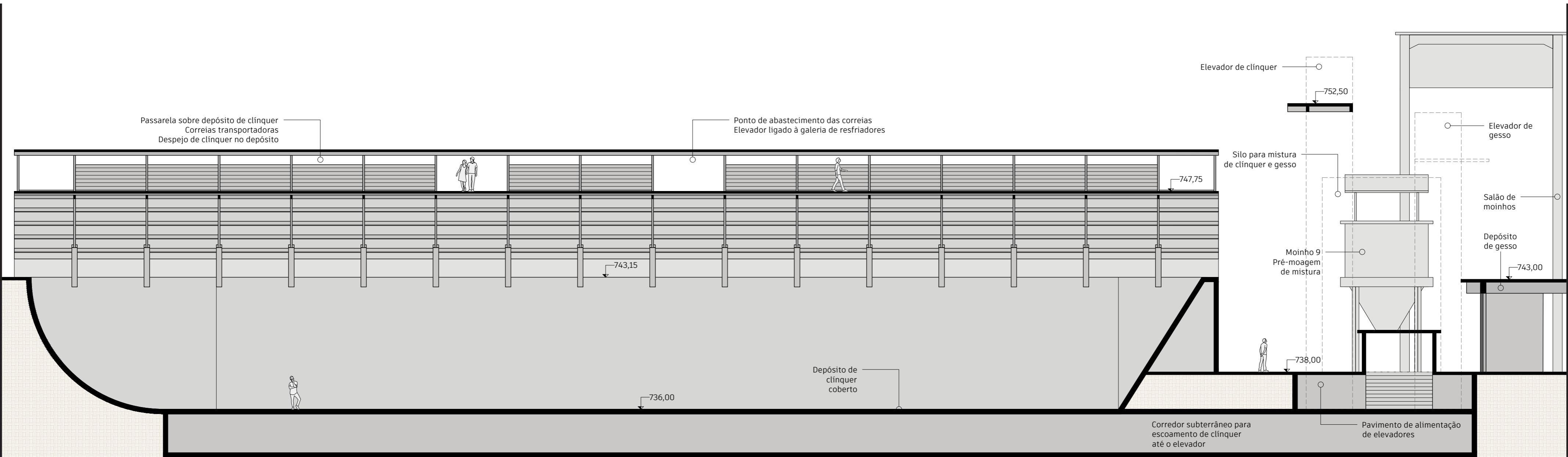
Hélio J. Rech
Fábrica de Cimento - Peruíbe
São Paulo - SP 11/2007

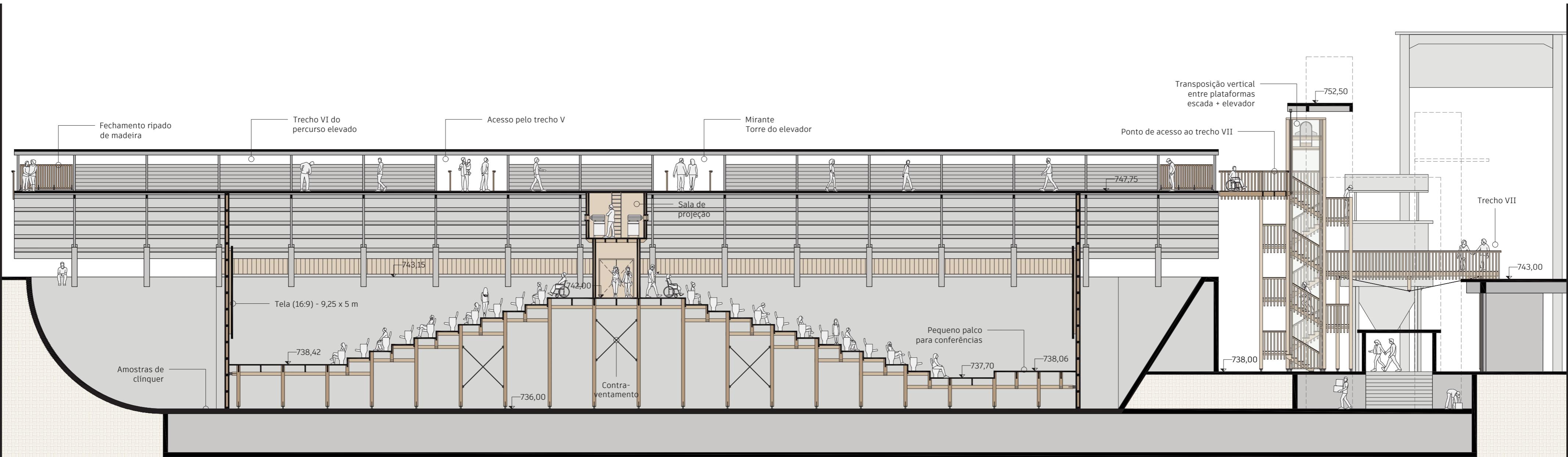


PLANTA DO TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL

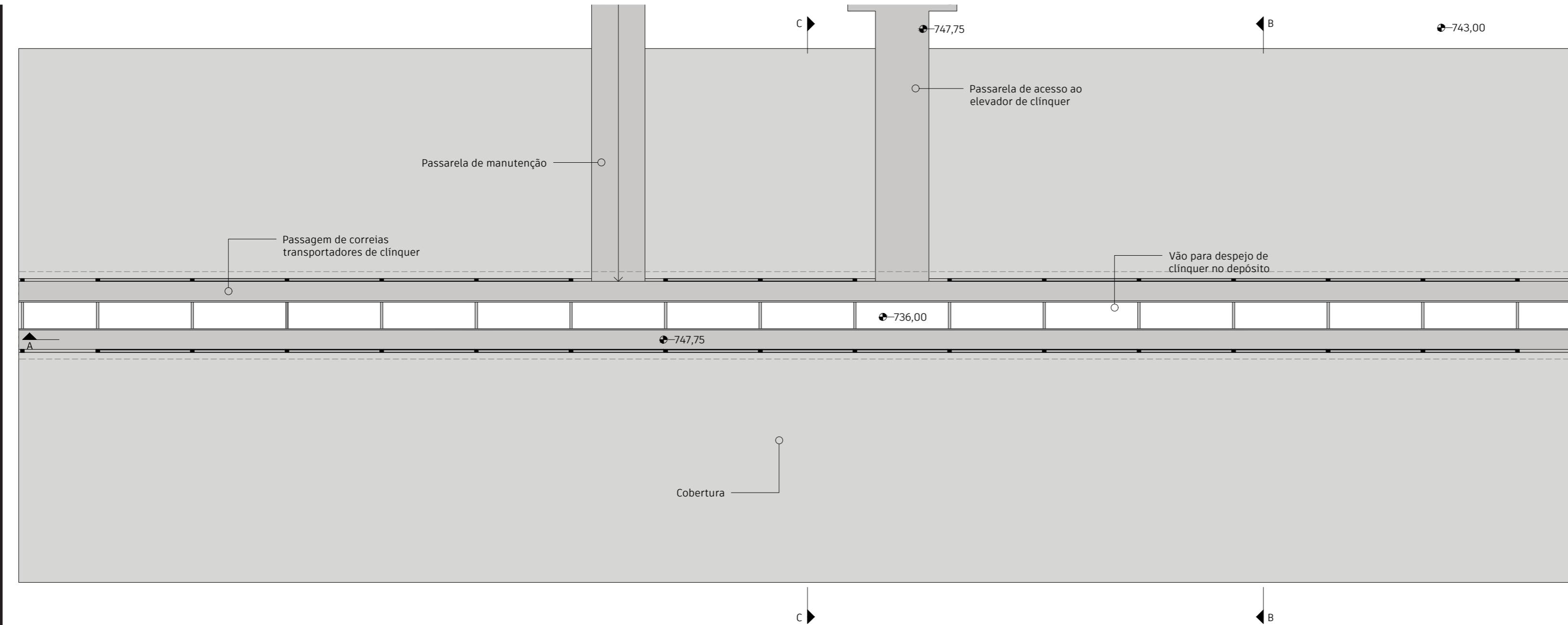




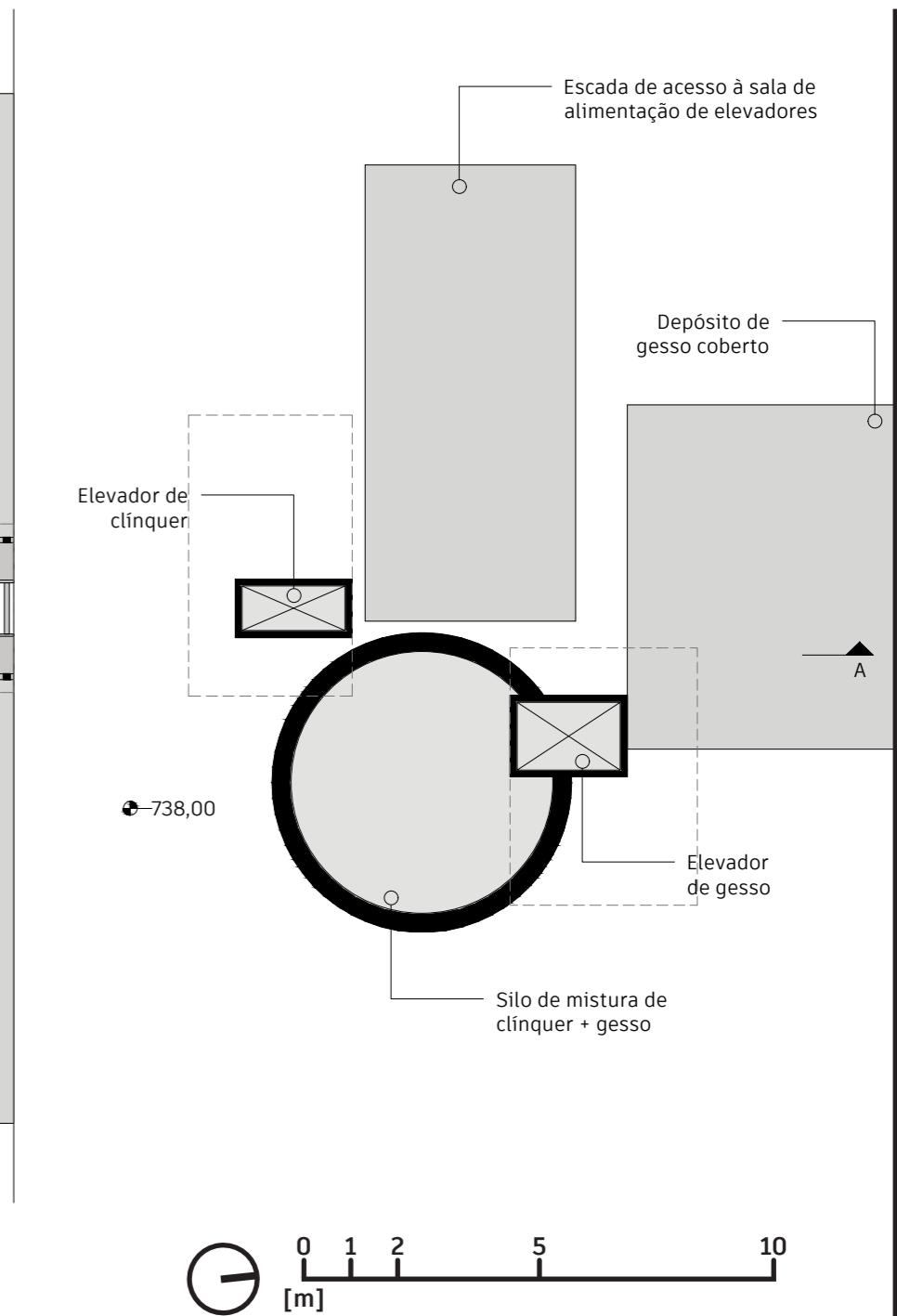


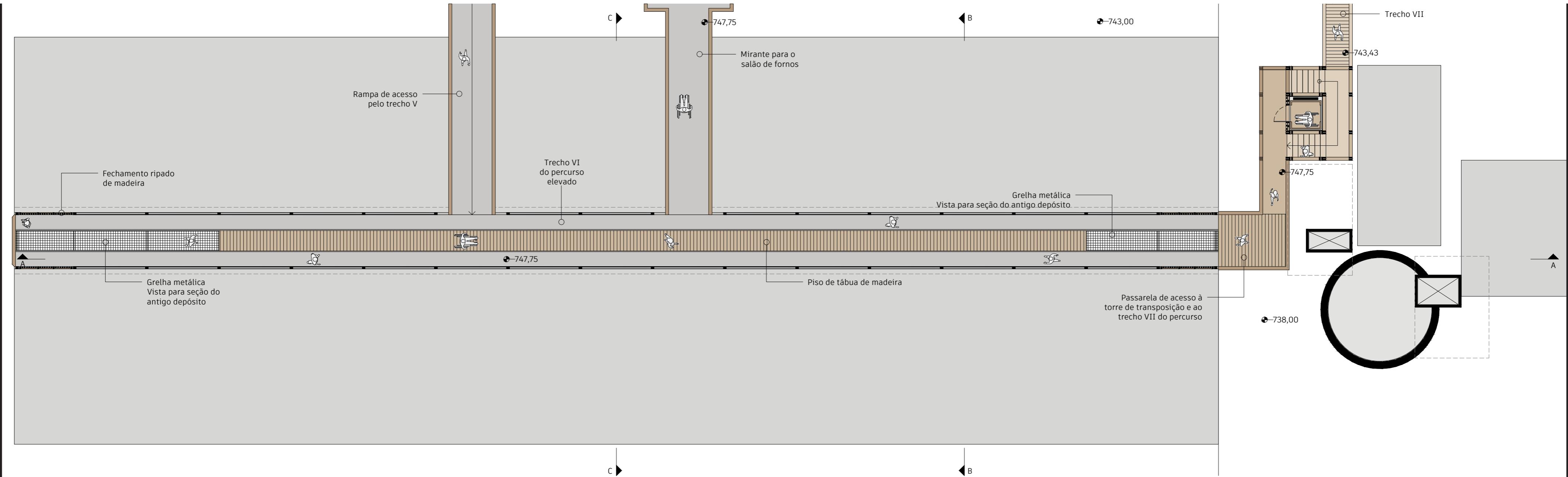


CORTE AA - PROPOSTA

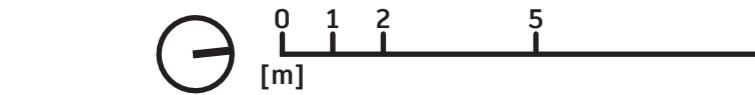


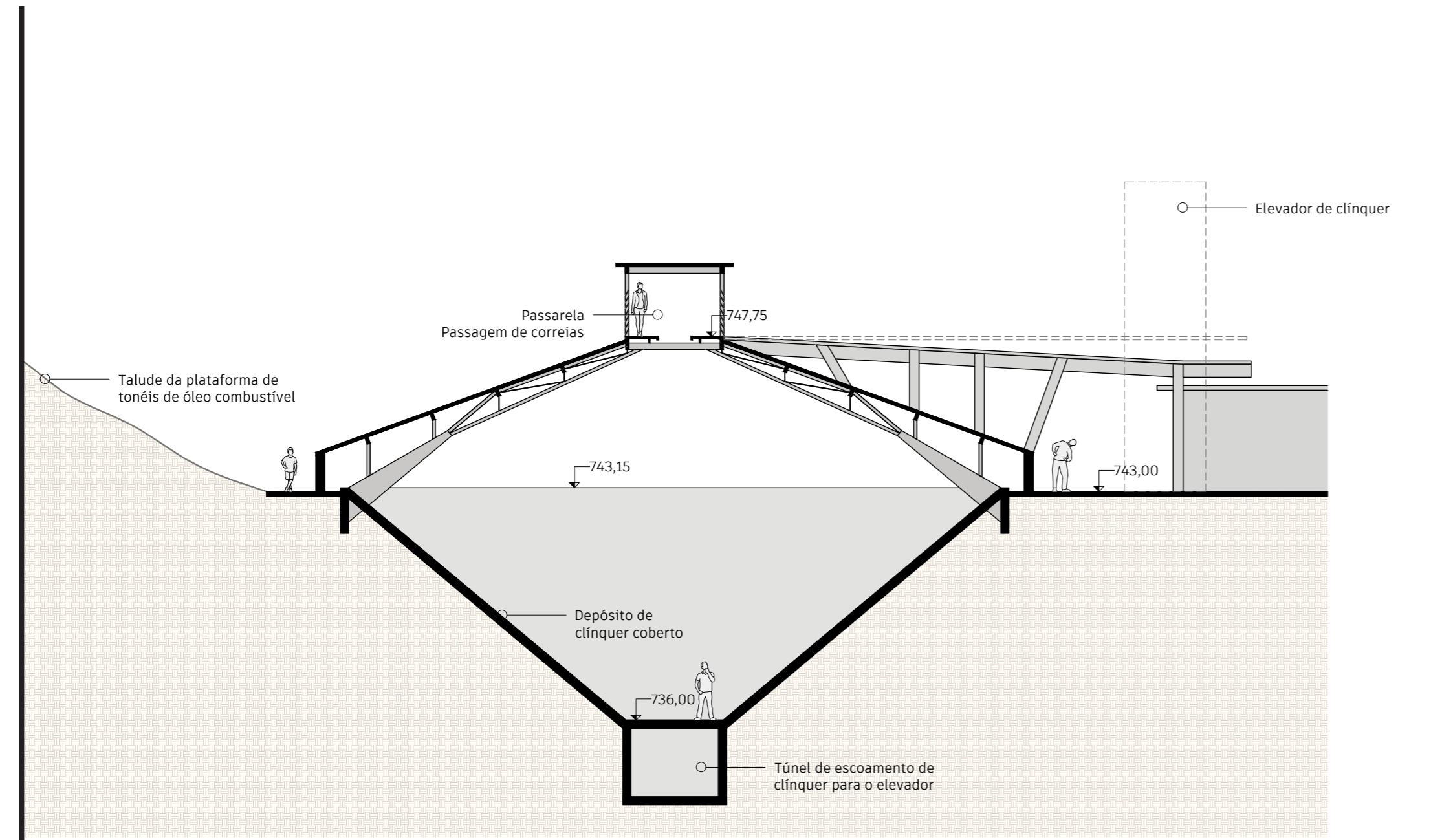
PLANTA DO NÍVEL DA PASSARELA - SITUAÇÃO ATUAL



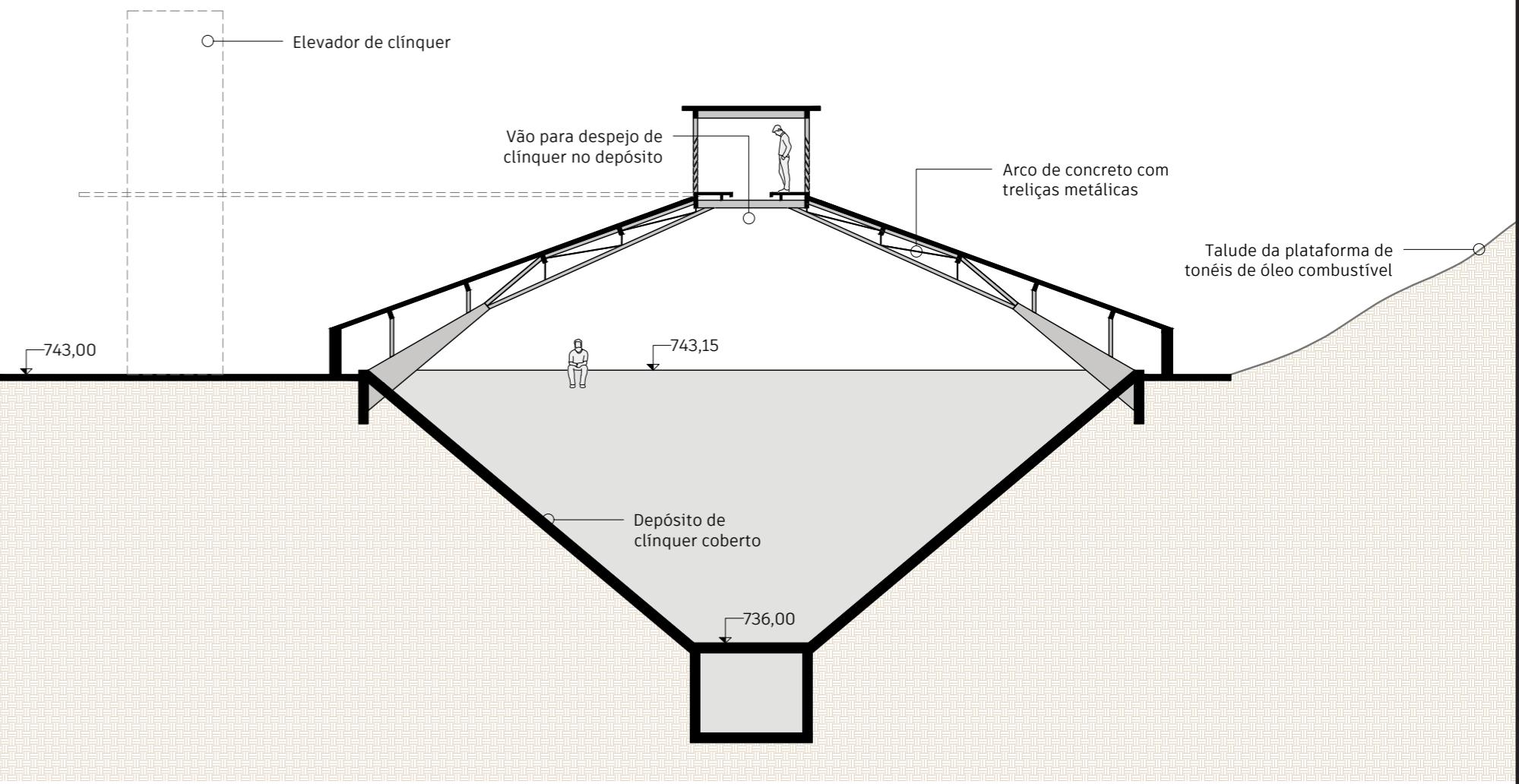


PLANTA DO NÍVEL DA PASSARELA - PROPOSTA

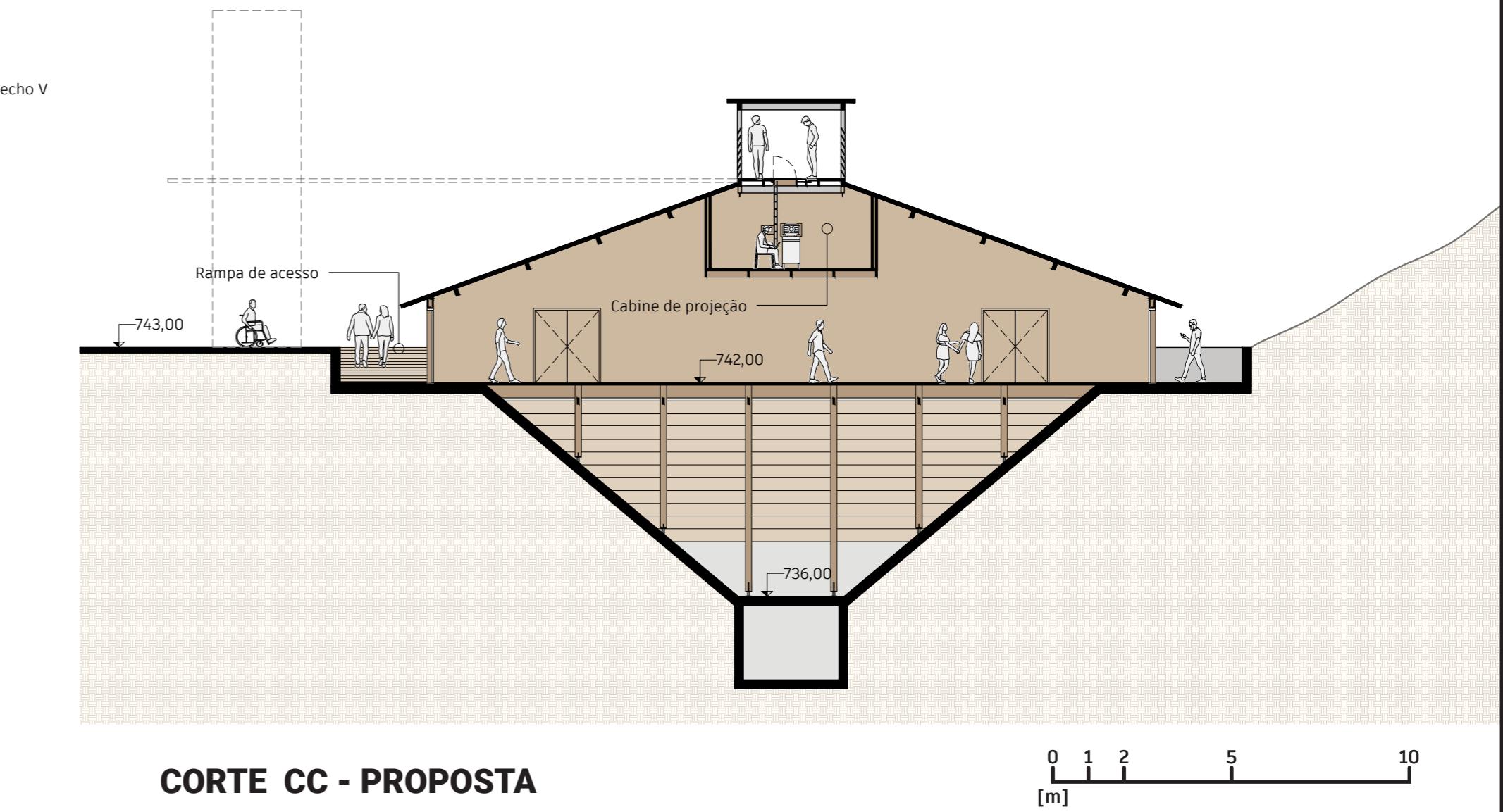
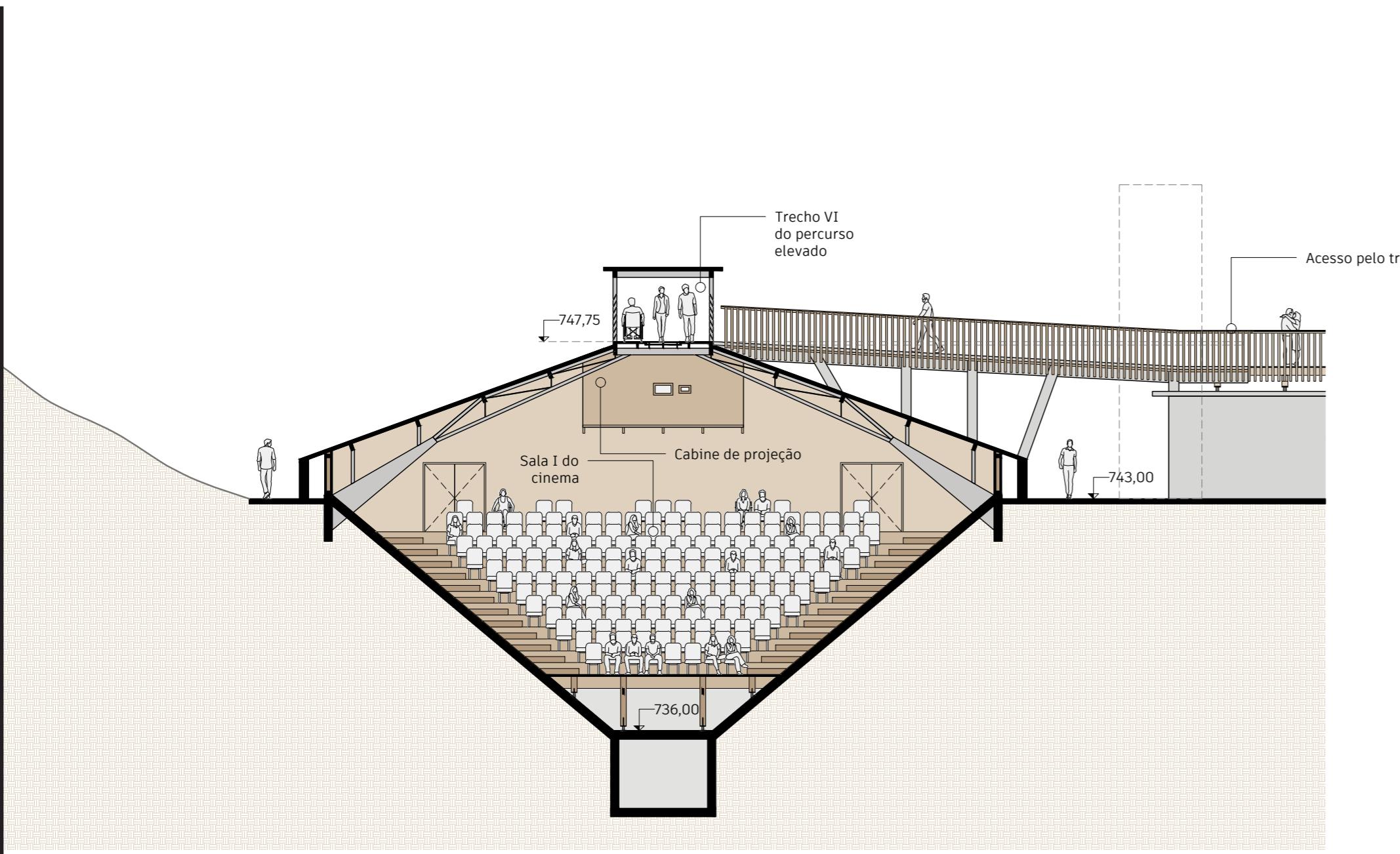


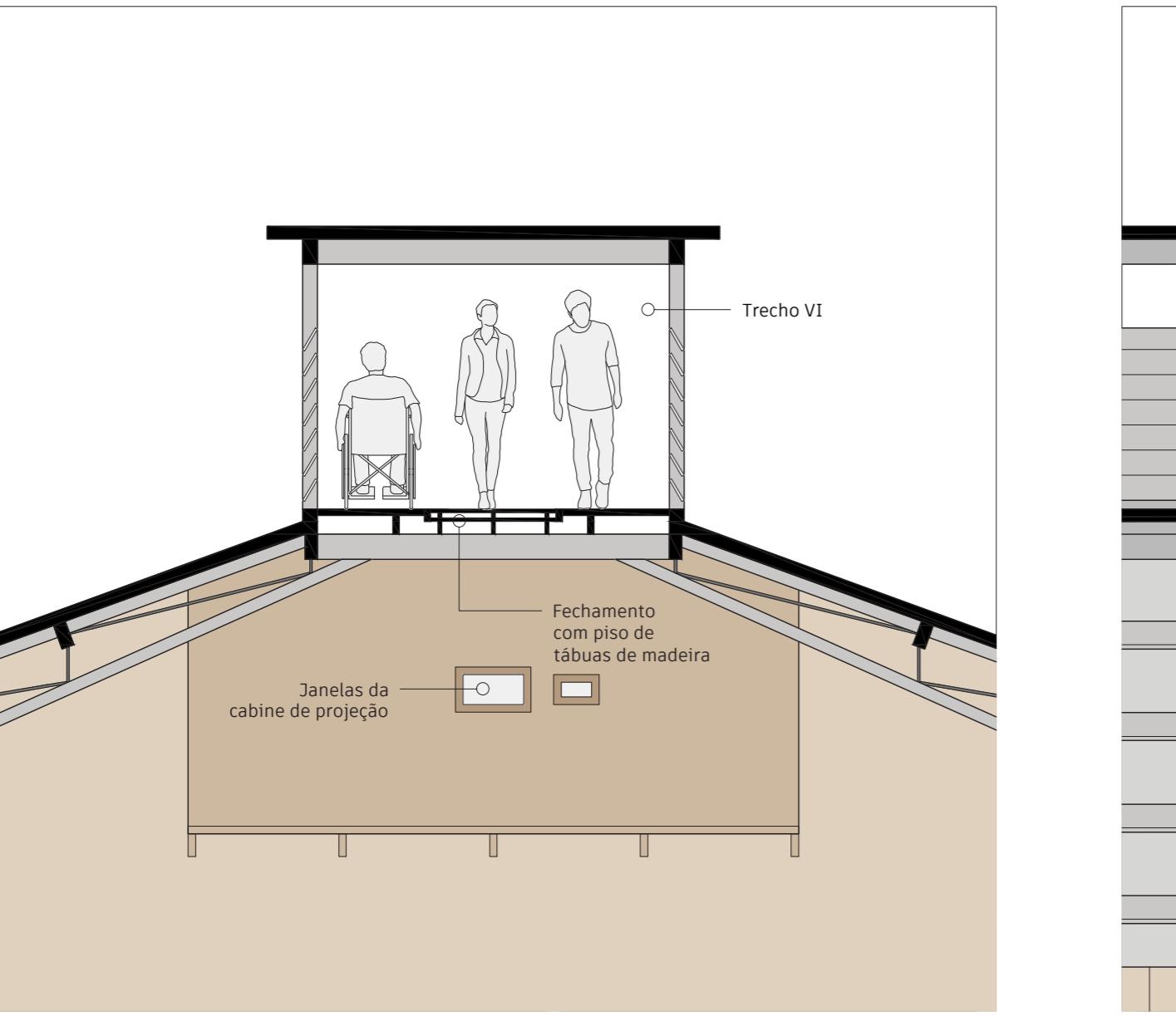


CORTE BB - SITUAÇÃO ATUAL



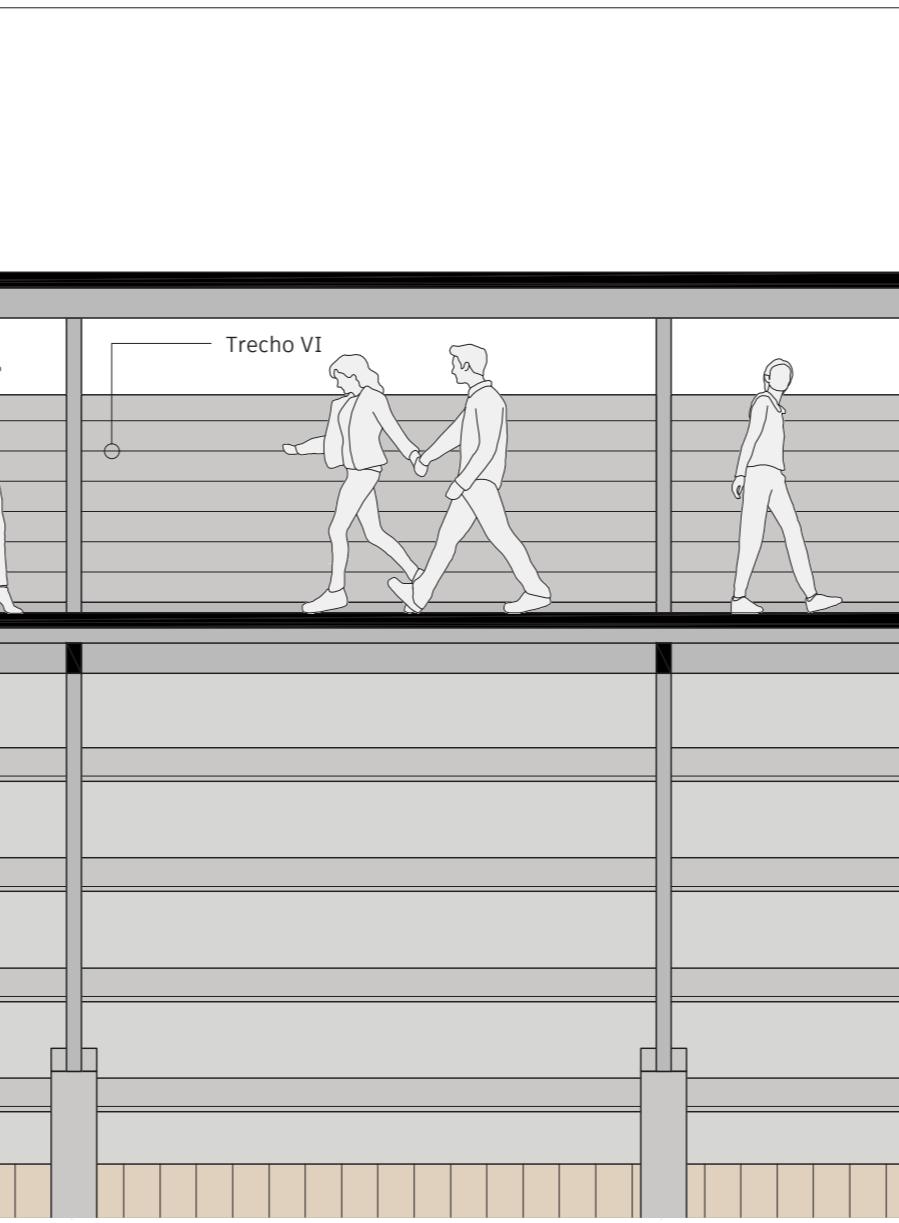
CORTE CC - SITUAÇÃO ATUAL





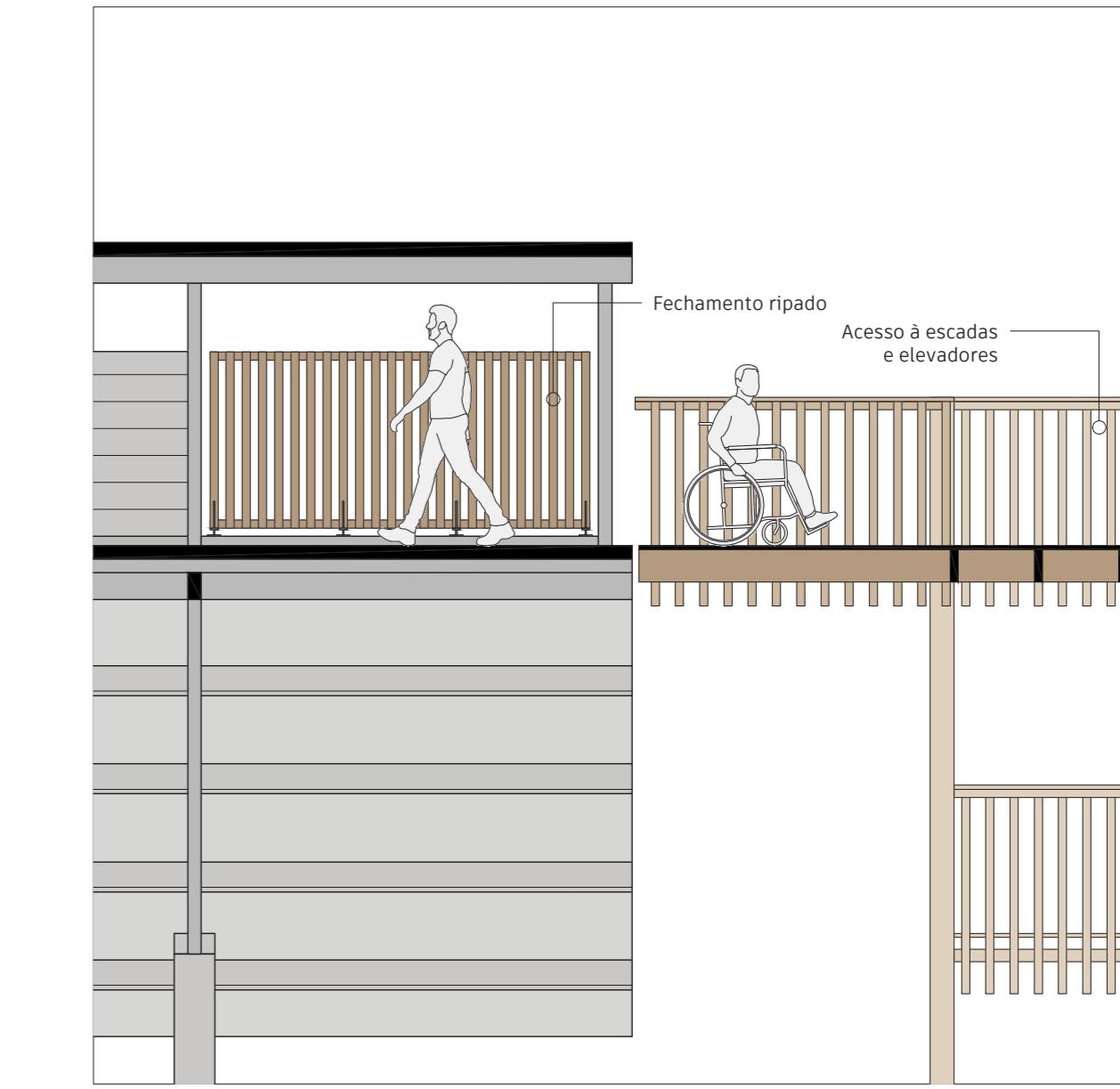
SEÇÃO TRANSVERSAL

0 1 2
[m]



SEÇÃO LONGITUDINAL

0 1 2
[m]



ACESSO À TORRE DE TRANSPOSIÇÃO

0 1 2
[m]

Conjunto de moinhos de cimento

Proposta:

trecho VII do Percuso elevado pela fábrica.

Elementos mobilizados:

passarelas, escada, elevador e guarda-corpo.

Referências projetuais:

Museu de Castelvecchio em Verona, por Carlo Scarpa;

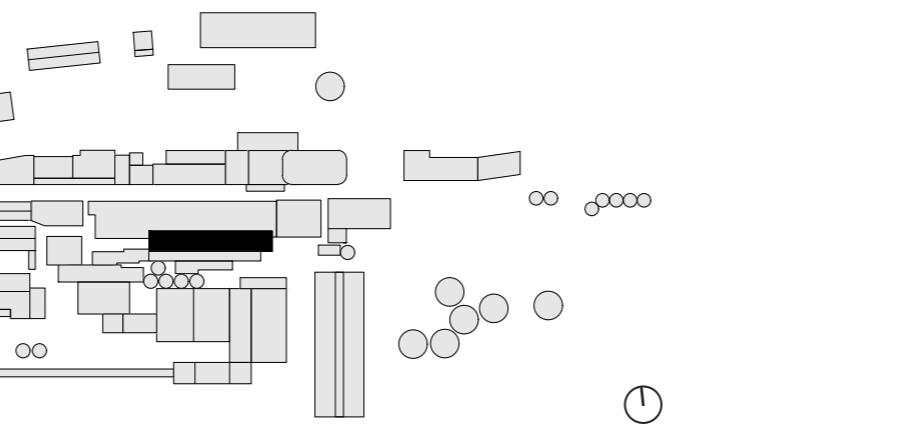
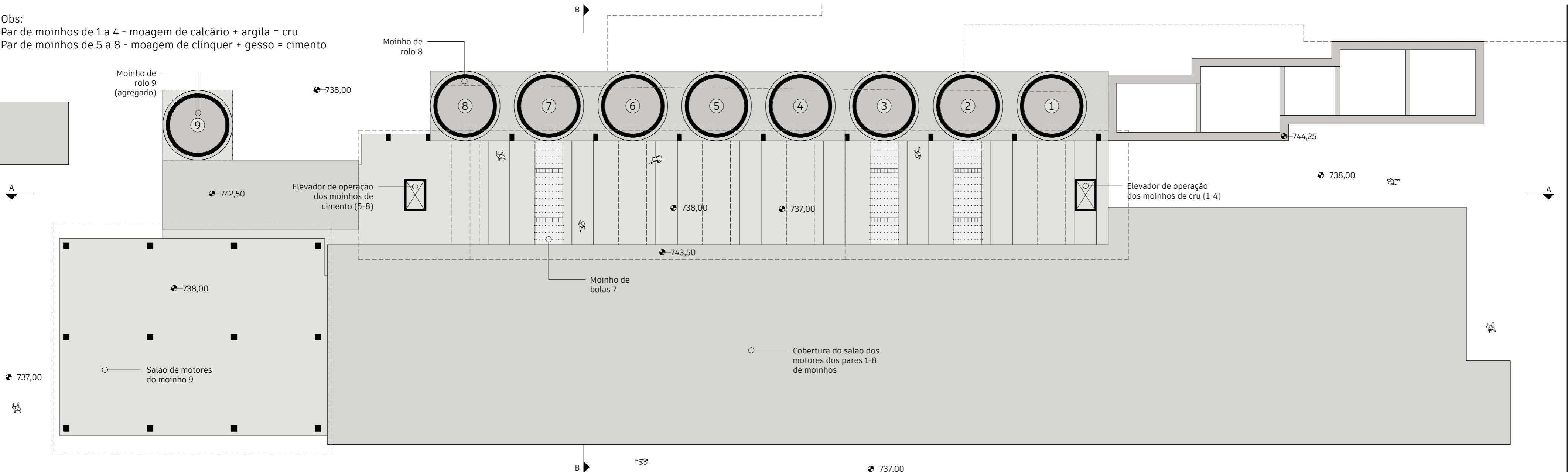
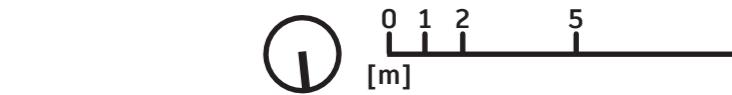


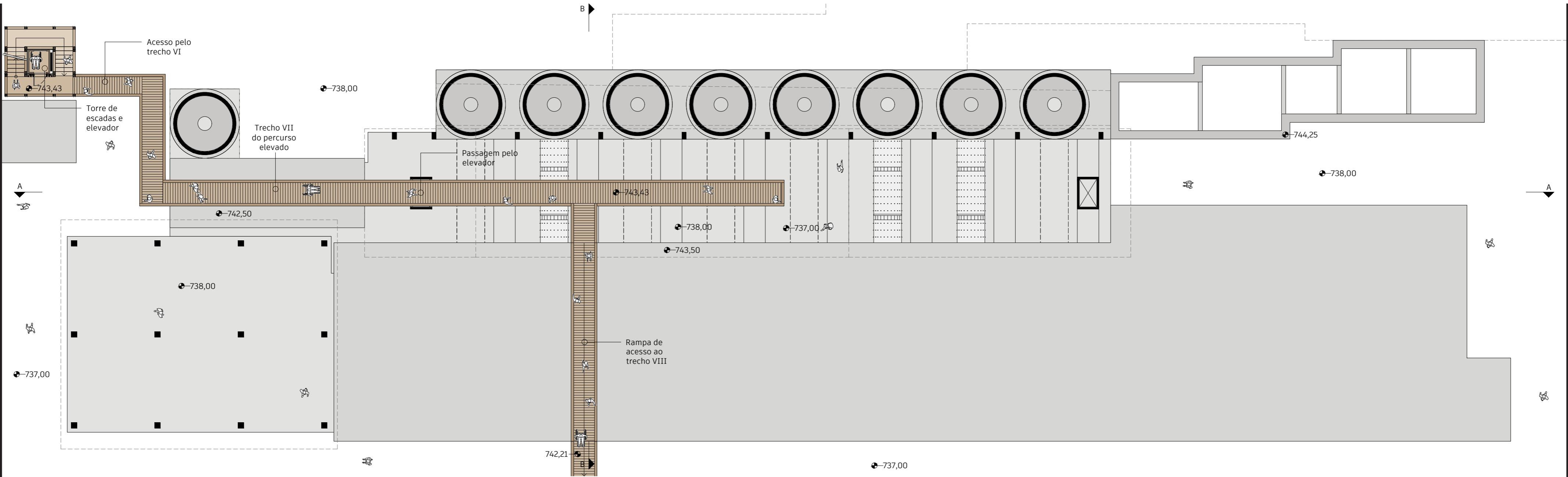
Imagen 43

Hélio J. Rechi
Fábrica de Cimento - Perus
São Paulo - SP 11/2007



PLANTA DO NÍVEL DA COBERTURA DO SALÃO DE MOTORES - SITUAÇÃO ATUAL





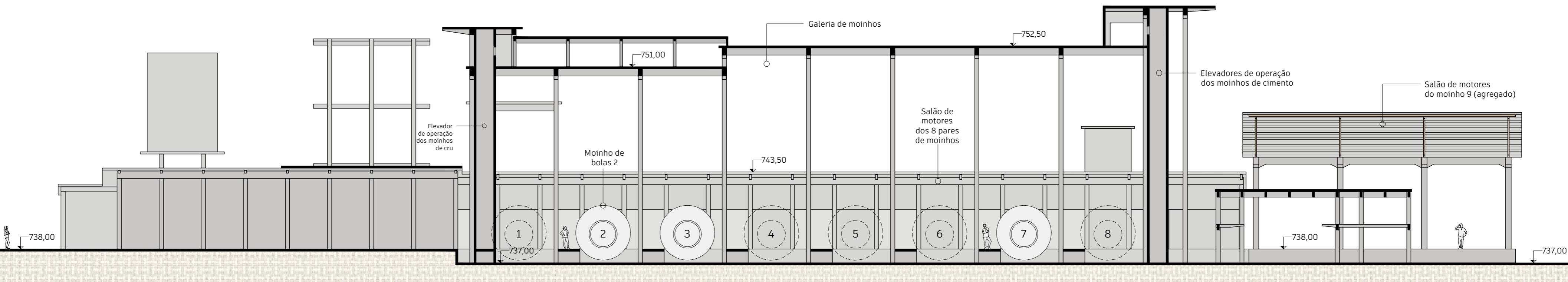
PLANTA DO NÍVEL DA COBERTURA DO SALÃO DE MOTORES - PROPOSTA



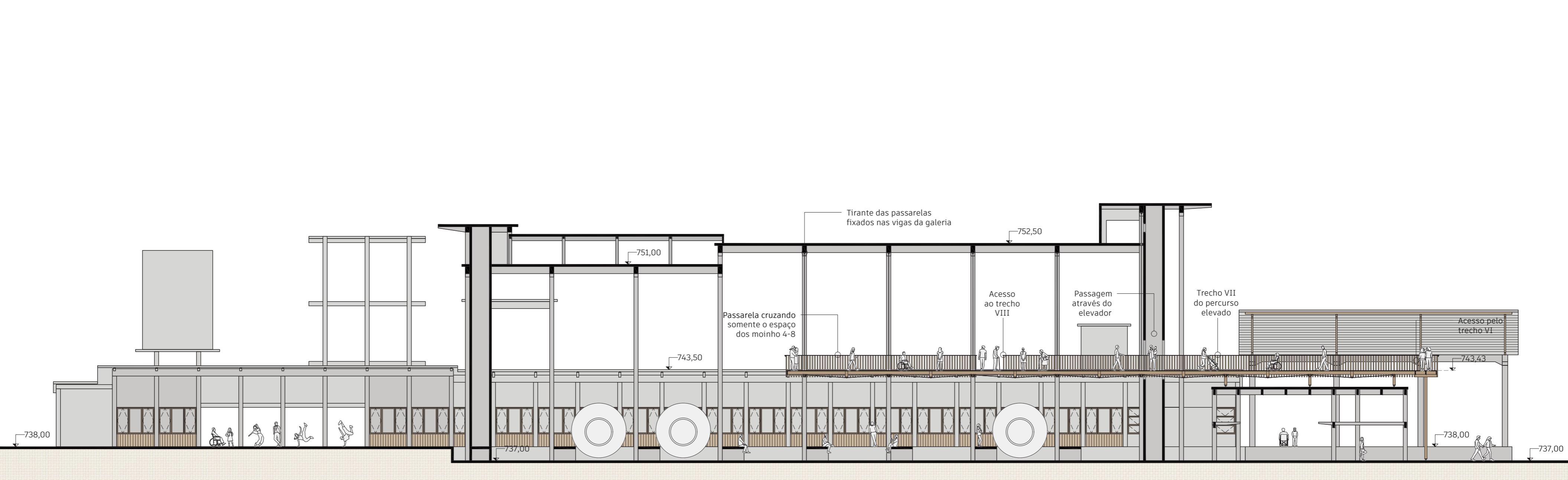
Obs:

Par de moinhos de 1 a 4 - moagem de calcário + argila = cru

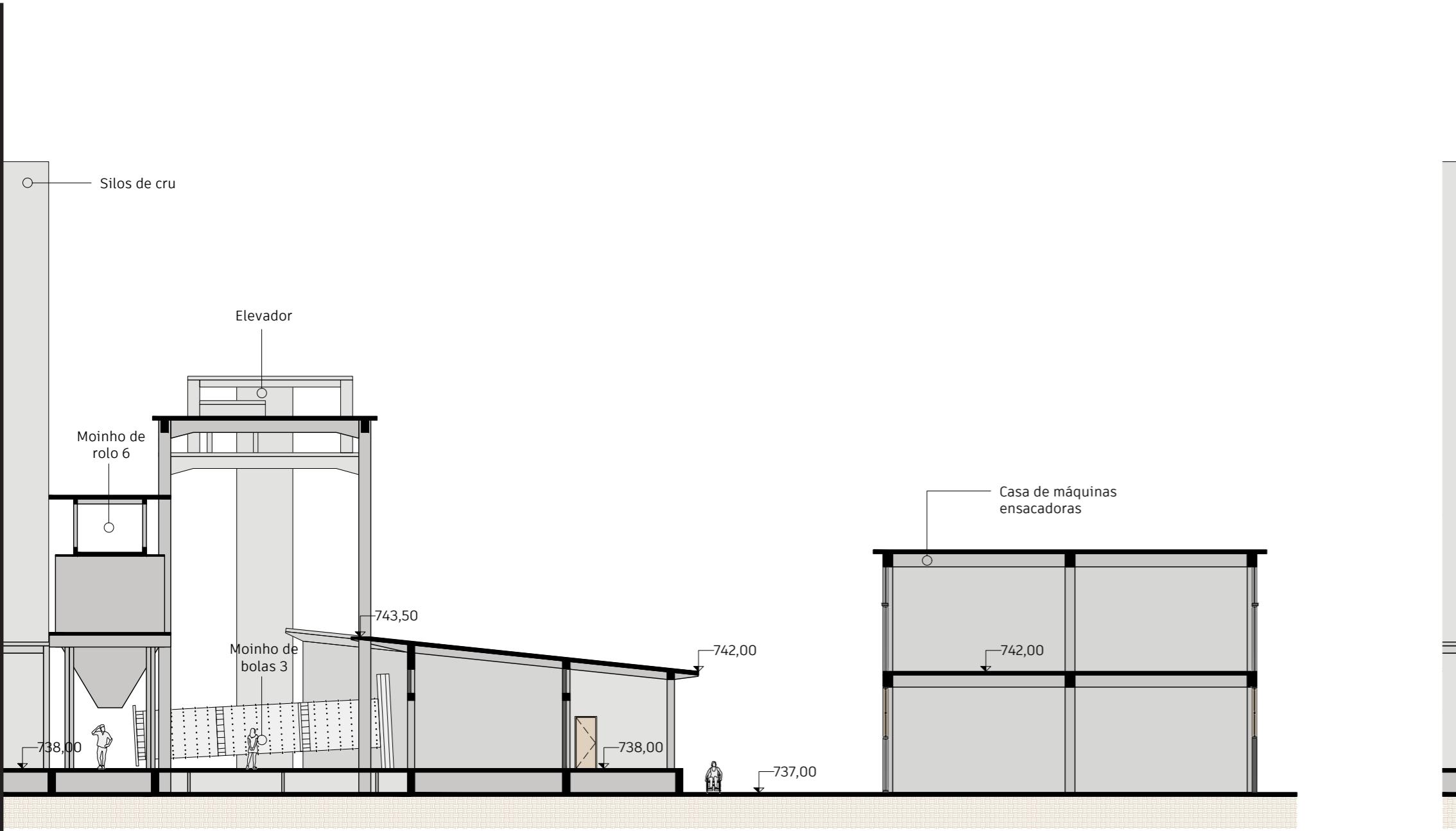
Par de moinhos de 5 a 8 - moagem de clínquer + gesso = cimento



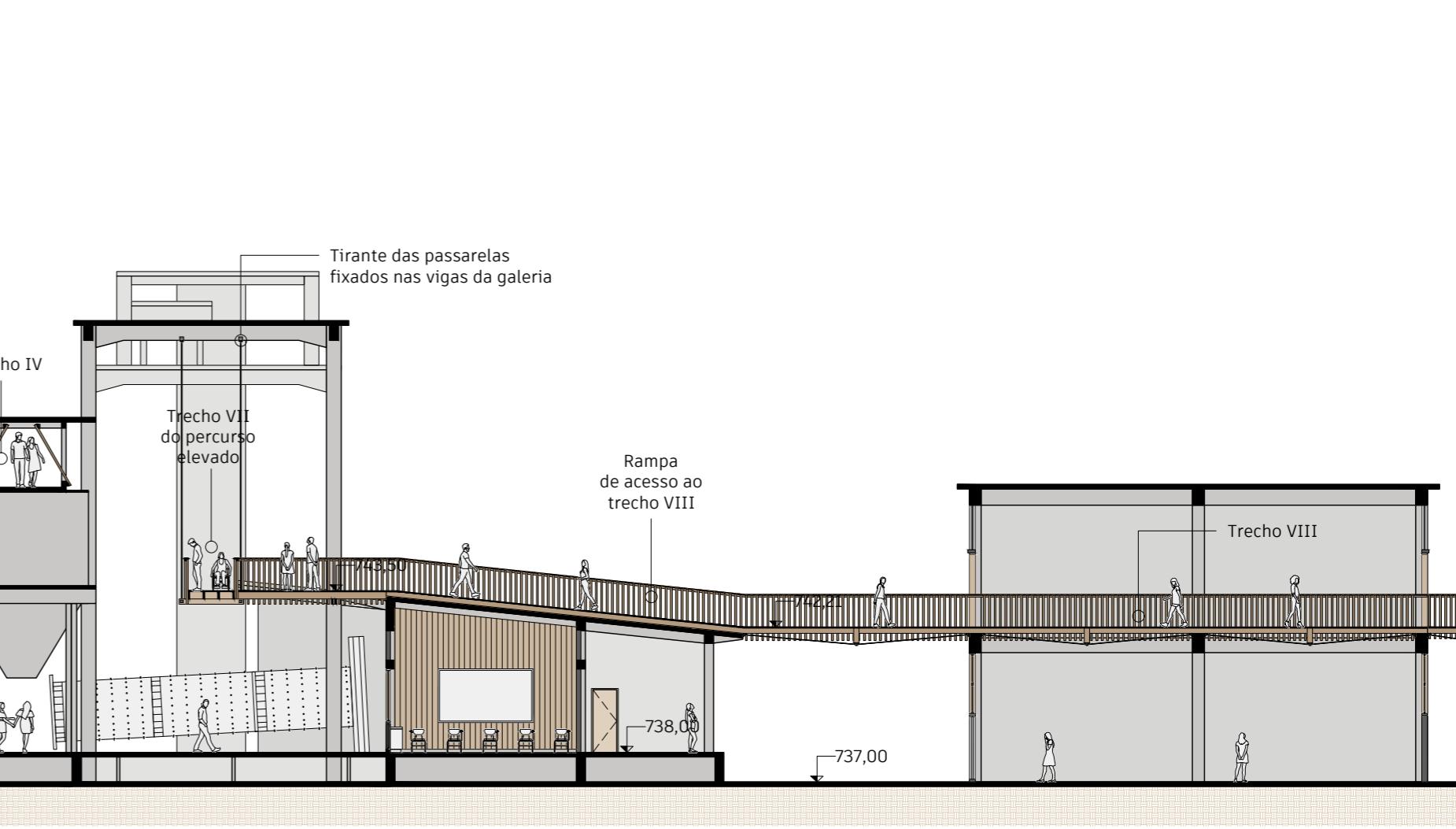
CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL



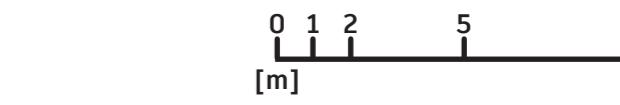
CORTE AA - PROPOSTA

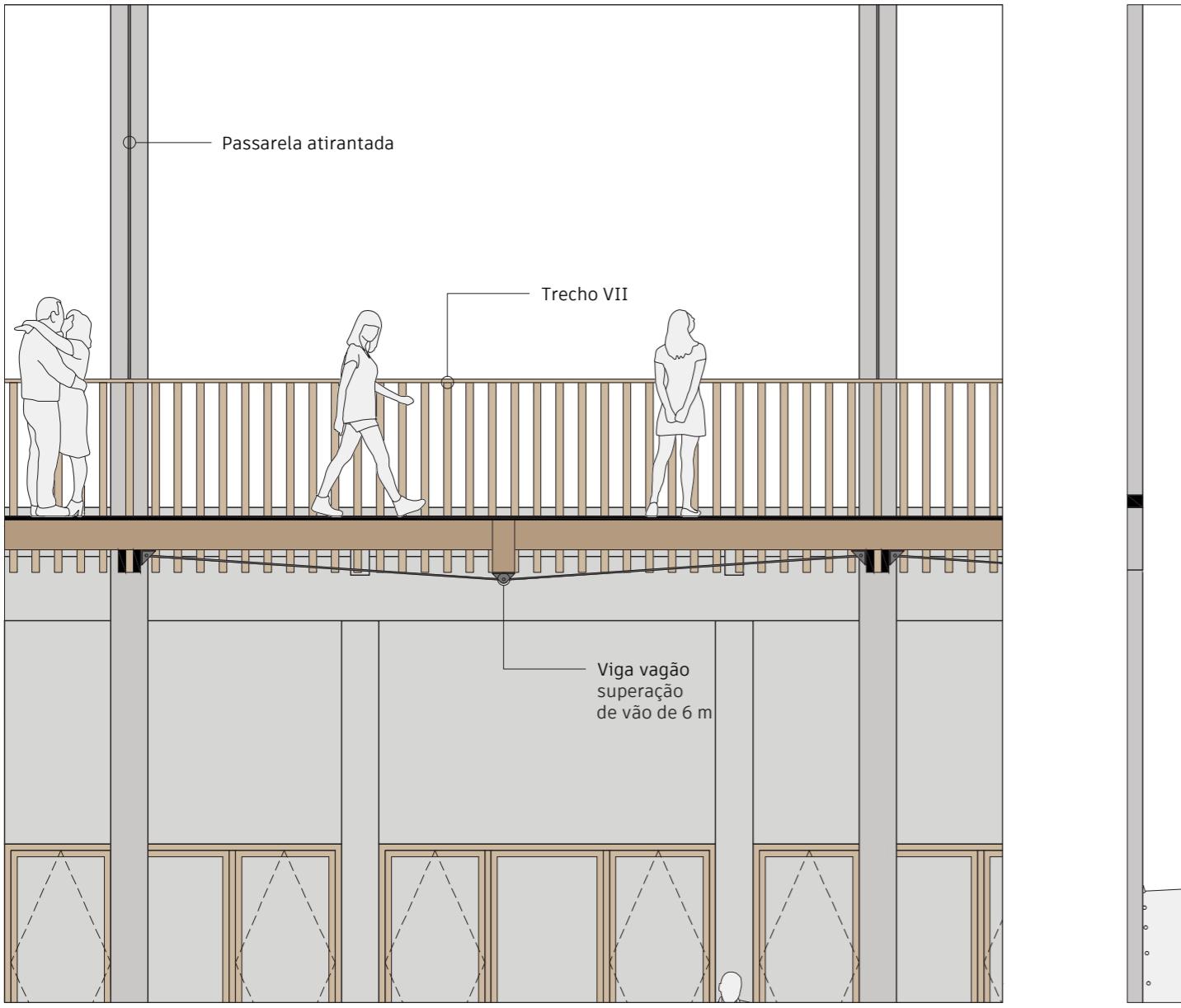


CORTE BB - SITUAÇÃO ATUAL



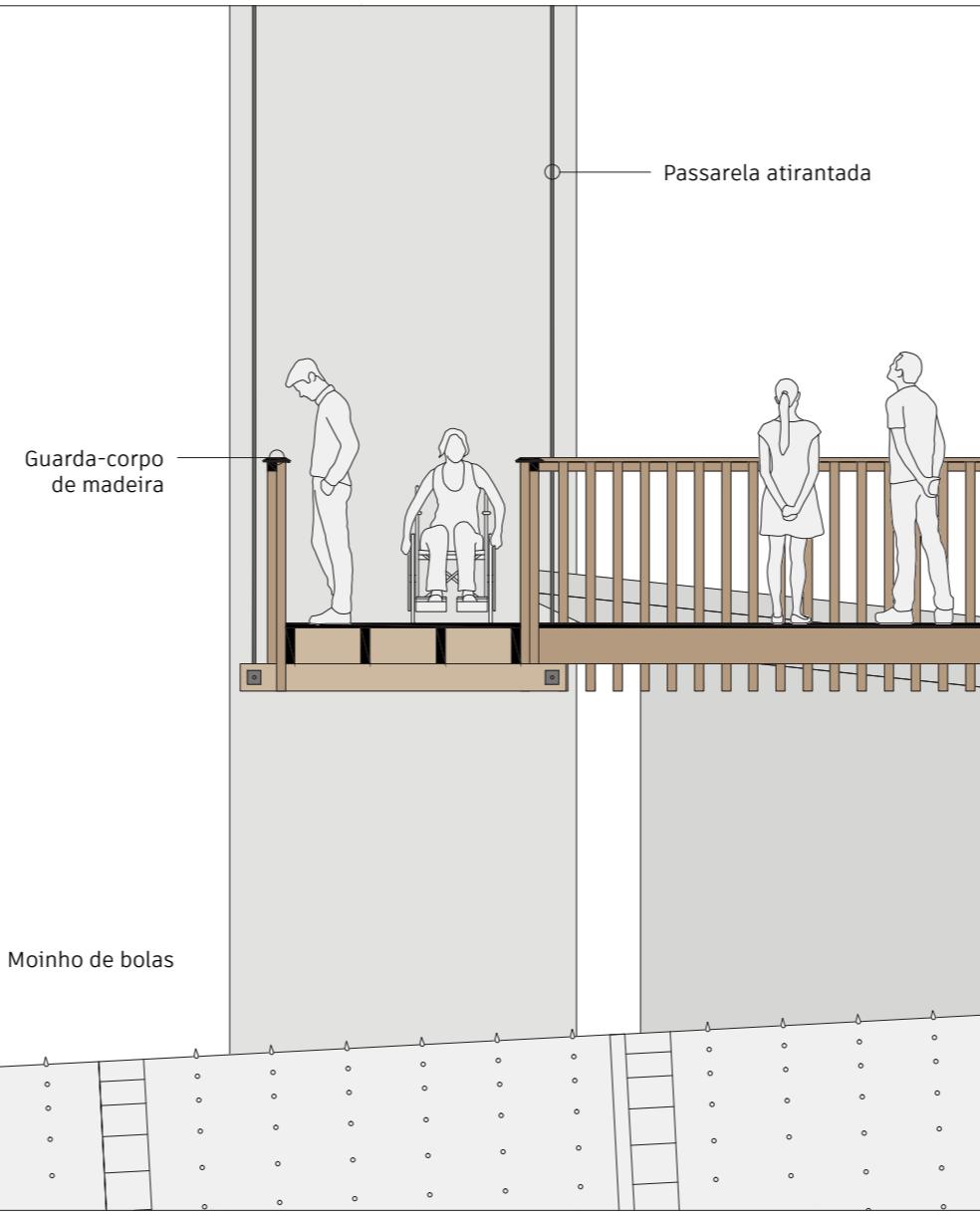
CORTE BB - PROPOSTA





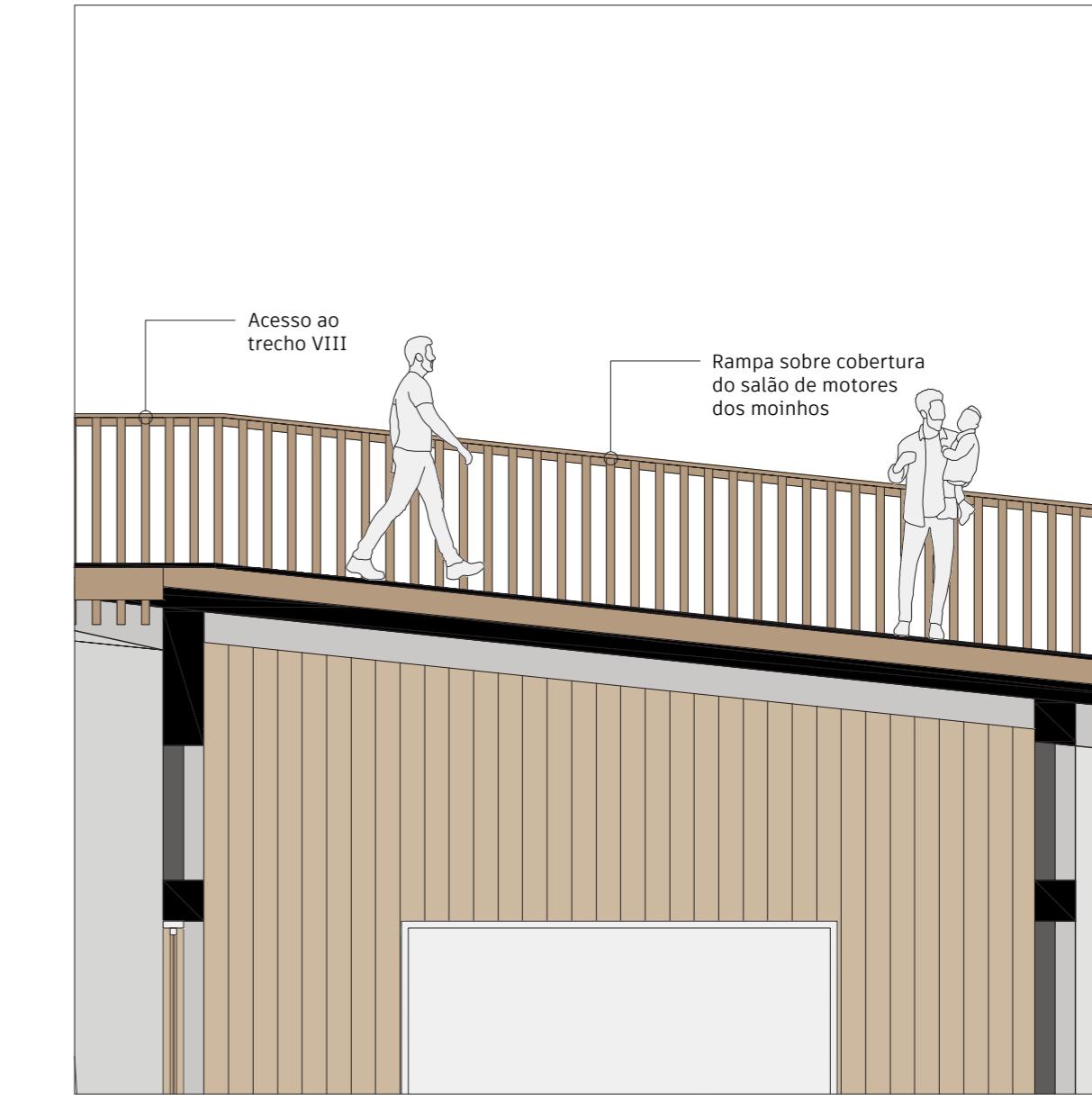
SEÇÃO LONGITUDINAL

0 1 2
[m]



SEÇÃO TRANSVERSAL

0 1 2
[m]



ACESSO AO TRECHO VIII

0 1 2
[m]

Ensacadoras e Silos de cimento

Proposta:

trecho VIII do Percorso elevado pela fábrica e Museu da Fábrica.

Elementos mobilizados:

passarelas, escada, elevador, guarda-corpo, deck e expografia.

Referências projetuais:

Pinacoteca, por Paulo Mendes da Rocha;

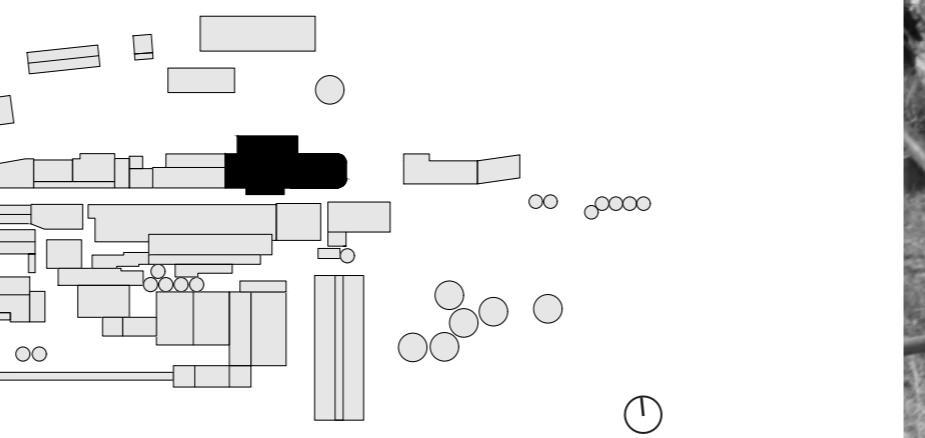
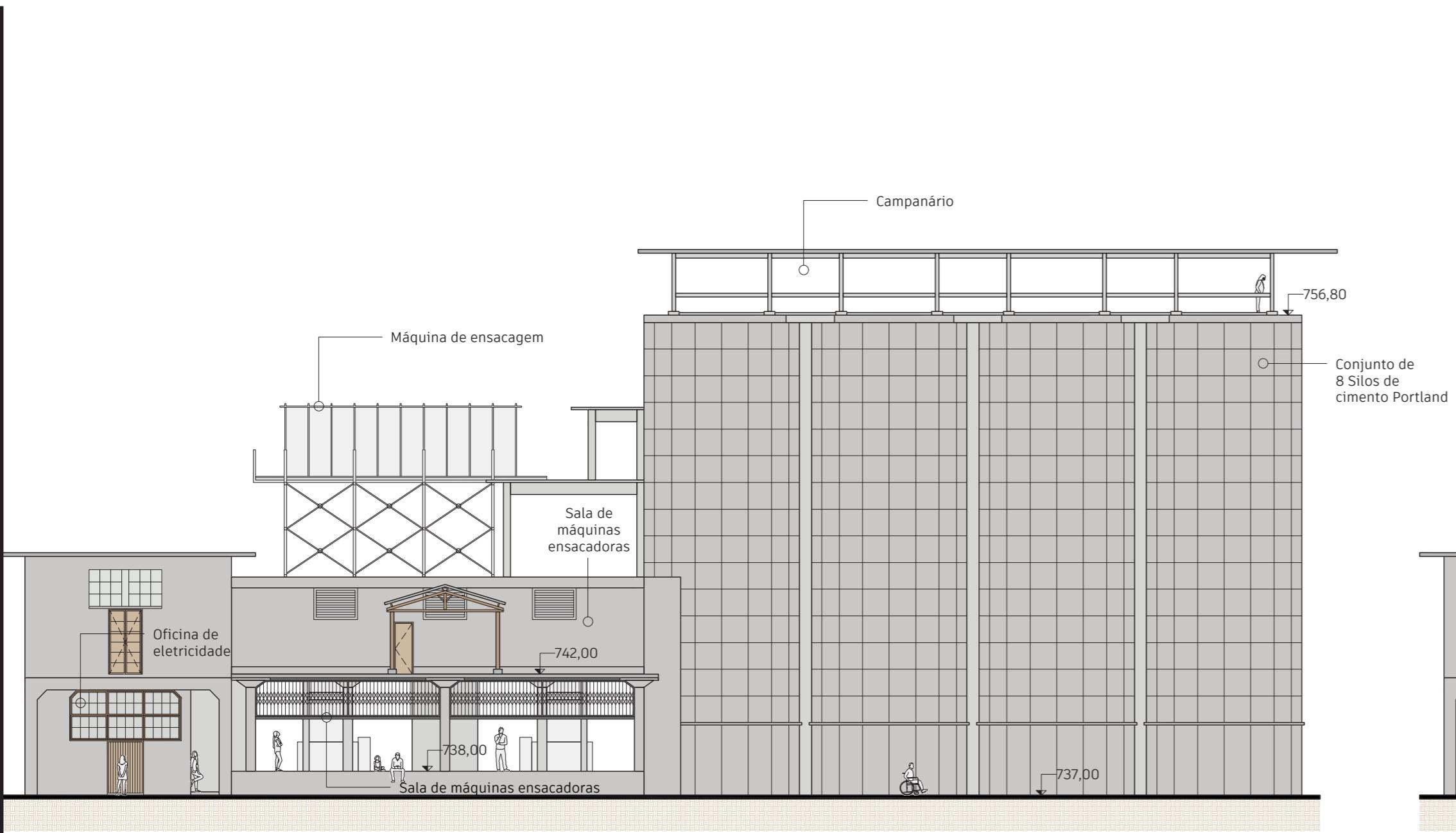
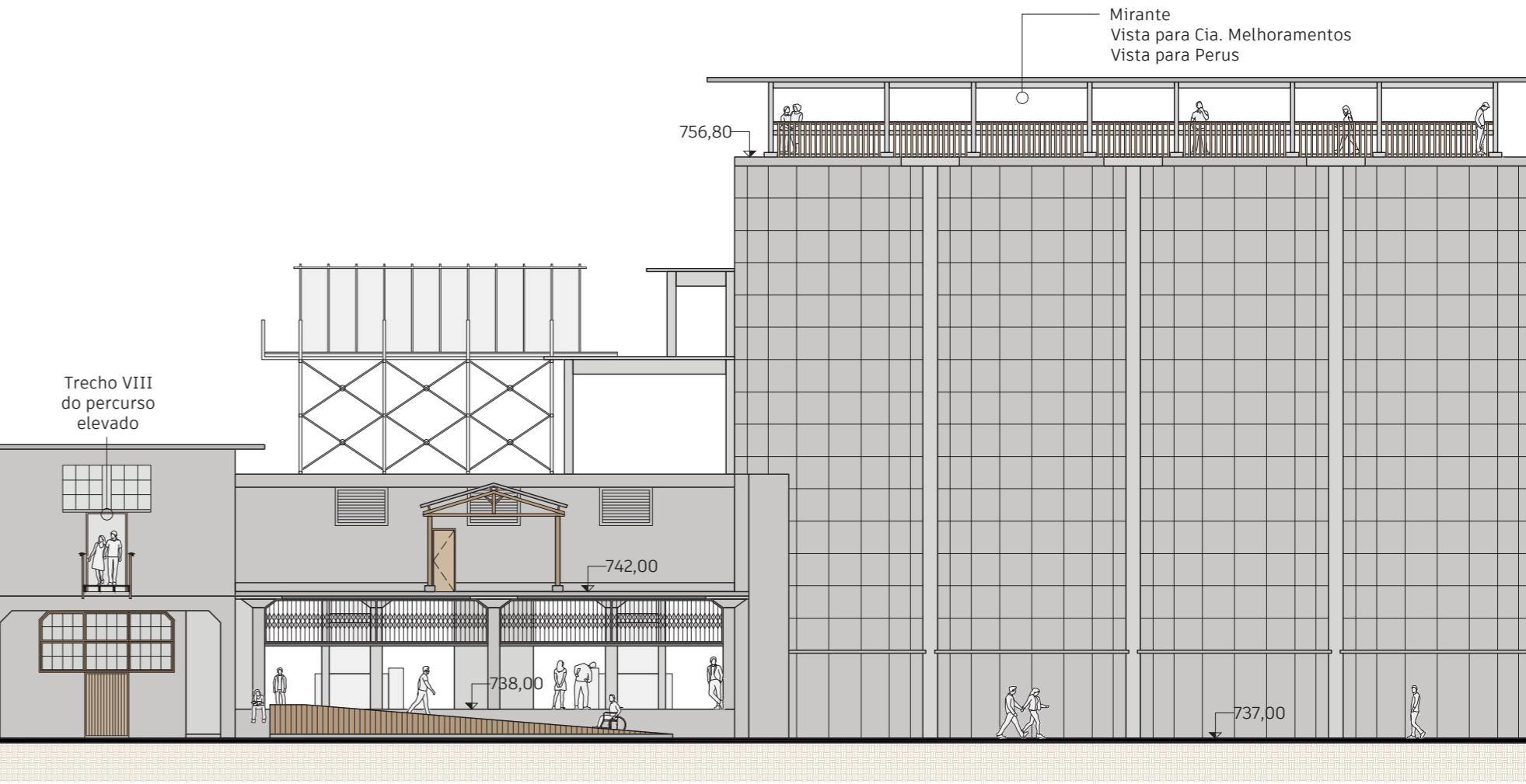


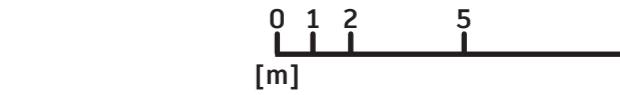
Imagen 44

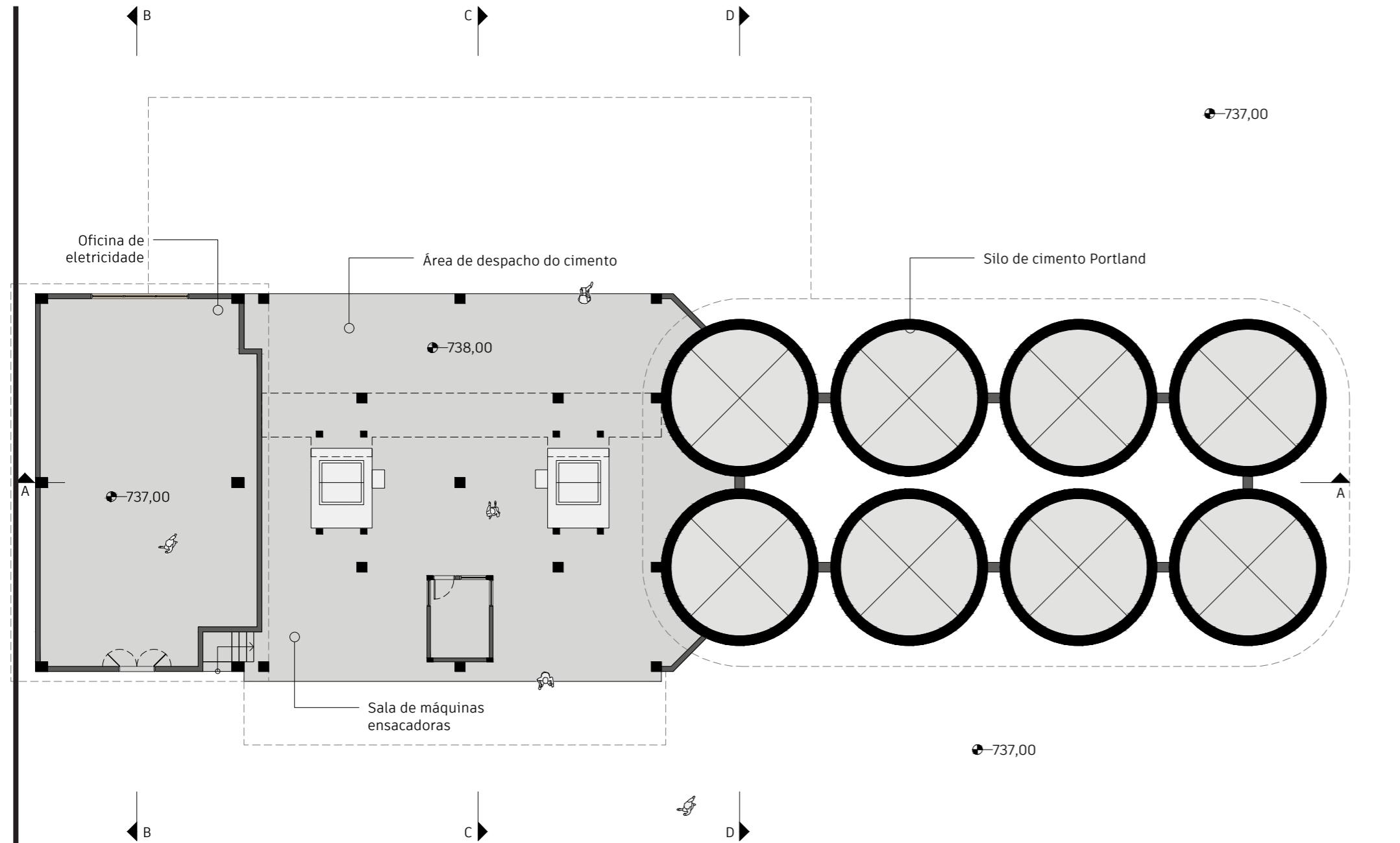


ELEVAÇÃO FACE SUL - SITUAÇÃO ATUAL

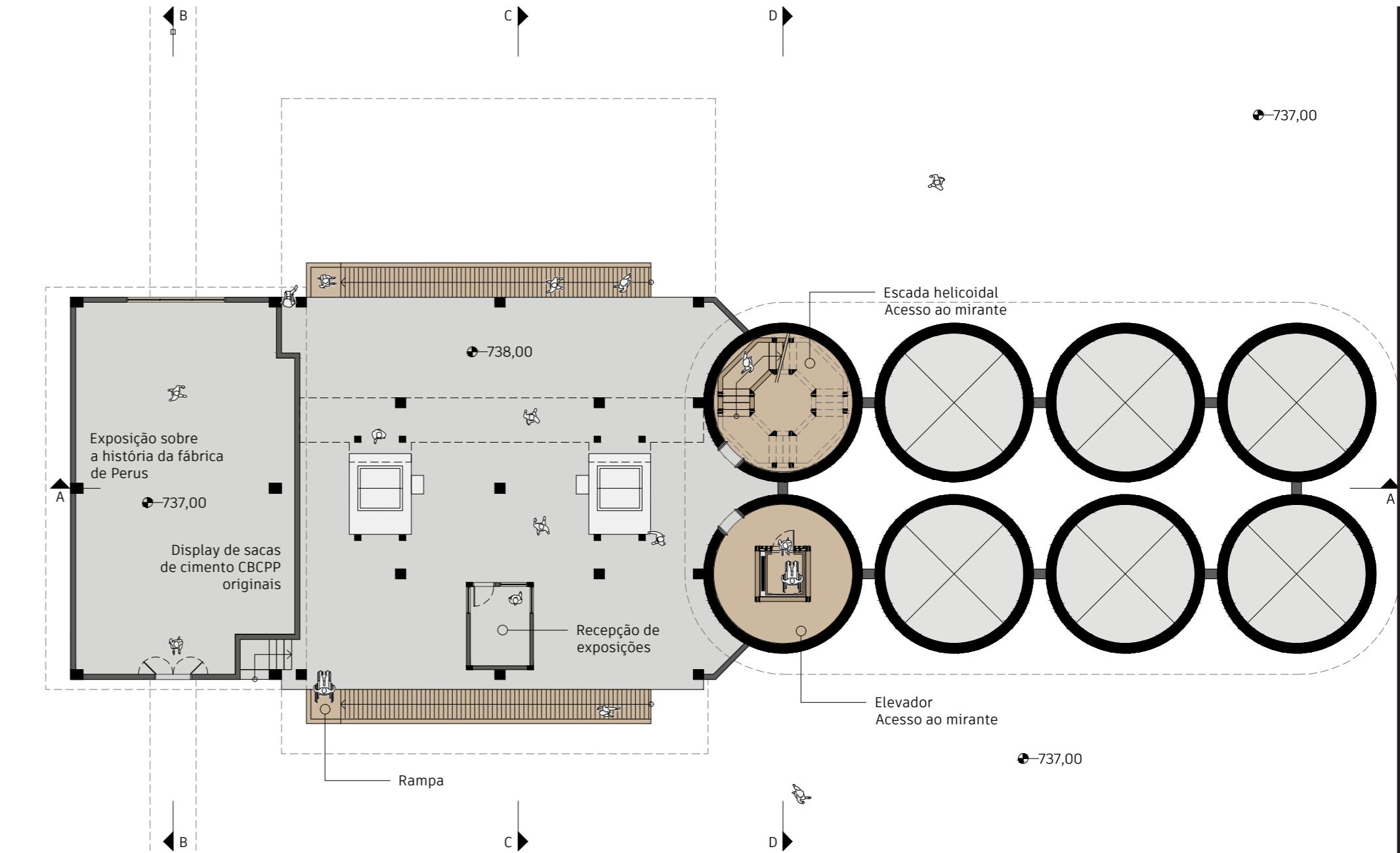


ELEVAÇÃO FACE SUL - PROPOSTA



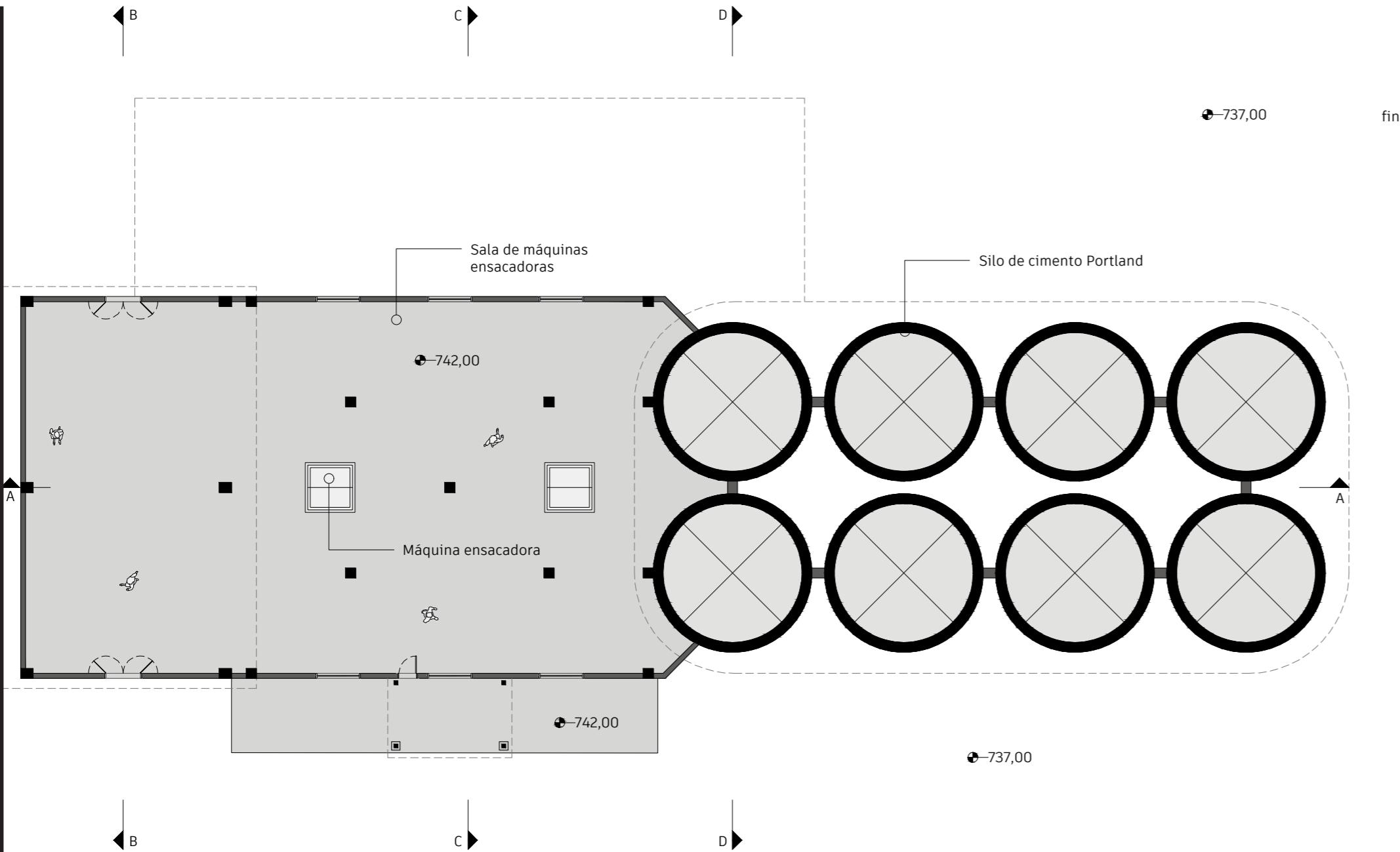


PLANTA DO TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL

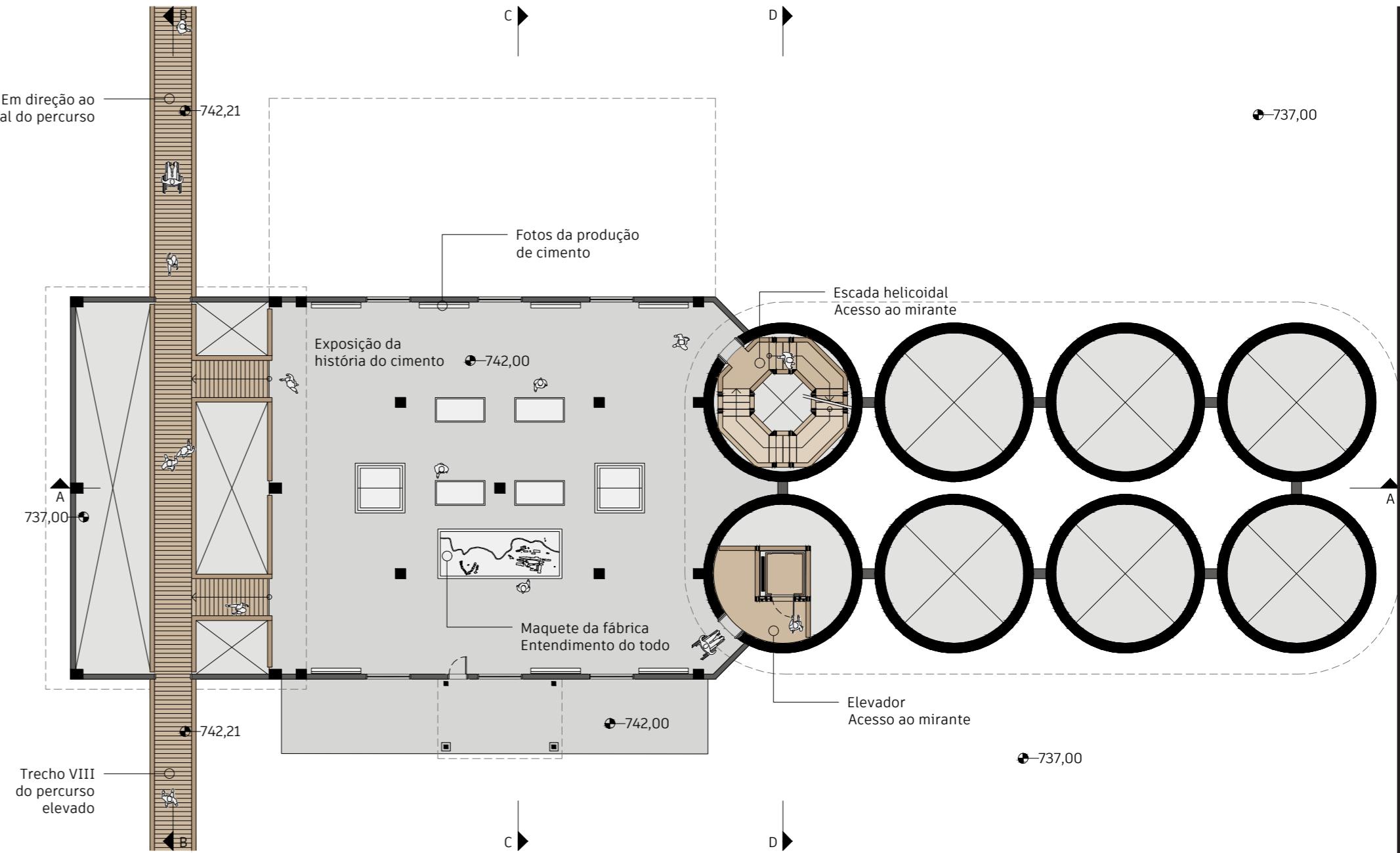


PLANTA DO TÉRREO - PROPOSTA



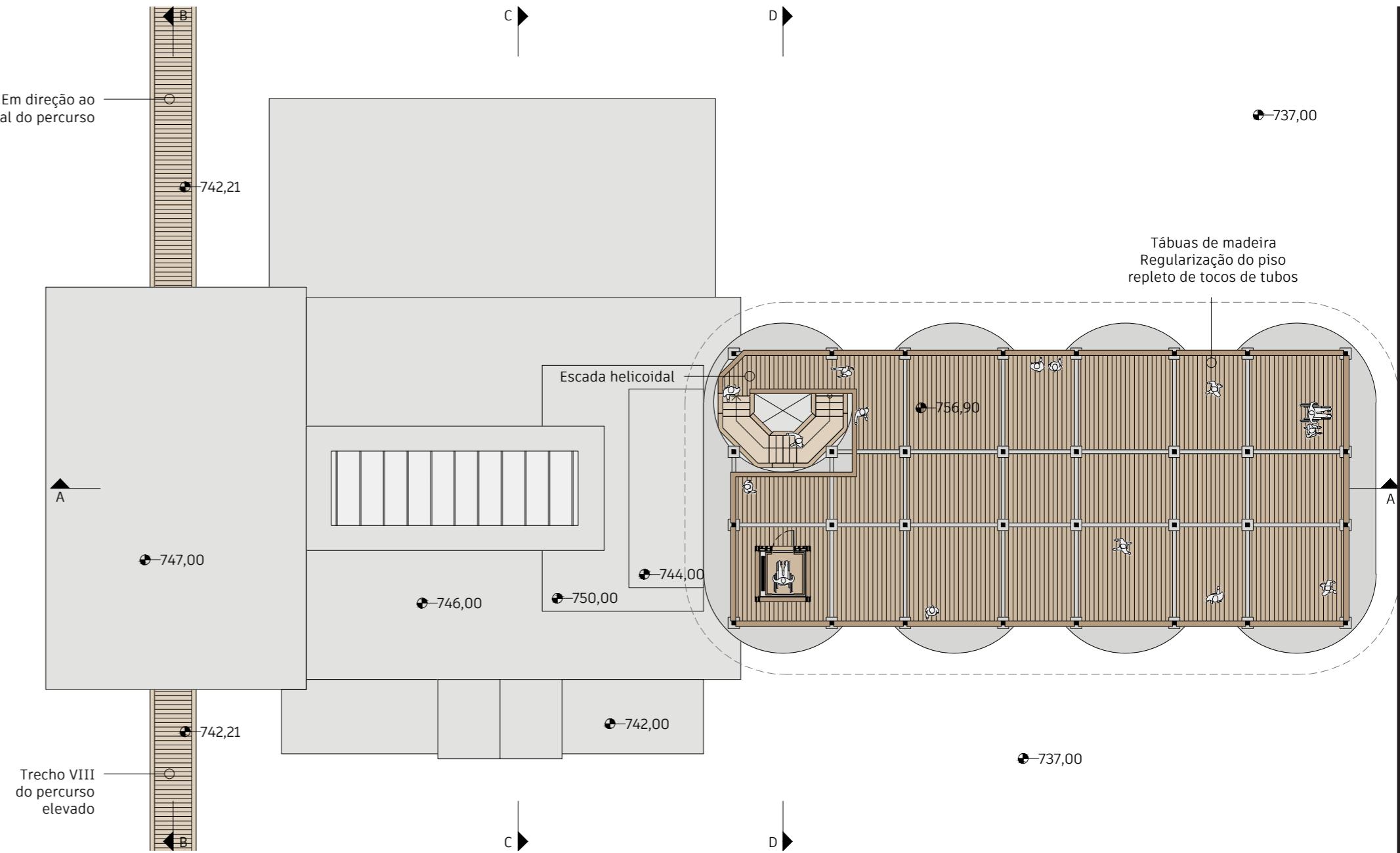
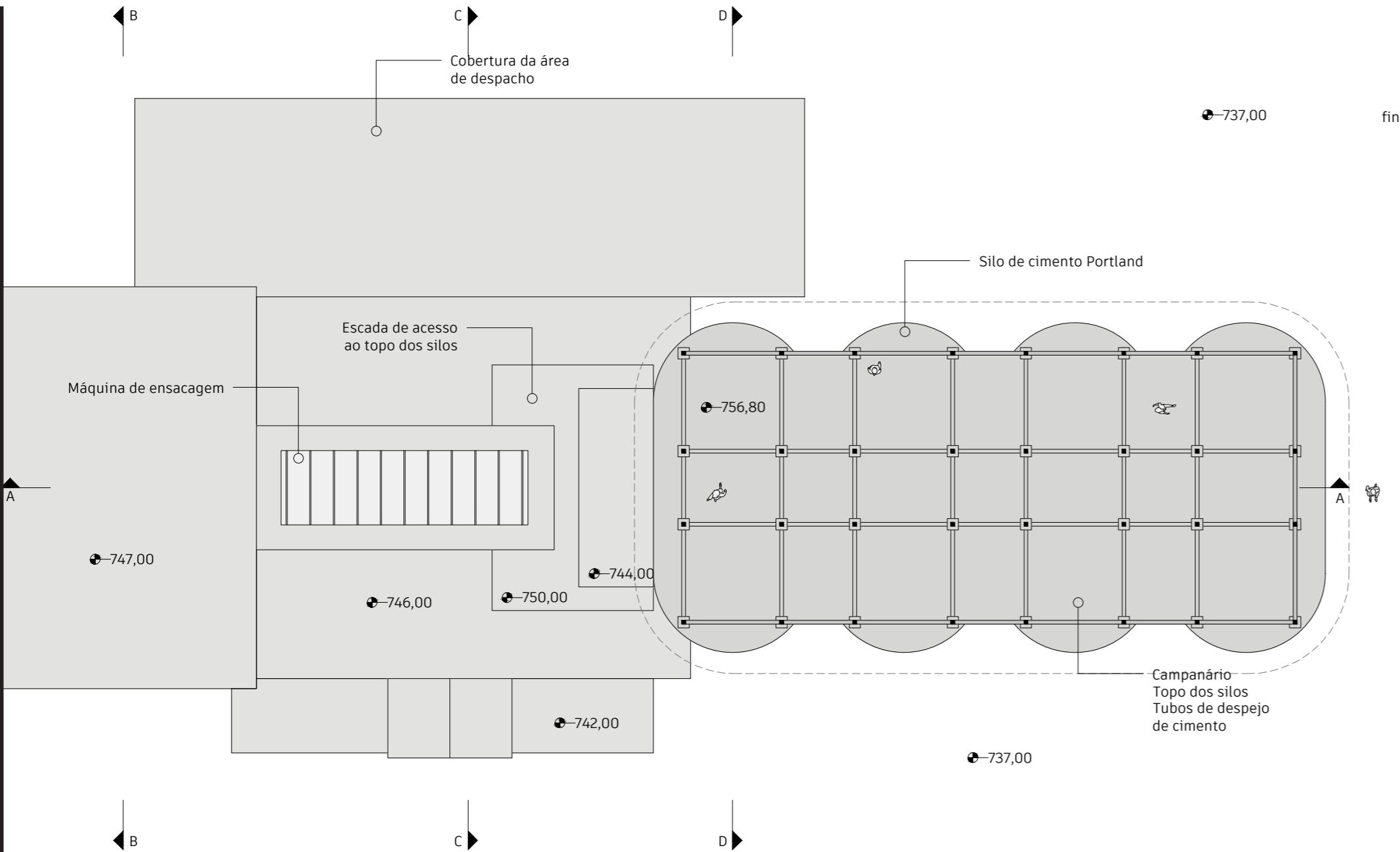


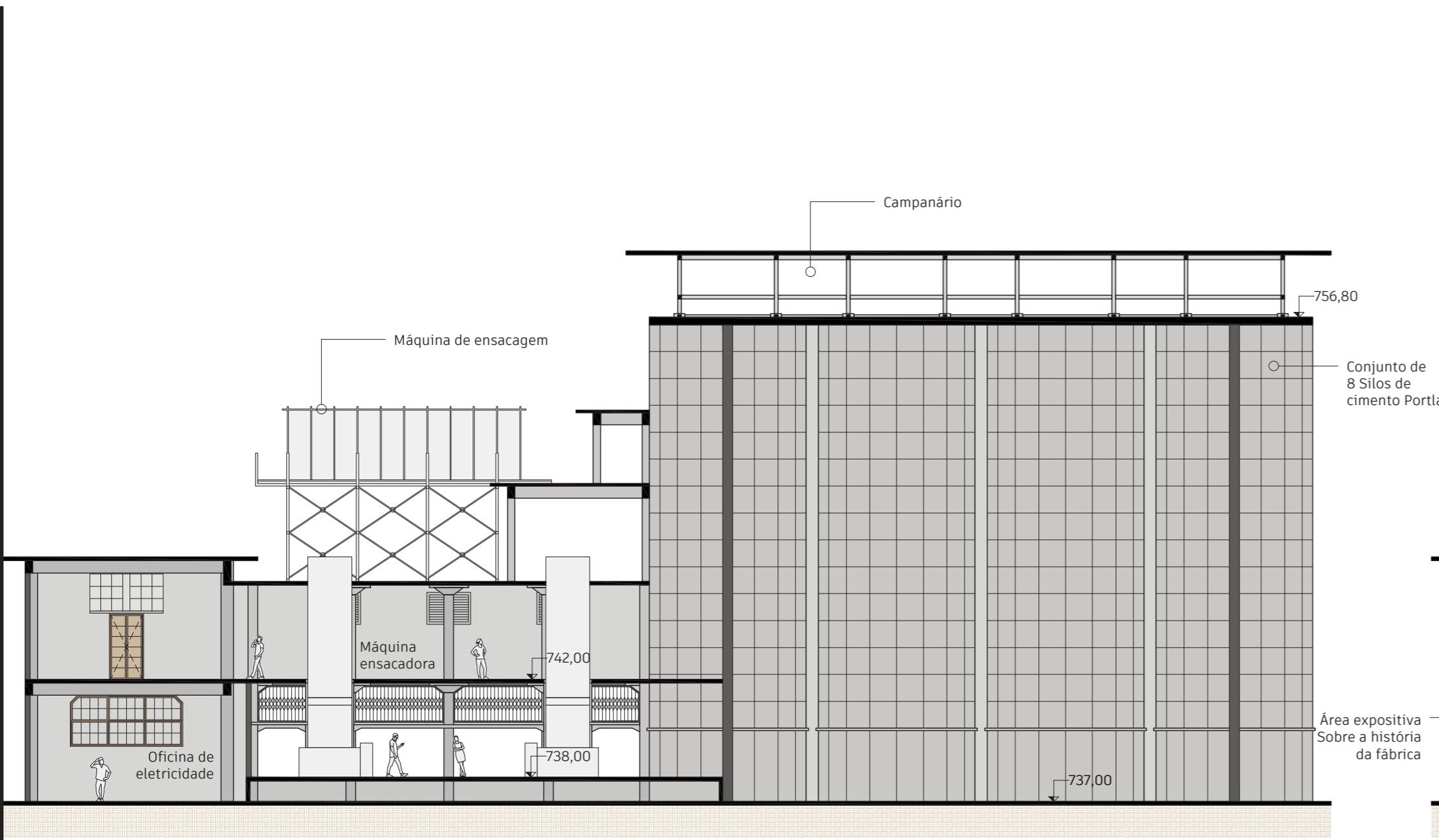
PLANTA DO PAVIMENTO 1 - SITUAÇÃO ATUAL



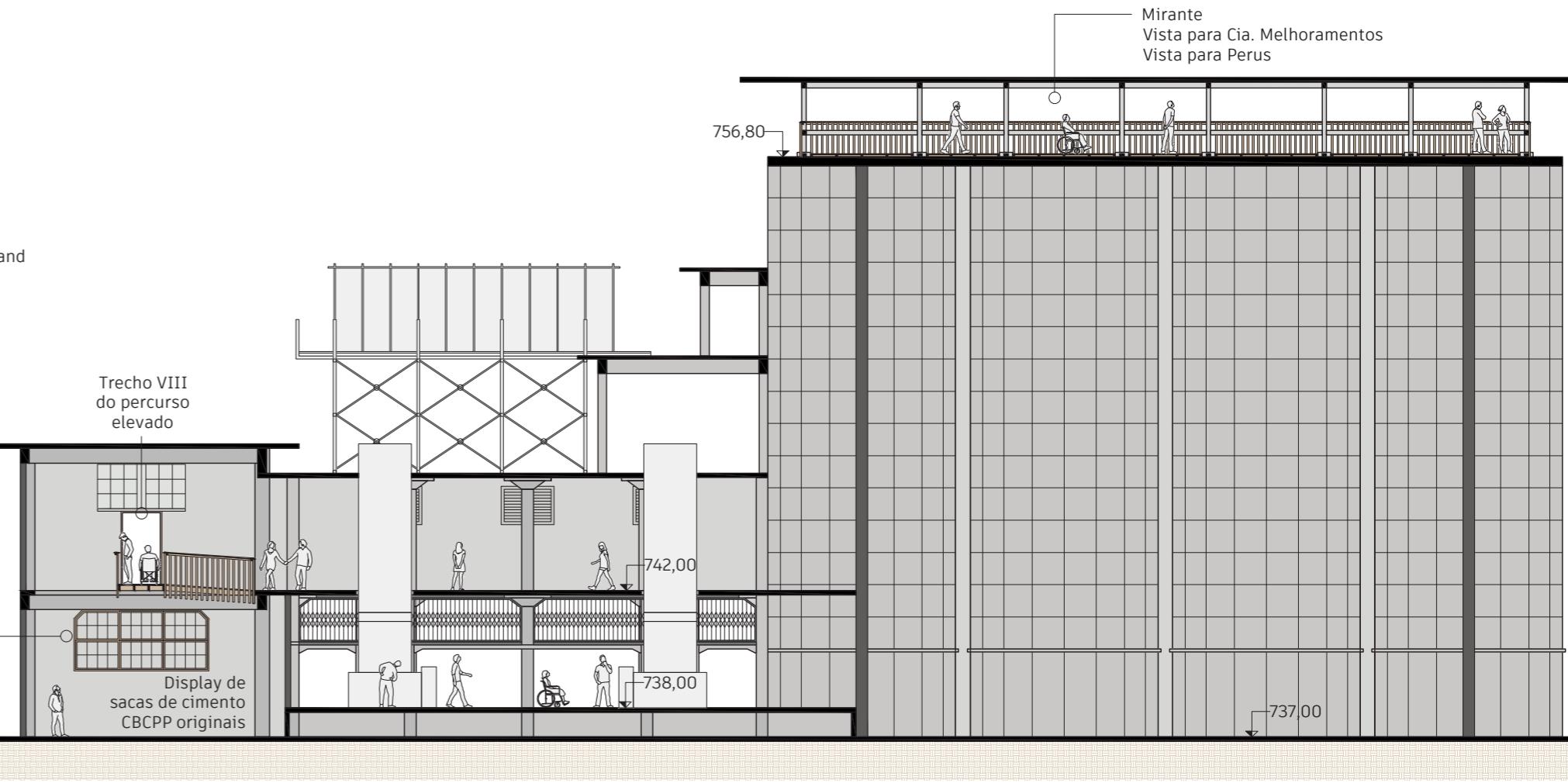
PLANTA DO PAVIMENTO 1 - PROPOSTA



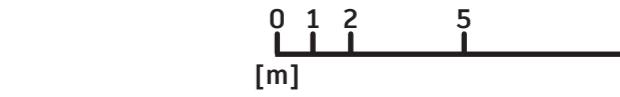


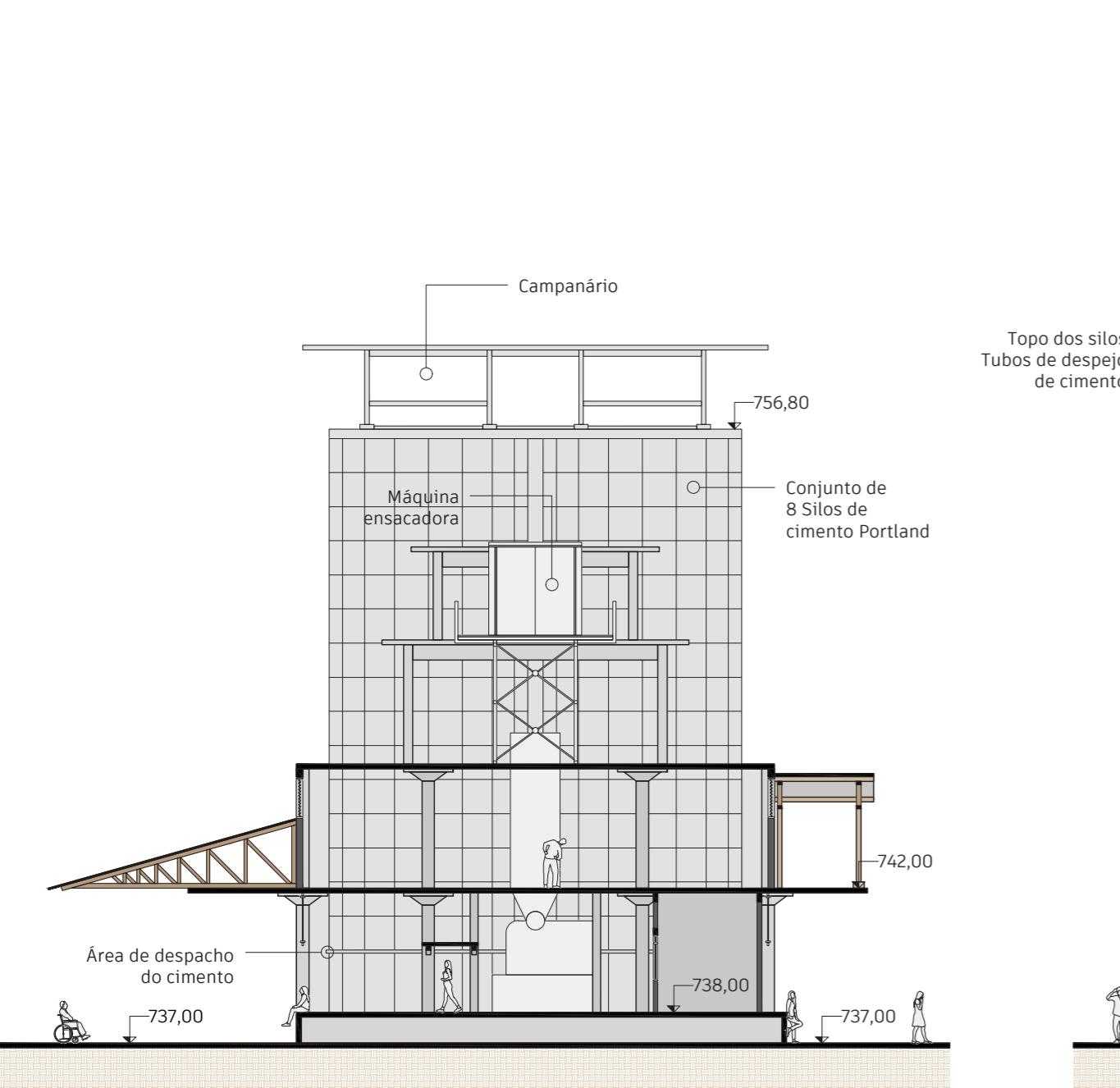


CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL

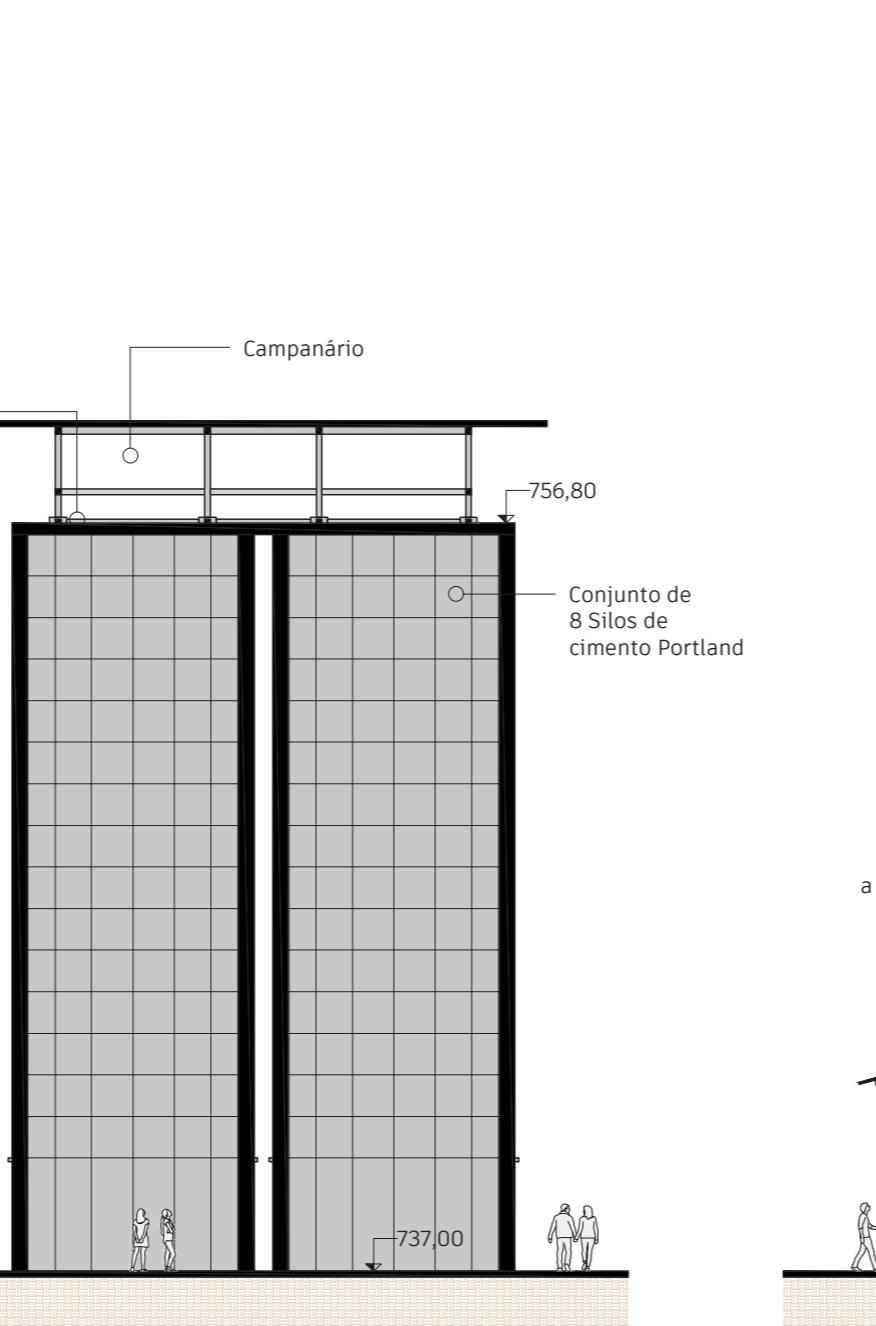


CORTE AA - PROPOSTA

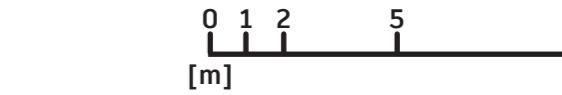
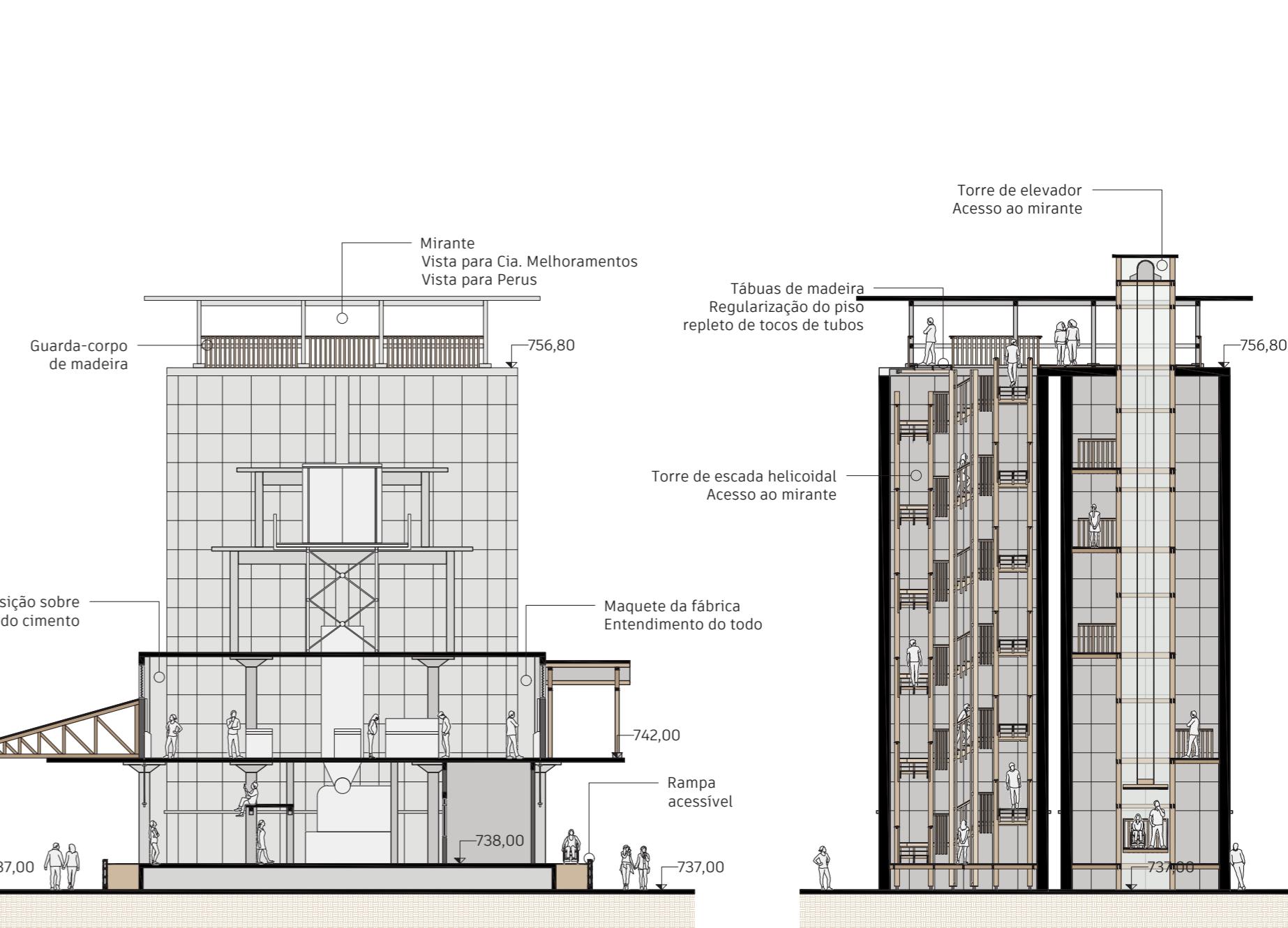


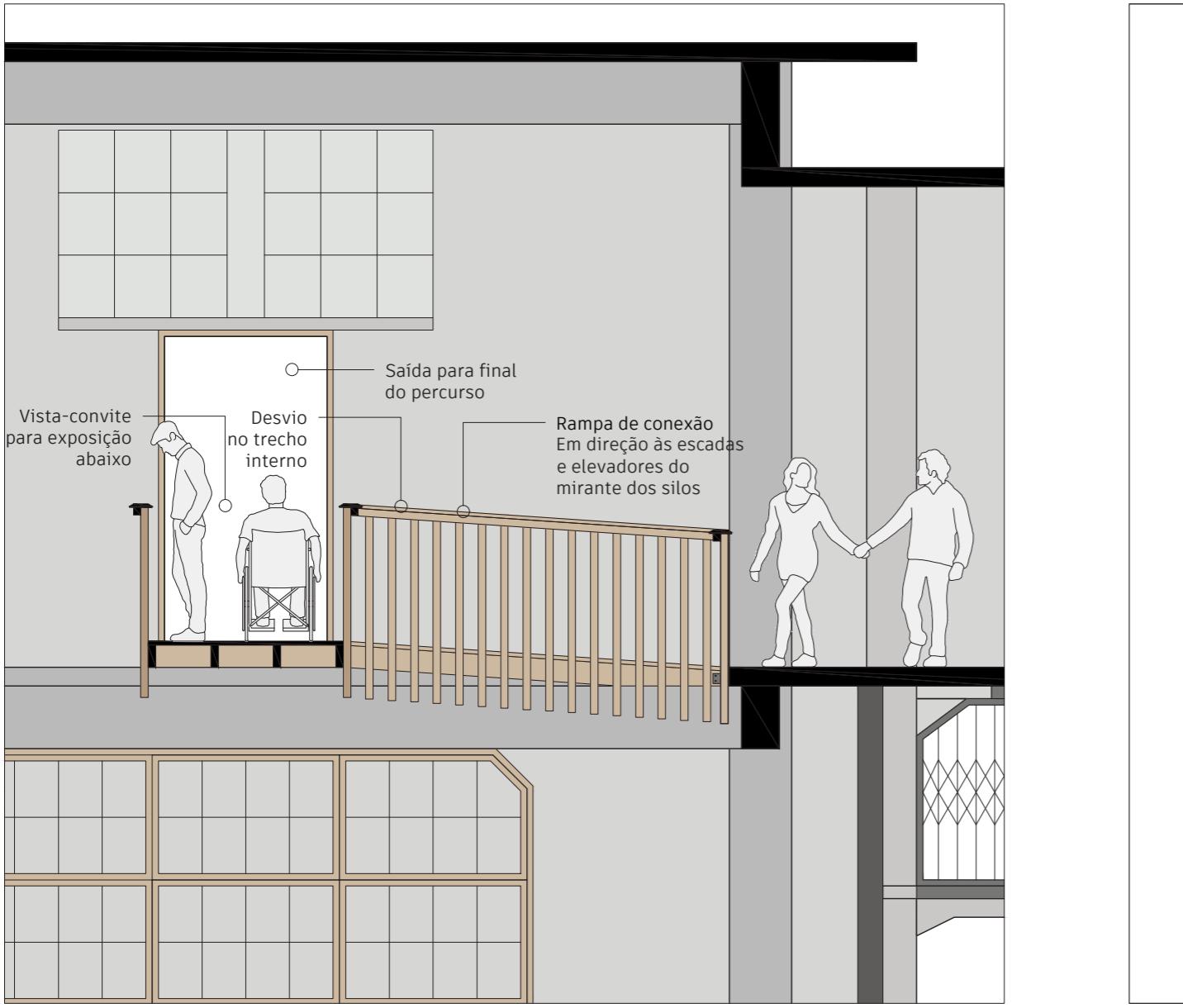


CORTE CC E DD - SITUAÇÃO ATUAL



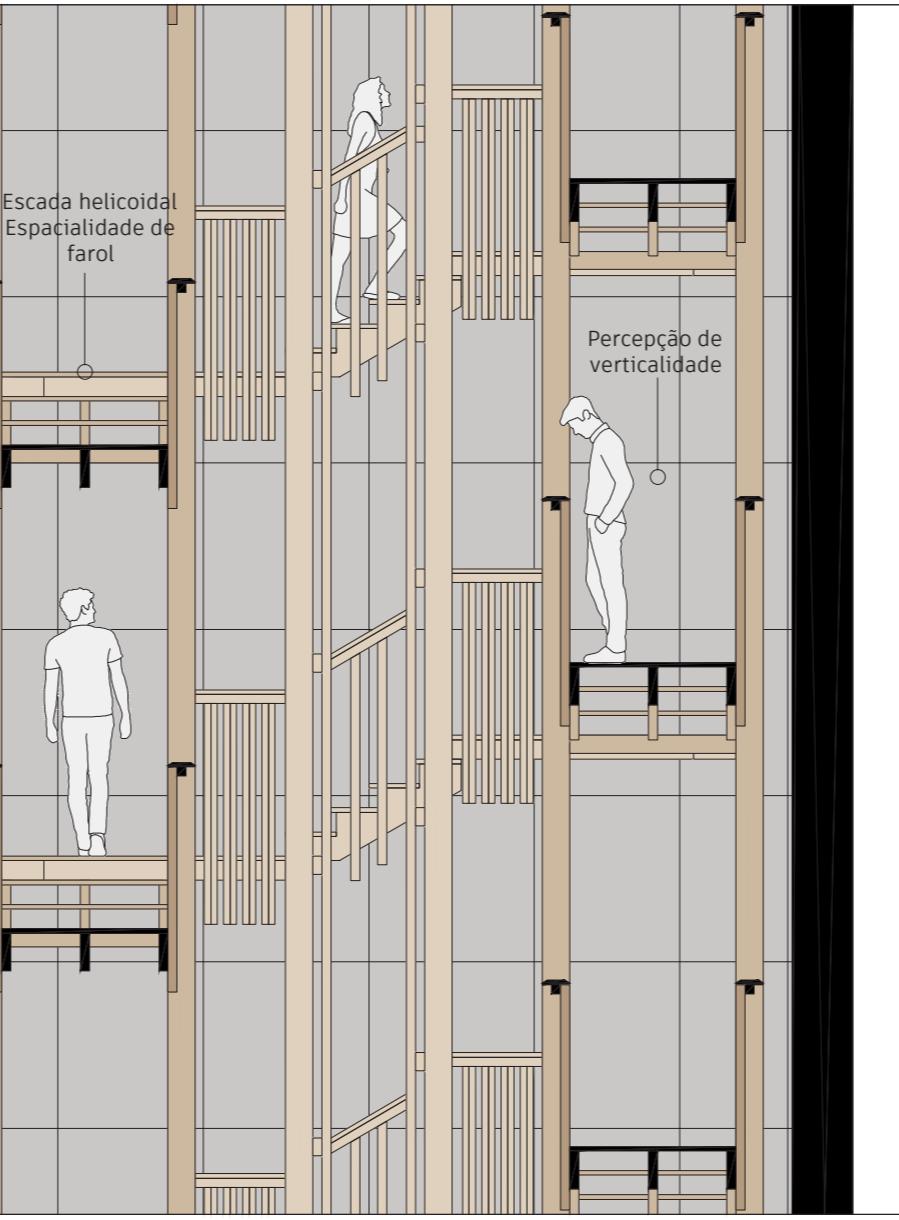
CORTE CC E DD - PROPOSTA





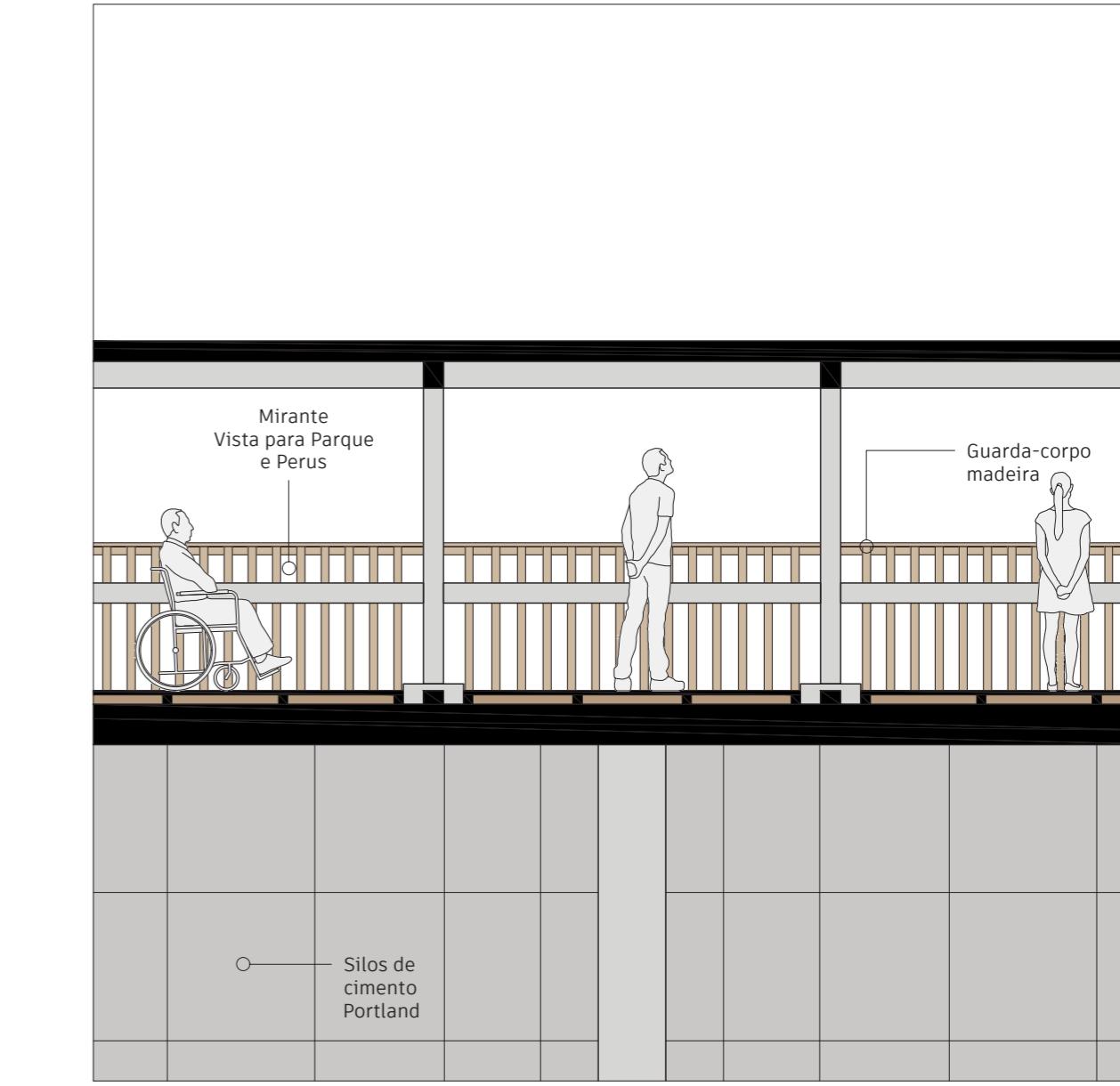
DESVIO NO PERCURSO

0
[m] 1 2



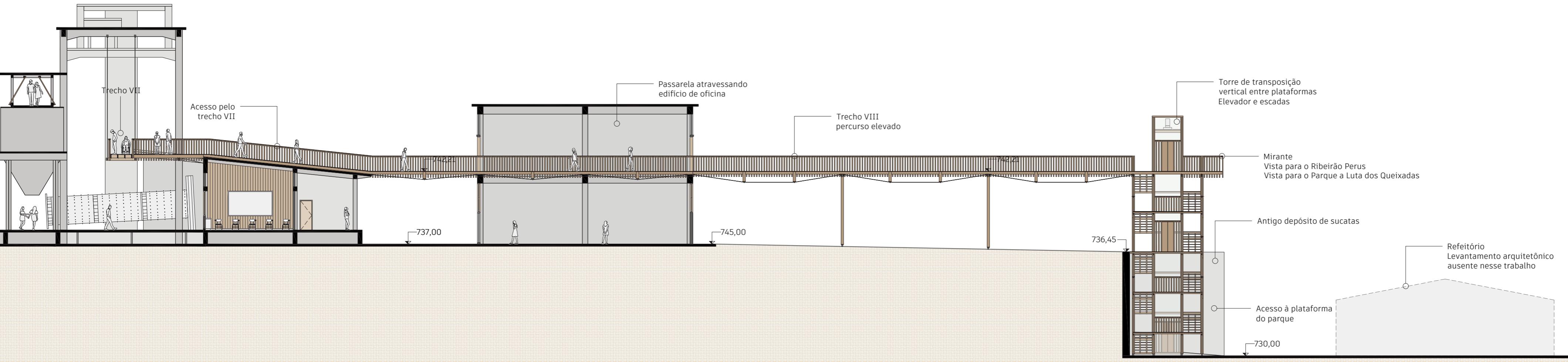
SEÇÃO DA ESCADA NO SILO

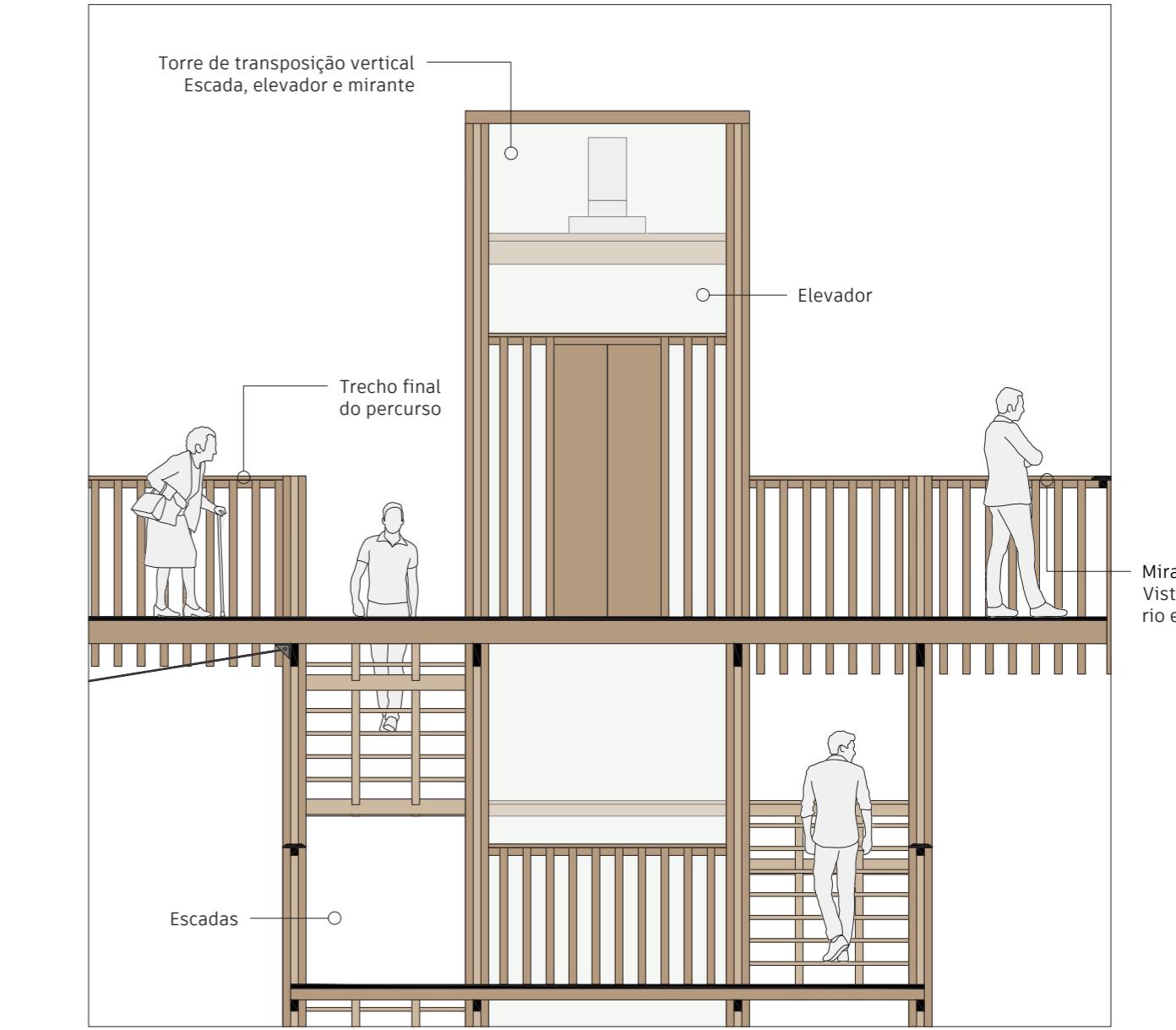
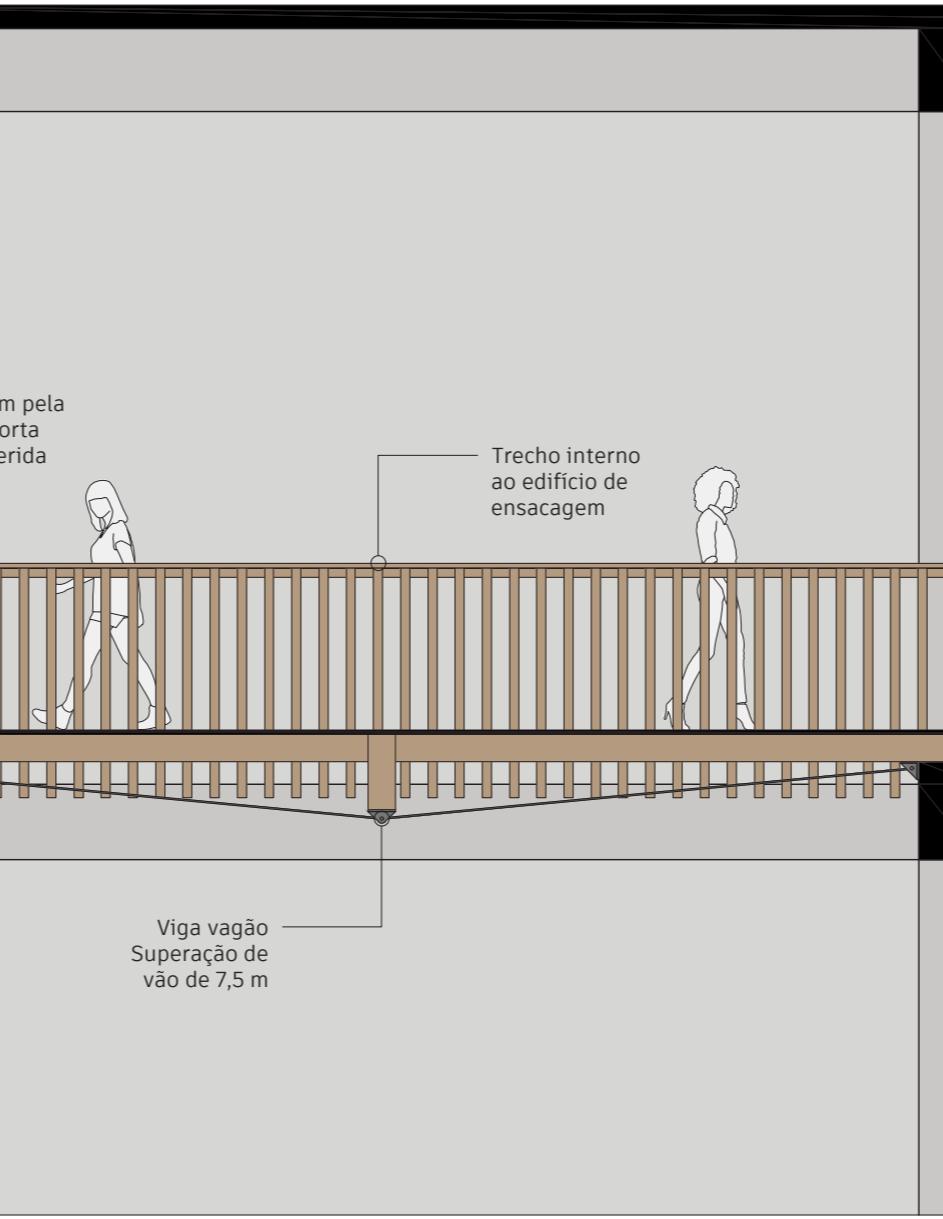
0
[m] 1 2



SEÇÃO DO MIRANTE SOBRE SILOS

0
[m] 1 2





SEÇÃO TRANSVERSAL - INÍCIO

SEÇÃO LONGITUDINAL - MEIO

SEÇÃO LONGITUDINAL - FIM

Subestação elétrica e sala de compressores

Proposta:

Centro de Memória Queixadas e Cafeteria.

Elementos mobilizados:

passarela, escada, elevador, guarda-corpo, caixilharia e expografia.

Referências projetuais:

Museu do Trabalho e do Trabalhador (São Bernardo do Campo), por Brasil Arquitetura;

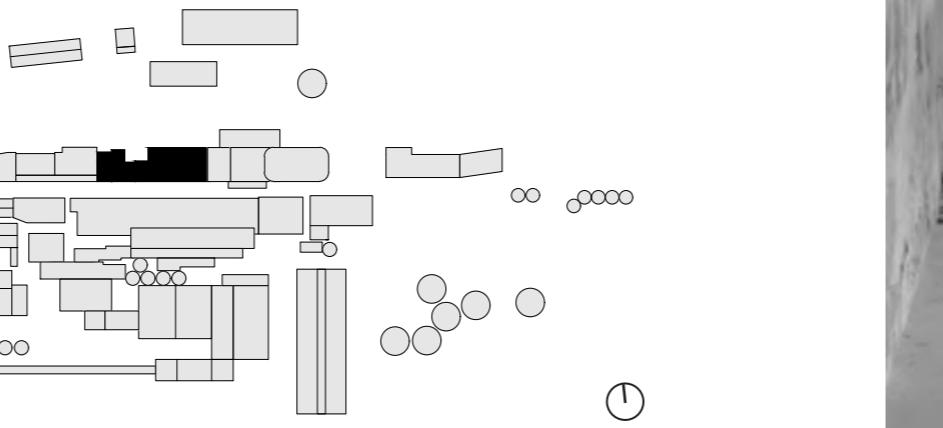
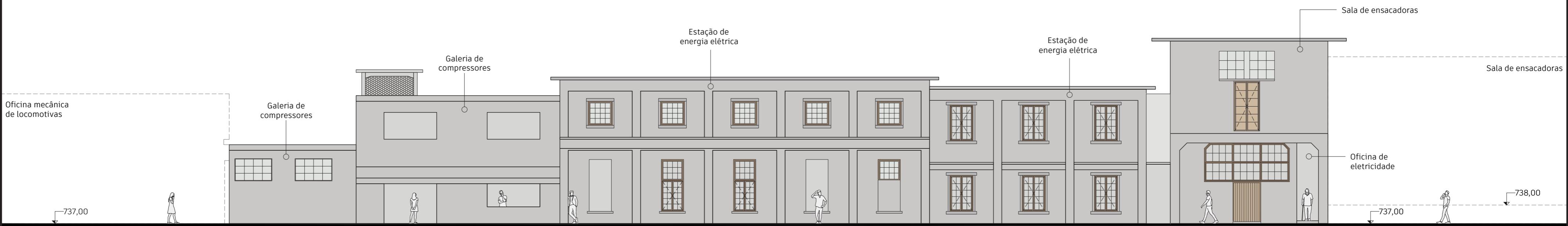
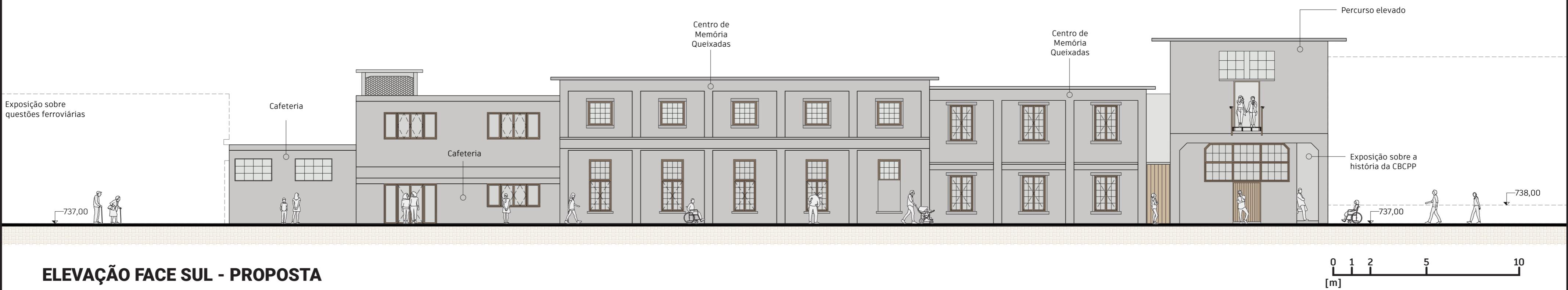
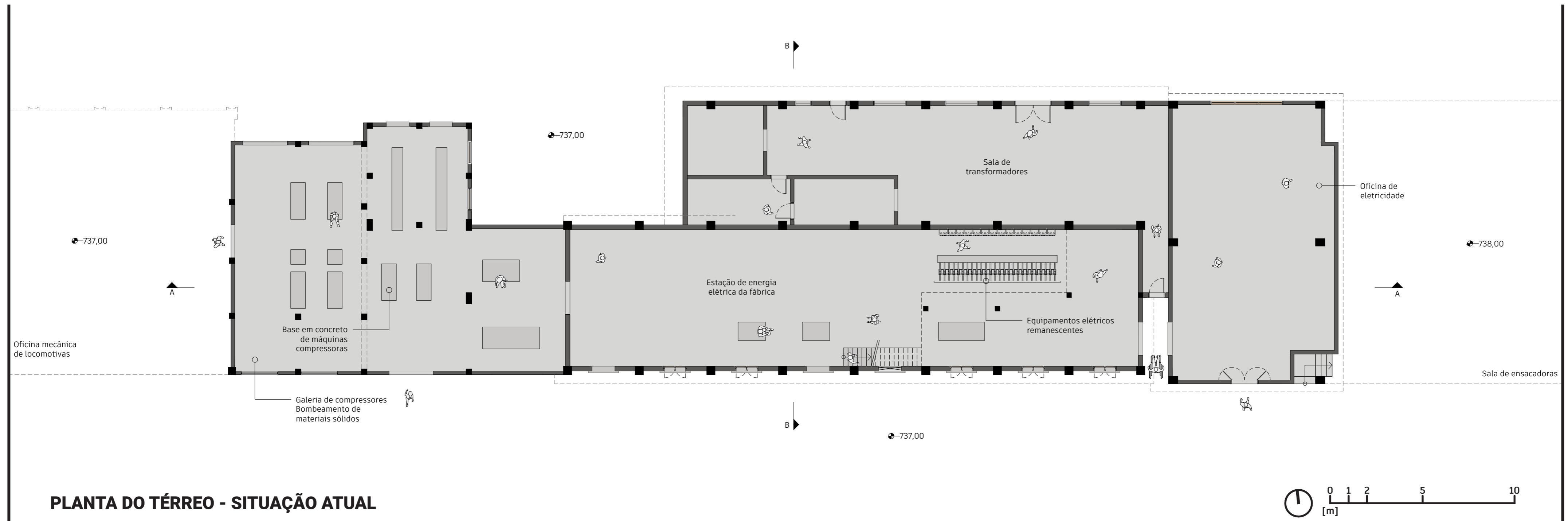


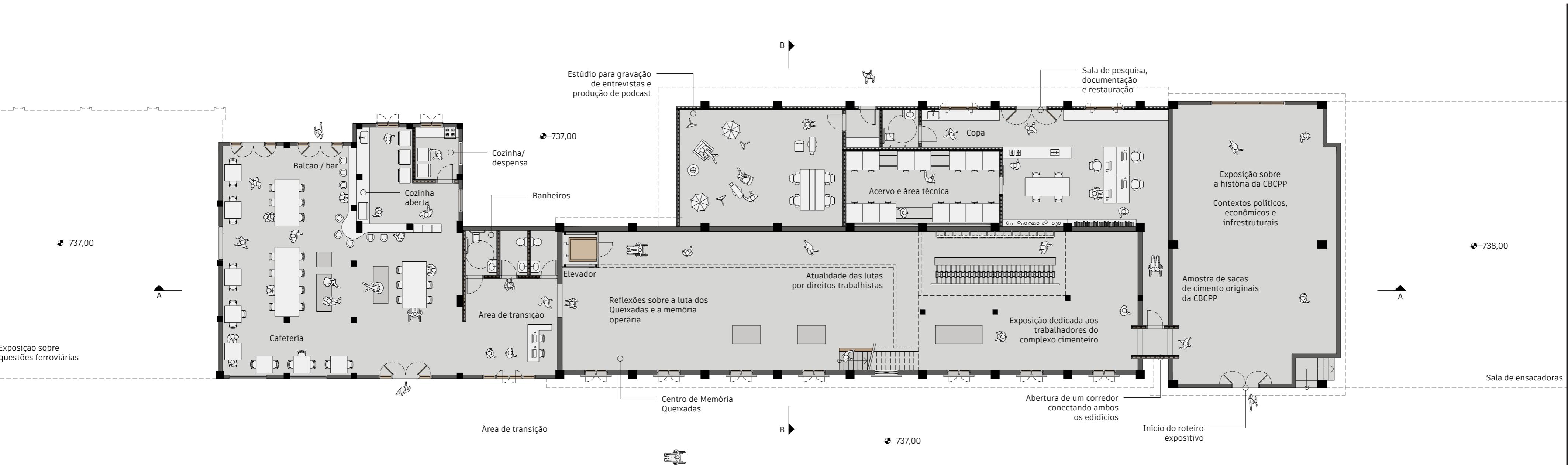
Imagen 45

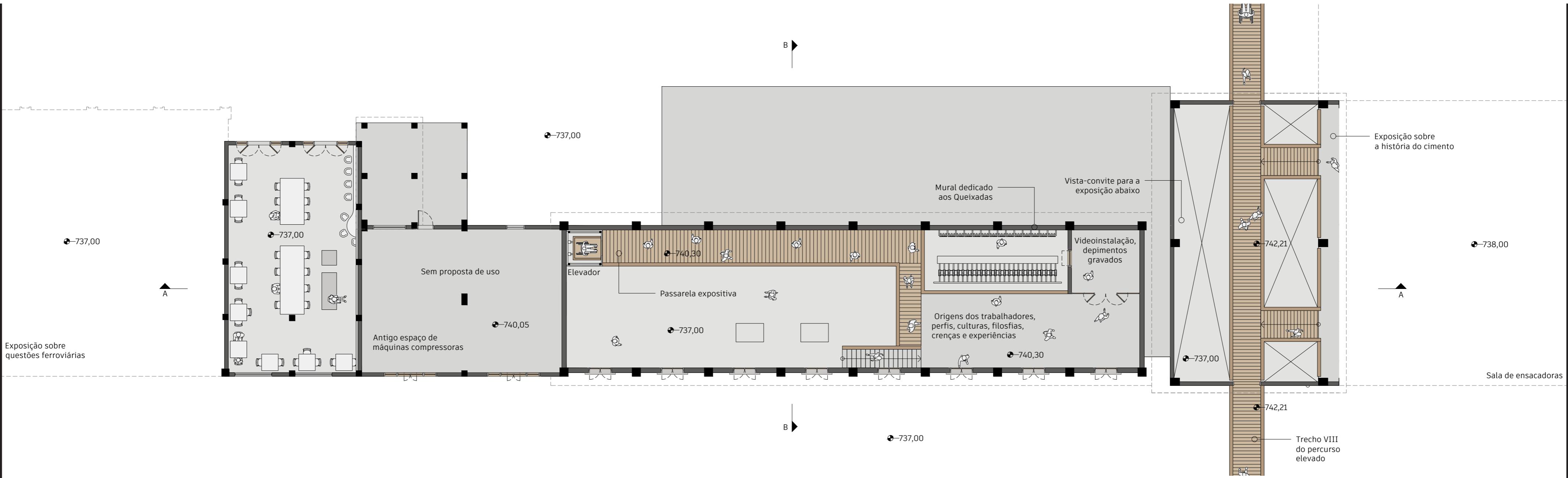


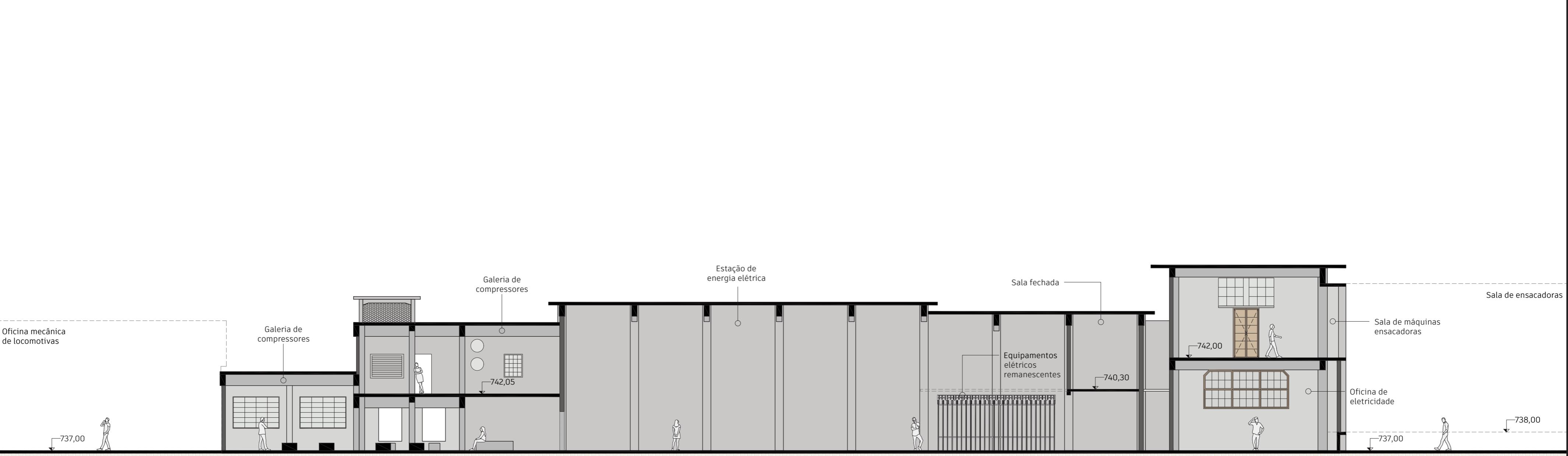
ELEVAÇÃO FACE SUL - SITUAÇÃO ATUAL



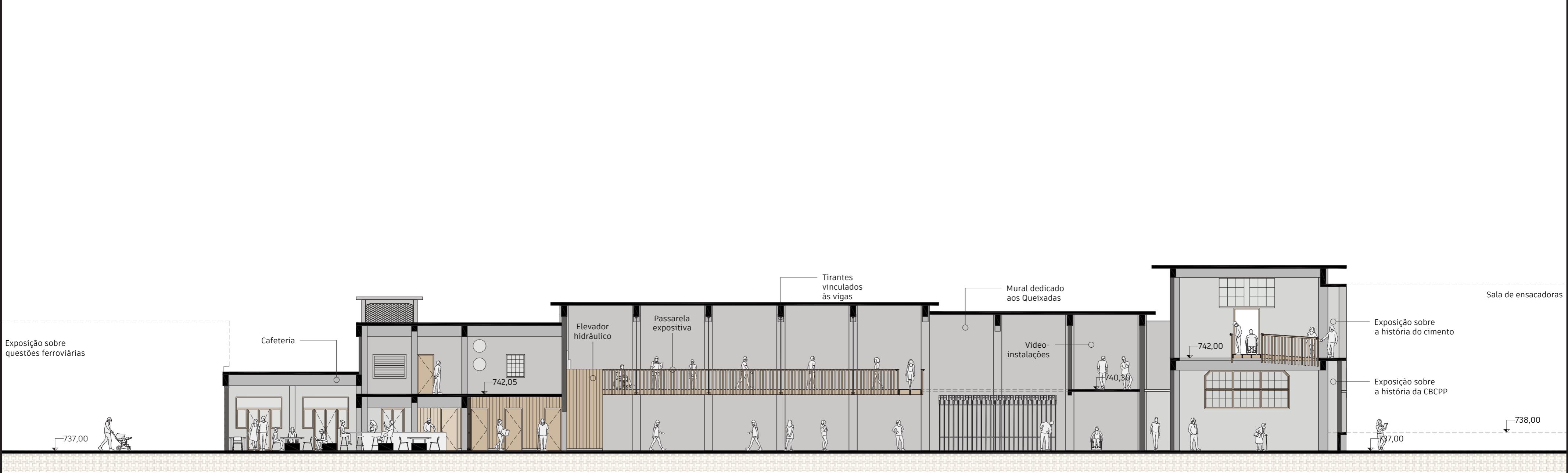


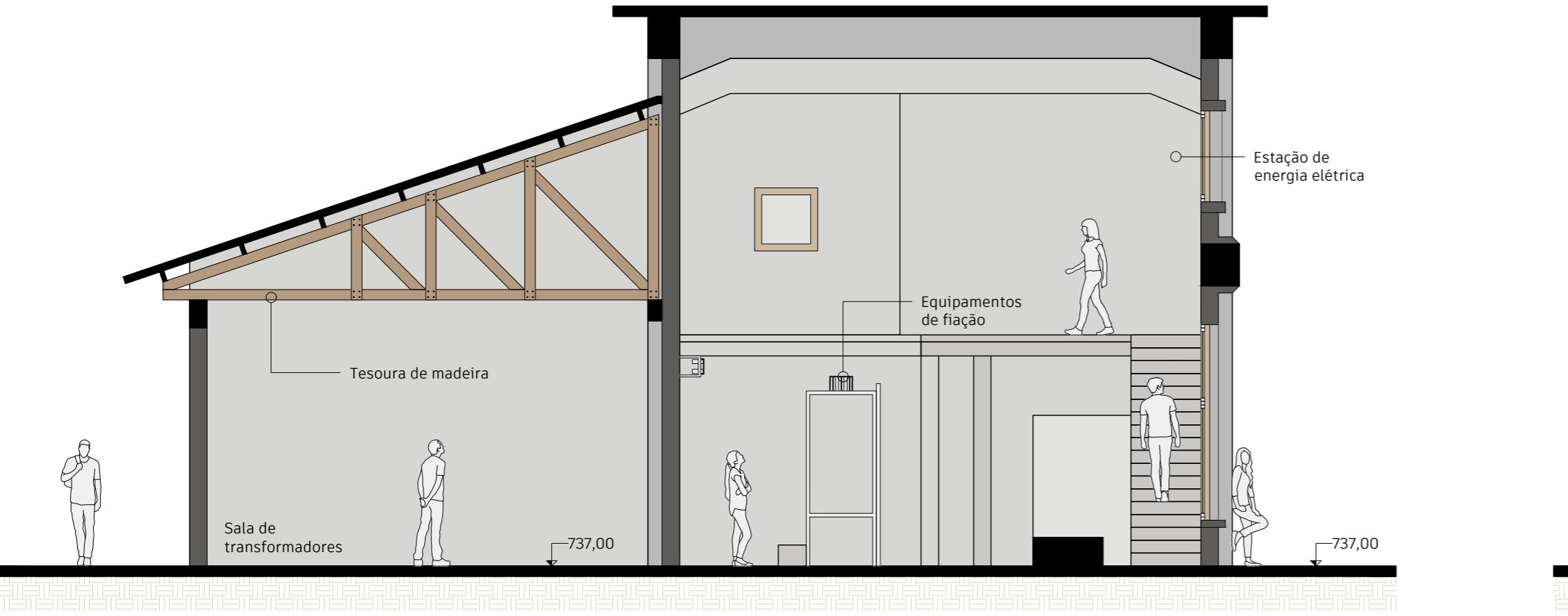




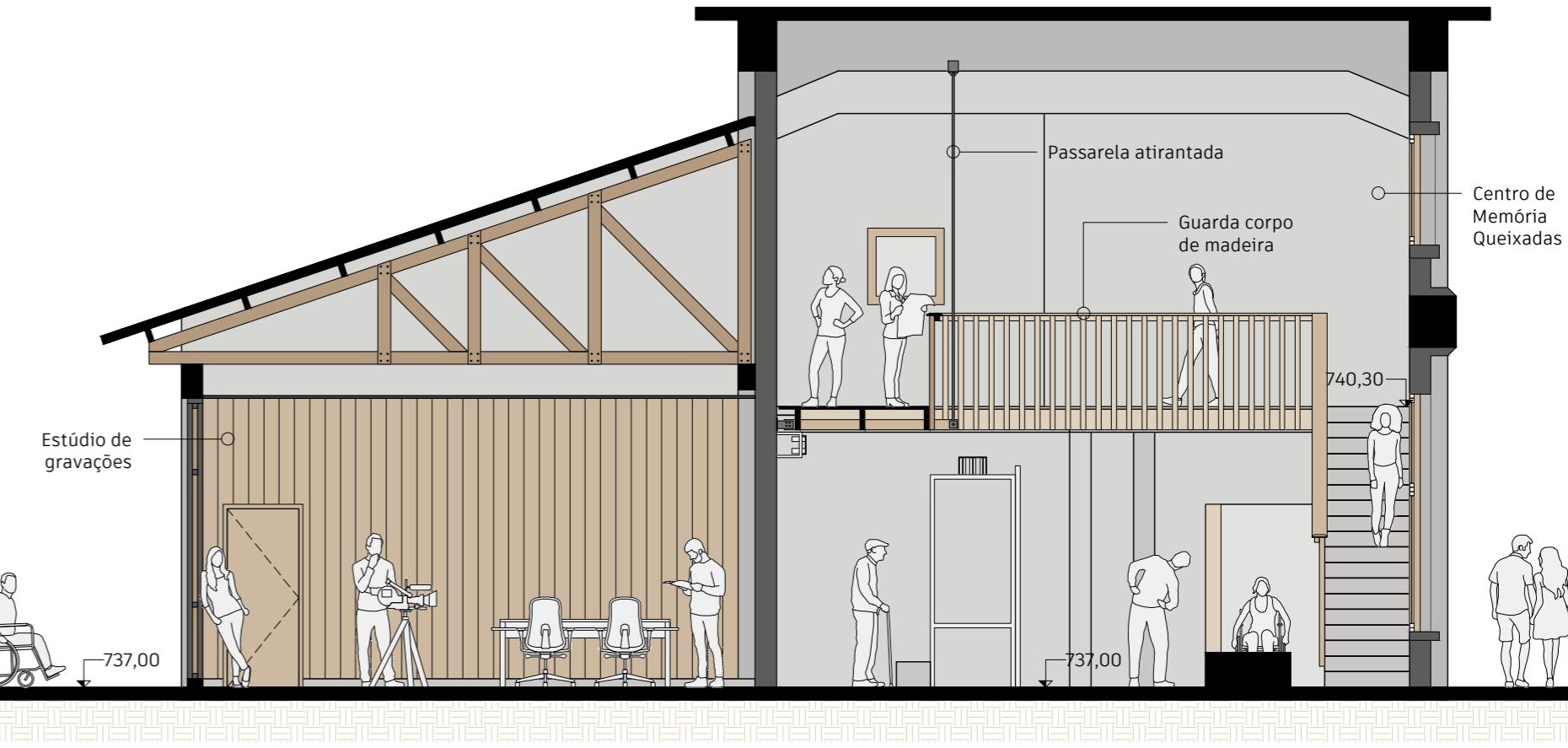


CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL

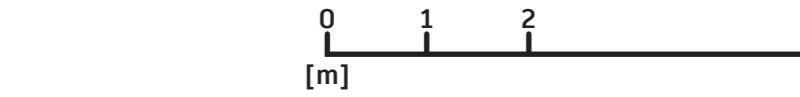




CORTE BB - SITUAÇÃO ATUAL



CORTE BB - PROPOSTA



Oficina mecânica

Proposta:
museu da memória ferroviária da EFPP e São Paulo.

Elementos mobilizados:
caixilharia, tesouras, cobertura e expografia.

Referências projetuais:
SESC Fábrica Pompeia, por Lina Bo Bardi e equipe;
Cinemateca Brasileira (São Paulo), por MLD RAI;

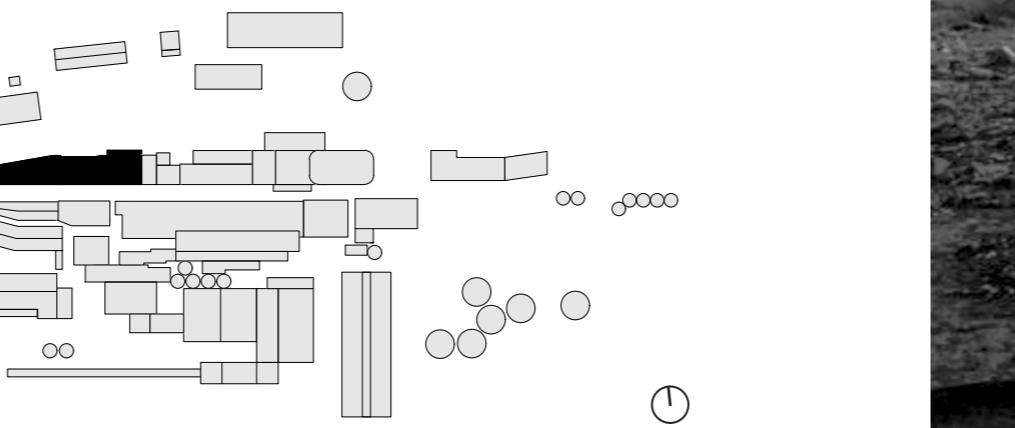
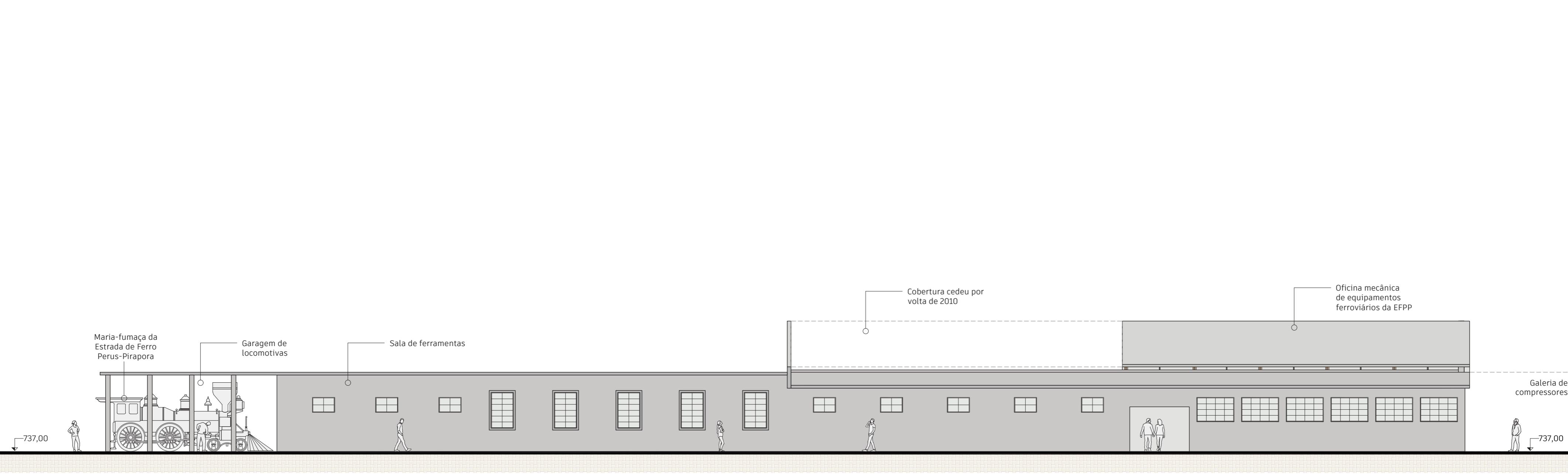
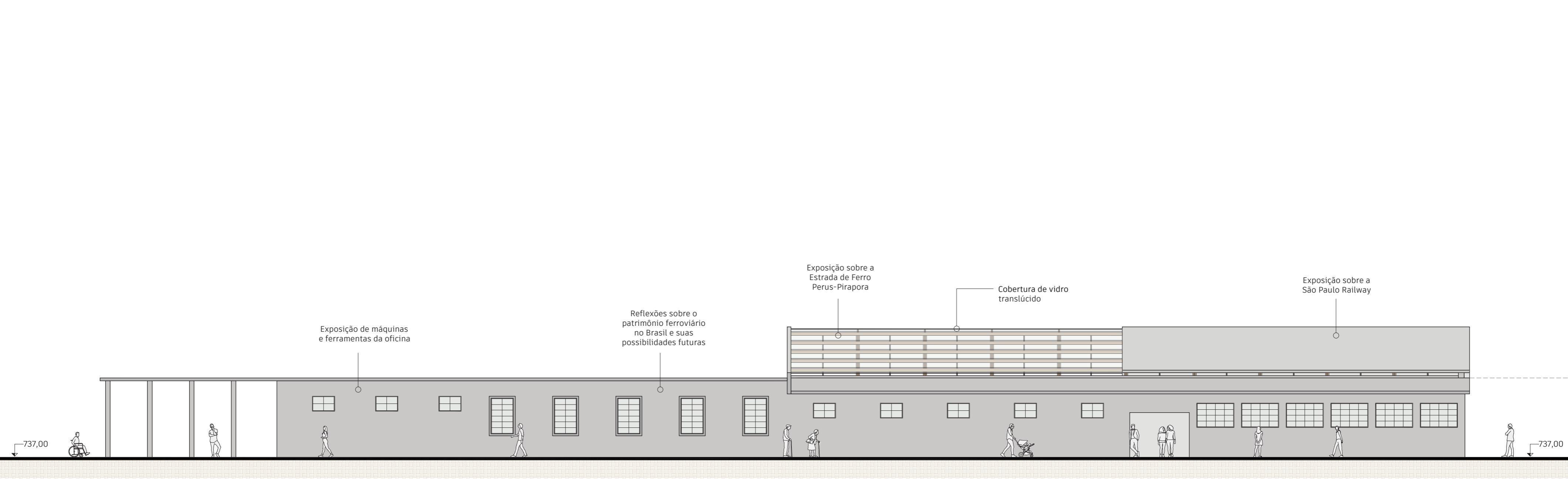


Imagen 46

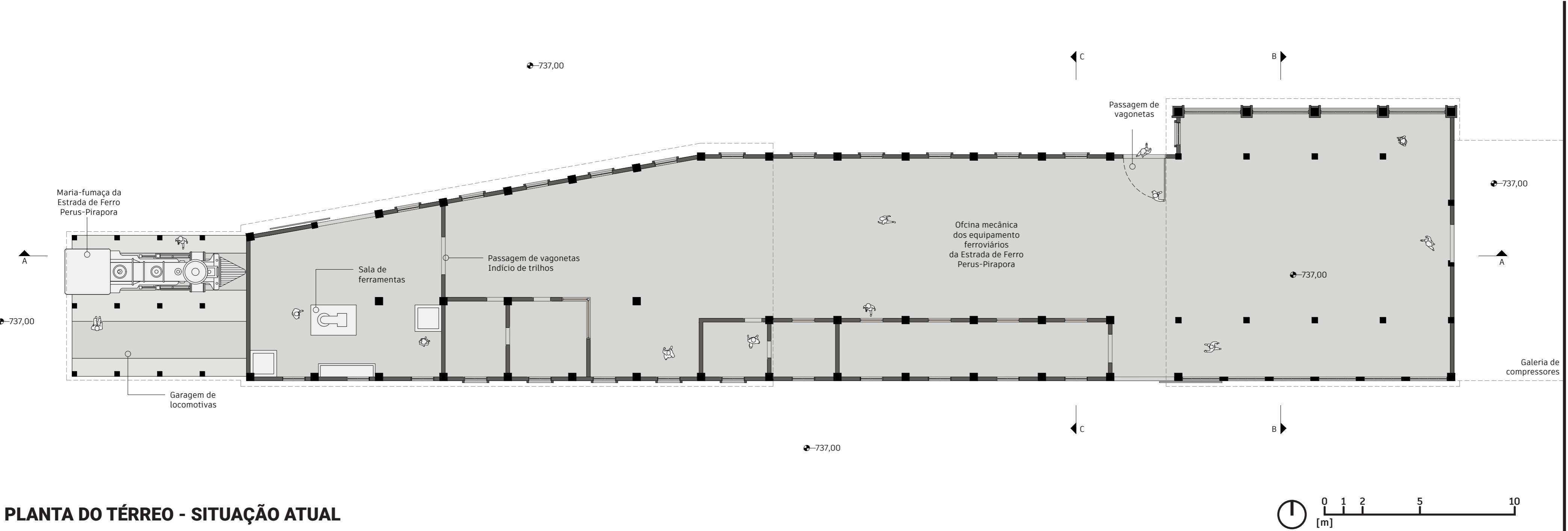


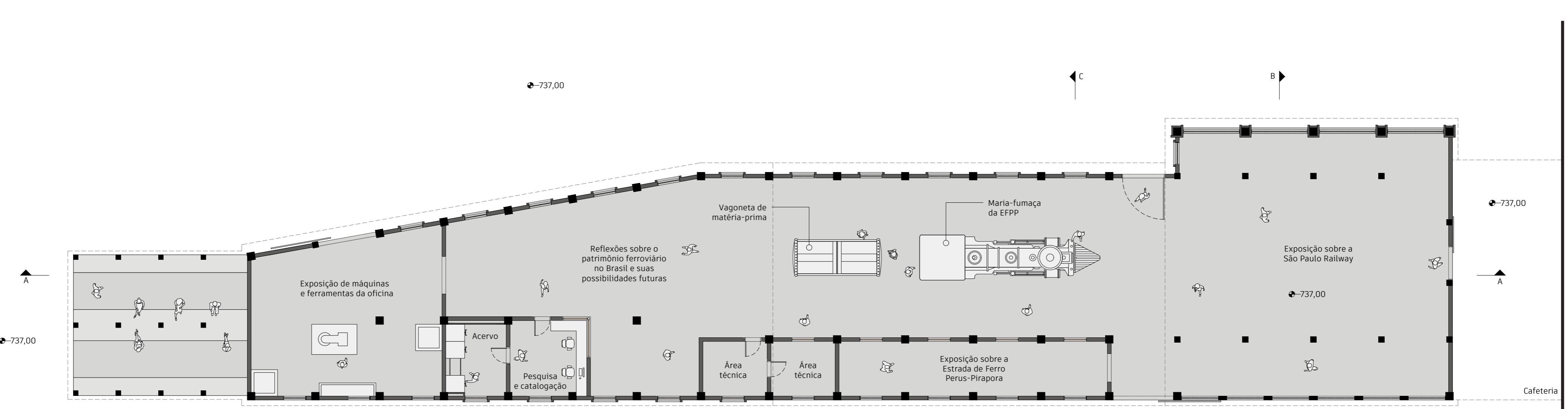
ELEVAÇÃO FACE SUL - SITUAÇÃO ATUAL



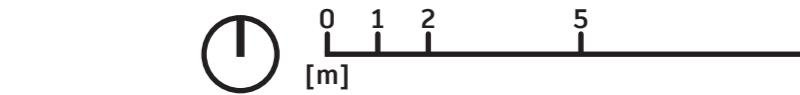
ELEVAÇÃO FACE SUL - PROPOSTA

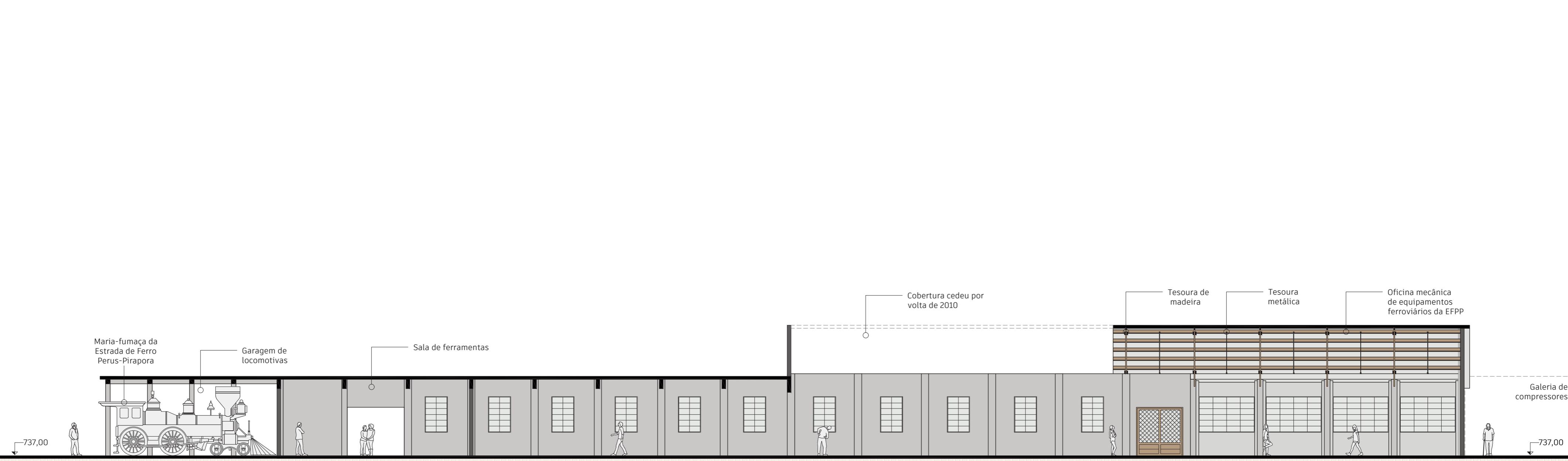
PLANTA DO TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL



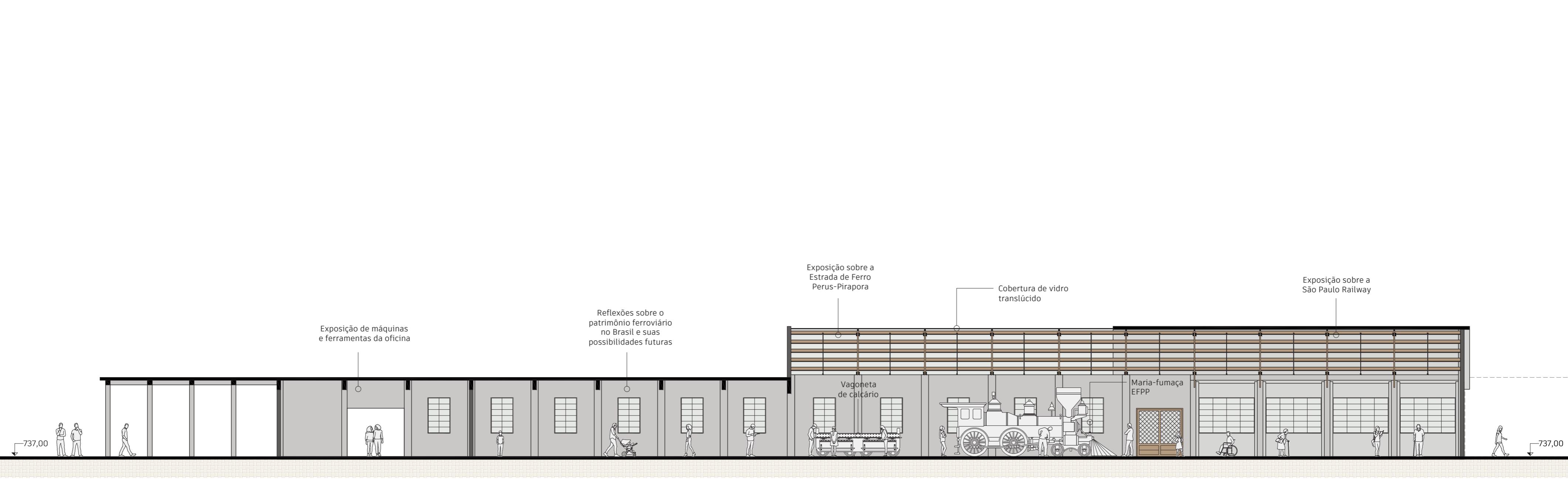


PLANTA DO TÉRREO - PROPOSTA

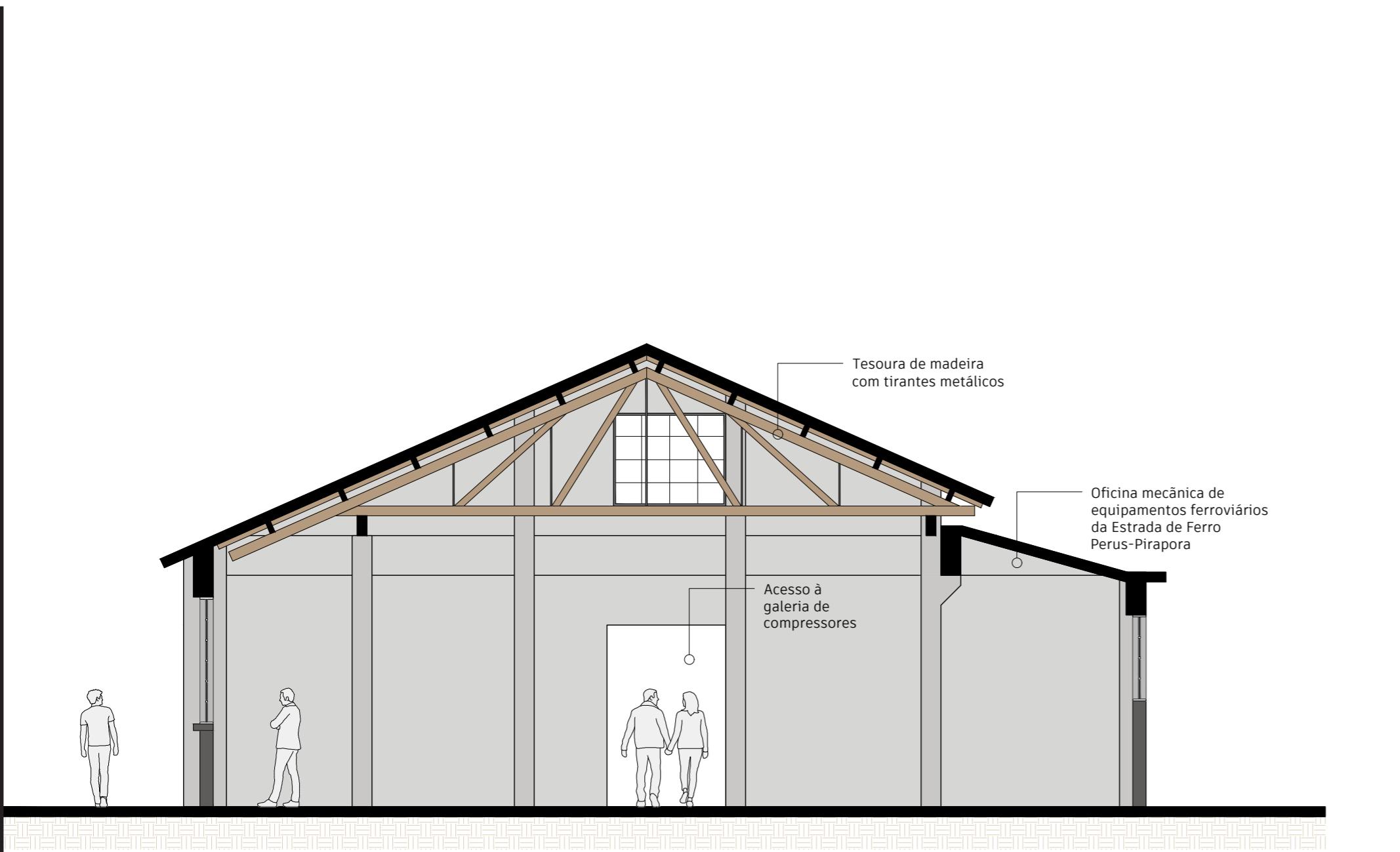




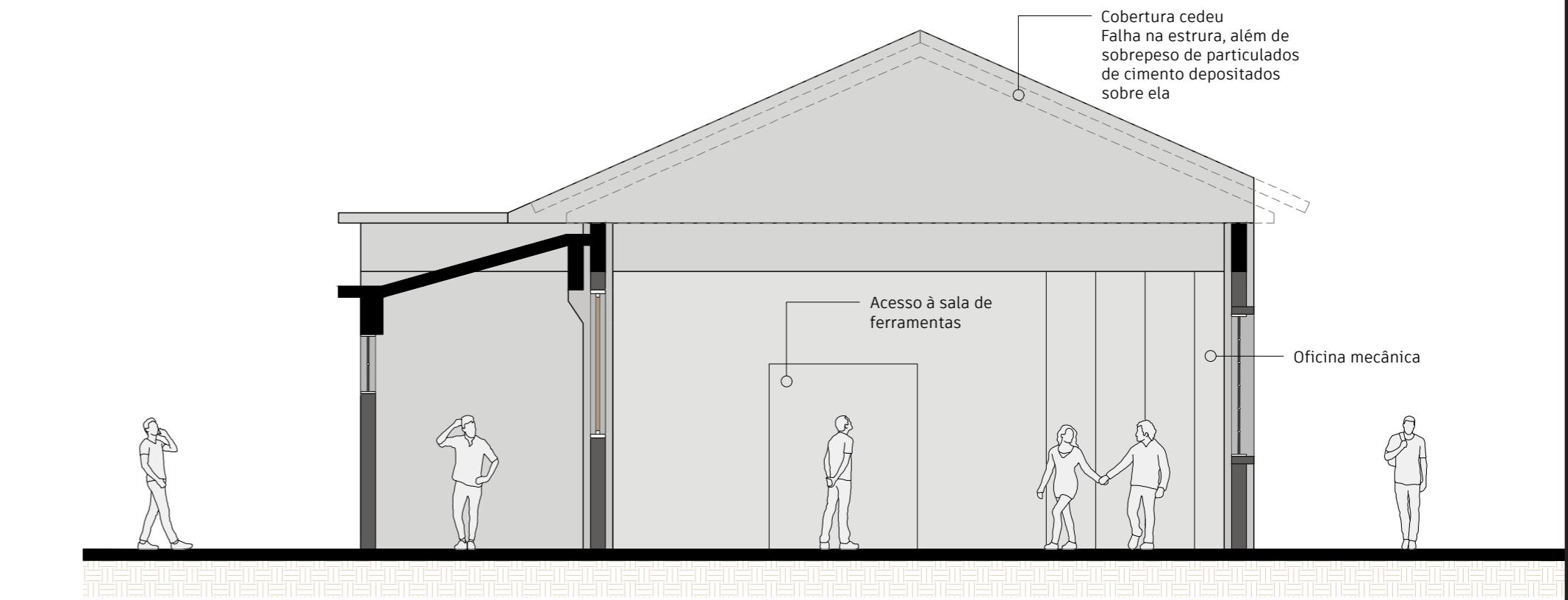
CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL



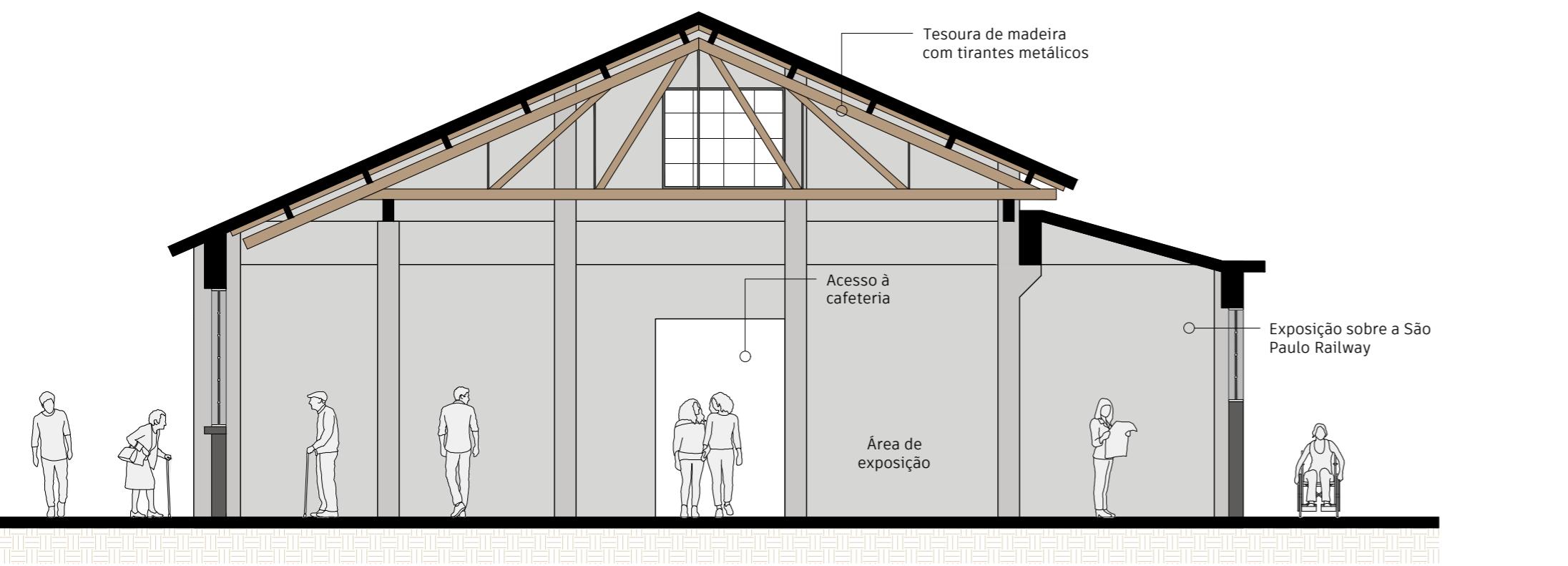
CORTE AA - PROPOSTA



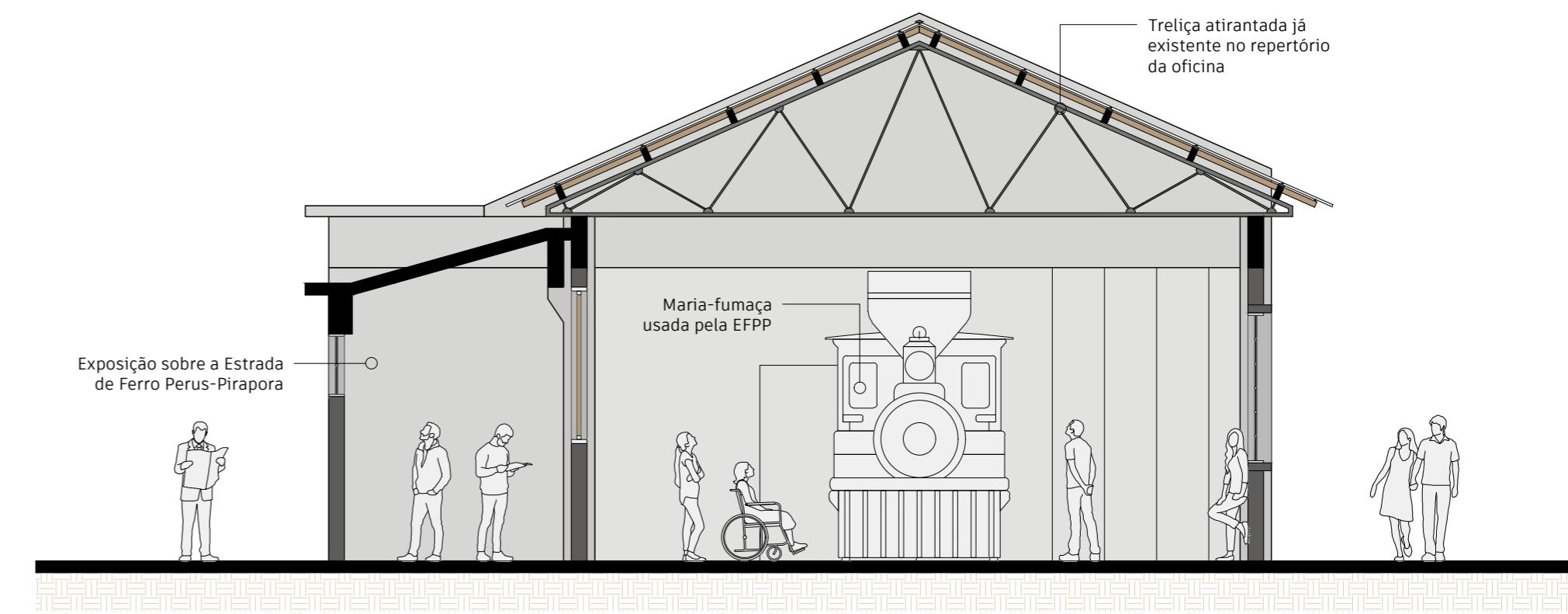
CORTE BB - SITUAÇÃO ATUAL



CORTE CC - SITUAÇÃO ATUAL



CORTE BB - PROPOSTA



CORTE CC - PROPOSTA

Salão de motores de moinhos

Proposta:

salas de aula, salas multiuso, e pátio livre.

Elementos mobilizados:

caixilharia e vedações em madeira;

Referências projetuais:

A fábrica de cimento (Sant Just Desvern, Espanha), por Ricardo Bofill

SESC Fábrica Pompeia, por Lina Bo Bardi e equipe;

Moradias infantis da Fundação Bradesco Canuanã, por Rosenbaum e Aleph Zero;

TFG do Diego Vernille da Silva, 2011.

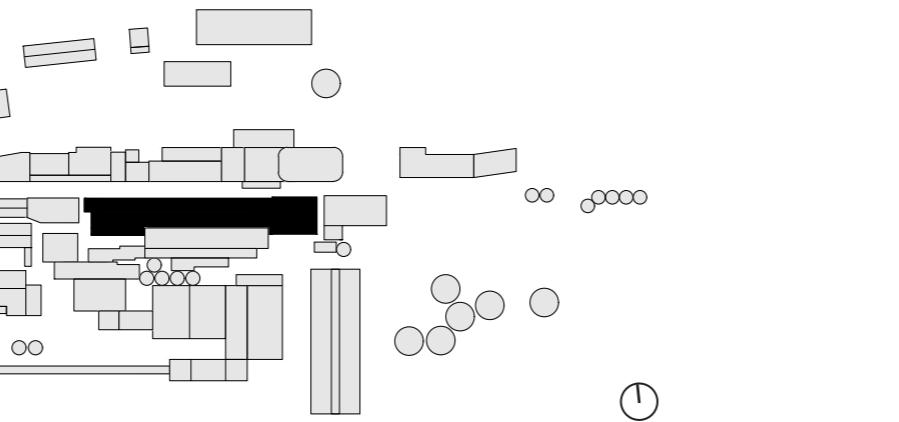
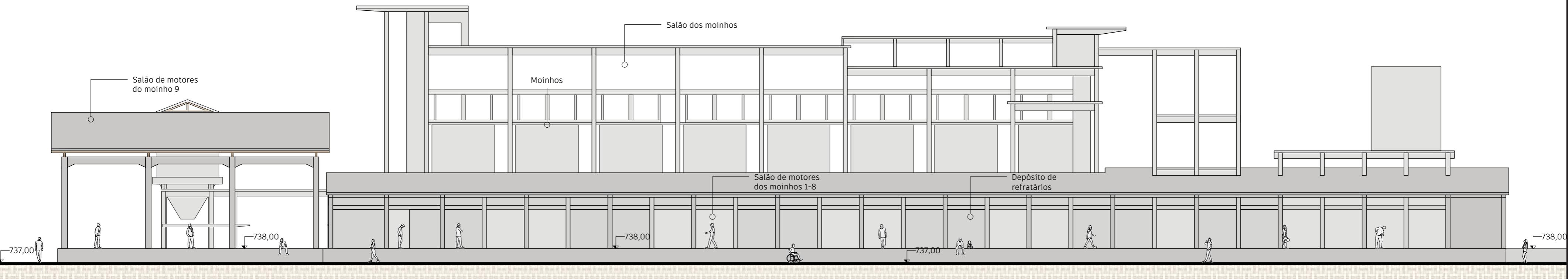
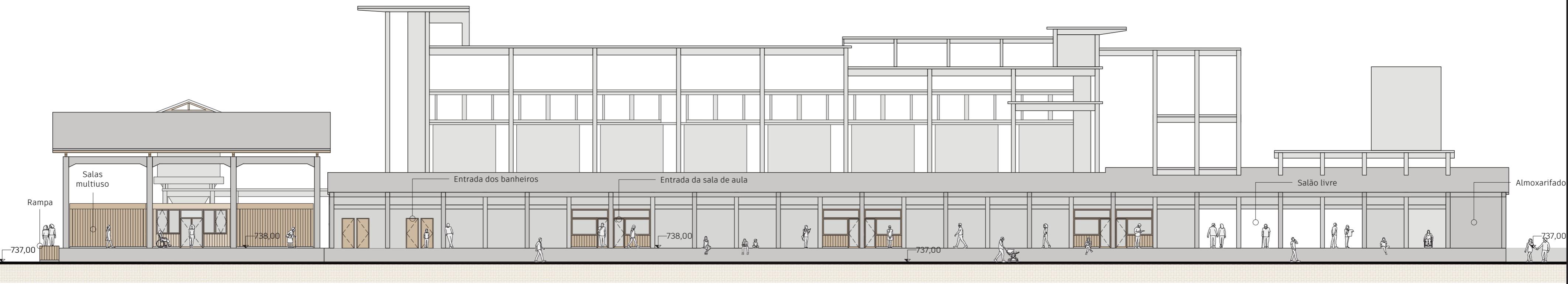


Imagen 47



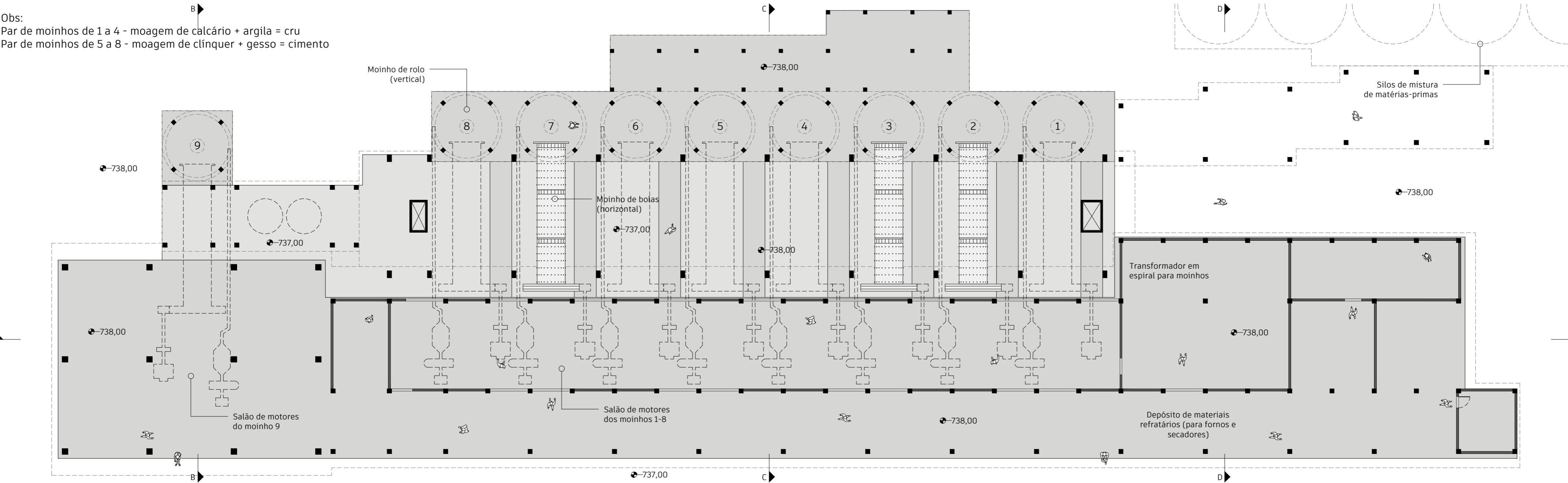
ELEVAÇÃO FACE NORTE - SITUAÇÃO ATUAL



ELEVAÇÃO FACE NORTE - PROPOSTA

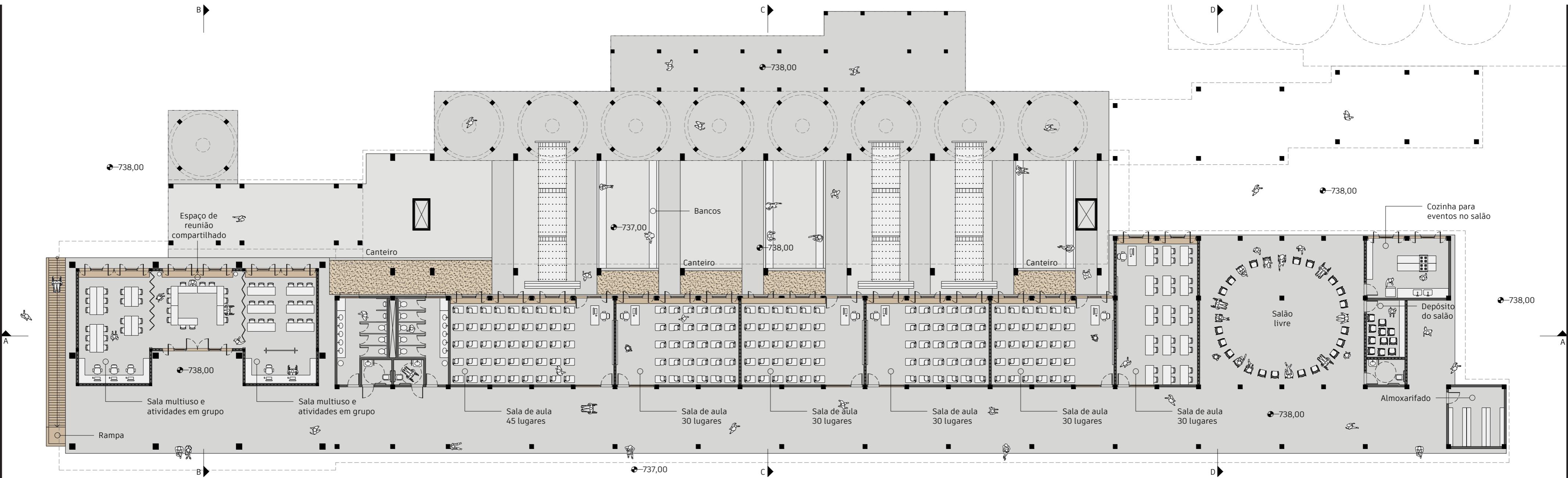
Obs:

Par de moinhos de 1 a 4 - moagem de calcário + argila = cru
Par de moinhos de 5 a 8 - moagem de clínquer + gesso = cimento



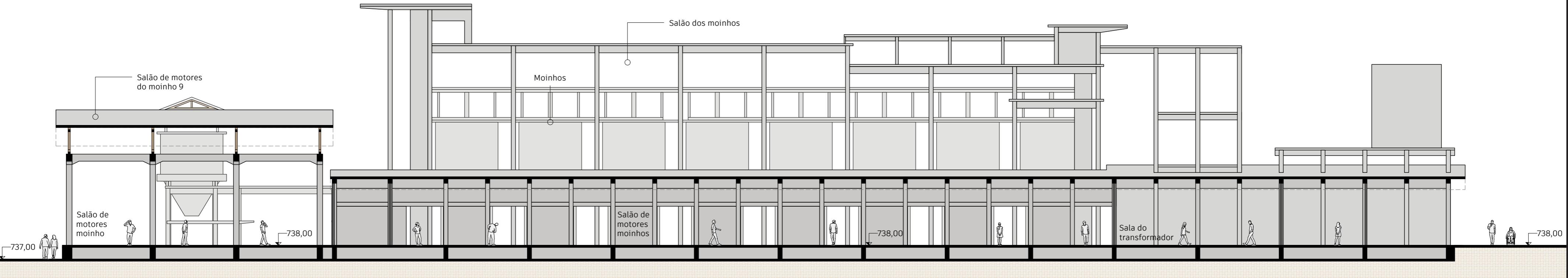
PLANTA DO TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL





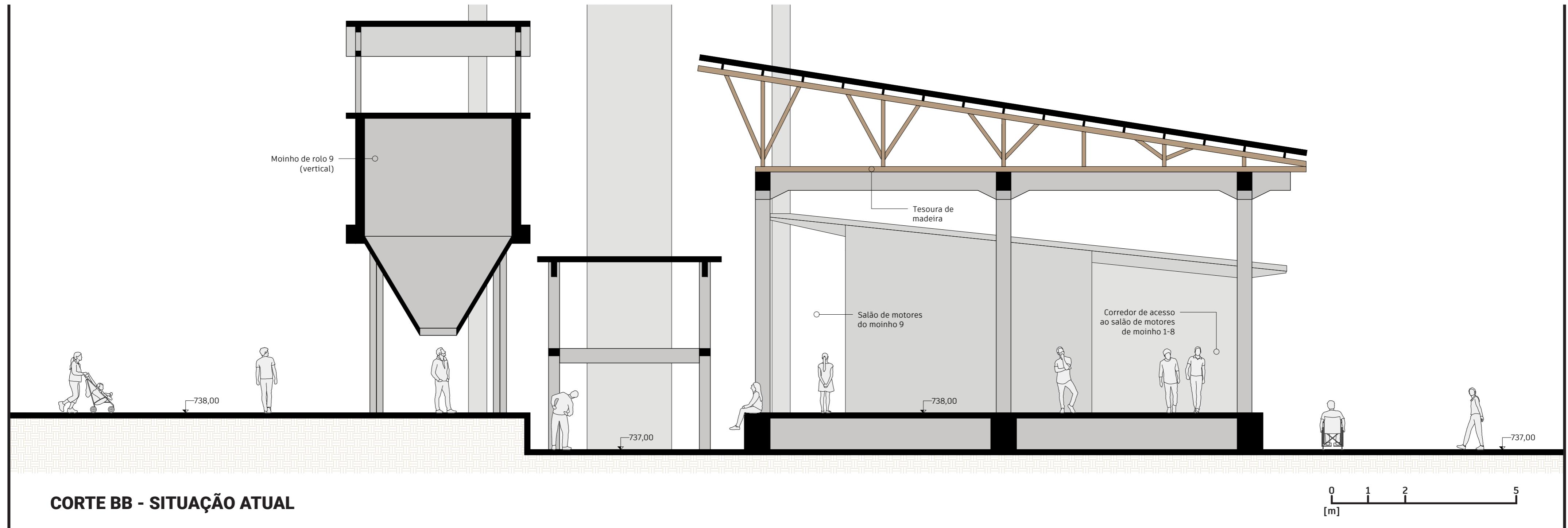
PLANTA DO TÉRREO - PROPOSTA

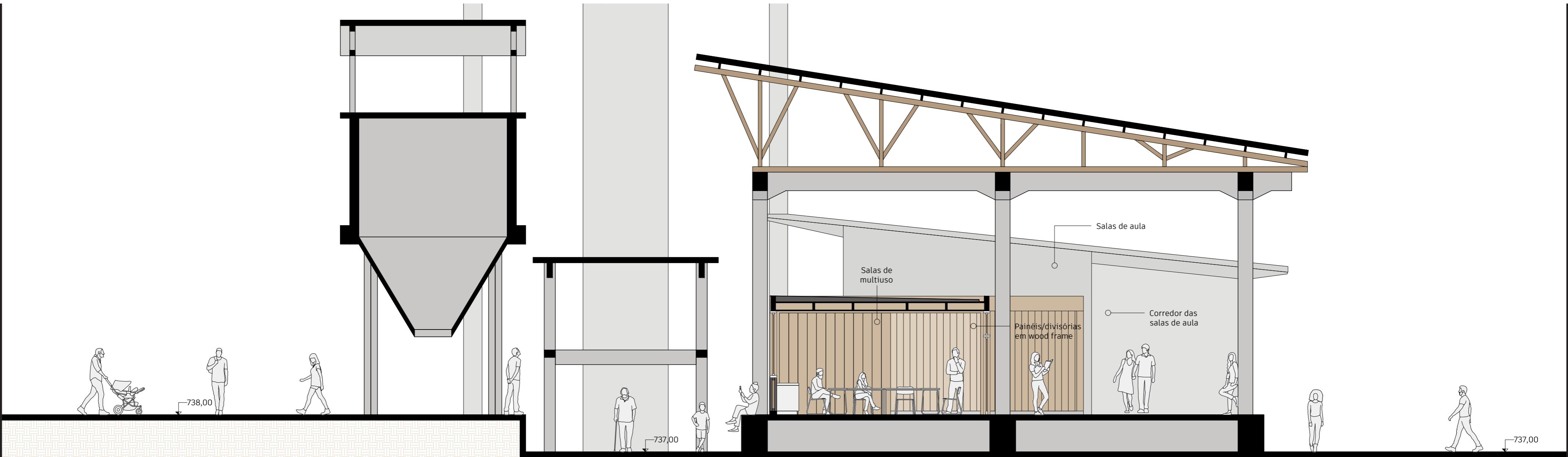




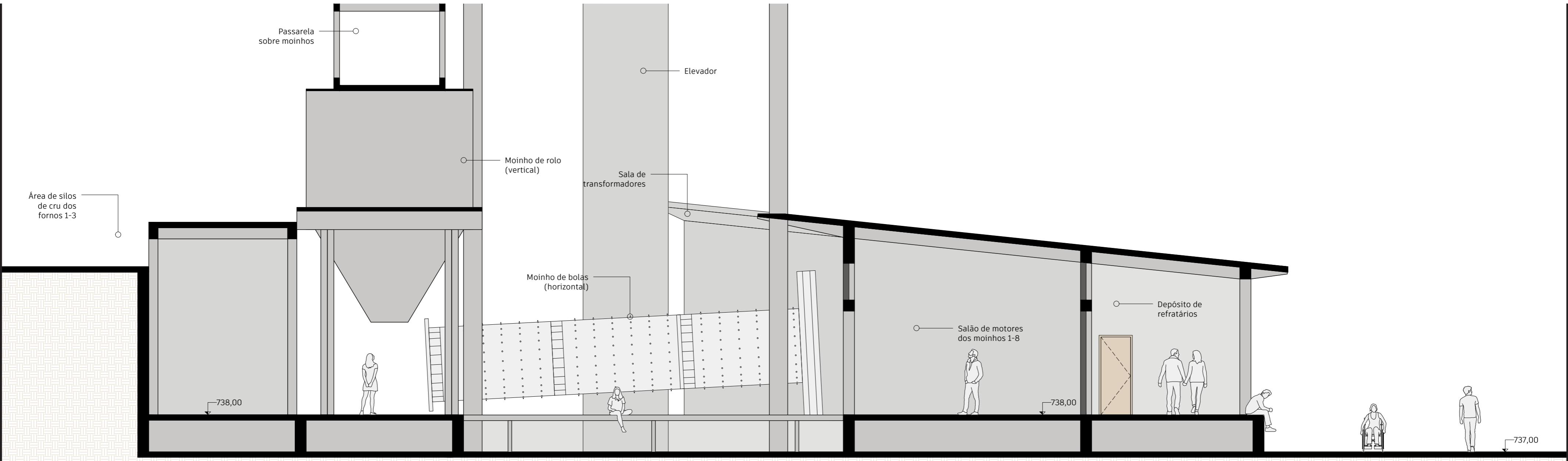


CORTE LONGITUDINAL AA - PROPOSTA

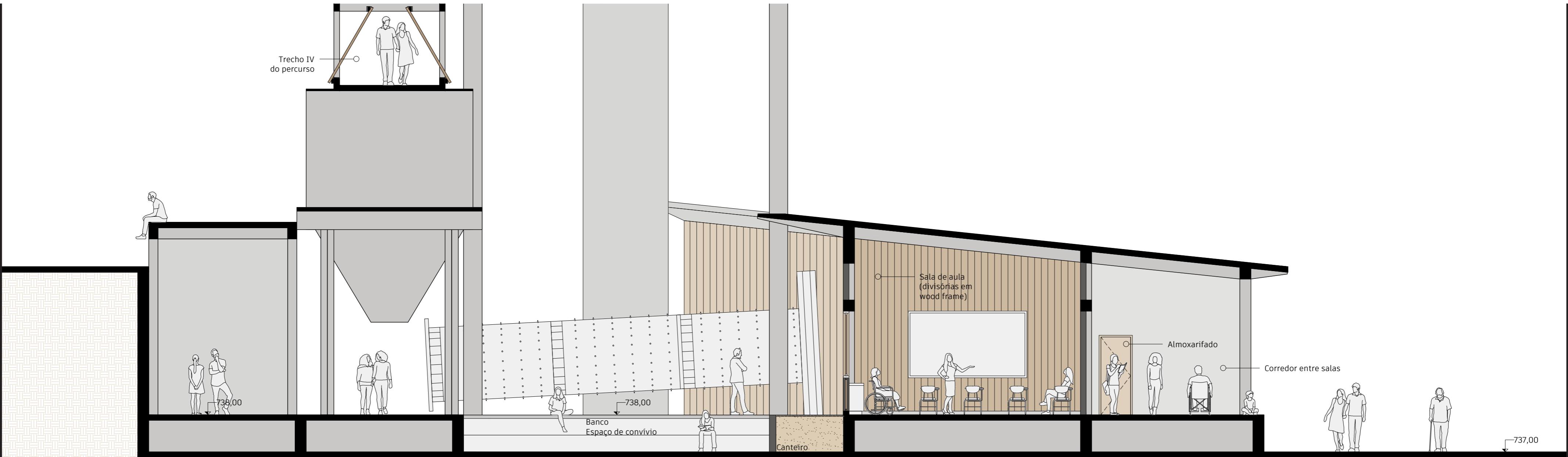




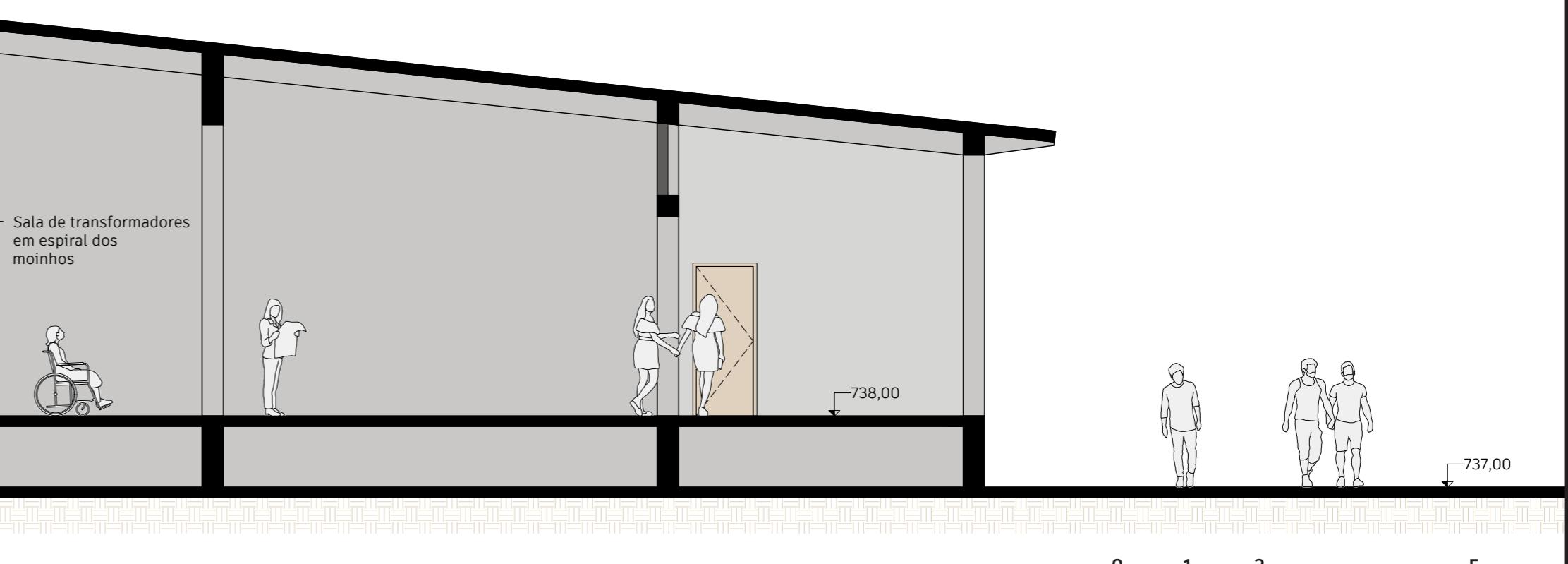
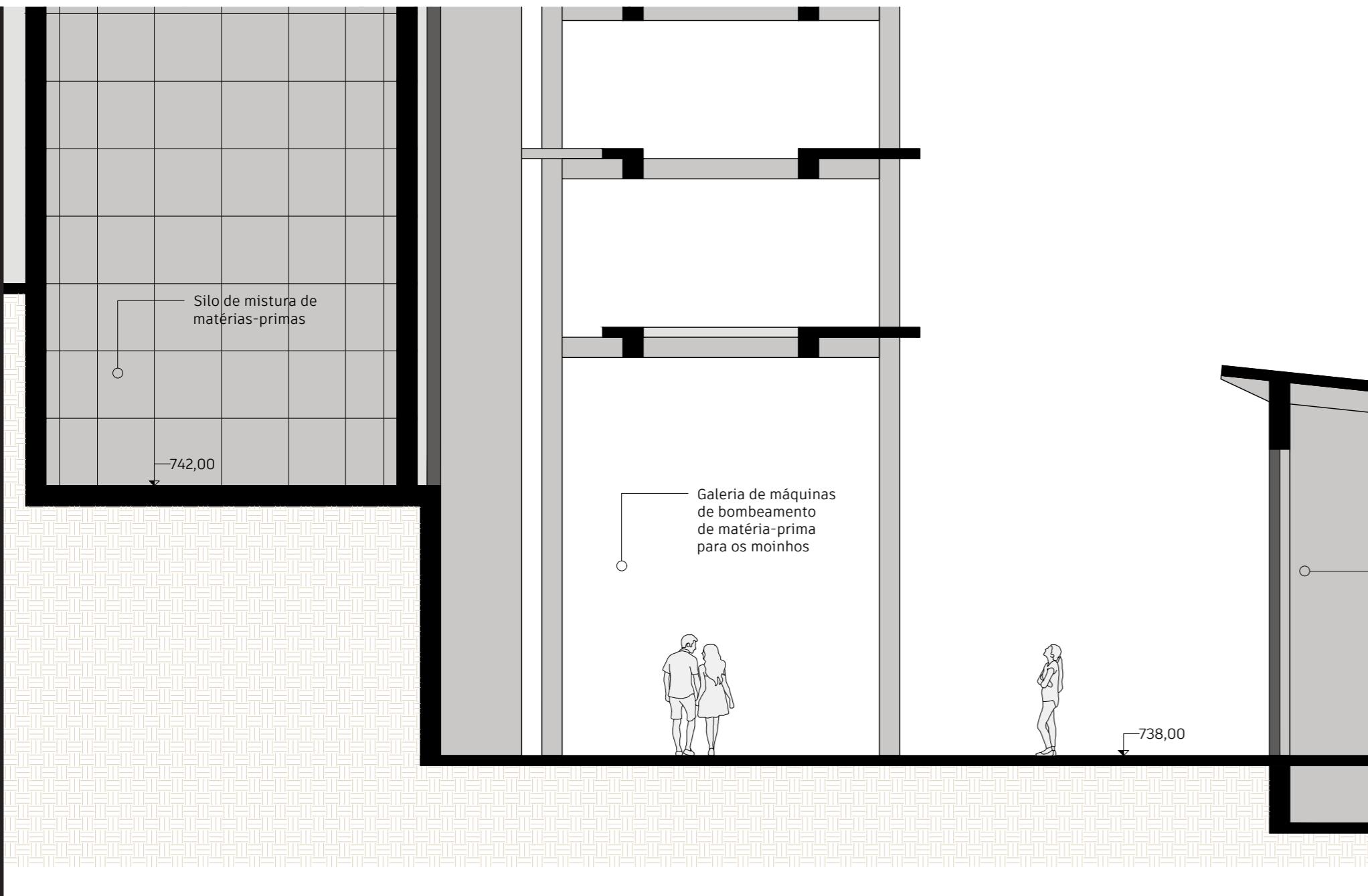
CORTE BB - PROPOSTA



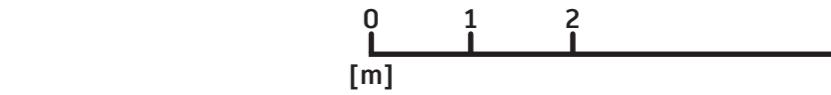
CORTE CC - SITUAÇÃO ATUAL

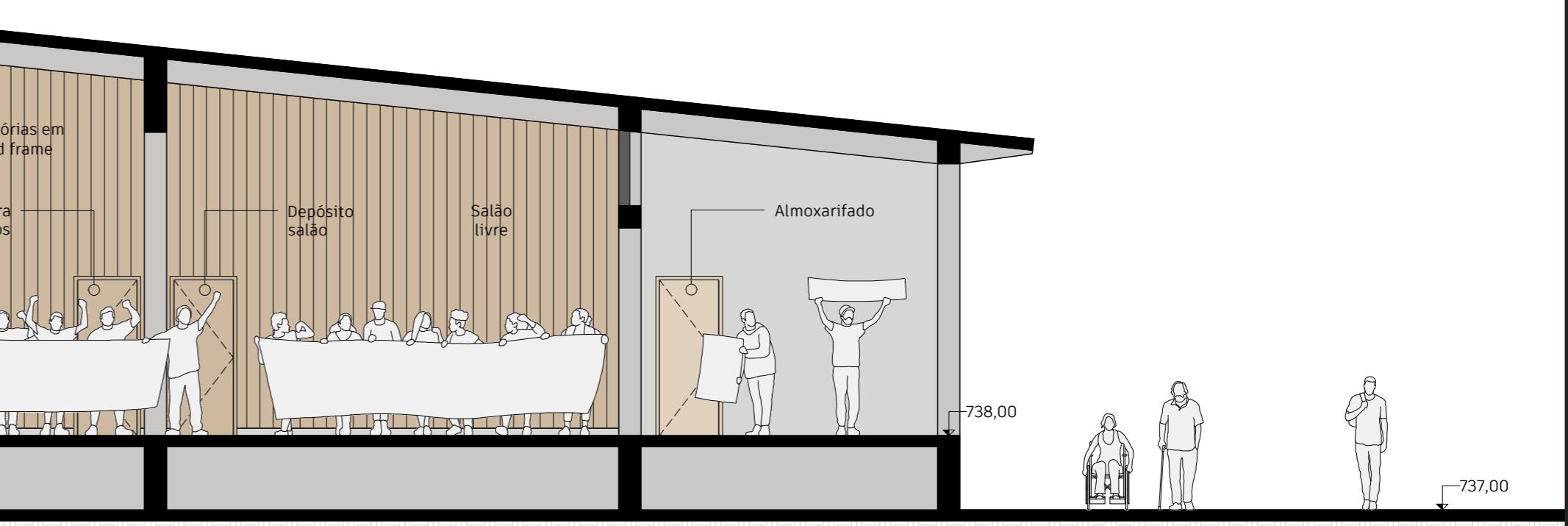
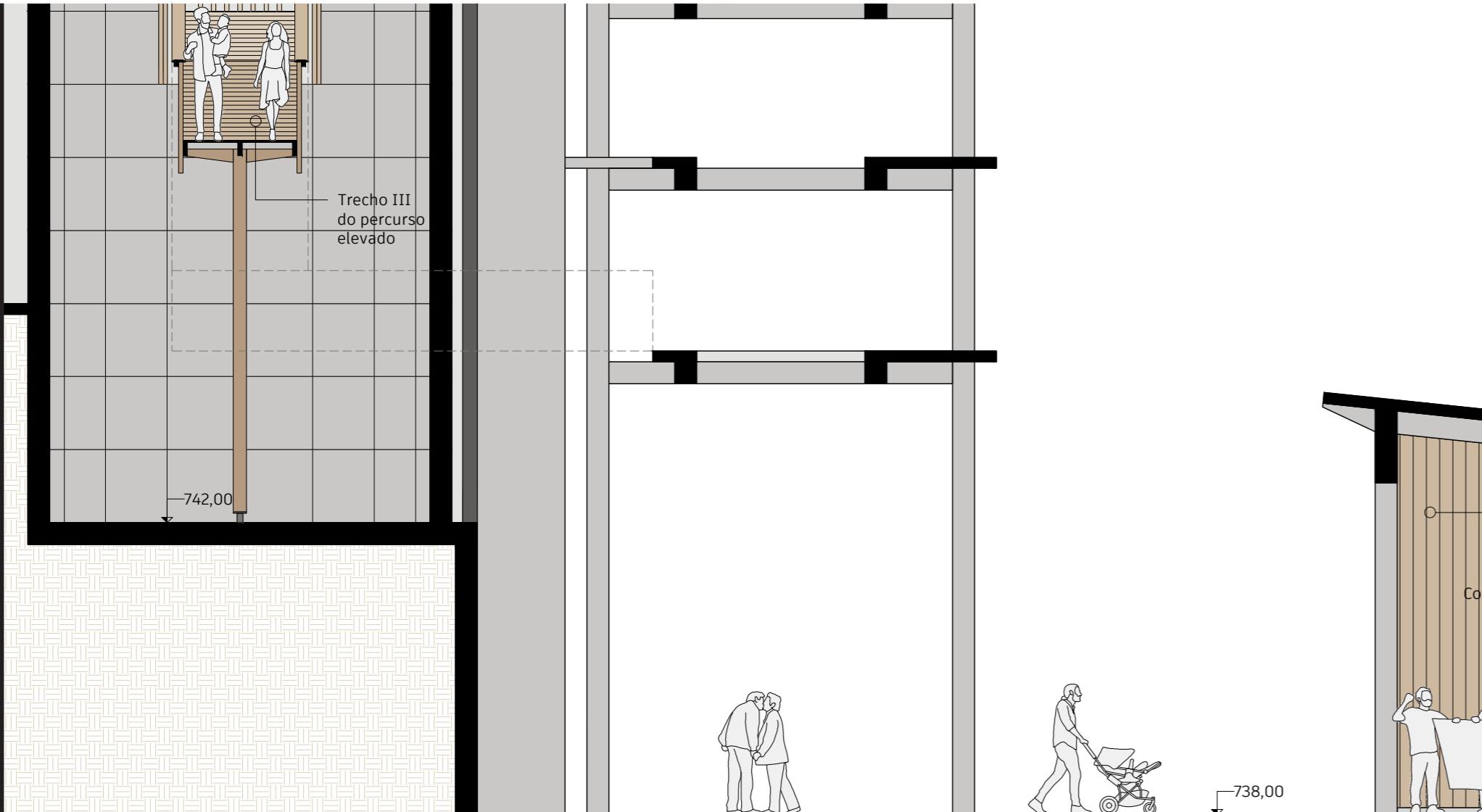


CORTE CC - PROPOSTA



CORTE DD - SITUAÇÃO ATUAL





Depósito de gesso

Proposta:
oficinas de arte.

Elementos mobilizados:
caixilharia e vedações em madeira;

Referências projetuais:
SESC Fábrica Pompeia, por Lina Bo Bardi e equipe;
TFG do Diego Vernille da Silva, 2011.

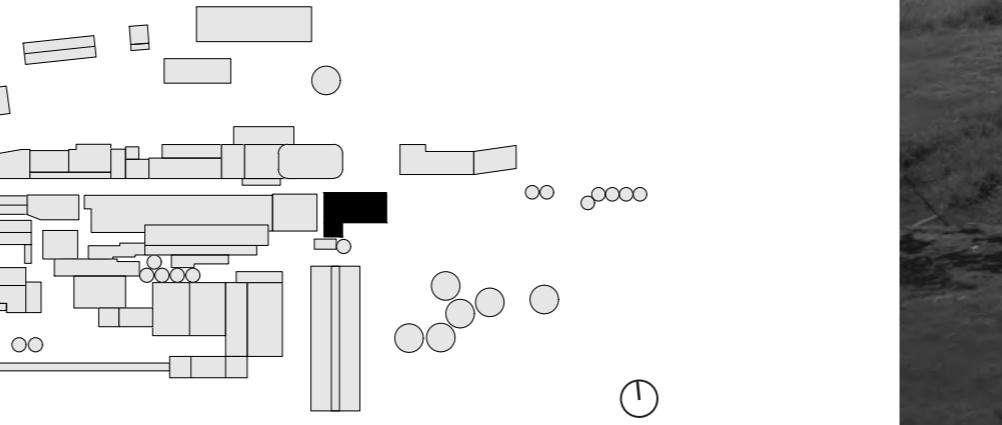
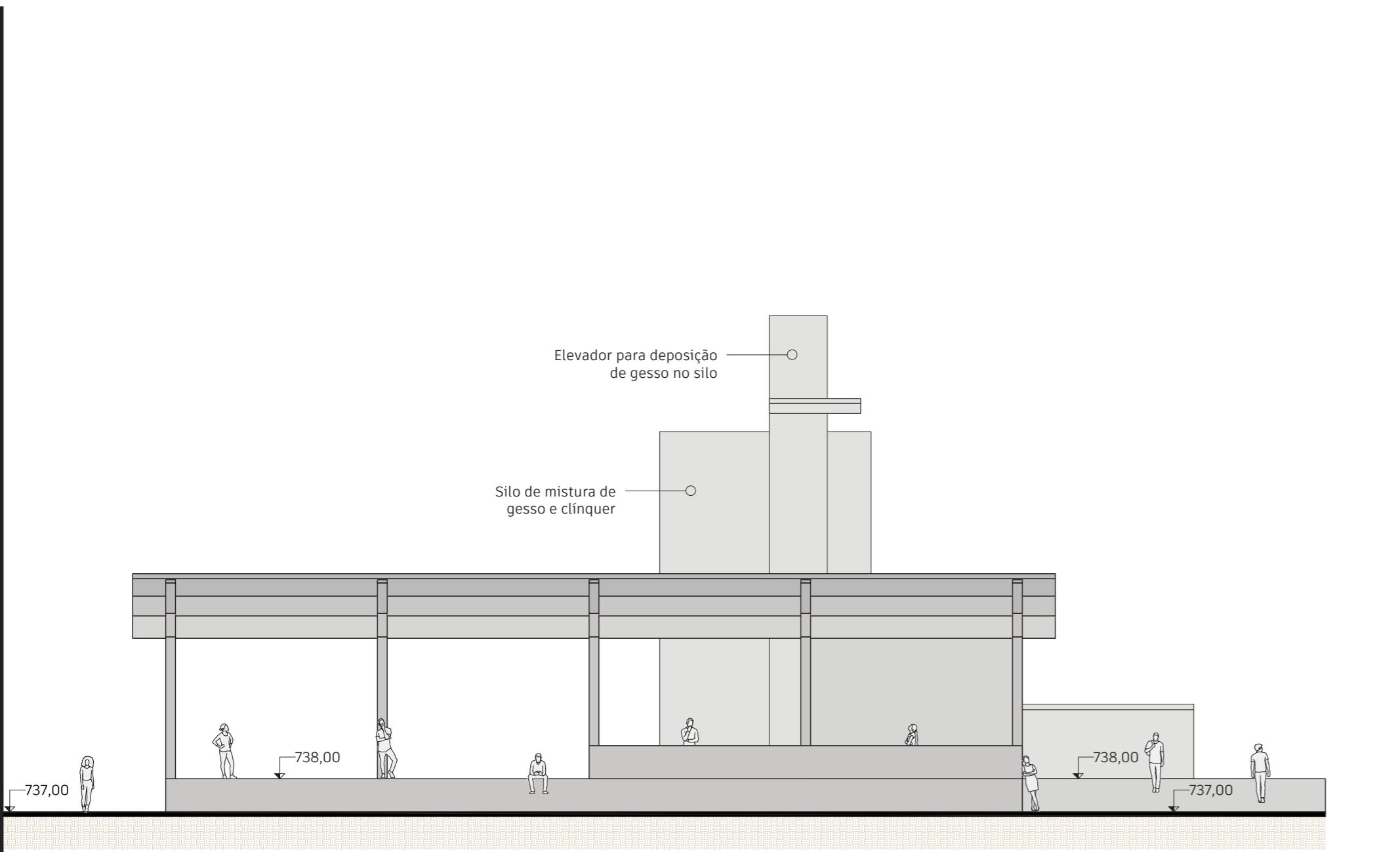
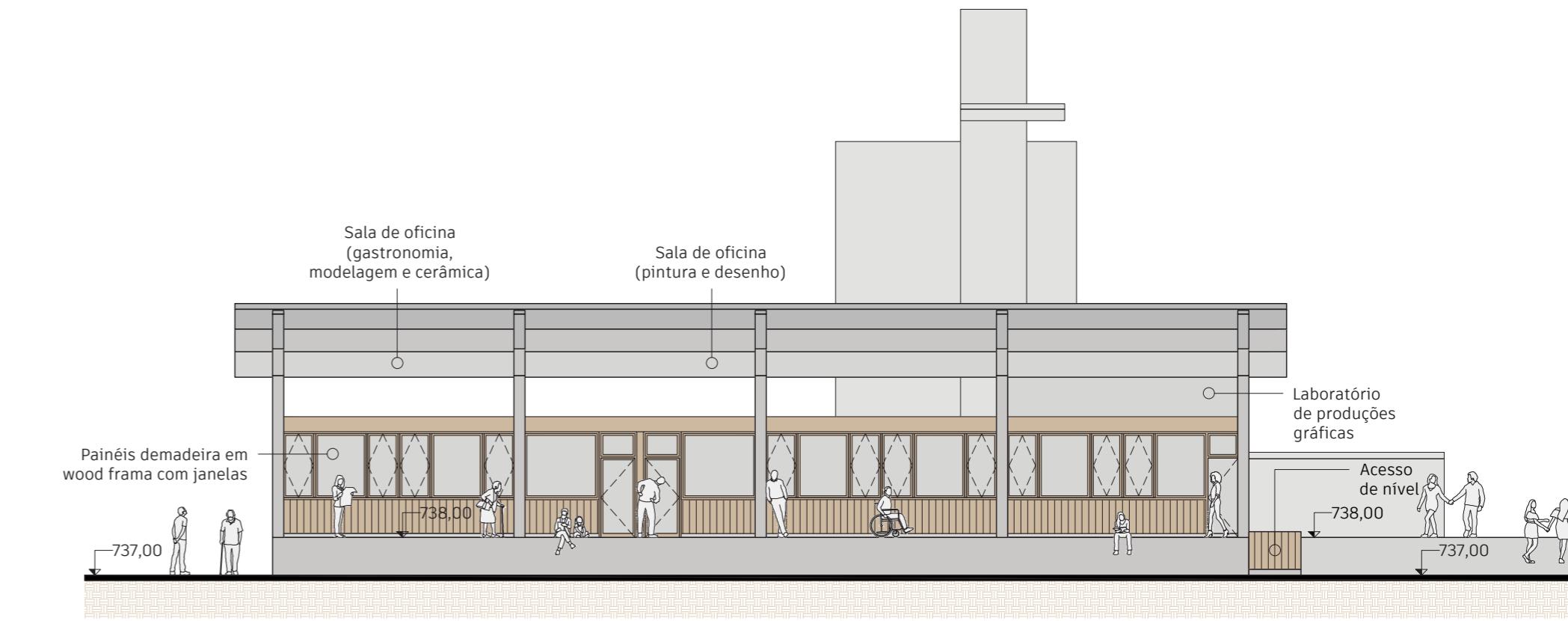


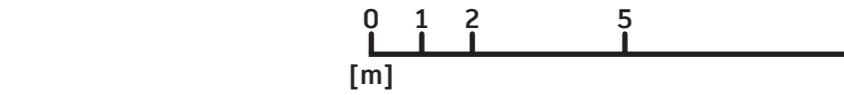
Imagen 48

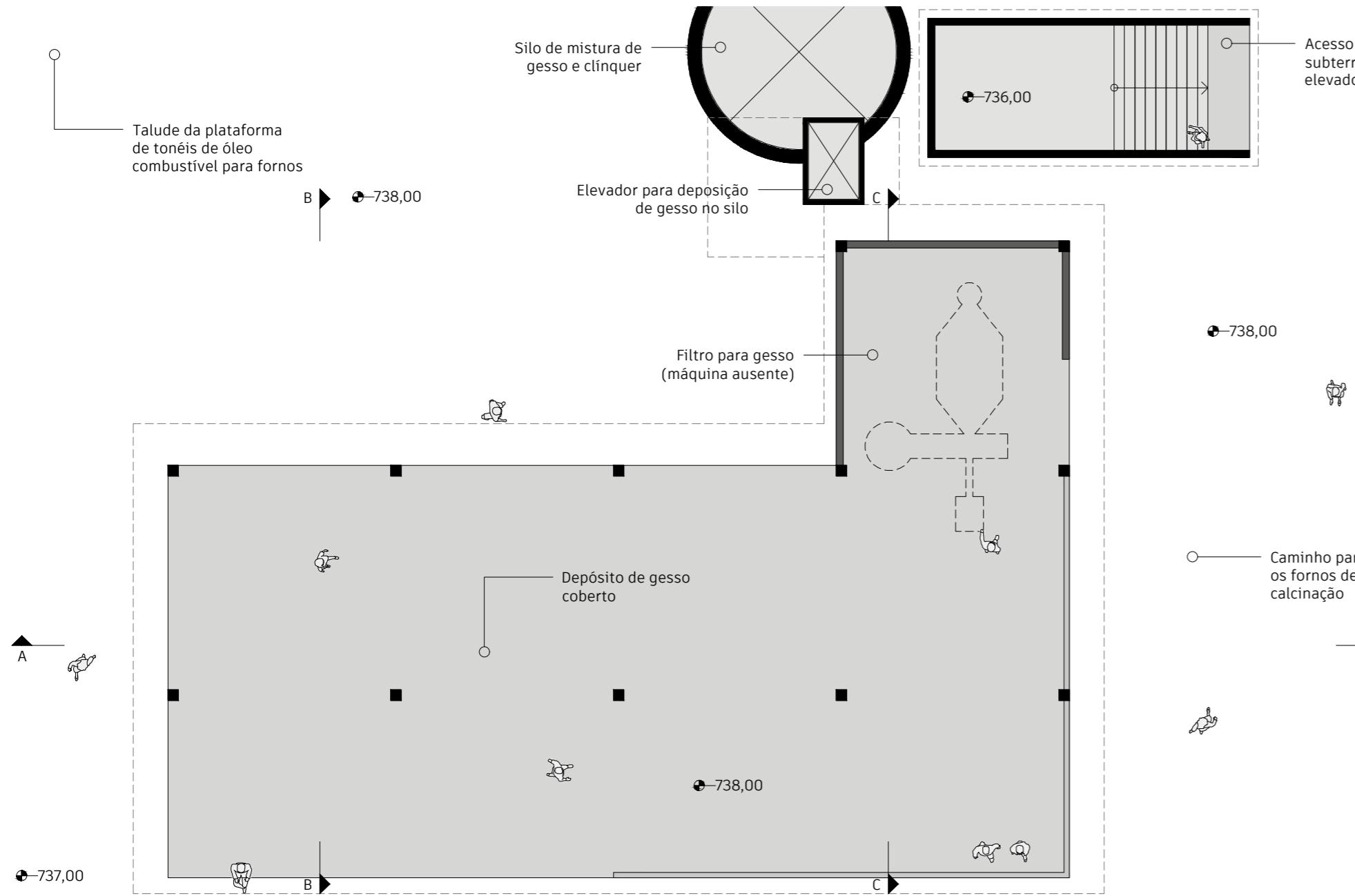


ELEVAÇÃO FACE NORTE - SITUAÇÃO ATUAL

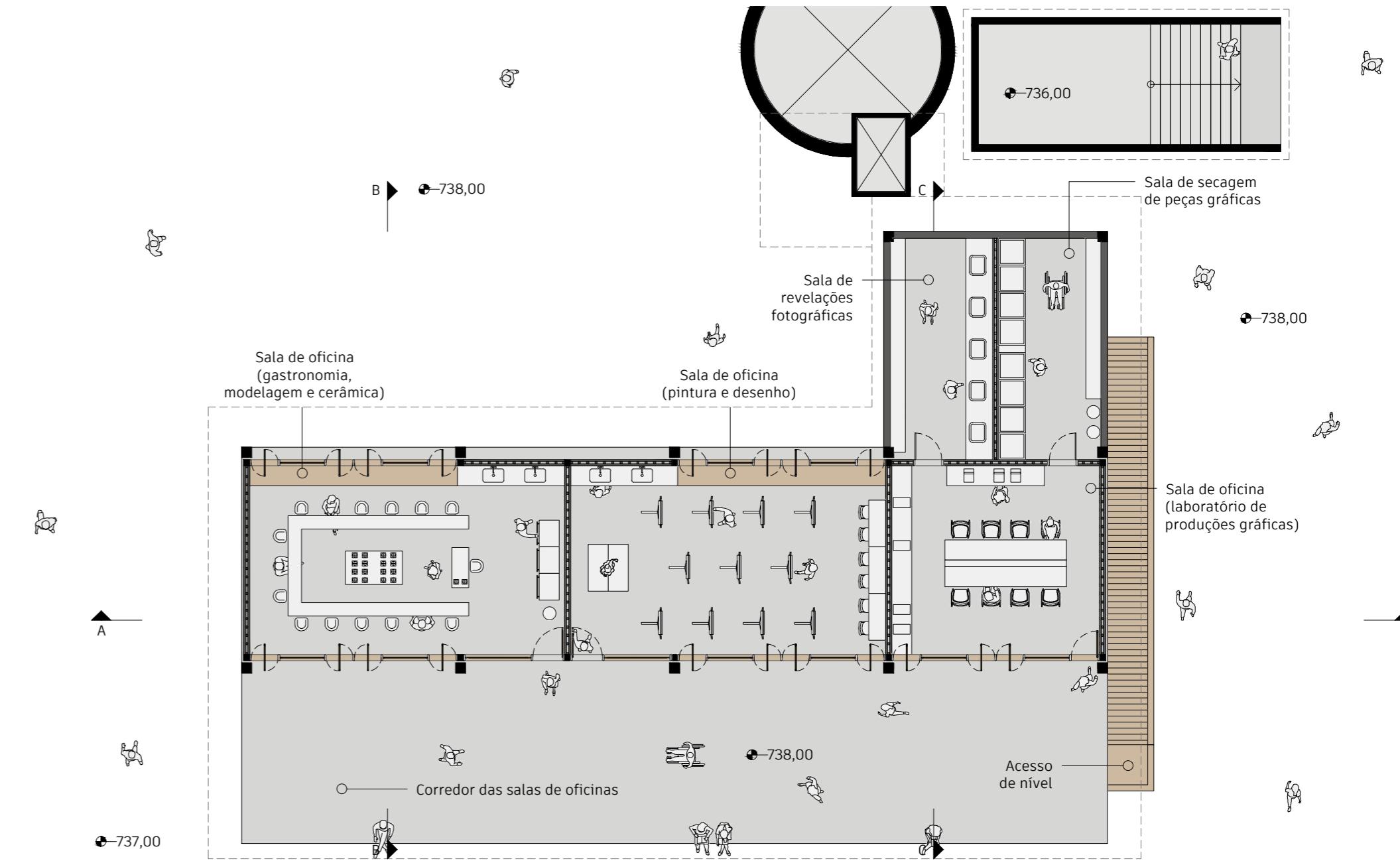


ELEVAÇÃO FACE NORTE - PROPOSTA

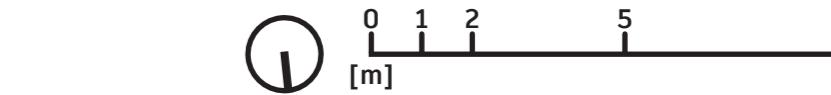


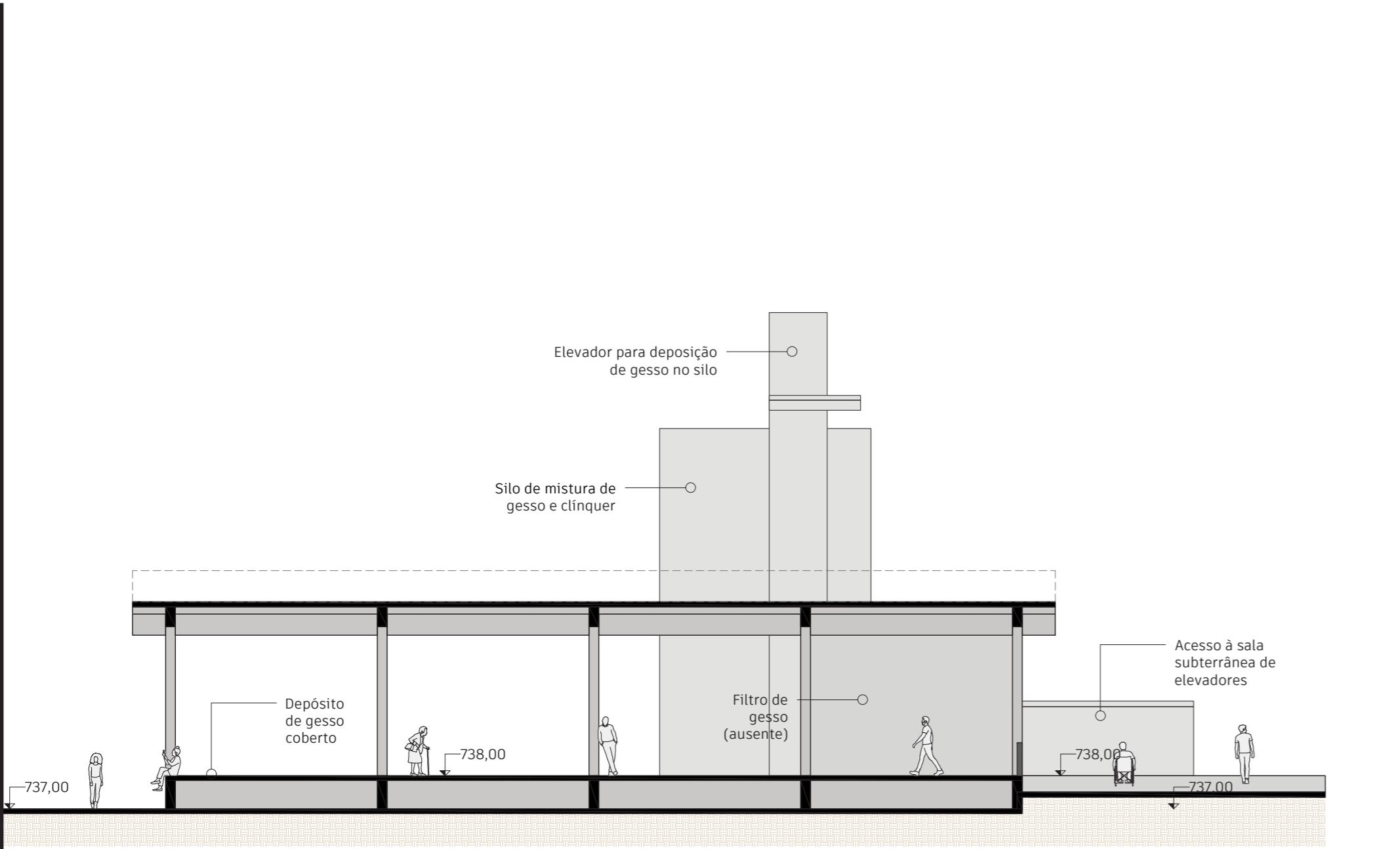


PLANTA DO TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL

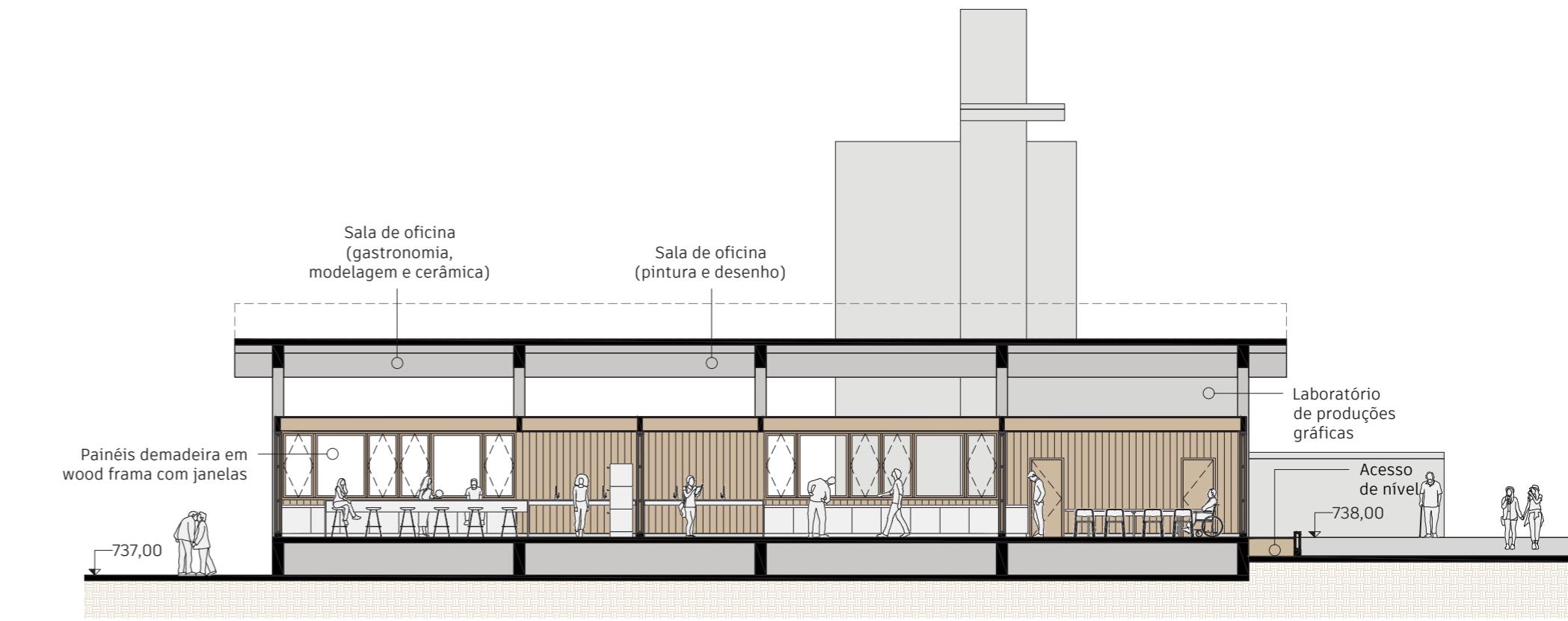


PLANTA DO TÉRREO - PROPOSTA

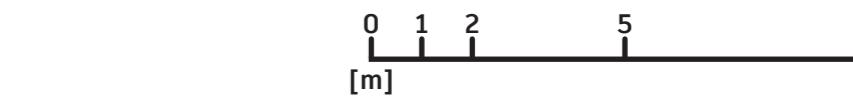


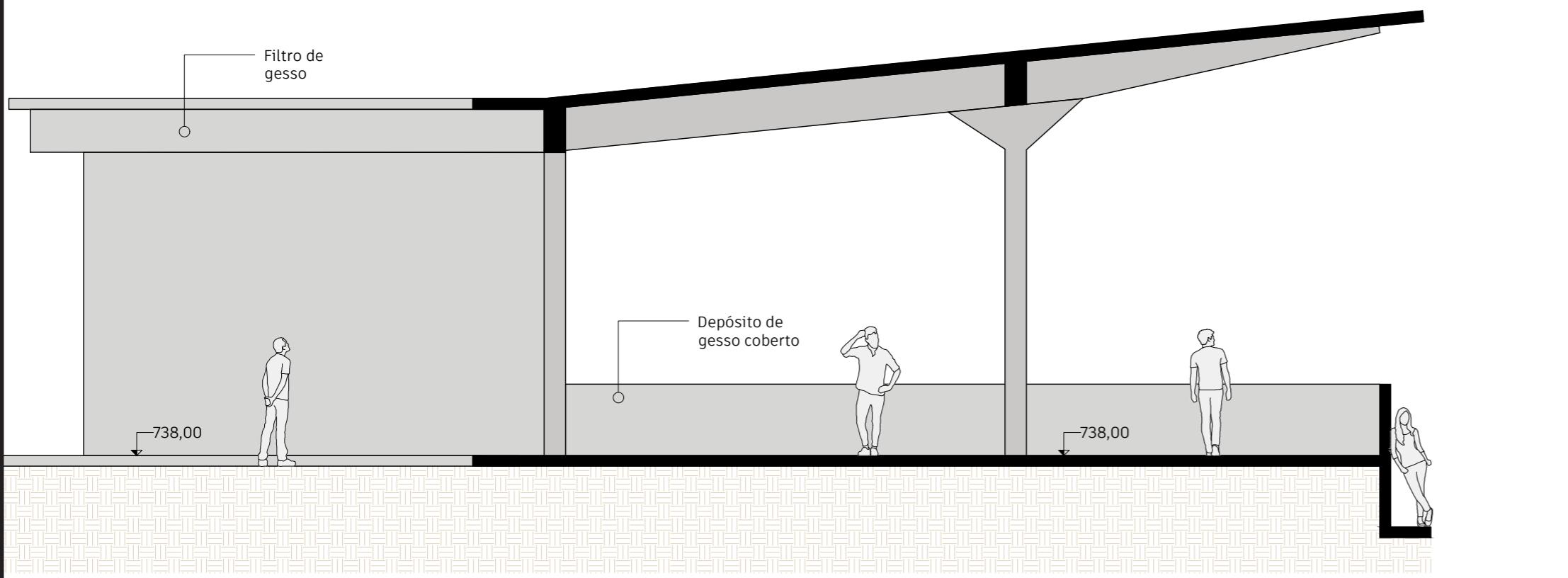


CORTE AA - SITUAÇÃO ATUAL

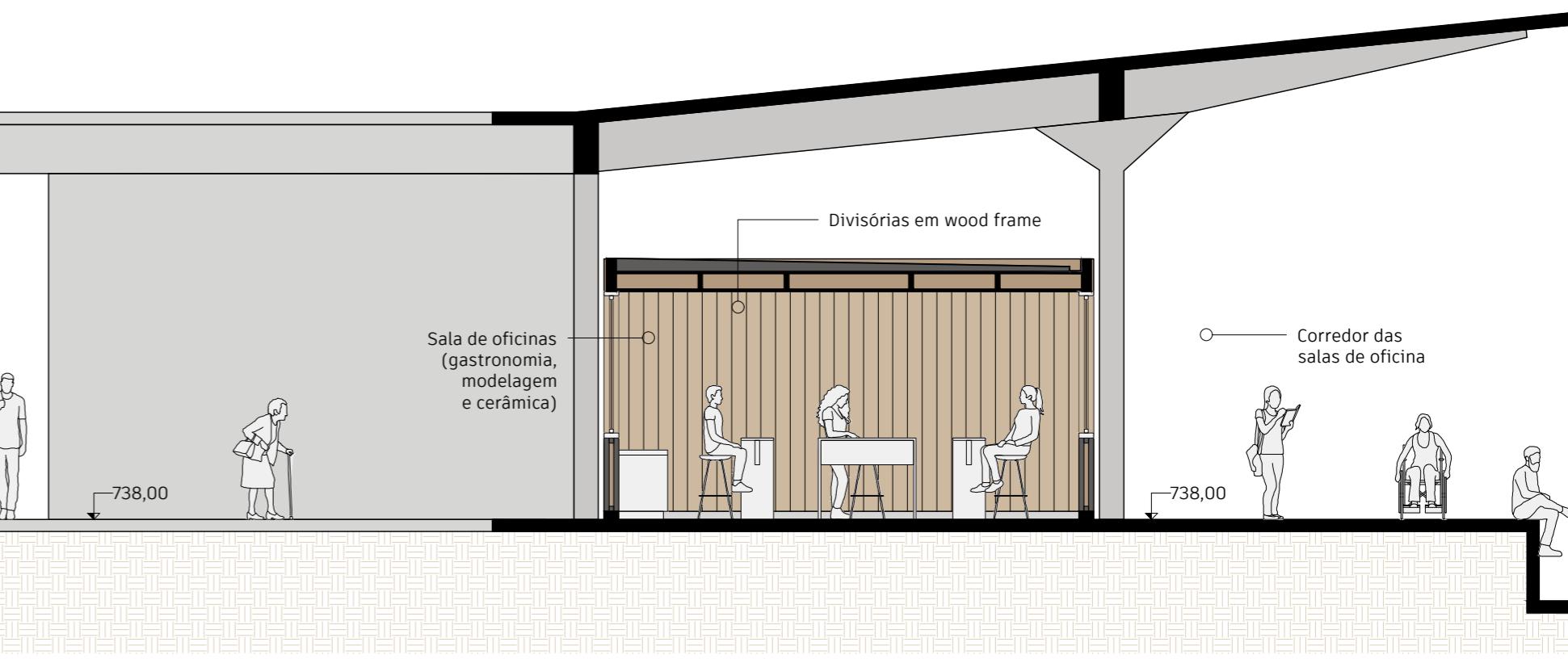


CORTE AA - PROPOSTA

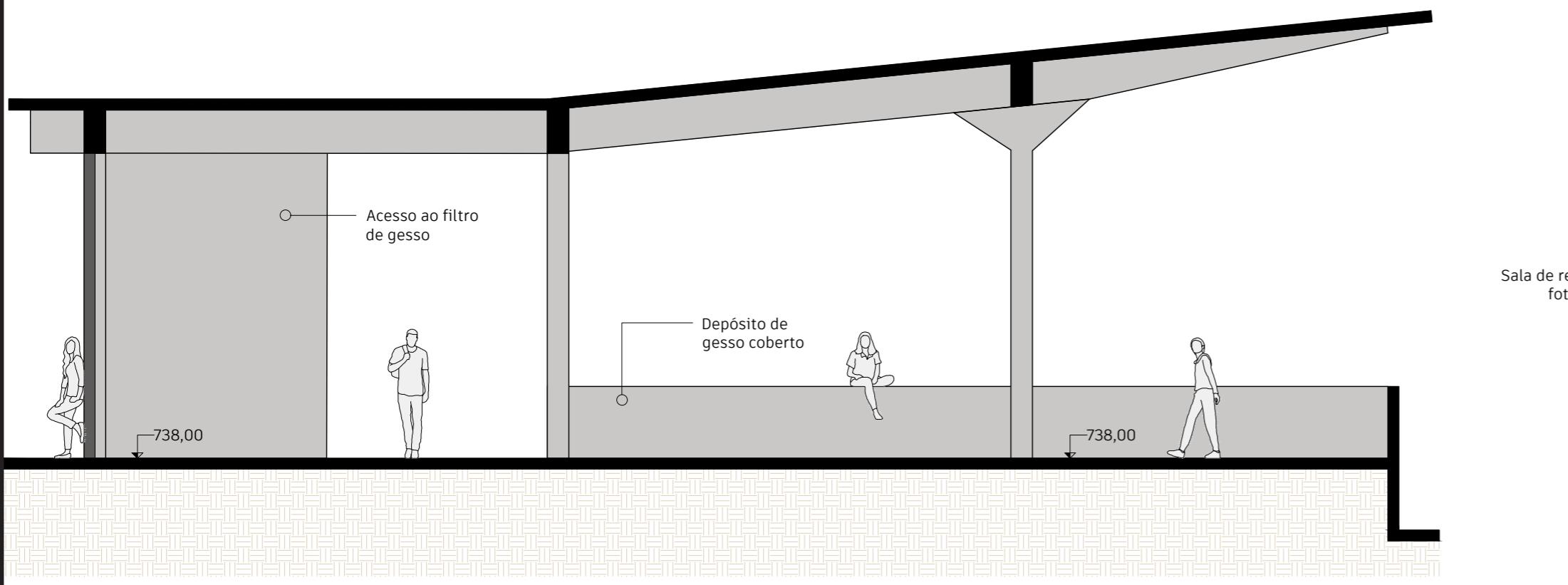




CORTE CC - SITUAÇÃO ATUAL



CORTE CC - PROPOSTA



CORTE BB - PROPOSTA



CORTE CC - PROPOSTA

Laboratórios e Depósitos de peças

Proposta:

administração, laboratórios de pesquisa, museu da mineração, biblioteca.

Elementos mobilizados:

passarela, escada, elevador, caixilharia e vedações em madeira;

Referências projetuais:

SESC Fábrica Pompeia, por Lina Bo Bardi e equipe;

TFG do Diego Vernille da Silva, 2011.

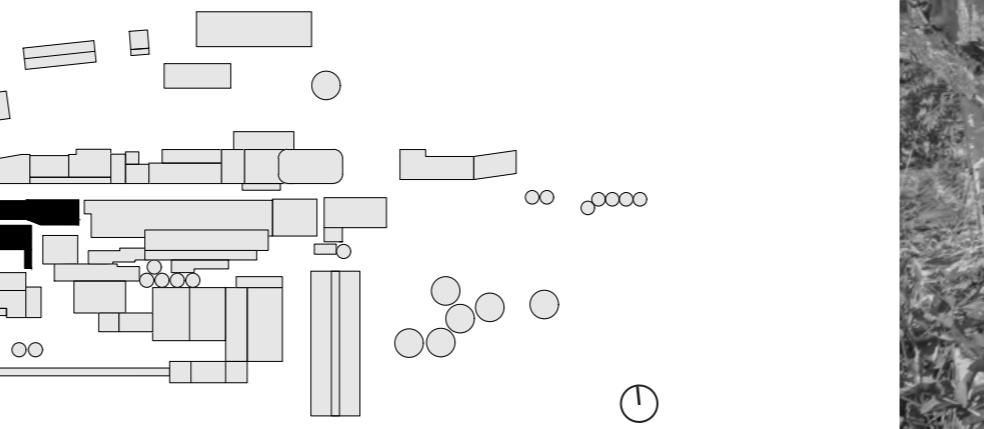
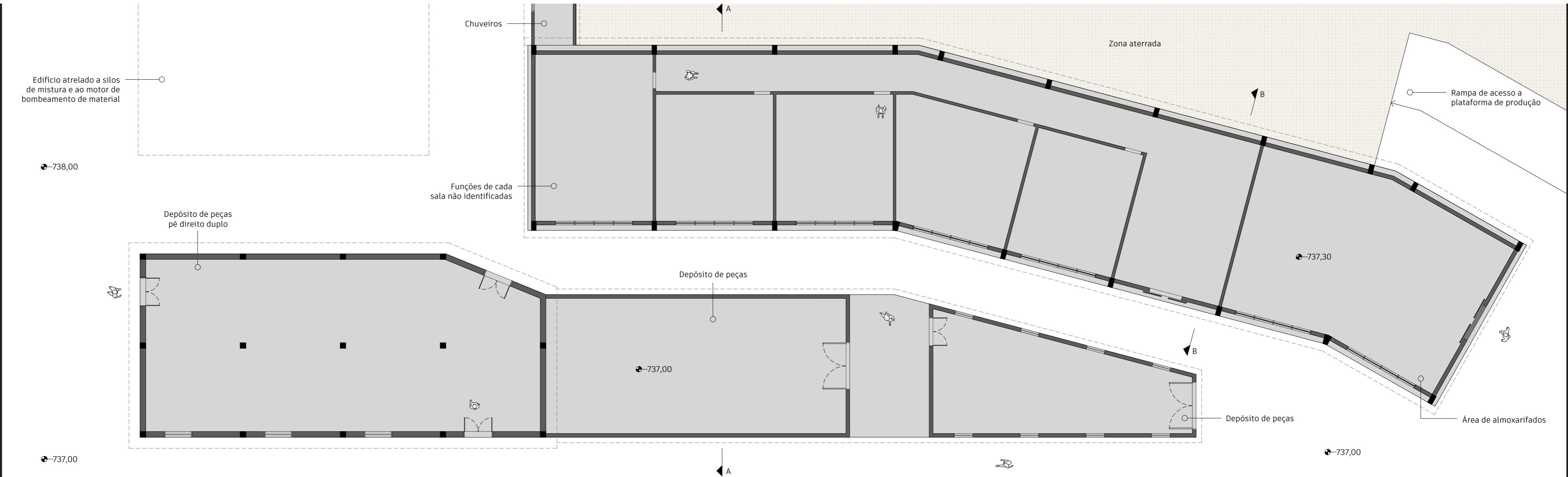
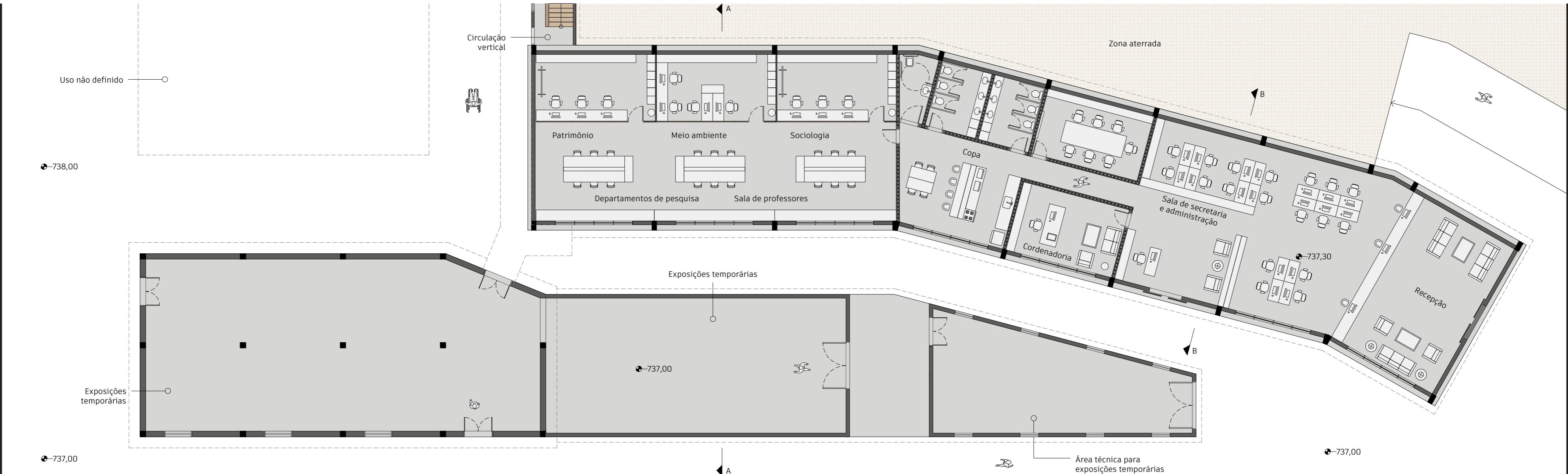


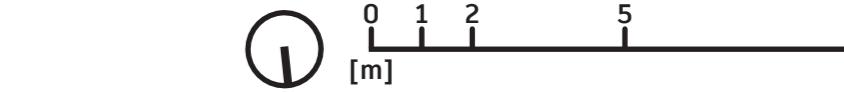
Imagen 49

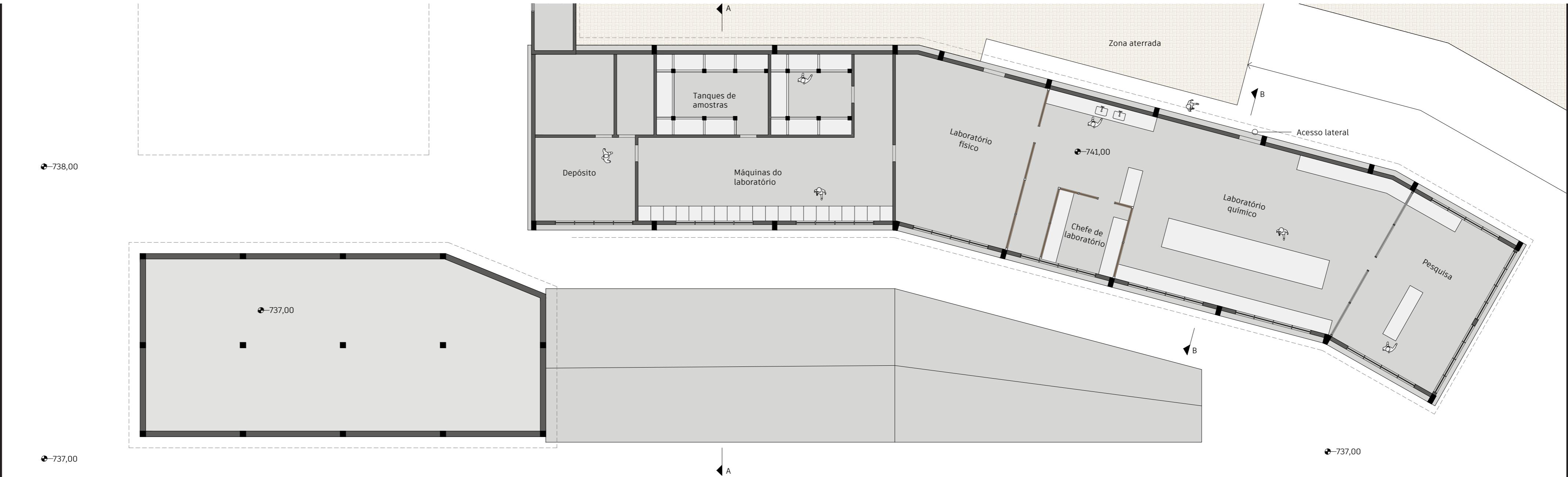


PLANTA DO TÉRREO - SITUAÇÃO ATUAL

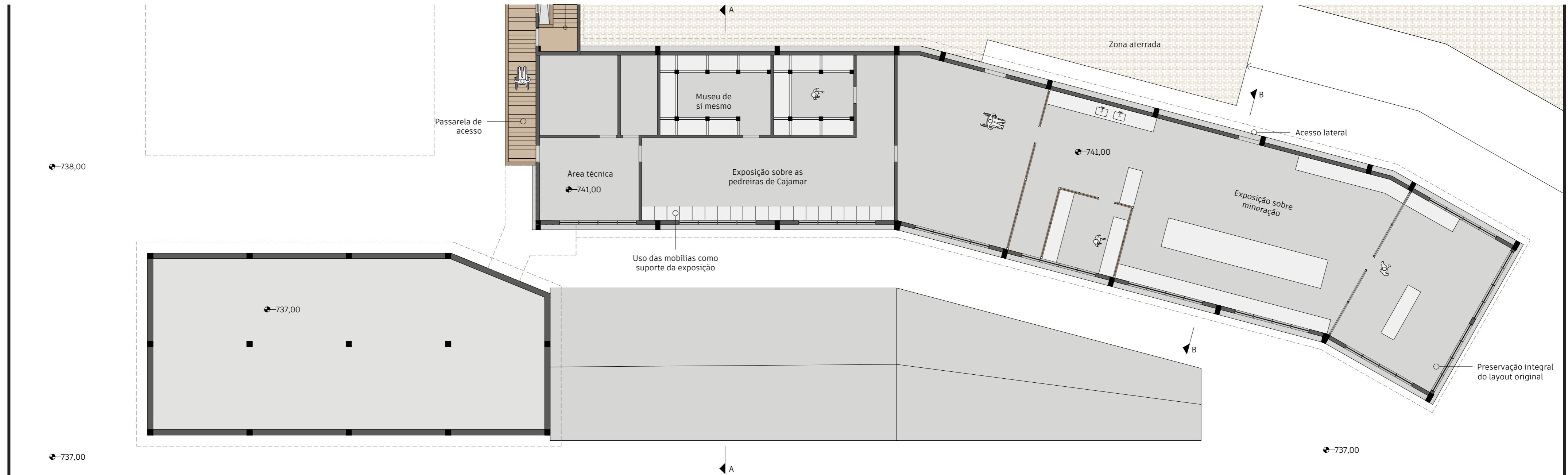


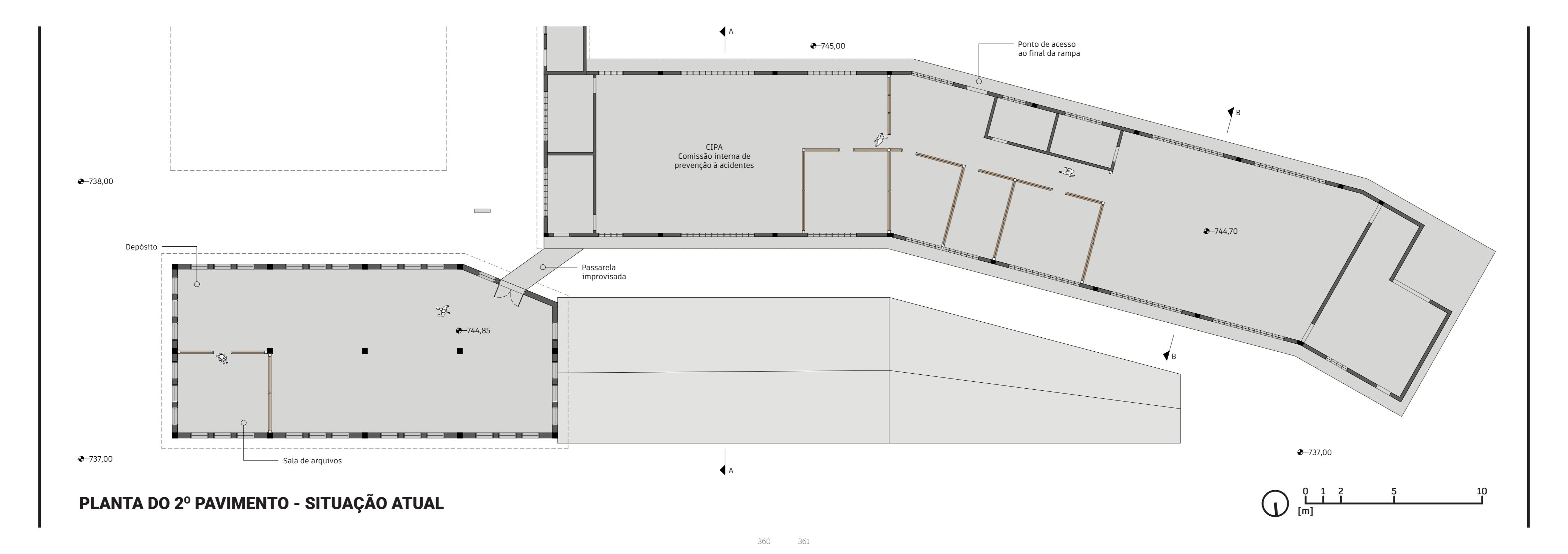
PLANTA DO TÉRREO - PROPOSTA

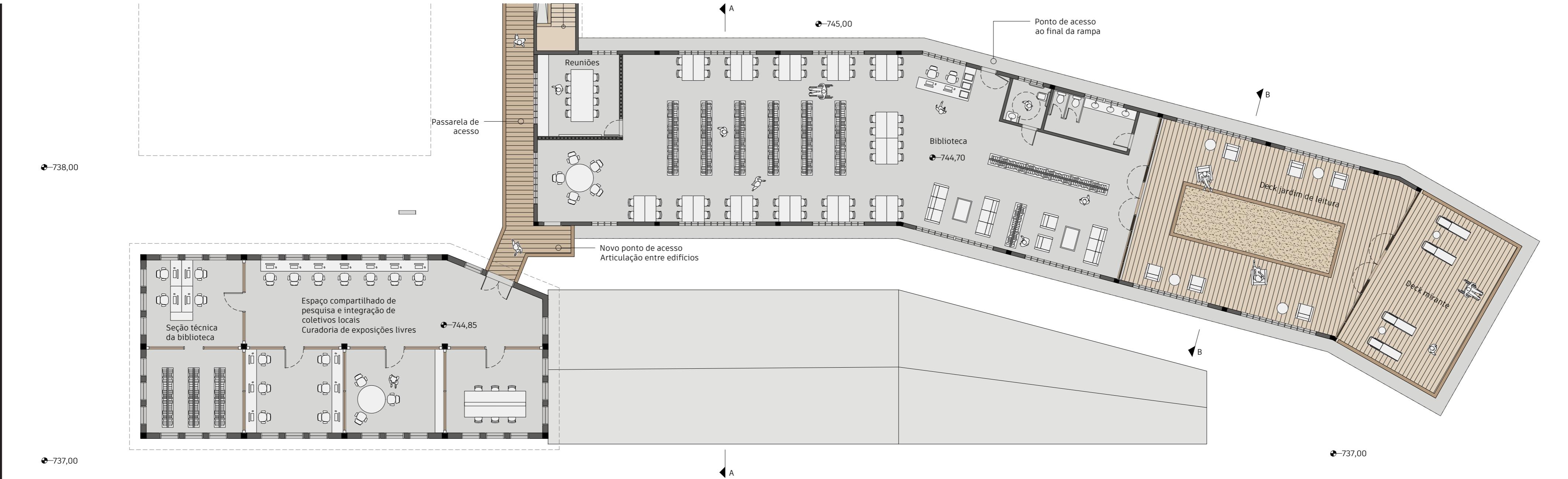




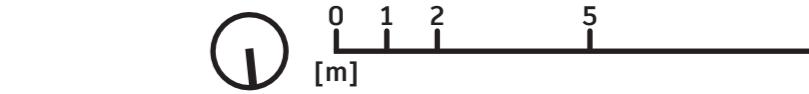
PLANTA DO 1º PAVIMENTO - SITUAÇÃO ATUAL

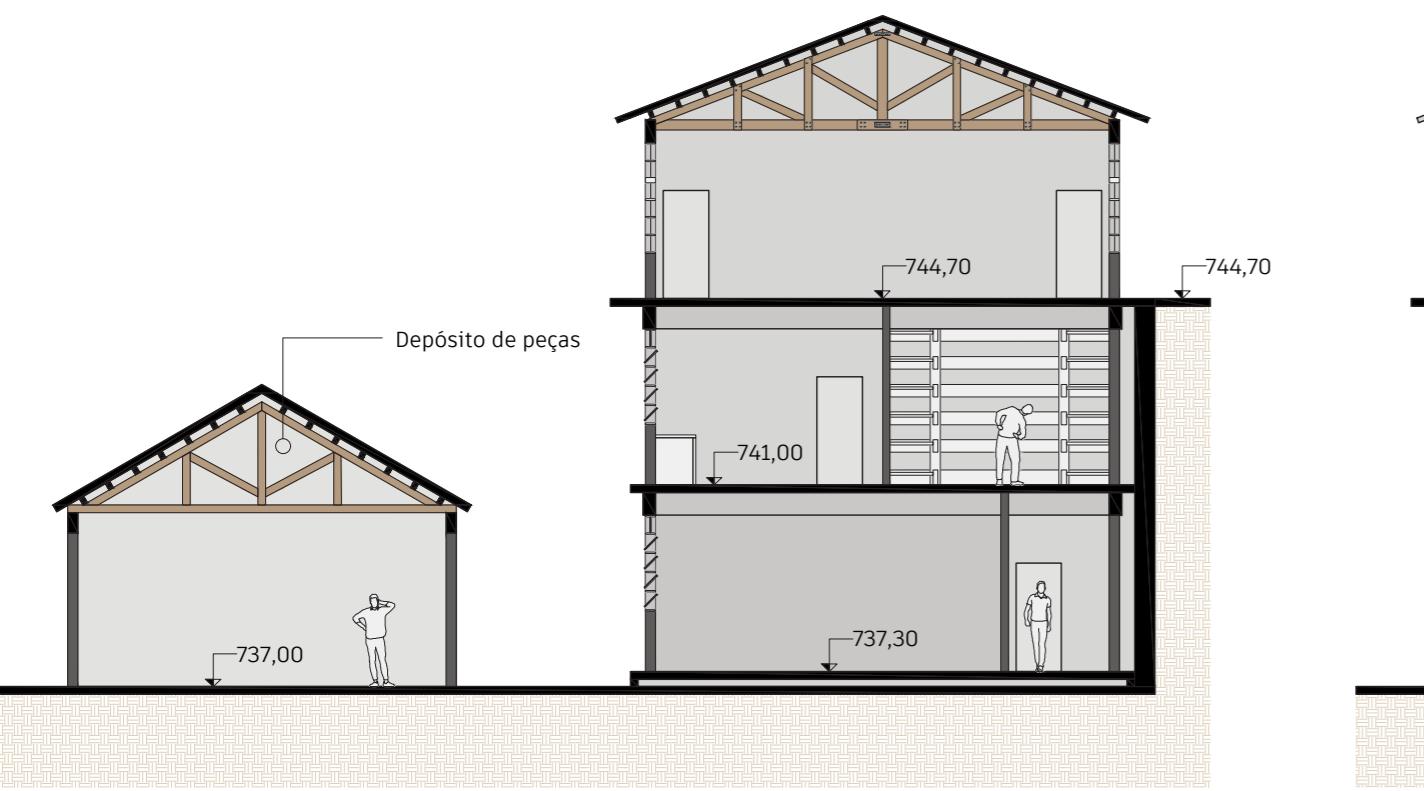




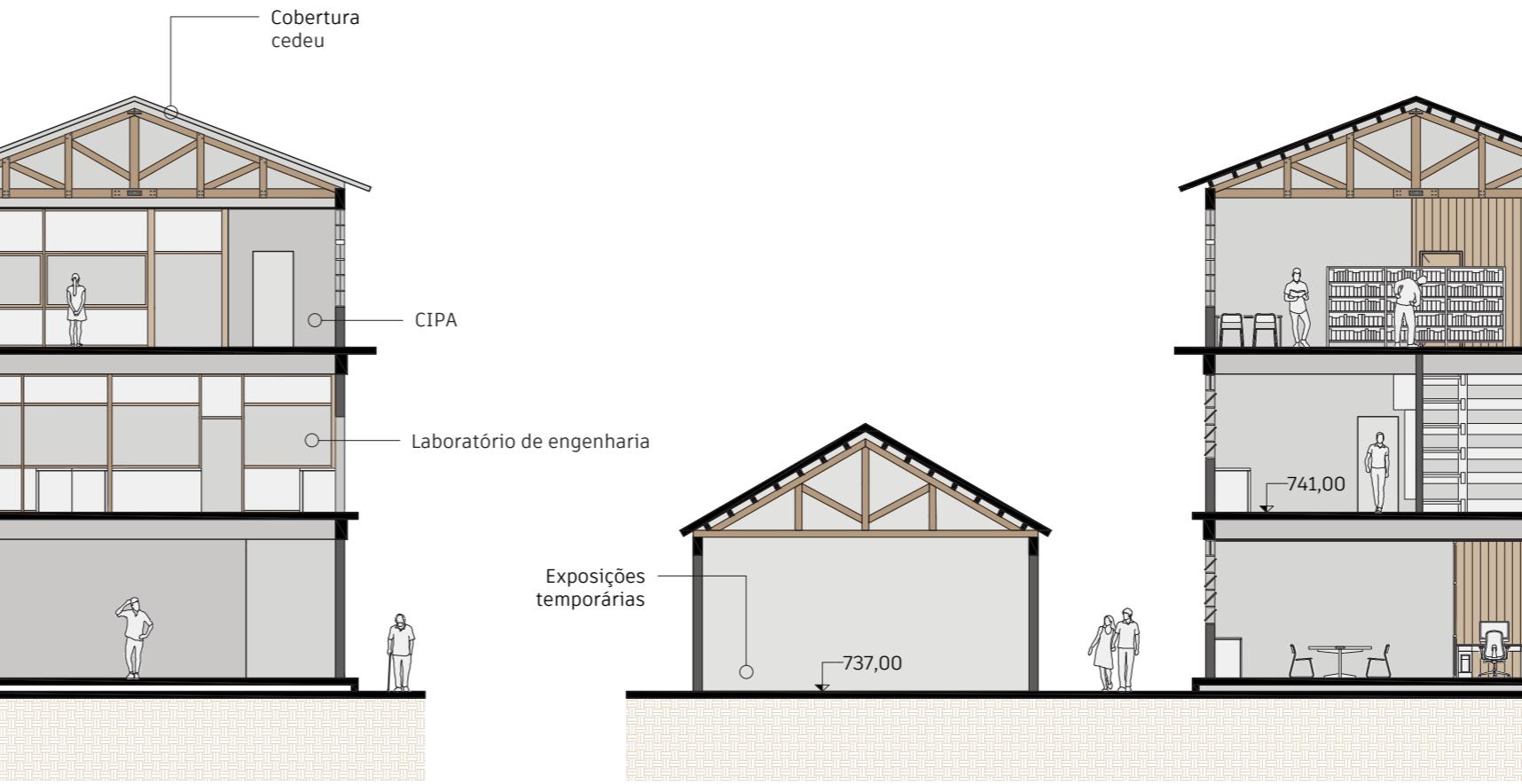


PLANTA DO 2º PAVIMENTO - PROPOSTA

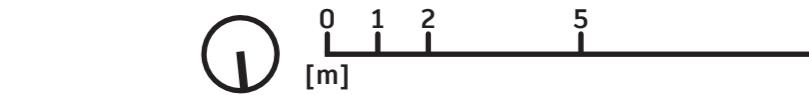
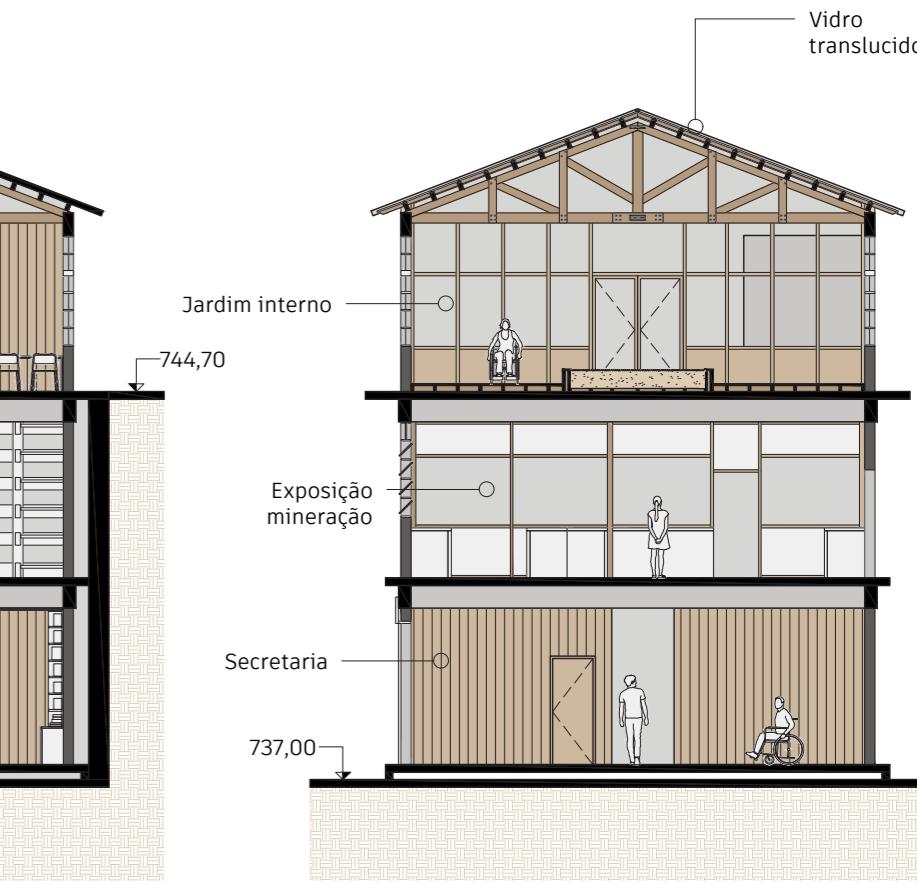


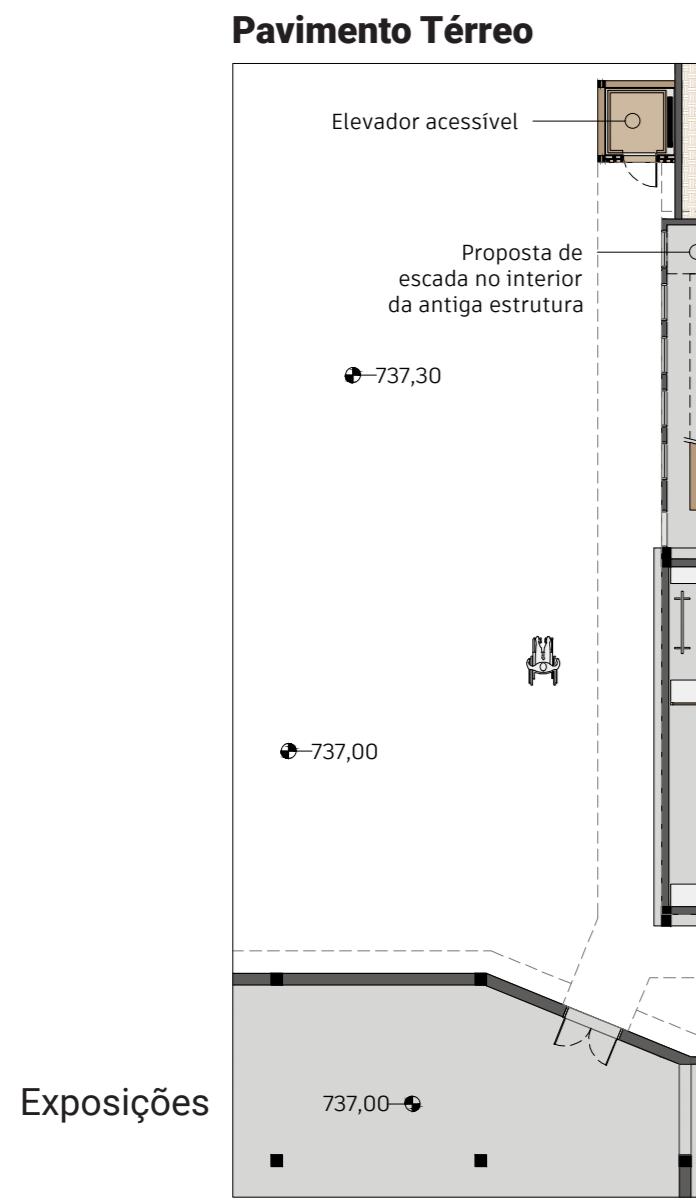


CORTES A E B - SITUAÇÃO ATUAL



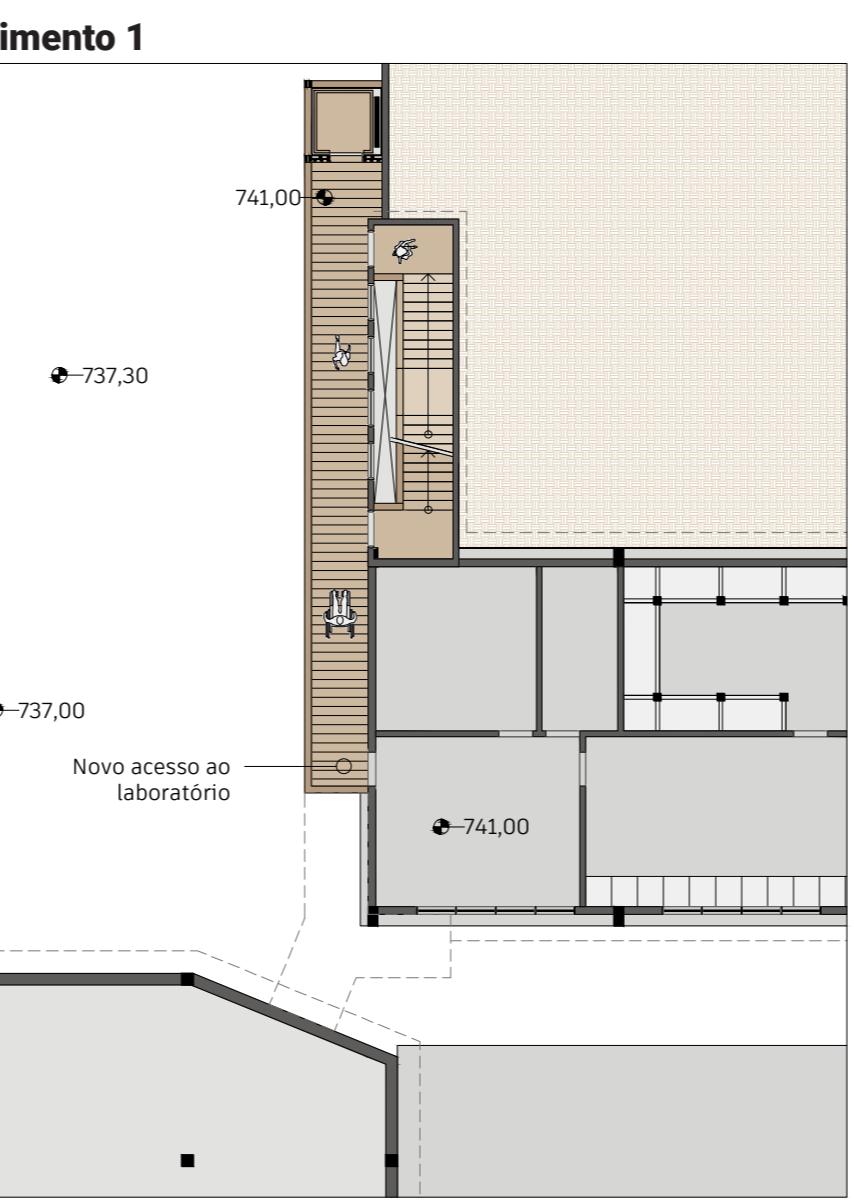
CORTES A E B - PROPOSTA





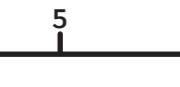
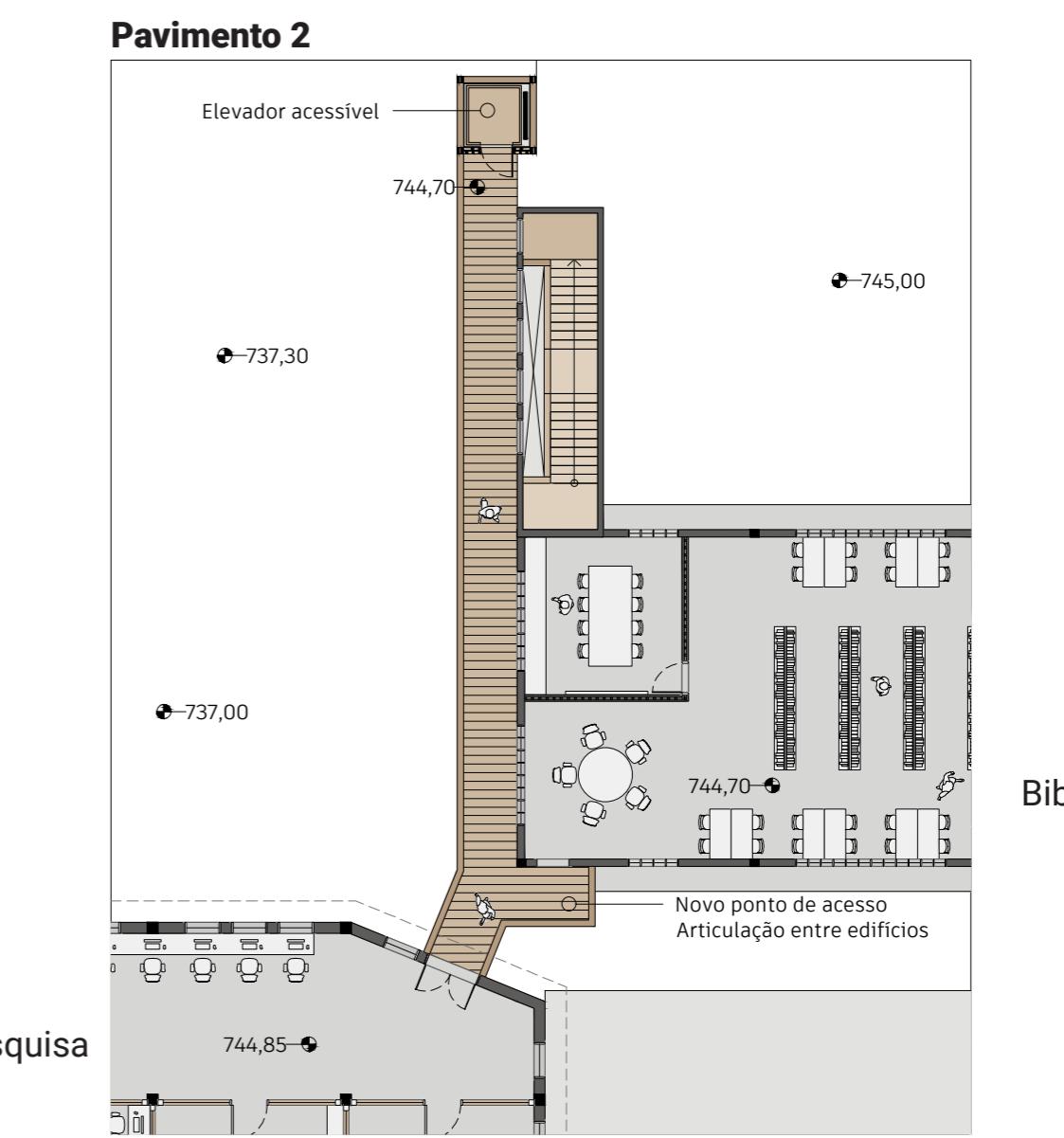
Sala de professores

Vazio



Laboratórios

Sala de pesquisa



PLANTA SISTEMA DE CIRCULAÇÃO VERTICAL ENTRE EDIFÍCIOS

Referências

Referências bibliográficas

AFLALO, Marcelo. **Estruturas em madeira: forma e método**. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2020.

ALVES, Maria Madalena Ferreira. **Mulheres em luta: uma outra história do Movimento “Queixadas” de Perus**. 2011. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ARANTES, Pedro. **Arquitetura na era digital financeira: desenho, canteiro e renda da forma**. 1ª edição. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2012.

BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini. **A reprodução do espaço urbano na periferia da metrópole e o discurso da sustentabilidade como estratégia de valorização: uma análise crítica do projeto Parque Linear Ribeirão Perus**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BORTOTO, Regina; BEZERRA, Maria Helena. **Fábrica de Cimento Portland Perus: articulação pedagógica entre movimentos populares e escolas no bairro de Perus**. Revista CPC, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27esp, p. 185–210, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159631>. Acesso em fev. 2024.

CARRASCO, André. **Um breve comentário sobre o Bexiga, o Teatro Oficina e o Centro Cultural e Comercial do Bixiga**. Vitruvius, 6 nov. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.064/1960> Acesso em set. 2023.

CHAVES, Marcelo. **Da periferia ao centro da (o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil: São Paulo, 1925 – 1945**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CHRISTOFOLLETTI, Lilian. **São Paulo vai pagar R\$ 1,8 bi por terreno**. Jornal Folha de São Paulo, 04 jan. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401200206.htm>> Acesso em jun. 2024.

CONDEPHAAT. **Processo n. 21273/1980**. Solicitação de tombamento da Estrada de Ferro Perus-Pirapora.

CONDEPHAAT. **Resolução n. 05/1987**. Resolução de tombamento acervo da Estrada de Ferro Perus-Pirapora, no Município de São Paulo.

CONPRESP. **Processo n. 1989-0.002.597**. Abertura do processo de tombamento da Fábrica de cimento Portland Perus.

CONPRESP. **Processo n. 1992 - 0.009268-3**. Abertura do processo de tombamento do Casarão da Fazendinha.

CONPRESP. **Resolução n. 27/1992**. Resolução de tombamento como bens de interesse histórico, social, arquitetônico e tecnológico na Quadra 007, Setor 187, localizada no Distrito de Perus.

CONPRESP. **Resolução n. 36/1992**. Resolução de abertura de processo de tombamento da área conhecida como “Fazendinha”, localizada no Distrito de Perus, próxima ao leito da antiga Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

CONPRESP. **Resolução n. 19/2004**. Resolução de revisão do tombamento da Antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, localizada na Subprefeitura de Perus, definido pela Resolução nº 27/1992, de 11 set. 1992.

CONPRESP. **Resolução n. 10/ 2005**. Resolução de tombamento da edificação conhecida como Casarão da Fazendinha, situada em área que integrava a antiga Companhia de Cimento Portland Perus, às margens da linha férrea da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos, no Distrito de Perus.

CROCHIK, Miguel Marques. **Gentrificação verde: o urbanismo sustentável como instrumento da reestruturação imobiliária de Perus - São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto comunista**. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (Org.). **Lina Bo Bardi**. 4ª edição. São Paulo: Instituto Bardi / Casa de Vidro e Romano Guerra Editora, 2018.

FUPAM. **Parque Linear Ribeirão Perus: memorial descritivo**. 2011. Disponível em: <<https://biospfera21.net.br/ARQIOS/PAISAGISMO/PLP-MEMO-PAISAGISMO-R09.pdf>>. Acesso em: jan 2023.

GUERRA, Abílio; FERRAZ, Marcos; SANTOS, Silvana (Orgs.). **Brasil Arquitectura: projetos 2005 / 2020**. 1ª edição. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2020.

GRESPAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. I Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. Veneza, maio 1964. Disponível em: <<http://portal.ibhango.vb/1/pla/1/cckn/cr/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em mai. 2024.

JERONYMO, Vanice. **Conflitos, impasses e limites na preservação do patrimônio industrial paulista: o casarão de Perus (CCCP)**. 2016. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

- JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JESUS, Mário Carvalho de (org.). **Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em centro de cultura municipal**. São Paulo: JMJ, 1992. Coleção Cadernos para Mudar – 2. Disponível em: <<https://cmqueixadas.com.br/colecoes-e-fundos/cimento-perus-40-anos-de-acao-sindical-transformam-velha-fabrica-em-centro-de-cultura-municipal/>> Acesso em nov. 2022.
- JUSTINIANO, Henrique Macedo. **O Território de Interesse da Cultura e da Paisagem Jaraguá Perus Anhanguera (TICP JPA): em busca das potencialidades periféricas**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.
- KÜHL, Beatriz. **Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro**. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.
- LEITE, Gabriela. **São Paulo: um corredor cultural contra a especulação imobiliária**. Outras Palavras, São Paulo, 17 de mar. de 2014. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/blog/sao-paulo-um-corredor-cultural-contra-especulacao-imobiliaria/>> Acesso em mar. 2023.
- LEMINSKI, Paulo. **Ensaios e anseios críticos**. 2ª edição ampliada. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- LIMA, André Barbosa de. **O processo produtivo do cimento portland**. 2001. 38 f. Monografia (Especialização em Engenharia de recursos mineiros) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9C6HHC>> Acesso em abr. 2023.
- MARTINS, Antônio. **E se as lutas populares forem patrimônio histórico**. Outras Palavras, São Paulo, 24 de ago. de 2015. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/blog/e-se-lutas-populares-forem-patrimonio-historico/>> Acesso em jan. 2023.
- MARX, Karl. **O Capital – Livro 1**. 3ª edição ampliada. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MOREIRA, Jéssica; GOULD, Larissa. **Queixadas – Por trás dos 7 anos da greve**. São Paulo: FAPCOM, 2013.
- PAULA, Luiz Gonzaga de. **Análise termoeconômica do processo de produção de cimento Portland com co-processamento de misturas de resíduos**. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2009.
- SANDEVILLE JR, Euler. MANFRÉ, Eliane. **Cultura e Paisagem, uma nova perspectiva no tecido urbano**. ObservaSP, São Paulo, 25 de nov. de 2014. Disponível em: <<https://observasp.wordpress.com/2014/11/25/cultura-e-paisagem-uma-nova-perspectiva-no-tecido-urbano/>>. Acesso em mar. 2023.
- SANDEVILLE JR, Euler. **Paisagens vivenciadas, educação-pesquisa-aprendizado em ação**. Anais do 10 ENEPEA – Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura. Porto Alegre: PUCRS, 2010.
- SANDEVILLE JR., Euler; ANGILELI, Cecilia Maria de Moraes Machado. **Quando a Casa Vira Parque**. In: XV ENAMPUR, 2013, Recife. Anais do XV ENAMPUR, 2013.
- SANDEVILLE JR., Euler; FERNANDES, Gabriel de Andrade; BORTOTO, Regina Célia Soares. **Universidade virreia: colaborativa em Perus: uma experiência didático-pedagógica de aprendizagem colaborativa**. In: Müller, Luis; MARTINS, Maria. (Orgs.). *Arquitectura y laidad socioambiental en ciudades del Cono Sur*. São Paulo; Buenos Aires: FAU USP (Brasil) e FADU UNL (Argentina), 2016, v. p. 135-147.
- SILVA, Diego Vernille. **Construir no construído: projeto de uma universidade na antiga fábrica de cimento Perus**. 2011. 104 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011.
- SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioniera e duradoura no Brasil (1926-1987)**. 2001. 230 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2001.
- SIQUEIRA, Elcio. **Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operaria na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. Dissertação (Doutorado na Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Campinas, SP: [s. n.], 2009.
- SANTOS, Leandro Bruno. **A indústria de cimento no Brasil: origens, consolidação e internacionalização**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/nnypgjBHkwHg9Vt53YMJWLj/?lang=pt>>. Acesso em abr. 2023.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria do Governo Municipal. **Decreto nº 49.529, de 28 de maio de 2008**. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-49529-de-28-de-maio-de-2008/consolidado>>. Acesso em fev. 2023.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio / Departamento de Parques e Áreas Verdes. **Guia dos Parques Municipais de São Paulo**. 3ª ed., São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/umapa/medio_ambiente/arquivos/publicacoes/guia_dos_parques_3.pdf>. Acesso em mar. 2023.
- VELLARDI, Ana Cristina Valcarcel. **Uma narrativa histórica e geográfica de paisagem da porção noroeste da área metropolitana de São Paulo: uma contribuição à educação**. 2017. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ZUMTHOR, Peter. **Atmospheres - Architectural Environments, Surrounding objects**. 1ª edição. Basileia: Birkhäuser, 2006.
- ZUMTHOR, Peter. **Thinking Architecture**. Birkhäuser: Lars Müller Publishers, 1999.

com/watch?v=iezP7epvYj4&list=PLsr0siHkJ9xvFeaFvSAhxSxjg3C-tNoVS>.

Imagen 38: Fotografia do depósito de calcário coberto. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 39: Fotografia do pátio de mistura de matéria-prima. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 40: Fotografia do conjunto de moinhos. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 41: Fotografia do Salão de fornos de calcinação. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 42: Fotografia do depósito de clínquer por Hérico J. Rechi. Fonte: <<https://hrechi.blogspot.com/2011/04/fabrica-de-cimento-iii.html>> (Blog do fotógrafo).

Imagen 43: Fotografia da galeria de moinhos por Hérico J. Rechi. Fonte: <<https://hrechi.blogspot.com/2011/04/fabrica-de-cimento-iii.html>> (Blog do fotógrafo).

Imagen 44: Fotografia dos silos de cimento e ensacadora. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 45: Fotografia da subestação elétrica. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 46: Fotografia da oficina mecânica por Hugo Ribeiro de Paula e Silva. Fonte: <<https://cmqueixadas.com.br/colecoes-e-fundos/ensaio-sobre-a-desindustrializacao-de-sao-paulo/>> (Acervo do Centro de Memória Queixadas).

Imagen 47: Fotografia do corredor do salão dos motores dos moinhos. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 48: Fotografia do depósito de gesso. Fonte: acervo pessoal do autor.

Imagen 49: Fotografia do depósito peças e laboratórios. Fonte: acervo pessoal do autor.

Sites de referência

Centro de Memória Queixadas - Sebastião Silva de Souza: <https://cmqueixadas.com.br/>

Biosphera 21 - arte, natureza e cultura (Portal organizado por Euler Sandeville Junior): <https://biosphera21.net.br/>

Blog do Movimento pela Reapropriação da Fábrica de Cimento de Perus: <https://movimentofabricaperus.wordpress.com/>

Arquivo Edgard Leuenroth - Centro de Pesquisa e Documentação Social | Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (IFCH/UFG)

Estadual de Campinas (IFCH - Unicamp): <https://ael.ifch.unicamp.br/>

LabCidade - Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP): <https://www.labcidade.fau.usp.br/>

Portal GeoSampa: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>

3MDC - Visualizador LiDAR (Nuvem de pontos do terreno da fábrica acesso via Portal GeoSampa): <https://visualizador-laz-web3-sa-east-1.amazonaws.com/index.html?xmax=321104.3&ymax=7411570.4&xmin=319068.7& ymin=7410290.5>

Museu Territorial Tekoa Jopo'í: <https://museutekoajopoi.com.br/home/>

Memorial do Trabalho e do Trabalhador: <http://mttvirtual.org/>

Agência Mural - Agência de Jornalismo das Periferias: <https://www.agenciamural.org.br/>

Outras palavras - Jornalismo de profundidade e Pós-capitalismo: <https://outraspalavras.net/>

Página Instagram Comunidade Cultural Quilombaque: <https://www.instagram.com/quilombaque/>

Página Instagram Agência Queixadas: <https://www.instagram.com/agenciaqueixadas/>

Página Instagram Grupo Pandora de Teatro: <https://www.instagram.com/grupopandoradeteatro/>

Página Instagram Ocupação Artística Canhoba: <https://www.instagram.com/ocupacaoartisticaenhoba/>

Página Instagram Casa do Hip Hop Perus: <https://www.instagram.com/casadohiphopperus/>

Página Instagram Mulheres no Front: <https://www.instagram.com/mulheresnofront/>

Blog de Eronides, morador de Cajamar: <https://nidaoesuashistorias.wordpress.com/>

